

Resenha

de Política Exterior do Brasil

número 119, 2º semestre de 2016

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Arquivo Central - DCA

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Arquivo Central - DCA

Número 119, 2º semestre de 2016 – Ano 44, ISSN 01012428

© 2016 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Arquivo Central da Divisão de Comunicações e Arquivo – Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores

José Serra

- Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

- Subsecretário-Geral do Serviço Exterior

Embaixadora Maria-Theresa Lazaro

- Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação

Ministro João Pedro Corrêa Costa

- Arquivo Central do Itamaraty

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação. Arquivo Central – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

360p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS	17
NOTAS DO DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DO EVENTO "GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM 2016 – AGRICULTURE OF TOMORROW: DOING MORE WITH LESS" – SÃO PAULO, 4 DE JULHO DE 2016	17
TEXTO BASE DO DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA REUNIÃO CONJUNTA ITAMARATY-MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE COM SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE – BRASÍLIA, 27 DE JULHO DE 2016	21
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE ABERTURA DE MERCADO PARA A CARNE BOVINA BRASILEIRA – PALÁCIO DO PLANALTO, 1º DE AGOSTO DE 2016	23
PALAVRAS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS, JOHN KERRY – RIO DE JANEIRO, 5 DE AGOSTO DE 2016	25
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA HOMENAGEM AOS ATLETAS ISRAELENSES MORTOS EM MUNIQUE (1972) – RIO DE JANEIRO, PALÁCIO DA CIDADE, 14 DE AGOSTO DE 2016	27
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DA CAMPANHA "BE BRASIL" – RIO DE JANEIRO, 22 DE AGOSTO DE 2016	28
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA REUNIÃO MINISTERIAL DO G4 – NOVA YORK, 21 DE SETEMBRO DE 2016	31
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DAS CONDECORAÇÕES DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL A JURISTAS ESTRANGEIROS – BRASÍLIA, 27 DE OUTUBRO DE 2016	33
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA XXV CÚPULA IBERO-AMERICANA – CARTAGENA, 29 DE OUTUBRO DE 2016	35
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DA XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP – BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2016	38
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NO ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO "CÓMO HACER NEGOCIOS COM BRASIL" [ESPANHOL] – MADRI, 23 DE NOVEMBRO DE 2016	41
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DA ÚNICA FORUM 2016 – SÃO PAULO, 28 DE NOVEMBRO DE 2016	45
Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 119, 2º semestre de 2016.	3

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA HOMENAGEM À CHAPECOENSE – MEDELLÍN, 30 DE NOVEMBRO DE 2016	51
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DE AUTORIDADES DA COLÔMBIA COM A ORDEM DE RIO BRANCO – BRASÍLIA, 16 DE DEZEMBRO DE 2016	53
ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR	55
COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	56
CRIAÇÃO DO CARGO DE PERITO INDEPENDENTE DA ONU SOBRE A PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA BASEADA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL 01/07/2016	56
ATENTADO EM DACA 03/07/2016	56
FALECIMENTO DE ELIE WIESEL 03/07/2016	56
ATENTADO EM BAGDÁ 04/07/2016	57
ENCHENTES NA CHINA 05/07/2016	57
ATENTADOS NA ARÁBIA SAUDITA 06/07/2016	57
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA TURQUIA 07/07/2016	57
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS 07/07/2016	58
ATENTADO EM BANGLADESH 07/07/2016	58
IV REUNIÃO NEGOCIADORA PARA A AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 53 (ACE 53) ENTRE BRASIL E O MÉXICO – BRASÍLIA, 7 DE JULHO DE 2016	58
ATENTADO EM DAMBOA, NIGÉRIA 08/07/2016	58
POLICIAIS MORTOS EM DALLAS 08/07/2016	59
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ALEMANHA 08/07/2016	59
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA 08/07/2016	59

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DA TURQUIA 08/07/2016	59
ATAQUE NA VENEZUELA 09/07/2016	59
BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA ARGENTINA 09/07/2016	60
SITUAÇÃO NO SUDÃO DO SUL 10/07/2016	60
ATAQUES NA TURQUIA 11/07/2016	60
ACORDO NA OMC AUMENTA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A UNIÃO EUROPEIA EM CERCA DE R\$ 250 MILHÕES POR ANO – 14 DE JULHO DE 2016	60
FALECIMENTO DE HECTOR BABENCO 14/07/2016	61
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS, BERT KOENDERS – RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA, 15 A 19 DE JULHO DE 2016	61
ATENTADO EM NICE 15/07/2016	62
SITUAÇÃO NA TURQUIA 15/07/2016	62
DECLARAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, SOBRE A SITUAÇÃO NA TURQUIA 15/07/2016	62
INSCRIÇÃO DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPUKHA NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO – ISTAMBUK, 17 DE JULHO DE 2016	62
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ÁUSTRALIA 18/07/2016	63
20 ANOS DA CPLP 18/07/2016	63
SITUAÇÃO NA TURQUIA 18/07/2016	64
VISITA DO MINISTRO JOSÉ SERRA AO MÉXICO – CIDADE DO MÉXICO, 25 DE JULHO DE 2016	64
22/07/2016	
ATAQUE EM MUNIQUE 22/07/2016	64
SITUAÇÃO NO MALI 22/07/2016	64
ATENTADO EM CABUL	65
ATENTADOS NO IRAQUE 24/07/2016	65
ENCHENTES NA CHINA 24/07/2016	65
ATENTADOS NA SÍRIA 27/07/2016	65
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NA TUNÍSIA 28/07/2016	65

NOTA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES JOSÉ SERRA 29/07/2016	66
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA ITALIANA 03/08/2016	66
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA, JOHANN SCHNEIDER-AMMANN – BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 4 A 7 DE AGOSTO DE 2016 04/08/2016	66
ATENTADO TERRORISTA NA ÍNDIA 05/08/2016	67
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM OMÃ 08/08/2016	67
PASSAGEM DA TEMPESTADE TROPICAL "EARL" PELO MÉXICO 08/08/2016	67
ATAQUE CONTRA HOSPITAL NO PAQUISTÃO 08/08/2016	67
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA FINLÂNDIA, TIMO SOINI – BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 11 A 14 DE AGOSTO DE 2016 11/08/2016	68
COMUNICADO CONJUNTO DE ESTADOS-MEMBROS DA OEA SOBRE OS ACONTECIMENTOS RECENTES NA REPÚBLICA BOLIVIANA DA VENEZUELA 11/08/2016	68
APROVAÇÃO DO ACORDO DE PARIS PELO SENADO FEDERAL 11/08/2016	69
VISITA DO PRESIDENTE DA ARMÊNIA, SERZH SARGSYAN – BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 11 A 15 DE AGOSTO DE 2016 11/08/2016	69
ESTADO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA VENEZUELA AO MERCOSUL 13/08/2016	70
VISITA DO MINISTRO DAS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA DINAMARCA, KRISTIAN JENSEN – BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 13 A 16 DE AGOSTO DE 2016	70
ENTRADA EM VIGOR DA CONVENÇÃO DA APO0STILA 15/08/2016	71
DECLARAÇÕES DO CHANCELER URUGUAIO 16/08/2016	71
DIA MUNDIAL HUMANITÁRIO 19/08/2016	72
ATENTADO NA TURQUIA 22/08/2016	72
ATENTADO NA SOMÁLIA 22/08/2016	73
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO PARAGUAI 23/08/2016	73
TERREMOTO NA ITÁLIA 24/08/2016	73
NOTA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, SOBRE O ACORDO DE PAZ ENTRE O GOVERNO DA COLÔMBIA E AS FARC 24/08/2016	73

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, WALTER SCHEEL 24/08/2016	74
ASSASSINATO DO VICE-MINISTRO DE REGIME INTERIOR E POLÍCIA DA BOLÍVIA 28/08/2016	74
ATAQUE NO PARAGUAI 28/08/2016	74
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO IRÃ 29/08/2016	74
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NOS PAÍSES BAIXOS 29/08/2016	75
COMUNICADO DO GOVERNO VENEZUELANO SOBRE SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL 31/08/2016	75
MANIFESTAÇÕES SOBRE O PROCESSO POLÍTICO NO BRASIL 31/08/2016	75
DISTÚRBIOS NO GABÃO 01/09/2016	75
VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA A XANGAI, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL DE ALTO NÍVEL BRASIL-CHINA – XANGAI, 2 DE SETEMBRO DE 2016 01/09/2016	76
XI CÚPULA DE LÍDERES DO G20 – HANGZHOU, CHINA 4 E 5 DE SETEMBRO DE 2016 01/09/2016	76
FURACÃO HERMINE 02/09/2016	77
ATENTADO TERRORISTA NAS FILIPINAS 03/09/2016	77
COMUNICADO DOS LÍDERES DO G20 – CÚPULA DE HANGZHOU – 4-5 DE SETEMBRO DE 2016 08/09/2016	77
INUNDAÇÕES NA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA 08/09/2016	100
COMITÊ PERMANENTE DE POLÍTICA NUCLEAR BRASIL-ARGENTINA 08/09/2016	100
TESTES REALIZADOS PELA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA 09/09/2016	100
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO CANADÁ 09/09/2016	101
NOTA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, SOBRE O ANÚNCIO DE ACORDO DE CESSAÇÃO DE HOSTILIDADES NA SÍRIA 10/09/2016	101
TERREMOTO NA TANZÂNIA 11/09/2016	101

DECLARAÇÃO DO MINISTRO JOSÉ SERRA SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 13/09/2016	102
APROVAÇÃO DA "DECLARAÇÃO RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DO MERCOSUL E AO PROTOCOLO DE ADESÃO DA REPÚBLICA BOLIVIANA DA VENEZUELA" 13/09/2016	102
FALECIMENTO DO PROFESSOR ANTONIO PAULO CACHAPUZ DE MEDEIROS 16/09/2016	103
ATENTADO TERRORISTA NO PAQUISTÃO 18/09/2016	103
DECLARAÇÃO DOS CHANCELERES DO MERCOSUL SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA – NOVA YORK, 18 DE SETEMBRO DE 2016	103
ATENTADO TERRORISTA A INSTALAÇÕES MILITARES INDIANAS NA CAXEMIRA 20/09/2016	104
SITUAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 20/09/2016	104
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA REUNIÃO DE CHANCELERES DOS BRICS À MARGEM DA 71ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 20 DE SETEMBRO DE 2016 [INGLÊS] 20/09/2016	104
COMUNICADO CONJUNTO DA REUNIÃO DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS À MARGEM DA 71ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 20 DE SETEMBRO DE 2016 [INGLÊS]	106
DEPÓSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE PARIS 21/09/2016	108
REUNIÃO DOS CHANCELERES DOS PAÍSES DO G4 – BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO – SOBRE A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS – DECLARAÇÃO CONJUNTA À IMPRENSA 21/09/2016	108
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA REUNIÃO MINISTERIAL DO G4 – NOVA YORK, 21 DE SETEMBRO DE 2016	109
NAUFRÁGIO NA COSTA DO EGITO 21/09/2016	111
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA GRÉCIA 26/09/2016	111
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ESLOVÁQUIA 26/09/2016	111
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍCIPE 27/09/2016	112
MORTE DE SHIMON PERES 28/09/2016	112

VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A ISRAEL – 30 DE SETEMBRO DE 2016 28/09/2016	112
SITUAÇÃO NA VENEZUELA 29/09/2016	112
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ARGENTINA – BUENOS AIRES, 3 DE OUTUBRO DE 2016 29/09/2016	113
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 3 DE OUTUBRO DE 2016 29/09/2016	113
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À SANTA SÉ 30/09/2016	114
VISITA DO MINISTRO JOSÉ SERRA A ISRAEL 30/09/2016	114
ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI) 01/10/2016	115
RESULTADOS DO PLEBISCITO SOBRE O ACORDO DE PAZ NA CÔLOMBIA 03/01/2016	115
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ARGENTINA – BUENOS AIRES, 3 DE OUTUBRO DE 2016 – ATOS ASSINADOS 03/10/2016	115
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ARGENTINA – COMUNICADO CONJUNTO 03/10/2016	122
V REUNIÃO NEGOCIADORA PARA A AMPLIAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 53 (ACE-53) ENTRE BRASIL E MÉXICO 04/10/2016	128
COMUNICADO SOBRE O PLEBISCITO COLOMBIANO ACERCA DOAS ACORDOS DE PAZ 04/10/2016	128
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PARAGUAI – COMUNICADO CONJUNTO 04/10/2016	128
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 3 DE OUTUBRO DE 2016 – ATO ASSINADO 04/10/2016	131
VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), LUIS ALMAGRO – BRASÍLIA, 6 DE OUTUBRO DE 2016	133
FURACÃO "MATTHEW": ATENDIMENTO A BRASILEIROS 05/10/2016	133
ESCOLHA DO NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 05/10/2016	134
PRÊMIO NOBEL DA PAZ AO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS 07/10/2016	134
PASSAGEM DO FURACÃO "MATTHEW" PELO HAITI 07/10/2016	134

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PARA O CONSELHO DE OPERAÇÕES POSTAIS DA UNIÃO POSTAL UNIVERSAL (UPU) 07/10/2016	135
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ 10/10/2016	135
ATENTADO EM JERUSALÉM 10/10/2016	135
ATENTADO NA TURQUIA 10/10/2016	135
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO JAPÃO – TÓQUIO, 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2016 11/10/2016	136
ANÚNCIO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO COLOMBIANO E O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL 11/10/2016	136
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NA HUNGRIA 11/10/2016	136
VIII CÚPULA DO BRICS – GOA, ÍNDIA, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2016 11/10/2016	137
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ÍNDIA – GOA, 17 DE OUTUBRO DE 2016 11/10/2016	138
ATENTADO EM CABUL 12/10/2016	138
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA NICARÁGUA 12/10/2016	138
FALECIMENTO DO REI DA TAILÂNDIA, BHUMIBOL ADULYADEJ 13/10/2016	138
BRASIL ANUNCIA RESPOSTA HUMANITÁRIA AO HAITI 14/10/2016	139
ACLAMAÇÃO DE ANTÓNIO GUTERRES COMO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 15/10/2016	139
10ª RODADA DE NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-EU – COMUNICADO CONJUNTO DOS PAÍSES DO MERCOSUL E DA UNIÃO EUROPEIA – 10 A 14 DE OUTUBRO DE 2016 15/10/2016	140
ADOÇÃO DA EMENDA SOBRE HFCs AO RPROTOCOLO DE MONTREAL 15/10/2016	140
VIII CÚPULA DO BRICS – GOA, ÍNDIA, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2016 – DECLARAÇÃO E PLANO DE AÇÃO DE GOA 16/10/2016	141
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ÍNDIA – GOA, 17 DE OUTUBRO DE 2016 – COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-ÍNDIA 17/10/2016	172
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO 18/10/2016	176

DECLARAÇÃO CONJUNTA EMITIDA NA CONCLUSÃO DA 23ª REUNIÃO DE MINISTROS DO BASIC SOBRE MUDANÇA DO CLIMA – MARRAKESH, MARROCOS, 17/10/2016 18/10/2016	177
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO JAPÃO – TÓQUIO, 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2016 – ATO ASSINADO 20/10/2016	179
FALECIMENTO DE MILITAR BRASILEIRO EM LES CAYES, HAITI 20/10/2016	182
COMISSÃO DE VIZINHAÇA E INTEGRAÇÃO BRASIL-COLÔMBIA 22/10/2016	182
COMUNICADO CONJUNTO DE ESTADOS MEMBROS DA OEA SOBRE OS ACONTECIMENTOS RECENTES NA REPÚBLICA BOLIVIANA DA VENEZUELA 22/10/2016	183
CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL (HABITAT III) 22/10/2016	184
FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DO URUGUAI, JORGE BATLE 25/10/2016	184
ATENTADO NO PAQUISTÃO 25/10/2016	184
ACIDENTE FERROVIÁRIO EM ESEKA, CAMEROUN 25/10/2016	184
COMUNICADO DOS GOVERNOS DE ARGENTINA, BRASIL, COLÔMBIA, COSTA RICA, CHILE, GUATEMALA, HONDURAS, MÉXICO, PANAMÁ, PARAGUAI, PERU E URUGUAI SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 27/10/2016	185
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO REINO UNIDO 28/10/2016	185
XXV CÚPULA IBERO-AMERICANA – CARTAGENA DAS ÍNDIAS, 28 E 29 DE OUTUBRO DE 2016 28/10/2016	186
ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS 28/10/2016	186
XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) 29/10/2016	186
ONU CONVOCA NEGOCIAÇÕES PARA A PROIBIÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES 29/10/2016	187
XXV CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO – DECLARAÇÃO DE CARTAGENA DAS ÍNDIAS [ESPANHOL] 30/10/2016	187
XII CIMEIRA BRASIL- PORTUGAL – BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2016 31/10/2016	193
ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE CABO VERDE 31/10/2016	193

INCLUSÃO DO BRASIL NO PROGRAMA CANADENSE "ELECTRONIC TRAVEL AUTHORIZATION" 31/10/2016	204
ELEIÇÃO DO SENHOR MICHEL AOUN À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA LIBANESA 31/10/2016	204
XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA 01/11/2016	204
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA XII CIMEIRA BRASIL-PORTUGAL – BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2016 01/11/2016	213
DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA PORTUGUESA POR OCASIÃO DA XII CIMEIRA BRASIL-PORTUGAL 01/11/2016	223
DECLARAÇÃO DOS CHANCELERES DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA, MÉXICO, PARAGUAI E URUGUAI – TERÇA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2016 02/11/2016	235
ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR GILBERTO SABOIA PARA A COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS 03/11/2016	236
NAUFRÁGIOS NA COSTA DA LÍBIA 03/11/2016	236
PROCESSO DE SELEÇÃO DO DIRETOR-GERAL DA OMC (2017-2021) 04/11/2016	236
COMUNICADO CONJUNTO SOBRE A VENEZUELA 05/11/2016	237
ATENTADOS EM BAGDÁ E MOSSUL 06/11/2016	237
CARTA AO PRESIDENTE ELEITO NORTE-AMERICANO 09/11/2016	238
ELEIÇÃO NOS EUA 09/11/2016	238
CONTENCIOSOS NA OMC CONTRA O BRASIL POR UNIÃO EUROPEIA E JAPÃO SOBRE REGIMES TRIBUTÁRIOS BRASILEIROS (DS427 E DS497) – CIRCULAÇÃO DO RELATÓRIO PRELIMINAR DO PAINEL 11/11/2016	239
ACORDO DE PAZ ENTRE O GOVERNO COLOMBIANO E AS FARC-EP 12/11/2016	239
REUNIÃO MINISTERIAL DO CONE SUL SOBRE SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS 15/11/2016	239
DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA – REUNIÃO MINISTERIAL DO CONE SUL SOBRE A SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS – BRASÍLIA, 16 DE NOVEMBRO DE 2016 16/11/2016	240
LANÇAMENTO DA PLATAFORMA PARA O BIOFUTURO – MARRAQUEXE, 16 DE NOVEMBRO DE 2016 17/11/2016	243

ACIDENTE EM MOÇAMBIQUE 18/11/2016	243
VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, À ESPANHA – MADRI, 21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2016 18/11/2016	243
NOTA CONJUNTA ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE E O MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – DECLARAÇÃO PELA OMS DO FIM DA "EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE PREOCUPAÇÃO INTERNACIONAL" ASSOCIADA AO VÍRUS ZICA 19/11/2016	244
ACIDENTE FERROVIÁRIO NA ÍNDIA 20/1/2016	245
ELEIÇÕES PRESIDENCIAS E LEGISLATIVAS NO HAITI 21/11/2016	245
COMUNICADO DE IMPRENSA DOS MINISTROS DE ASSUNTOS EXTERIORES E DE COOPERAÇÃO DO REINO DA ESPANHA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 23/11/2016	245
VISITA DO DIRETOR-GERAL DA AIEA, YUKIYA AMANO – SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 23 A 25 DE NOVEMBRO DE 2016 23/1/2016	246
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXDOR DO IRÃ 24/11/2016	247
NOVO PORTAL COSULAR 24/11/2016	247
FALECIMENTO DE FIDEL CASTRO 26/11/2016	247
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA SUÍÇA 27/11/2016	248
ACIDENTE AÉREO COM DELEGAÇÃO DA CHAPECOENSE 29/11/2016	248
HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DO ACIDENTE AÉREO COM DELEGAÇÃO DA CHAPECOENSE 29/11/2016	248
NÚCLEO DE APOIO A BRASILEIROS EM MEDELLÍN 30/11/2016	248
MORTE DE FERREIRA GULLAR 05/12/2016	249
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA TUNÍSIA 06/12/2016	249
VISITA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E PRESIDENTE DO CONSELHO DE COMÉRCIO DO REINO UNIDO 07/12/2016	249
VISITA DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA REPÚBLICA ARGENTINA, SUSANA MALCORA, AO BRASIL – BRASÍLIA, 8 DE DEZEMBRO DE 2016 07/12/2016	250
DECLARAÇÃO DOS CHANCELERES DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA, GUATEMALA, MÉXICO, PARAGUAI, PERU E URUGUAI 07/12/2016	250
ACIDENTE AÉREO NO PAQUISTÃO 07/12/2016	251
TERREMOTO NA INDONÉSIA 07/12/2016	251

BRASIL ENVIA MEDICAMENTOS E VACINAS AO HAITI 09/12/2016	252
ATENTADOS NA TURQUIA 11/12/2016	252
ACIDENTE FERROVIÁRIO NA BULGÁRIA 12/12/2016	252
ATAQUE À CADETRAL COPTA DO CAIRO, EGITO 12/12/2016	252
REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM DO MERCOSUL – BUENOS AIRES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016 13/12/2016	252
FALECIMENTO DO ARCEBISPO DOM PAULO EVARISTO ARNS 14/12/2016	253
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ESLOVÊNIA 14/12/2016	253
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NO ZIMBÁBUE 15/12/2016	253
CONDECORAÇÃO DE COLOMBIANOS QUE COOPERARAM COM VÍTIMAS DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE 15/12/2016	254
ATENTADO NA TURQUIA 18/12/2016	254
AUTORIZAÇÃO DA CAMEX PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO NA OMC CONTRA O CANADÁ ACERCA DE SUBSÍDIOS OFERECIDOS À ONDÚSTRIA AERONÁUTICA 19/12/2016	254
ASSASSINATO DO EMBAIXADOR DA RÚSSIA NA TURQUIA 19/12/2016	254
INCIDENTE TRÁGICO EM BERLIM 20/12/2016	255
ATAQUES EM KARAK, NA JORDÂNIA 20/12/2016	255
EXPLOSÃO NA CIDADE DE TULTEPEC, MÉXICO 21/12/2016	255
CONTENCIOSOS NA OMC SOBRE REGIMES TRIBUTÁRIOS BRASILEIROS 21/12/2016	255
SITUAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 21/12/2016	255
QUEDA DO AVIÃO RUSSO NO MAR NEGRO 26/12/2016	256
BRASILEIROS DESAPARECIDOS NAS BAHAMAS 26/12/2016	256
ACIDENTE DE ÔNIBUS NA ARGENTINA 27/12/2016	256
EMBAIXADOR DA GRÉCIA NO BRASIL, KYRIAKOS AMIDIRIDIS 30/12/2016	257
ATENTADOS NO IRAQUE 31/12/2016	257
FALECIMENTO DO DIRETOR-EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ 31/12/2016	257
TRÉGUA NA SÍRIA 31/12/2016	257

ARTIGOS	258
VINTE E CINCO ANOS E MUITO POR FAZER (O GLOBO) 10/07/2016	259
PAMPULHA, PATRIMÔNIO MINDIAL – JOSÉ SERRA E MARCELO CALERO (FOLHA DE SÃO PAULO) 19/07/2016	261
BRASIL E ARGENTINA, 25 ANOS DE COOPERAÇÃO NUCLEAR – JOSÉ SERRA E SUSANA MALCORRA (VALOR ECONÔMICO) 19/07/2016	263
BRASIL E ARGENTINA, AMIZADE PARA O FUTURO – JOSÉ SERRA E SUSANA MALCORRA 08/12/2016	265
ENTREVISTAS	266
'VISÃO PESSIMISTA SOBRE O FUTURO NÃO SE JUSTIFICA' (ENTREVISTA DO MINISTRO JOSÉ SERRA AO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO) 13/09/2016	267
SERRA FALA SOBRE PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (ENTREVISTA SO MINISTRO JOSÉ SERRA À RÁDIO ONU) 15/09/2016	270
ÍNDICE REMISSIVO	274

NOTAS DO DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DO EVENTO "GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM 2016 – AGRICULTURE OF TOMORROW: DOING MORE WITH LESS" – SÃO PAULO, 4 DE JULHO DE 2016

Promoção Comercial e o Desafio de Abastecer o Mundo

Como bem ressalta o título deste painel, há uma relação entre as atividades de promoção comercial e o desafio de abastecer o mundo de alimentos, a fim de garantir a segurança alimentar. Conforme definiu a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), "a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva que atenda às necessidades nutricionais e preferências alimentares, de modo a propiciar vida ativa e saudável". O Governo brasileiro atribui a mais alta prioridade o tema da segurança alimentar, no contexto de seus esforços internacionais de combate à fome e à miséria.

O Brasil, como grande produtor e exportador de alimentos, tem grande responsabilidade e capacidade diante do desafio de abastecer o mundo.

Especialistas costumam identificar quatro dimensões no conceito de segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. A "disponibilidade" de alimentos, mencionada em primeiro lugar, destaca-se como condição para a realização das outras dimensões do conceito. E os órgãos de promoção comercial do Itamaraty têm muito a contribuir nesse sentido, mediante o fomento dos investimentos produtivos e das exportações brasileiras de alimentos.

No âmbito comercial, o Brasil pode contribuir para aumentar a disponibilidade de alimentos não somente com exportações de produtos alimentícios, mas também por meio do compartilhamento de tecnologia e do fornecimento de maquinário, equipamentos e implementos agrícolas. A tecnologia brasileira nesse setor é bastante avançada e, sobretudo, adaptada às condições de produção em zonas de clima tropical e semiárido, condições que são encontradas em muitos países em desenvolvimento.

As referidas tecnologias de produção agrícola podem beneficiar, além dos grandes produtores agrícolas, os agricultores familiares. O Brasil produz equipamentos e implementos agrícolas especialmente desenvolvidos para o uso de pequenos produtores e agricultores familiares. Essas tecnologias, ao promoverem o aumento da produtividade de pequenos produtores, geram, também, aumento de renda, desencadeando, portanto, significativo impacto social.

Nesse sentido, o Governo brasileiro intensificará a cooperação com outros países em desenvolvimento, notadamente países africanos, através do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI) e outros instrumentos de cooperação, com vistas a promover a eficiência agrícola e segurança alimentar nesses países e ao mesmo tempo apoiar as exportações brasileiras. O fortalecimento da agricultura familiar goza de grande importância nesse contexto, pois os pequenos produtores são responsáveis por

grande parcela da produção de alimentos destinada a abastecer os mercados locais. Assim, trabalharemos tanto na vertente do financiamento da exportação de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros para os países com os quais cooperamos neste âmbito, quanto na vertente da cooperação técnica e intercâmbio de práticas e modelos de políticas públicas relativas à agricultura familiar.

Embora não se restrinja aos países africanos, essa iniciativa será um dos pilares do nosso programa de trabalho com a África, dentro do novo conceito que o Governo brasileiro pretende implementar no relacionamento com esse continente: o conceito da geração de oportunidades concretas de negócios e da colaboração para o desenvolvimento econômico efetivo, tanto lá quanto aqui.

De fato, na estratégia de internacionalização do agronegócio brasileiro, destaca-se o potencial do continente africano. Segundo relatório da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África ("Economic Report on Africa 2015"), de 2010 a 2015, o PIB da África cresceu em média a taxas de 4% ao ano, enquanto, no mesmo período, o PIB mundial cresceu, em média, 3,2% ao ano. Na África Subsaariana, em particular, o Banco Mundial estima que o crescimento médio do PIB chegará a 4,7% ao ano, em 2017, impulsionado por investimentos em infraestrutura e pelo crescimento da produção agrícola e de serviços ("Global Economic Prospects 2016"). O incremento da urbanização e do poder de compra da população nesses países deverá ser acompanhado pelo crescimento da demanda por alimentos. Ademais, há grande demanda em países africanos pela expertise brasileira no agronegócio.

É bastante positivo que já haja empresas brasileiras atentas a essas oportunidades. Cabe mencionar a bem-sucedida atuação de empresários brasileiros no Sudão, onde estão envolvidos em projetos para a produção de

algodão, soja e outros grãos. Também há empresários brasileiros atuantes no agronegócio de países do Golfo da Guiné e dos nossos tradicionais parceiros lusófonos, como Angola, Cabo Verde e Moçambique.

O agronegócio brasileiro é naturalmente bastante competitivo e tem forte vocação exportadora. Não obstante, ainda há importantes mercados que ainda não estão sendo devidamente atingidos. E é por isso que a estratégia de promoção comercial do Itamaraty, nesse setor, deve procurar a diversificação dos mercados de exportação de alimentos brasileiros. Nesse contexto, gostaria de destacar, em especial, dois mercados que, na visão do MRE, têm grande potencial inexplorado: Irã e Nigéria.

No caso do Irã, constata-se que a corrente de comércio bilateral é bastante reduzida quando consideramos o tamanho e a complementaridade de nossas economias. Com uma população de cerca de 80 milhões de habitantes, trata-se de um grande mercado consumidor de alimentos. Após o recente levantamento das sanções impostas pelos Estados Unidos ao Irã, importantes obstáculos que dificultavam a expansão do comércio brasileiro com o país persa estão sendo eliminados. Nesse sentido, em junho, missão do governo brasileiro composta por representantes do Itamaraty, do Ministério da Fazenda e do BNDES visitou o Irã, com o objetivo de dar seguimento aos esforços para restabelecimento de transações bancárias entre as duas nações e, desse modo, viabilizar financiamentos e garantias a exportações brasileiras para aquele país.

Quanto à Nigéria, vale mencionar que, além de já ser a maior economia do continente africano, trata-se de país com enorme potencial de crescimento econômico. Estudos de entidades renomadas indicam que a Nigéria apresentará taxas de crescimento entre as maiores do mundo nas próximas três décadas, com média superior a 5% ao ano. O Brasil é grande importador de

petróleo nigeriano, mas precisamos trabalhar para equilibrar a balança comercial com esse país, esforço no qual as exportações de alimentos podem ser decisivas, pois a Nigéria é grande importador líquido de produtos alimentícios, setor em que a competitividade brasileira é inegável.

O Itamaraty empreenderá também grande esforço para apoiar o caráter sustentável do agronegócio brasileiro, organizando e participando de atividades que promovam e divulguem a produção e os avanços tecnológicos da agricultura brasileira, contribuindo, igualmente, para superar alguns preconceitos relacionados ao setor no Brasil nos aspectos ambiental e trabalhista.

Intensificaremos igualmente o apoio à participação do Brasil nas principais feiras internacionais do setor alimentício, tais como a FOODEX-Japão, a SIAL-China, o Taipei International Food Show e a ANUGA 2017 na Alemanha.

Todos esses esforços se baseiam na clara percepção de que o agronegócio é o setor mais dinâmico das exportações brasileiras – havendo gerado um superávit de US\$ 31 bilhões no período de janeiro a maio deste ano. As perspectivas são alentadoras. Grandes mercados, como a China, o Japão, a Coreia do Sul e o Irã estão aumentando as suas importações de produtos do agronegócio brasileiro. A China por exemplo aumentou em 26% suas importações de produtos agrícolas brasileiros no primeiro semestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015, a Coreia do Sul 30% e o Irã 21%.

Não podemos descansar, confiados apenas na competitividade intrínseca do agronegócio brasileiro. Essa competitividade não vem de graça. É o resultado do trabalho e do empreendedorismo dos produtores brasileiros, mas necessita também do apoio constante e determinado do Governo. Já

determinei que o Itamaraty intensificasse sua contribuição a esse esforço governamental em favor do agronegócio – tanto através da promoção comercial – contando agora com o instrumento da APEX –, quanto da cooperação técnica, quanto ainda da remoção de barreiras não-tarifárias e das negociações para melhorar o acesso a mercados, envolvendo as tratativas bilaterais, como o Acordo Mercosul-União Europeia, e aquelas multilaterais, no âmbito da OMC. Todas essas frentes são fundamentais e complementares.

Pretendemos, assim, dar uma contribuição crescente para cumprir a vocação do Brasil como um dos principais países capazes de responder ao desafio de alimentar o mundo.

Agricultura e Meio Ambiente

Uma das mais relevantes evoluções do Brasil que se vem processando ao longo de décadas e que se acelerou exponencialmente nos últimos anos, culminando na aprovação do novo código florestal em 2012 é a convergência entre a agricultura e o meio ambiente. Na verdade, o Brasil sempre teve uma importante tradição preservacionista, mas concomitantemente teve também grande dimensão de devastação, exacerbada a partir dos anos 60 e 70 pelo esforço ocupação estratégica de espaços de baixa densidade demográfica. Apesar dessa iniciativa, continuamos a ser o grande produtor agrícola mundial que mais preserva sua cobertura vegetal nativa. Mais de 60%, de acordo com a FAO, contra índices incomparavelmente menores na Ásia, América do Norte e, sobretudo, na Europa, apenas 0,3% de cobertura vegetal nativa.

Essa aliança de produção agrícola com a preservação do meio ambiente é também indicadora do grande esforço modernizador em curso na agricultura. Curiosamente, por uma multiplicidade de razões, essa conquista

não é devidamente compreendida ou apreciada sequer no Brasil, menos ainda no exterior. Um dos objetivos que tenho no Itamaraty é fazer uso de nossos recursos diplomáticos e nossos instrumentos de comércio exterior, principalmente na APEX para reverter esse quadro de nebulosidade e distorção e promover o entendimento e a apreciação da sustentabilidade da inovação da nossa agricultura. Nosso entendimento é o de que o reconhecimento de nosso esforço pode e deve ser converter em agregação de valor para nossos produtos.

Os limites impostos por nosso código florestal à agricultura do Brasil, que efetivamente asseguram sua sustentabilidade, não seriam reproduzíveis em áreas tradicionais de produção como Europa e Ásia e sequer na América do Norte, sob o risco de comprometer a produção daquelas regiões. O Brasil é uma superpotência ambiental e a sustentabilidade de nossa agricultura é parte integrante dessa condição. Vamos valorizar essa condição e buscar gerar os benefícios compatíveis, inclusive na valorização de nossa produção agrícola.

TEXTO BASE DO DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA REUNIÃO CONJUNTA ITAMARATY-MINISTÉRIO DO MEIO

**AMBIENTE COM SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE – BRASÍLIA,
27 DE JULHO DE 2016**

Senhoras e senhores,

Gostaria, inicialmente, de dar-lhes as mais calorosas boas-vindas ao Itamaraty. É um prazer recebê-los aqui.

Sugeri ao Ministro Sarney Filho que esta reunião se realizasse no Itamaraty por entender que se trata de excelente oportunidade para reforçarmos nossa coordenação com os governos estaduais. Temos pela frente uma série de desafios decorrentes da implementação do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima e da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

Esses dois acordos nos proporcionam também diversas oportunidades. O Brasil, como se sabe, é um país privilegiado em matéria de meio ambiente. Temos a maior floresta tropical, a maior reserva de água doce e a maior diversidade biológica do planeta. Temos também uma matriz energética limpa e renovável. É natural, portanto, que o Brasil desempenhe um papel central nas negociações internacionais sobre desenvolvimento sustentável.

Esse protagonismo deve, também, fazer-se acompanhar de uma clara identificação de nossos interesses, para que possamos promover nossa agenda de desenvolvimento. A atual conjuntura internacional é particularmente propícia. Tanto o Acordo de Paris quanto a Agenda 2030 preveem a criação de mecanismos de apoio aos países em desenvolvimento que poderão resultar em transferências de tecnologia e aportes financeiros. Isso ajuda países como o nosso a consolidar um modelo de crescimento econômico que seja social, econômica e ambientalmente sustentável.

Como os senhores sabem, alcançamos, com o Acordo de Paris, um resultado ambicioso,

equilibrado e duradouro, que irá fortalecer a Convenção de Clima da ONU. Muitos aqui acompanharam de perto as negociações e estão cientes de que a implementação dos compromissos que assumimos terá impactos sobre as políticas públicas dos estados brasileiros.

No momento estamos trabalhando junto ao Congresso Nacional para que o Brasil ratifique o Acordo de Paris, de forma a assegurar nossa participação plena em seu processo decisório. O texto do acordo já está sendo analisado pelo Senado Federal e confio em que poderemos realizar o depósito do instrumento de ratificação ainda este ano.

O Acordo de Paris é inovador por obedecer a uma lógica de obrigações de conduta, com base nas chamadas “contribuições nacionalmente determinadas”, ou “NDCs”, na sigla em inglês. A contribuição brasileira será a redução de 37% das emissões em 2025 e de 43% em 2030, ambas com relação a 2005. Trata-se de meta ambiciosa, que reflete, uma vez mais, o interesse e o empenho brasileiro em contribuir para que a implementação do acordo seja bem-sucedida.

É preciso esclarecer que as iniciativas apresentadas na contribuição nacional brasileira – por exemplo, o fim do desmatamento ilegal até 2030 – constituem, sobretudo, compromissos voluntários que apresentamos ao mundo, mas que devemos cumprir internamente. Dessa forma, temos agora uma série de ações a adotar, as quais deverão orientar a execução de diversas políticas públicas, não só na área ambiental, mas também nos mais diversos setores da economia.

Daí a importância de uma estreita coordenação entre o governo federal e os

governos estaduais. A execução dos compromissos assumidos pelo Brasil exige uma parceria e um trabalho conjunto de todos, e não somente de uma ou outra instância de governo.

Cabe ao Governo Federal a atribuição constitucional de apresentar, na esfera internacional, os resultados das medidas domésticas contra a mudança do clima. Mas para alcançarmos nossa meta, precisamos alinhar e unir nossos esforços e objetivos.

Também precisamos nos esforçar para captar apoio financeiro e fortalecer a cooperação internacional. Temos alcançado resultados positivos no financiamento internacional para o Brasil, mas ainda é enorme o potencial para integrar a cooperação internacional a nossas ações domésticas.

Este é um ponto crucial. A ideia de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” implica que países como o Brasil devem contar com financiamento e transferência de tecnologia que nos ajudem a avançar em nossas ações de mitigação e de adaptação.

Caso se cumpra o Acordo de Paris, haverá financiamento mínimo de US\$ 100 bilhões anuais para ações que visem a frear o aumento da temperatura em nosso planeta. Devemos, portanto, traduzir nossa posição de liderança numa efetiva capacidade de obtenção de recursos para o cumprimento de nossas metas ambiciosas.

Por fim, embora o foco de nossas discussões seja o Acordo de Paris, gostaria de me referir à Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. São dois temas que têm relação direta. Alguns dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (os ODS) têm um claro componente ambiental: garantir

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE ABERTURA DE MERCADO PARA A CARNE BOVINA BRASILEIRA – PALÁCIO DO PLANALTO, 1º DE AGOSTO DE 2016

acesso a energia limpa, promover consumo e produção responsáveis, tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis e, claro, adotar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Quero ressaltar que os governos estaduais e municipais têm um papel muito importante nessas matérias. Somente com o apoio de todos poderemos cumprir esses objetivos.

O Acordo de Paris e a Agenda 2030 marcam um momento histórico em que a comunidade internacional reafirma a crença em sua capacidade de enfrentar desafios comuns a todos. O Brasil foi um ator importante e tem agora a responsabilidade de mostrar que é capaz de crescer de maneira sustentável do ponto de vista ambiental, social e econômico. É hora de trabalharmos juntos para que o espírito e a letra desses acordos se tornem realidade.

Muito obrigado.

A cerimônia que presenciamos hoje é a etapa final de um esforço de 17 anos, levado adiante, em conjunto e continuamente, pelo Ministério da Agricultura, pelo Itamaraty e pelos produtores de carne bovina no Brasil.

Foi em 1999, numa iniciativa do Governo Fernando Henrique, que o Brasil solicitou ao “Animal, Plant and Health Inspection Service” dos Estados Unidos a habilitação das exportações provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Depois de demorados processos de fornecimento de informações, assinamos no ano passado o compromisso de liberalização da carne bovina “in natura”. Com muito trabalho e esforço técnico entre os dois países, concluímos a negociação do certificado sanitário internacional, com a participação decisiva do Ministro Blairo Maggi em Washington. Brasil e EUA realizaram auditorias recíprocas nos controles de inspeção da produção, concluindo pela equivalência de seus sistemas sanitários. É uma vitória do nosso agronegócio.

Tenho chamado a atenção para o fato de que, no comércio internacional, as barreiras não tarifárias são um impedimento insidioso à expansão de nossas exportações. Ao contrário das tarifas de importação, que são transparentes e foram reduzidas, para a maioria dos produtos, por sucessivos compromissos no âmbito da OMC, as medidas não tarifárias assumem formas diversas e, por isso, é mais difícil combatê-las.

Para o Brasil, que é um exportador agrícola muito eficiente, as barreiras não tarifárias são um obstáculo importantíssimo. Os produtos agrícolas enfrentam políticos protecionistas em muitos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Por isso, apesar de todas as rodadas de

negociação da OMC, as tarifas de importação tendem a ser altas.

Nos acordos de livre comércio bilaterais, muitos países excluem produtos agrícolas da liberalização. Mas as restrições não tarifárias na área dos produtos agrícolas são muito poderosas e, mesmo quando se consegue superar tarifas, elas podem impedir a entrada de produtos no mercado. Em geral estamos falando das medidas sanitárias e fitossanitárias, que têm um objetivo legítimo quando evitam que doenças e pragas se espalhem e prejudiquem a produção, mas que podem ser utilizadas com objetivos protecionistas.

Por isso, o Itamaraty e o Ministério da Agricultura têm trabalhado com afinco e coordenação, utilizando nossa rede de Embaixadas, para cumprir com as exigências dos países importadores, quando legítimas, e para combater as medidas ilegítimas com todos os instrumentos disponíveis, inclusive com recurso ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC, como é o caso, atualmente, em relação a certas medidas adotadas pela Indonésia.

Não temos dúvidas de uma coisa: da qualidade do produto do campo brasileiro. Carnes bovinas, por exemplo, são exportadas para mais de 136 países no mundo todo, colocando o Brasil na posição de segundo maior produtor e exportador mundial – uma parcela de 20% do mercado mundial. São cerca de 1.4 milhões de toneladas por ano com as quais o Brasil ajuda a alimentar a população mundial, que, em 2015, rendeu aproximadamente 6 bilhões de dólares para fortalecer a balança comercial brasileira.

A conclusão do processo de autorização para que o Brasil exporte carne “in natura” para os Estados Unidos é, nesse sentido, um

desenvolvimento natural, pelo qual os norte-americanos reconhecem a qualidade do sistema sanitário brasileiro e da carne produzida aqui. Embora se tenda a pensar na produção de carne como um produto primário, pouco sofisticado, na realidade a carne exportada embute um valor expressivo de serviços, insumos industriais, tecnologia, inovação e empreendedorismo. Contribui dessa forma não só para a balança comercial, mas para o desenvolvimento do Brasil. A pujança do campo brasileiro o atesta.

Quero parabenizar uma vez mais o Ministro Blairo Maggi pela conclusão desse processo. Veremos em dois ou três meses a exportação acontecendo de fato. Não se trata de anúncios para o futuro, mas do resultado concreto – agora é para valer!

PALAVRAS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS, JOHN KERRY – RIO DE JANEIRO, 5 DE AGOSTO DE 2016

A visita do Secretário John Kerry e o encontro produtivo que tivemos podem representar o primeiro passo de uma nova fase no relacionamento Brasil-Estados Unidos.

A aproximação entre nossos países é favorecida pelo compromisso do Presidente Obama com a cooperação, a diplomacia e a autocrítica em relação ao apoio no passado a ditaduras na América Latina. Na mesma direção, o presidente democrata tem defendido o fechamento da prisão de Guantánamo, e restabeleceu as relações diplomáticas com Cuba, começando a levantar o bloqueio econômico imposto à ilha há décadas.

A defesa do Presidente Temer de uma relação aberta e madura entre o Brasil e os Estados Unidos ajuda na construção de uma parceria renovada entre os dois países.

Nossas visões e interesses convergem em várias áreas, como desenvolvimento sustentável; direitos humanos; defesa da democracia; cooperação em educação, saúde, e ciência e tecnologia.

Tenho um compromisso pessoal com a promoção e a proteção dos direitos humanos e com o respeito à democracia e me empenharei para que o Brasil seja mais ativo e propositivo nessas questões, inclusive na procura de parcerias com países amigos.

Brasil e Estados Unidos também compartilham o objetivo de ampliar o comércio e os investimentos recíprocos, a fim de gerar mais e melhores empregos. Essa é uma prioridade clara do governo brasileiro e de meu trabalho à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Estou diretamente envolvido na intensificação da agenda comercial externa do Brasil. Foi com satisfação que celebramos esta semana a abertura recíproca de nossos mercados para as exportações de carne bovina in natura. Considero este

acordo, comandado do lado brasileiro pelo Ministério da Agricultura, um sinal muito positivo, que augura avanços em negociações futuras em outras áreas.

O entrelaçamento econômico entre o Brasil e os Estados Unidos é impressionante: o volume do comércio é de US\$ 50 bilhões, e sua qualidade é boa, com alto percentual de agregação nas exportações: 75% do que vendemos aos EUA são produtos manufaturados. Mais ainda, os Estados Unidos são os maiores investidores externos no Brasil, com estoque de US\$ 116 bilhões. Já os investimentos brasileiros nos EUA saltaram de US\$ 7,3 bilhões em 2009 para US\$ 22,4 bilhões em 2014. Em 2000, para cada dólar investido nos Estados Unidos por empresas brasileiras, 47 dólares eram investidos no Brasil por empresas norte-americanas. Em 2014, essa proporção caiu para 3.

Nossa tarefa agora é concentrar o trabalho nas prioridades que estabeleceremos de comum acordo. Em algumas áreas colheremos resultados no curto prazo, como no caso da carne, da aprovação no Congresso Nacional da política de céus abertos ou da negociação na áreas de facilitação de comércio. Em outros setores trabalharemos para colher frutos de médio prazo, como na área de defesa, nas parcerias com o setor privado para investimentos em infraestrutura, ou nas negociações sobre bitributação e investimentos.

Também gostaria de agradecer, em nome do Presidente Temer, a confiança do Governo norte-americano na solidez das instituições políticas e judiciais no Brasil, que em minha visão são um exemplo de maturidade na condução do atual processo de impeachment.

Por fim, ao agradecer ao Secretário John Kerry sua visita ao Brasil quer desejar êxito

à equipe norte-americana que participará dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Também quero reiterar ao governo e ao povo norte-americanos sucesso nas eleições presidenciais que ocorrerão em novembro deste ano.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA HOMENAGEM AOS ATLETAS ISRAELENSES MORTOS EM MUNIQUE (1972) – RIO DE JANEIRO, PALÁCIO DA CIDADE, 14 DE AGOSTO DE 2016

Moshe Weinberg
Yossef Romano
Ze'ev Friedman
David Berger
Yakov Springer
Eliezer Halfin
Yossef Gutfreund
Kehat Shorr
Mark Slavin
Andre Spitzer
Amitzur Shapira.

E também Anton Fliegerbauer

Esquecer jamais.

Thomas Bach, Presidente do Comitê Olímpico Internacional, a quem agradeço ter ajudado a colocado fim a anos de execrável indiferença em relação à memória das vítimas inocentes de 1972,

Caros familiares dos atletas mortos, a quem apresento minha mais profunda solidariedade,

Meus amigos,

É para mim uma grande honra representar o presidente Michel Temer e o governo brasileiro nesta cerimônia, apesar da dolorosa lembrança que nos traz.

O Brasil rechaça e condena o terrorismo em todas as suas formas. Nada justifica – absolutamente nada – atos dessa natureza. O mundo civilizado não pode aceitar, e não pode jamais esquecer, crimes como o massacre de Munique de 1972, em que 11 membros da delegação israelense foram covardemente assassinados. Que sua memória seja abençoada.

O esporte é, e deve ser sempre, uma força a favor da união dos povos do mundo. A trégua olímpica, herdada dos antigos gregos e endossada a cada quatro anos pelas Nações Unidas, deve ser entendida como símbolo de nossa humanidade compartilhada.

O fanatismo, a intolerância e o terrorismo são a antítese desse espírito. São abominações que devem ser condenadas e combatidas.

Como anfitriões dos Jogos Olímpicos Rio 2016, nós prestamos homenagem aos atletas e técnicos israelenses vítimas da sanha terrorista, movida, repito, pelo fanatismo e pela intolerância, naquele 1972. Que sua morte prematura e absurda seja sempre um alerta contra o extremismo e contra a violência, flagelos mais presentes do que nunca, que continuam a nos assombrar em diferentes partes do mundo.

O Brasil se orgulha de ser um país pacífico, que defende o diálogo e se empenha para aproximar outras nações. Um país formado por brasileiros de diferentes crenças e diferentes origens. Um país aberto a todos.

Essa é mais do que uma opção política. É um traço fundamental de nossa identidade como nação.

Ao prestar aqui um sentido tributo aos israelenses caídos em Munique, quero dizer da minha sincera esperança de que o verdadeiro espírito olímpico sirva de inspiração para todas as nações do mundo, em especial no Oriente Médio. E que o sonho de uma paz justa e permanente possa transformar-se por fim em realidade para Israel e seus vizinhos.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DA CAMPANHA "BE BRASIL" – RIO DE JANEIRO, 22 DE AGOSTO DE 2016

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que participo do lançamento da campanha “Be Brasil”. Este é um importante resultado do trabalho que estamos realizando para dar renovado vigor às atividades de promoção da imagem do Brasil e dos produtos brasileiros no exterior.

Trata-se também de um primeiro fruto da integração da Apex-Brasil ao Itamaraty. Essa integração era indispensável, pois o trabalho de promoção de nossas exportações deve estar em perfeita sintonia com a estratégia mais ampla de nossa política externa e de nossa diplomacia econômica.

Hoje, num mundo em que a competição é árdua, permanente, não se faz nada com qualidade e êxito sem uma visão estratégica do sistema internacional e das forças econômicas em jogo.

Com o apoio do Presidente Temer, uma das prioridades que estabeleci para uma nova agenda de relações exteriores do Brasil é a ênfase na abertura duradoura de novos mercados, na atração de investimentos e no aumento de nossas vendas para o exterior. Dessa forma a política externa pode ajudar de maneira mais concreta na retomada do crescimento econômico de nosso país.

Como tenho dito, nossos esforços nesse campo são guiados pelo pragmatismo e pela busca de resultados palpáveis. Queremos buscar as oportunidades onde quer que elas estejam, em países desenvolvidos, em nossa própria região ou nos continentes mais dinâmicos da economia mundial, como a Ásia e a África.

Afinal, é mais do que tempo de trabalharmos para aumentar a participação do Brasil no comércio mundial. Embora sejamos a sétima economia do mundo com o PIB aferido por paridade do poder de compra, somos hoje apenas o 25º exportador mundial.

Tenho a certeza de que a nova estrutura institucional do Itamaraty, com a já mencionada incorporação da Apex-Brasil e da própria Secretaria-Executiva da Camex, de forma cooperativa e entrosada com o MDIC, fortalecerá nossa capacidade de sermos proativos ante os desafios que a economia internacional nos impõe.

Sob a liderança do Embaixador Roberto Jaguaribe, a Apex-Brasil nos ajudará principalmente em duas vertentes: a) no fornecimento de informações que ajudarão o Itamaraty a negociar acordos comerciais vantajosos para os interesses brasileiros; e b) no apoio direto para que as empresas brasileiras possam melhor aproveitar as oportunidades existentes nos mais diversos mercados externos.

Como resultado da incorporação ao Itamaraty, a Apex-Brasil ganha capilaridade, já que passa a dispor do apoio da ampla rede de setores de promoção comercial que temos em nossas embaixadas e consulados-gerais.

O êxito dessas iniciativas depende, porém, de criatividade e capacidade de iniciativa. Temos um claro exemplo disso na campanha “Be Brasil”. Como vimos, seu foco principal é utilizar ferramentas de relações públicas para divulgar a qualidade e a inovação de nossos produtos, não apenas em segmentos mais conhecidos, como o agronegócio, mas também naqueles que começam a ganhar projeção, como moda, audiovisual, móvel e design, para mencionar apenas alguns poucos exemplos.

Com a campanha “Be Brasil” estamos fugindo da tendência à inércia burocrática e a “fazer mais do mesmo”. Não é aceitável que levemos adiante uma promoção comercial em moldes antiquados, sem leveza e agilidade, e, sobretudo, sem explorar o grande potencial que temos em diversas áreas.

É por isso que a campanha chama a atenção para três conceitos que até hoje, infelizmente, nem todos associam à nossa economia. São eles: sustentabilidade, criatividade e inovação.

A economia brasileira é muitas vezes identificada com ineficiência, problemas de gestão e baixa competitividade. Isso ocorre menos por culpa de nossos empresários do que pelas dificuldades que enfrentam, especialmente o chamado “custo Brasil”. A redução do “custo Brasil” que recai sobre o comércio exterior é uma das prioridades de minha gestão à frente do Itamaraty.

Nosso setor empresarial é, em sua grande maioria, dinâmico e criativo. Tem a marca da persistência e da inovação, a despeito de todos os problemas que enfrenta. Não é por acaso que somos um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo, com uma agricultura tropical de enorme êxito tecnológico, comercial e ambiental. Ou que sejamos o maior produtor mundial de jatos regionais e de celulose a partir do eucalipto, ou o segundo maior produtor de etanol.

Somos também uma das economias mais sustentáveis do planeta, com um dos percentuais de fontes renováveis na matriz energética mais altos do mundo, muitas vezes superior ao dos países desenvolvidos.

O Brasil é o produtor mundial agrícola que mais preserva sua cobertura vegetal nativa, com mais de 60%, segundo a FAO. Nada disso ocorreu por acaso, tendo exigido de nós estudo, pesquisa e investimentos em tecnologia e inovação.

A “Be Brasil” vai ajudar a mostrar que os alimentos e os móveis que produzimos são fruto de uma economia sustentável. Ou que nossa indústria domina tecnologia de ponta em diversas áreas, da produção de “software” à exploração de petróleo em águas profundas.

Vai colocar em evidência também a já conhecida criatividade de nosso povo, refletida em nossa produção audiovisual, em nossa arquitetura, em nossas artes plásticas. Nossos artistas são capazes de obter por força própria grande renome internacional. A “Be Brasil” vai tão-somente ajudar a potencializar esse processo, mostrando ao mundo as criações e manifestações que, por simples falta de apoio, ainda são desconhecidas no mundo.

Os mais de duzentos postos do Itamaraty no exterior serão usados agora como canais para a propagação do conceito do “Be Brasil”, em uma estratégia coordenada de divulgação que irá reforçar a imagem positiva dos negócios brasileiros e a qualidade de nossas empresas.

É dessa forma que venderemos mais para o exterior e também atrairemos mais investimentos, o que contribuirá, repito, para a recuperação de nossa economia e para a geração de mais e melhores empregos em nosso país.

Assim, ajudaremos a fortalecer setores fundamentais para o nosso futuro, estimulando a pesquisa, a inovação e a economia criativa de nosso país.

O que desejamos é explorar o enorme potencial de nossos empreendedores, que mesmo nas circunstâncias mais difíceis continuam apostando no Brasil, demonstrando todos os dias sua capacidade de iniciativa.

É meu compromisso que o Itamaraty e a Apex-Brasil estejam sempre abertos a ajudar nossos empresários e a promover os seus produtos no mundo. Afinal, é essa força inovadora, baseada na sustentabilidade, na criatividade e na inovação, que faz nosso país crescer e que nos estimula a superar os obstáculos que encontramos. Contem com nosso apoio.

Muito obrigado.

**INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA
REUNIÃO MINISTERIAL DO G4 – NOVA YORK, 21 DE SETEMBRO DE 2016**

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Ministro Steinmeier e seus colegas alemães por organizarem esta reunião. É uma honra encontrar todos os chanceleres do G4 à margem da Assembleia Geral da ONU. Esta é a primeira vez que tenho o prazer de participar de uma reunião ministerial G4.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para reiterar o compromisso do Brasil em fortalecer nossas relações com a Alemanha, a Índia e o Japão. Em termos puramente geográficos, nossos quatro países parecem estar muito distantes, em três continentes diferentes. No entanto, somos parceiros naturais em muitas áreas de cooperação na agenda internacional.

O apoio a mudanças efetivas na antiga estrutura de governança global é um dos nossos objetivos comuns. Quando a atual estrutura do Conselho de Segurança da ONU foi criada, há mais de 70 anos, o mundo era muito diferente do nosso atual: a população mundial era de cerca de 2 bilhões de pessoas, menos de um terço da população de hoje, e as Nações Unidas só tinham 51 Estados Membros, em comparação com os atuais 193.

Como podemos congelar por 71 anos uma instituição construída para nos ajudar a enfrentar grandes desafios à paz e à segurança mundiais, sabendo que os riscos e perigos que nos ameaçam mudam aceleradamente a cada dia?

Na cerimônia em que tomei posse como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, quatro meses atrás, anunciei uma série de orientações para a nova política externa brasileira. Disse, então, que, nas Nações Unidas e em todos os fóruns globais e regionais, o governo brasileiro agiria em favor da paz e da solução negociada de conflitos, e iria buscar a adaptação das atuais instituições internacionais às novas realidades e desafios globais.

À margem da Cúpula do G20 em Hangzhou, o Presidente Temer observou que "as mudanças em curso exigem a correspondente atualização das nossas estruturas de governança global". Neste contexto, salientou que "precisamos de instâncias decisórias internacionais mais representativas e, portanto, mais legítimas e eficazes".

No campo econômico-financeiro, temos obtido progresso considerável desde a crise de 2008. O G20 tornou-se o mecanismo internacional mais importante para coordenação macroeconômica e para lidar com os obstáculos ao crescimento econômico e ao emprego. Ao mesmo tempo, no FMI e no Banco Mundial, as reformas de cotas vêm avançando, embora não tão rapidamente como desejamos.

Por outro lado, no que tange a paz e segurança, o progresso tem sido muito mais lento.

Como disse, o Conselho de Segurança da ONU ainda tem um grupo central de participantes que reflete o mundo de 1945.

Um Conselho de Segurança ampliado, com a incorporação de novos membros permanentes, poderia ser benéfico para todos. Poderia quebrar o impasse atual que nos impede de resolver muitos dos problemas e das crises que continuam a ameaçar a paz internacional. Os países do G4 poderiam trazer ao Conselho novas abordagens e perspectivas e contribuir para reduzir as diferenças entre seus membros atuais.

O Brasil defende há muito tempo a expansão do Conselho de Segurança, nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, e o presidente Temer mantém seu compromisso com esse objetivo.

O Conselho de Segurança vem expandindo sua agenda continuamente em anos recentes. Originalmente concebido para lidar com

conflitos específicos que ameaçavam a paz e a segurança internacionais, atualmente o Conselho de Segurança discute uma série de outras questões, como terrorismo, crises em saúde, tráfico de drogas e mudança do clima.

Todos nós reconhecemos que a reforma do Conselho de Segurança não é uma tarefa fácil. Dessa forma, precisamos trabalhar em cooperação estreita para fazer avançar esse processo.

Nossos quatro países devem continuar a pressionar por negociações genuínas e baseadas em textos. Nós também precisamos unir forças com outros Estados-Membros que pensem como nós a esse respeito. Estamos otimistas de que um grupo maior, composto por todos os "amigos da reforma" pode trazer dinamismo ao processo.

No ano que vem, as Nações Unidas vão estar sob nova liderança. Esperamos que o novo Secretário-Geral atribua a mais alta prioridade a habilitar os Estados Membros a reformar o mais importante órgão encarregado primariamente da manutenção da paz e da segurança internacionais.

Está na hora de obtermos resultados concretos.

Obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DAS CONDECORAÇÕES DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL A JURISTAS ESTRANGEIROS – BRASÍLIA, 27 DE OUTUBRO DE 2016

É uma grande satisfação e uma honra participar desta cerimônia. Em muito boa hora o presidente Michel Temer acolheu a sugestão do ministro Gilmar Mendes de homenagear os professores Albert Louis Sachs, Carlos Blanco de Moraes, Gunther Teubner e Jeffrey Jowell, concedendo-lhes a mais alta condecoração do governo brasileiro a cidadãos estrangeiros, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de comendador.

Trata-se de um justo tributo que prestamos à longa trajetória desses quatro juristas de renome mundial na promoção da democracia, do estado de direito e dos direitos humanos. Sua atuação universitária e prática jurídica constituem exemplos para as novas gerações de como enfrentar os múltiplos dilemas envolvidos na construção de uma sociedade mais justa.

A presença dos homenageados no Brasil é um exemplo do muito que temos avançado no diálogo e na cooperação com outros centros de pensamento. Essa troca de experiências é um exercício de enriquecimento mútuo que nos incita a pensar de maneira mais crítica e criativa sobre problemas comuns.

A história do professor Albert "Albie" Sachs confunde-se com a luta do povo sul-africano contra o "apartheid". Ao longo de quatro décadas ele viveu diariamente essa causa, como ativista e defensor de direitos civis, o que lhe rendeu a prisão, o exílio e as sequelas físicas decorrentes do grave atentado contra sua vida em Moçambique.

Ao ser nomeado juiz da Corte Constitucional pelo presidente Nelson Mandela, o professor Sachs continuou, por meio de suas decisões, a ter grande influência na conformação de uma sociedade inspirada no ideal de igualdade e no respeito à dignidade humana. A força de vontade, a coragem e a inteligência de figuras públicas como o professor Sachs foram fundamentais para os

enormes avanços logrados pela África do Sul nos últimos anos. Como afirmou Mandela, não há caminho fácil para a liberdade. E a trajetória de nosso homenageado, com sofrimentos e conquistas extraordinárias, é um exemplo disso.

Saudamos também a homenagem aos professores Carlos Blanco de Moraes, Gunther Teubner e Jeffrey Jowell. O professor Moraes, catedrático de direito constitucional da Universidade de Lisboa, tem sido um dos grandes impulsionadores da cooperação entre Brasil e Portugal no campo do direito. Brasil e Portugal são dois países irmãos, que compartilham não apenas a mesma tradição jurídica, mas uma história comum. O professor Moraes, frequente colaborador de nossas universidades, tem contribuído ativamente para manter viva essa proximidade entre nossas escolas de pensamento jurídico.

O professor Teubner, um dos expoentes da sociologia e teoria do direito, é hoje um dos juristas alemães mais estudados no Brasil. Sua obra mais recente aprofunda a reflexão sobre um tema de particular relevância: o papel do direito e do estado nacional no mundo globalizado, em que grandes assimetrias desafiam nossa capacidade de assegurar os direitos civis, políticos e sociais de nossos cidadãos.

Da atuação do professor Jeffrey Jowell eu destacaria a relevante contribuição aos estudos constitucionais, com ênfase na promoção do estado de direito no mundo contemporâneo e na defesa dos direitos e garantias individuais. Saliento seu papel como um dos fundadores do "Bingham Centre on the Rule of Law", instituição relevante na promoção da cidadania, dos direitos humanos e acesso à justiça.

Atuei como deputado constituinte num momento importante da história do Brasil, em que retomávamos nossa democracia após um hiato de mais de duas décadas. Por isso,

quero dizer que o estado de direito e o respeito aos direitos de cada um de nós é uma conquista que devemos trabalhar para preservar a cada dia, incansavelmente. Não podemos deixar jamais de encarar a importância de que todos os poderes atuem sempre de acordo com a lei, sem interferir nas liberdades fundamentais dos cidadãos.

Não pode haver democracia onde não há direito. O respeito à legalidade é a base de qualquer sistema político, pois é ele que nos protege de abusos e permite um encaminhamento adequado de conflitos.

E esse é um traço comum na obra de nossos homenageados. Sua história profissional é marcada pelo empenho na defesa de valores que hoje são fundamentais na sociedade brasileira: a prevalência da lei, o acesso amplo à justiça e a promoção e a proteção dos direitos humanos.

No mundo atual o direito terá papel ainda mais importante. Embora a globalização tenha avançado no plano econômico, ela ainda não se estendeu ao indivíduo, que enfrenta diariamente obstáculos para circular e exercer suas liberdades no mundo. Garantir que os direitos não se esgotem na esfera nacional, mas sejam respeitados também no plano internacional, continuará sendo um grande desafio que temos de enfrentar.

Devemos por isso buscar uma ordem internacional que esteja assentada em regras mais justas e em menos desigualdades econômicas e sociais entre os países. Esse continuará sendo um dos paradigmas da atuação do Brasil no mundo.

Montaigne assinalou que a mais honrosa das ocupações é servir ao público e ser útil ao

maior número de pessoas. A imposição da insígnia do Cruzeiro do Sul é um reconhecimento do governo brasileiro à fidelidade de nossos homenageados a essa importante lição. Que eles continuem se dedicando às causas públicas por muitos anos.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA XXV CÚPULA IBERO-AMERICANA – CARTAGENA, 29 DE OUTUBRO DE 2016

Sua Excelência o presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, em nome de quem cumprimento os chefes de Estado e de Governo da América Latina,

Sua Majestade o Rei da Espanha, Felipe VI, em nome de quem cumprimento os chefes de Estado e de Governo da Península Ibérica,

Senhora Chanceler da República da Colômbia, María Ángela Holguín, a quem parabeno pela organização da XXV Cúpula Iberoamericana e em nome de quem cumprimento os demais chefes de delegação aqui presentes,

Senhora Rebeca Grynspan, Secretária Geral Iberoamericana,

Quisiera, desde luego, transmitir el saludo del presidente Michel Temer al presidente Juan Manuel Santos, así como al pueblo colombiano, por la amable acogida en la bellísima ciudad de Cartagena, la única a acoger dos cumbres iberoamericanas.

Para mí, en el plan personal, participar de este encuentro tiene también un significado muy especial. Más allá de mis raíces familiares – soy nieto de argentinos -, a lo largo de mi trayectoria he podido atestar los lazos culturales e históricos que nos unen. Pasé 14 años en el exilio, 9 de ellos en América de Sur, en Chile. Gran parte de mi formación académica tuvo lugar en América Latina, donde siento en la piel la memoria de esa vivencia.

Senhoras e Senhores,

O Brasil concluiu recentemente um processo que foi levado adiante com rigoroso respeito à lei e às instituições, sob a condução do Parlamento (maioria de 2/3) e a permanente supervisão do Supremo Tribunal Federal. Essa página está agora definitivamente virada, e o país está pronto para concentrar suas energias em suas reais prioridades

sociais e econômicas, que não são poucas nem pequenas. Agradeço os países de nossa região, e de todos no plano internacional, que se deram conta dessa cristalina realidade.

Quero dizer também que a paz na Colômbia representa um marco histórico, inserido no fim de um ciclo de quase 60 anos na América Latina, que nasceu sob a Guerra Fria. São outros paradigmas que agora nos orientam na busca por maior unidade e abertura, na região e em todo o mundo. Marcam essa mudança dois acontecimentos recentes: a paz na Colômbia e o fim do embargo a Cuba. Esse ciclo acabou e temos de saber concluí-lo. A contribuição da Colômbia é fundamental, e não foi à toa que o presidente Juan Manuel Santos ganhou o merecido Prêmio Nobel da Paz.

Destaco também, nesse contexto, as negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, cuja conclusão, apesar de envolver mais diretamente um bloco específico de nossos países, repercutirá positivamente sobre toda a região. Quero parabenizar a Portugal e à Espanha por seu engajamento nas negociações e seu compromisso com o livre comércio.

Esta nova cúpula em Cartagena simboliza para nós um recomeço. Esperamos que, juntos, possamos buscar soluções que nos permitam avançar em nosso projeto de comunidade ibero-americana, sempre com foco em projetos de cooperação que beneficiem concretamente nossos jovens e nossas populações como um todo.

Saúdo, por isso mesmo, os avanços logrados no decorrer destes dois anos no processo de renovação da Conferência Ibero-Americana e, em particular, no que se refere à reforma da Secretaria-Geral Ibero-Americana, levada adiante, com dedicação e competência, pela Secretária-Geral Rebeca Grynspan.

Devemos continuar a consolidar o relevante acervo que vimos construindo desde 1991, aprofundando nossa cooperação em atividades prioritárias e contando com uma estrutura institucional ágil e eficaz na execução dos objetivos fundamentais de nossa comunidade.

Quero saudar o Secretário-geral das Nações Unidas designado, António Guterres. É o segundo representante da comunidade iberoamericana, depois de Javier Pérez de Cuellar, peruano, a ocupar o cargo mais elevado do sistema das Nações Unidas. Sua presença nesta cúpula, poucas semanas depois da aclamação de seu nome pela Assembleia Geral, demonstra seu compromisso com o aprofundamento da amizade e cooperação entre nossos países. Mais especificamente para nós, que temos o orgulho de nossa lusofonia, é uma honra ver um de nossos nomes mais ilustres a desempenhar tão alta função.

Senhoras e Senhores,

A escolha do lema da Cúpula deste ano – "Juventude, Empreendedorismo e Educação" – foi feliz e oportuna. A oferta de ensino de qualidade e a geração de empregos para nossos jovens são objetivos dos quais dependem o futuro e a prosperidade de nossas sociedades.

O compromisso de nossa comunidade está refletido no "Pacto Ibero-Americano da Juventude", ferramenta fundamental para orientar o trabalho conjunto de governos, sociedade civil e instituições regionais. Cumprimento a todos os envolvidos pelo resultado, construído a partir de processo abrangente, ao qual contribuíram milhares de jovens de todos os países ibero-americanos.

O Brasil considera de crucial importância a sistematização e o intercâmbio de dados, informações, boas práticas e trabalhos de

pesquisa em matéria de juventude. Acreditamos que essas ações possibilitariam uma iniciativa conjunta ibero-americana, voltada ao desafio de valorizar o espírito empreendedor de nossos jovens e indicar alternativas de inserção no mercado de trabalho.

Essa causa é especialmente urgente para nossos países, que enfrentam taxas demasiado altas de desemprego para os jovens – inclusive no Brasil. Eles integram, como sabemos, um dos grupos mais vulneráveis às crises econômicas, à estagnação e à falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde.

No Brasil, estamos retomando o caminho de volta ao crescimento econômico, depois da maior retração de nossa história, com a finalidade de restabelecer a ampla confiança na economia do país. Para isso, é fundamental o engajamento do empresariado de nossos países, motivo pelo qual gostaria de saudar a realização aqui em Cartagena, nos últimos dois dias, do XI Encontro Empresarial Ibero-Americano.

Senhoras e Senhores,

A Cúpula de Veracruz, em 2014, determinou que fossem priorizadas ações nos espaços da cultura, do conhecimento, com foco nas duas línguas –português e espanhol -, e da coesão social, incluindo economia e inovação. Valorizamos os programas de mobilidade acadêmica e a maior aproximação entre nossas sociedades, inclusive por meio da promoção do ensino do português e do espanhol, fundamentais para o fortalecimento da comunidade ibero-americana. Estudei espanhol na escola, e creio ser importante que se retome o ensino obrigatório dessa língua no ensino médio brasileiro, assim como que o português seja obrigatório nos países de fala hispânica.

É por meio da educação e da cultura que os nossos cidadãos terão acesso não apenas ao lazer, mas também ao conhecimento. Educação e cultura são, sim, uma prioridade e um dos grandes instrumentos para a construção de uma sociedade inclusiva, baseada na igualdade de oportunidades.

Muito obrigado.

É sobre esse pano de fundo que a Conferência Ibero-Americana mantém-se em destaque, com continuado foco nos programas de cooperação desenvolvidos por seus organismos. O Brasil está entre os principais prestadores de cooperação no âmbito da Conferência, com projetos importantes nas áreas da saúde, educação, cultura, turismo, moradia e infraestrutura.

Merecem destaque, nesse contexto, duas ações, ambas lançadas durante o período em que estive à frente do Ministério da Saúde brasileiro: a quebra de patentes de medicamentos, que possibilitou o acesso a remédios de baixo custo, e o orgulho especial do Brasil com a rede de bancos de leite materno. O sucesso desse projeto, que combate com muito baixo custo a desnutrição dos recém-nascidos, é evidente: entre 2009 e 2015, foram beneficiadas quase 1,6 milhão de crianças. Essa iniciativa, concebida no Brasil, encontra-se hoje em 21 países, inclusive em Portugal e na Espanha, em uma verdadeira cooperação Sul-Norte.

Senhoras e Senhores,

Gostaria de cumprimentar o excepcional trabalho desempenhado pela Secretaria Pro Tempore da Colômbia, sob a liderança da Chanceler María Ángela Holguín, na organização desta Cúpula, e reitero, uma vez mais, nosso pleno apoio ao povo colombiano em sua busca por caminhos para atingir a paz de forma duradoura.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DA XI CONFERÊNCIA DE

CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP – BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2016

Senhor presidente Michel Temer, senhores presidentes, senhores primeiros-ministros, senhores ministros,

Senhora secretária executiva da CPLP,

Senhoras e senhores,

Foi com grande alegria que acolhemos em Brasília as delegações dos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Passados 20 anos de sua criação, a CPLP constitui hoje não apenas um instrumento de valorização de nossa história, cultura e língua comuns. Ela vai além e nos projeta para o futuro, lembrando-nos da responsabilidade de trabalharmos em conjunto para defendermos nossos valores e interesses num mundo ainda profundamente marcado por diferenças e conflitos.

Somos nove países-membros de todos os continentes, com uma população conjunta de 267 milhões de pessoas. O professor Antonio Guterres, secretário-geral designado das Nações Unidas e signatário da ata fundação da CPLP, ressaltou ontem neste auditório o caráter multicultural de nossos países e sua vocação para construir pontes entre as diversas regiões do globo. Nossa diversidade histórica, étnica e geográfica, assentada na identidade fundamental da língua, habilita-nos a aproximar extremos, a relativizar diferenças.

Os países da CPLP compartilham valores comuns que permitem uma atuação conjunta e uma coordenação fluida nos foros internacionais. Somos fortes defensores da paz, do estado de direito, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Ontem, ao longo da sessão de trabalho desta 11ª Conferência de Chefes de Estado e de

Governo, Vossas Excelências reiteraram o compromisso com esses princípios, cada vez mais importantes num contexto de incertezas e crises globais. A diplomacia e a solução pacífica de controvérsias perdem espaço num mundo marcado por conflitos civis e entre países. Direitos humanos conquistados arduamente ao longo de anos estão hoje ameaçados pela xenofobia, pelo populismo e por nacionalismos exacerbados. Na esfera econômico-comercial, ressurgiu a retórica protecionista. É como se a irônica previsão de George Bernard Shaw tivesse se tornado realidade: “o que a história nos ensina é que ela não nos ensina nada”. Parece que esquecemos as duras experiências que a humanidade viveu no século passado.

Creio que nossa comunidade transmite hoje uma mensagem que vai na contramão dessas forças desagregadoras. Reuniões como esta fazem-nos recordar o sentido de urgência diante dos grandes problemas enfrentados pela comunidade internacional.

Questões como crescimento econômico, direitos humanos, pobreza, educação, saúde nos unem; nos uniram nesta conferência e orientam a nossa agenda de trabalho.

Senhoras e senhores,

O histórico compromisso do Brasil com a causa do desenvolvimento está presente no tema escolhido para guiar nossa presidência ao longo do próximo biênio: “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Resultado importante de nossos trabalhos nesta Conferência foi a adoção das diretrizes para uma nova visão estratégica da CPLP. Todos queremos uma organização que seja institucionalmente sólida e que conte com objetivos e prioridades bem definidas.

Destaco a renovação da vocação global da CPLP por meio da admissão de quatro novos países como observadores associados: a Hungria, a República Checa, a República Eslovaca e o Uruguai, que se juntam a Geórgia, Japão, Maurício, Namíbia, Senegal e Turquia.

A CPLP já conta, assim, com dez países associados. O interesse manifestado pelos novos observadores orgulha-nos e certamente contribuirá para a ampliação das oportunidades de cooperação e diálogo da CPLP com outras regiões do planeta.

O Conselho de Ministros, realizado ontem, reiterou a centralidade da língua portuguesa para todos nós, destacando a importância do trabalho que vem sendo realizado, apesar das carências orçamentárias, pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O IILP é a mais antiga de nossas organizações comuns, iniciativa lançada em São Luis do Maranhão em reunião organizada pelo presidente José Sarney. A professora Marisa Guião de Mesquita, moçambicana que estudou aqui no Brasil, foi reeleita para o cargo de diretora-executiva, com a missão de continuar sua árdua e tarefa.

A Conferência elegeu a doutora Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira, de São Tomé e Príncipe, como a nova secretária executiva da Comunidade. A secretária-executiva trará para a direção da CPLP sua experiência à frente do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Terá o desafio de aproximar ainda mais nossa comunidade de nossos povos, prosseguindo o valioso trabalho do embaixador Murade Muragy, que, tenho certeza, continuará próximo da CPLP.

Entre suas diversas iniciativas, ao longo de quatro anos, o ex-secretário-geral fez um esforço louvável de criar entre nossos países um ambiente de negócios que facilitasse o comércio e os investimentos recíprocos.

Temos de continuar nesse caminho. Doutora Maria do Carmo, eis seu desafio, para o qual contará com o decidido apoio do Brasil.

Finalmente, a Declaração de Brasília, que acaba de ser assinada pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da CPLP, reconhece os importantes avanços registrados durante a presidência do Timor Leste, país que muito contribuiu, nos últimos dois anos, para enriquecer os nossos trabalhos e estimular a reflexão sobre meios para tornar nossa organização mais eficiente.

Lembro que há duas décadas, quando realizávamos nossa primeira reunião, o Timor Leste ainda lutava por sua autodeterminação, objetivo que sempre foi respaldado pela CPLP.

É com esse espírito de otimismo que exerceremos a presidência brasileira da CPLP. Com a inestimável contribuição de todos, estou confiante de que tornaremos nossa comunidade um ator cada vez mais importante no fortalecimento dos laços de diálogo e de cooperação entre nossos países.

A tarefa do Brasil é múltipla. Queremos reforçar as atividades da CPLP tanto no campo cultural, como na sua vertente econômica, empresarial. Devemos aliar o passado que compartilhamos, nossa herança comum, aos interesses concretos que nos movem, em benefício do desenvolvimento de nossos países. Nosso plano de trabalho, circulado ontem, reflete este compromisso.

Como disse o escritor moçambicano Mia Couto, "o mar foi ontem o que o idioma pode ser hoje". É essa lição de aproximação e trabalho conjunto entre nossos países que deve inspirar a CPLP.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NO
ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO "CÓMO HACER NEGOCIOS COM BRASIL"
[ESPAÑOL] – MADRI, 23 DE NOVIEMBRE DE 2016**

Excelentísimo Alfonso Dastis, Ministro de
las Relaciones Exteriores y de Cooperación,

Excelentísima María Luisa Poncela,
Secretaria de Estado de Comercio,

Excelentísimo Embajador de Brasil en
España, Antonio Simões,

Excelentísimo Embajador de España en
Brasil, Manuel de la Cámara,

Excelentísimo Presidente de APEX-Brasil,
Embajador Roberto Jaguaribe,

Excelentísimos señores Embajadores y
demás autoridades,

Estimados empresarios y empresarias de
España y de Brasil,

Es para mí una gran satisfacción participar
de la clausura de este seminario. Saludo a
todos los participantes de este encuentro,
especialmente a los organizadores, el ICEX
y APEX-Brasil.

Quisiera, ante todo, subrayar que no es por
casualidad que este seminario se lleva a cabo
en España, país estratégico e ineludible en lo
que se refiere a oportunidades de inversión
en Brasil. España es origen de inúmeros
casos de éxito, en beneficio mutuo de
nuestras economías, y creo firmemente que
seguirá siendo un socio clave en el futuro.

Este Seminario tuvo como objetivo dar a

conocer a nuestros socios españoles las
oportunidades de inversión en
infraestructura, logística y energía, en el
marco del Proyecto Crecer, como ya ha sido
detallado por mis colegas durante esta
mañana. Pudimos discutir formas de ampliar
nuestras relaciones económicas y

comerciales. Sin embargo, este Seminario no
termina hoy. Esto es sólo el comienzo de una
coordinación estrecha y de una amplia vía de
diálogo y de construcción de puentes,
incluso mediante las reuniones "One-on-
One" de mañana entre los empresarios y las
autoridades brasileñas. La clave está en dar
continuidad al Seminario con los buenos
negocios que estamos sembrando hoy, aquí
en Madrid.

Recuerdo que la idea de realizar este evento
surgió durante mi reunión con el ex-
Secretario García-Legaz, en Brasilia, en
septiembre de este año. Me complace ver
que, en tan poco tiempo, logramos sacar la
idea del papel y presentar las principales
oportunidades de inversión que ofrece Brasil
para el público español.

En esas circunstancias tan prometedoras
para la relación comercial bilateral, deseo
felicitar a la nueva Secretaria de Comercio
de España por su nombramiento y desearle
mucho éxito en el ejercicio de sus funciones.
Sabemos que la Secretaria Poncela será
responsable por un tema estratégico para
España, dado que el comercio exterior ha
sido uno de los motores de crecimiento del
país en los últimos años. Que cuenten
conmigo para desarrollar, juntos, un
programa ambicioso y mutuamente
beneficioso para Brasil y España.

El propósito de este evento es coherente con
las prioridades que he establecido para la
nueva agenda de relaciones exteriores de
Brasil, con énfasis en la apertura de nuevos
mercados, la atracción de inversiones y el
aumento de la competitividad de nuestra
economía.

Queremos dar un nuevo impulso a las
actividades de promoción de la imagen de
Brasil y de los productos brasileños en el
exterior. Buscamos inversiones y socios en

proyectos de alta prioridad para nuestro país. No sólo por los treinta y cuatro proyectos del *Proyecto Crecer* (“Projeto Crescer”) que he mencionado, sino también para todos aquellos que puedan contribuir a la mejora estructural de la economía brasileña.

Quiero también aprovechar esta oportunidad para subrayar la confianza que tenemos en el futuro de las economías de España y de Brasil.

De acuerdo con Eurostat y con el FMI, España será la economía occidental que más va a crecer entre 2015 y 2017. Se estima asimismo que España crecerá 3,2%, en 2016; y 2,3% en 2017. Esta es una de las mejores proyecciones de crecimiento en la zona del euro.

En Brasil, vislumbramos escenario similar. Estamos haciendo importantes reformas estructurales, con el fin de permitir una rápida recuperación de nuestro crecimiento económico y la generación de más y mejores puestos de trabajo e ingresos para nuestra población.

Otra razón que nos trae a España es la importancia de avanzar en el compromiso de duplicar el volumen del comercio y de las inversiones cruzadas hasta el año 2025, un objetivo que aparece en la "Declaración conjunta para el Avance de la Asociación de Empresas", firmado en abril de 2015. Se trata de un reto ambicioso, pero lo vamos a enfrentar con dedicación, visión de futuro y seguridad de que tendremos grandes resultados.

Es cierto que, en el último año, nuestro comercio bilateral sufrió una caída, alcanzando la cifra de 5,8 mil millones de euros. Este dato momentáneamente negativo debe ser entendido en el contexto de las

adversidades que enfrentamos en la economía global, y que vamos dejando para atrás. También hay que evaluar las tendencias más importantes de nuestra relación comercial: nuestro intercambio aumentó de 3,4 mil millones de euros en el 2003 a 7,3 mil millones en el 2013 - un aumento del 116%. Para repetir estos resultados dentro de los diez años que tenemos por delante, necesitaremos trabajar mucho.

Es con esta inspiración que creo fundamental retomar el camino de la expansión de nuestro intercambio comercial. Cuando hablamos de duplicar el flujo comercial, nuestro reto es alcanzar un comercio bilateral de alrededor de 12 mil millones de euros, lo que requerirá los esfuerzos de nuestros gobiernos y de nuestros empresarios para crear oportunidades concretas de negocio.

Una manera de cumplir con este ambicioso objetivo consiste en diversificar las exportaciones brasileñas, ahora concentradas en soja, combustibles y minerales. Esto permitiría que más empresas brasileñas puedan vender sus productos en el mercado español, además de las 1.746 empresas que ya lo hicieron en el año 2015.

Al cruzar los datos de las exportaciones brasileñas y de las importaciones españolas, observamos que existen oportunidades potenciales para nuestras ventas de automóviles, piezas de automóviles, aviones, helicópteros, tractores, turborreactores, turbopropulsores y polietileno, por nombrar algunos ejemplos de productos de alto valor añadido.

Con respecto a las inversiones, España ha vuelto el año pasado a ocupar el segundo puesto como mayor inversor extranjero en

Brasil. Brasil es, a su turno, el tercer principal destino de las inversiones españolas. Con una inversión de unos 78 mil millones de dólares, la presencia española en la economía brasileña es robusta, variada y con operaciones de todos los tamaños y en los más diversos sectores.

Desde la década de 1990, hemos recibido grandes inversiones españolas en el sector de la energía, infraestructura, logística, transporte, telecomunicaciones entre otras áreas estratégicas.

En el 2015, las empresas españolas han ganado concursos en el exterior sumando un total de 55,3 mil millones de dólares, y ahora han pasado a gestionar alrededor del 40% de las principales concesiones de transporte del mundo. Estamos convencidos de que estas cifras impresionantes son el resultado de un trabajo duro, con el desarrollo de soluciones innovadoras para proyectos modernos, eficientes y sostenibles.

En el sentido contrario de las inversiones, varias empresas brasileñas mantienen una significativa presencia en España como estrategia de internacionalización de sus productos y servicios. Cito, como ejemplos, las inversiones de WEG, VOTORANTIM, BRF y STEFANINI en el territorio español.

Las inversiones brasileñas, que ascienden a 13,5 mil millones de dólares, según datos de 2015, mostraron un aumento significativo en los últimos años e hicieron que Brasil fuera uno de los principales inversores en España, entre los países emergentes. Somos conscientes de que todavía hay margen para aumentar la presencia de las empresas brasileñas en España y, por lo tanto, continuaremos los esfuerzos para alentar a nuestros empresarios a percibir España

como una base privilegiada para operar en los mercados de Europa, Mediterráneo y África.

Nuestras empresas también están haciendo inversiones en asociación. El principal proyecto en curso es el cable submarino de fibra óptica que va a establecer una conexión directa entre América Latina y Europa.

El proyecto TELEBRÁS e Islalink debe revolucionar la transmisión de datos, especialmente los datos científicos para la investigación, no sólo entre Brasil y España, sino también entre Europa y América Latina en su conjunto. Este es un excelente ejemplo de cooperación de nuestro sector privado en materia de ciencia, tecnología e innovación, y apunta al gran potencial que tenemos en áreas relevantes para el incremento de la competitividad y de la productividad de nuestras economías.

Iniciativas como esta, de trabajo conjunto, continuarán siendo alentadas por nuestros gobiernos. Tenemos casos de asociaciones exitosas entre las empresas brasileñas y españolas en la construcción del metro de la Ciudad de Panamá, del gasoducto del Sur del Perú y la terminal portuaria de Pisco, también en Perú. Creo que las inversiones conjuntas pueden contribuir a fomentar la internacionalización de nuestras empresas.

Al examinar la relación económica y comercial, no podría dejar de mencionar el compromiso español en hacer avanzar el Acuerdo de Asociación entre Unión Europea y el Mercosur, cuya negociación está evolucionando. Quisiera agradecer y reiterar la importancia de contar con el firme apoyo de España en el diálogo birregional, en el sentido de lograr un acuerdo equilibrado e integral. Sabemos que hay sensibilidades de ambas partes, pero hay que seguir trabajando

con determinación por un resultado que sea positivo para los dos bloques.

Muchas gracias.

Señoras y señores,

Nuestra relación económica y comercial es muy expresiva y dinámica. Queremos que así continúe y que pueda incluso traer noticias todavía mejores. Para ello, es necesario, además de mucho trabajo, responder a las nuevas demandas del mercado, fortalecer las asociaciones empresariales y, sobre todo, creer en nuestro potencial. De esta manera, nuestro principal reto es no dejarnos acomodar. Tenemos grandes objetivos y proyectos comunes. Tenemos una sintonía política y económica excepcional. Tenemos todas las condiciones para traer grandes beneficios a nuestras economías y sociedades, generando crecimiento y empleo.

Por último, quisiera referirme al gran Miguel de Cervantes, cuya trayectoria celebramos este año por los 400 años de su muerte. Los personajes de Cervantes nos legaron inspiradoras lecciones que combinan el sueño y la aspiración, con el realismo y la prudencia. Así que elegí dos máximas del Quijote para animar nuestro trabajo juntos: "*Y manos a labor; que en la tardanza dicen que suele estar el peligro*"; y, en nota positiva, "*Al bien hacer jamás le falta premio*". Tengo la seguridad de que nuestras actividades del día de hoy contribuirán para nuestro avance hacia una mayor prosperidad de nuestras sociedades, a través de más comercio, más inversión y más cooperación.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DO "ÚNICA FORUM" 2016 – SÃO PAULO, 28 DE NOVEMBRO DE 2016

É um grande prazer e uma honra para mim o convite para participar do "UNICA Forum" 2016.

Agradeço a você, Elizabeth, e, por seu intermédio, aos demais organizadores deste evento, pela oportunidade de realizar esta

conferência de encerramento e atualizá-los sobre a estratégia e as ações do Ministério de Relações Exteriores em prol do desenvolvimento da bioenergia, do etanol e do setor sucroalcooleiro brasileiro. Temos algumas importantes ações recentes que, creio eu, merecem ser comentadas.

O setor sucroalcooleiro tem suas origens em nossa história colonial, mas se tornou, com o passar dos anos, moderno, competitivo e dinâmico, fornecendo alimento, combustível limpo e energia elétrica de forma sustentável e eficiente. É também um poderoso gerador de empregos, renda e divisas para nosso País.

O Itamaraty está, há muitos anos, na linha de frente da promoção desse importante setor, tanto ao promover a expansão internacional da produção e do consumo de biocombustíveis, quanto ao abrir mercados para o açúcar e o etanol brasileiros.

Esses sempre foram, e continuarão sendo, importantes objetivos da nossa atuação externa. O que nos cumpre é buscar sempre atualizar e modernizar os meios e os métodos, almejando resultados sempre melhores, em consonância com a evolução do contexto mundial.

Senhoras e Senhores,

Quero começar falando das nossas ações para assegurar a abertura de mercados para o açúcar brasileiro.

Primeiramente, temos que compreender que, em matéria de acesso a mercados, há ao menos duas questões fundamentais para a conformação de posições nacionais, que moldam o tabuleiro das negociações: o primeiro é o grau de competitividade dos produtores envolvidos. O segundo, o nível de proteção tarifária ou não tarifária.

Graças ao trabalho de todos vocês, o setor sucroalcooleiro do Brasil é o mais competitivo do mundo. Essa mesma

competitividade traz, contudo, desafios: os produtos desse setor estão entre os mais protegidos do mundo.

Trata-se de proteção que não é apenas tarifária, já que tais produtos também estão sujeitos a medidas não tarifárias e a barreiras de toda ordem, impostas tanto pelos países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Além disso, tais produtos são objeto de medidas que distorcem as condições de mercado, como subsídios e apoio doméstico discriminatório.

Nesse cenário, uma das atuações centrais do Itamaraty, sempre em estreita coordenação com os demais órgãos do governo e com o setor privado, tem sido a de contestar barreiras que julgamos desleais ao nosso produto e a de discutir práticas de outros países que, entendemos, distorcem o comércio.

O Ministério das Relações Exteriores continuará a trabalhar em conjunto com a UNICA para a superação das barreiras às exportações brasileiras de açúcar, inclusive, se necessário, por meio da abertura de contenciosos na OMC.

Saliento, a propósito, nosso êxito na controvérsia contra a União Europeia acerca de subsídios à exportação de açúcar. Essa iniciativa levou à reformulação do Regime Açucareiro europeu, permitindo melhoras concretas nas condições de acesso do açúcar brasileiro ao mercado internacional.

Recentemente, iniciamos, a pedido da UNICA, um contencioso contra a Tailândia, em que estão sendo questionadas várias medidas de apoio ao setor açucareiro, as quais geraram distorções importantes no mercado internacional. Mais uma vez estamos conduzindo o tema em estreita coordenação com a UNICA.

O governo brasileiro tem também acompanhado atentamente a recém-instaurada investigação chinesa de

salvaguardas sobre o açúcar, que afeta principalmente o Brasil, maior exportador do produto para a China. Temos realizado gestões junto ao governo chinês, com o intuito de garantir os interesses do exportador brasileiro à luz das regras multilaterais sobre o tema.

Senhores representantes da UNICA,

Passemos agora à vertente das negociações comerciais, que também vêm sendo levadas a cabo no contexto de um diálogo permanente com o setor privado.

O governo do presidente Michel Temer tem como uma de suas prioridades a abertura de mercados e a expansão das relações comerciais do Brasil com o mundo. O setor sucroalcooleiro é de grande relevância não só para a economia brasileira, mas, também, para nosso comércio exterior.

Estamos comprometidos com a melhora do acesso de nossas exportações de açúcar e etanol a mercados prioritários. Trata-se, por exemplo, de setor fundamental nas negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia.

No meio tempo, concluímos recentemente negociações com a União Europeia para compensação ao Brasil em função da adesão da Croácia ao bloco. O resultado, embora inferior ao pleiteado, é ainda assim razoavelmente satisfatório, ao aumentar nossa cota de exportação com tarifa reduzida e abrir, por conseguinte, a possibilidade de ganhos reais de mercado para o açúcar brasileiro.

O caso do MERCOSUL também é amplamente conhecido. Até o momento, o açúcar não está incluído no regime de livre comércio entre os países do bloco. A elevada competitividade brasileira provoca, novamente, resistência nos demais Estados Partes.

Quando da criação do bloco, havia a alegação de que as medidas do Proálcool constituíam subsídio cruzado ao açúcar, o que justificou a recusa de alguns membros em aceitar a liberalização do comércio intrazona do produto.

Passados vinte e cinco anos, não faz sentido que o açúcar permaneça excluído da União Aduaneira. Além da questão do acesso ao mercado regional, o mais importante e danoso para nós é que essa exclusão prejudica a obtenção de concessões para o setor em negociações do MERCOSUL com terceiras partes, incluindo aquelas realizadas com a União Europeia. Isso fragiliza nossa posição negociadora.

Vamos continuar trabalhando intensamente para reabrir as discussões e já demos indicações nesse sentido a nossos sócios. Mas temos de ter consciência de que se trata de um tema complexo. A perspectiva de expansão do setor de biocombustíveis nos países vizinhos, com a elevação de mandatos de mistura de etanol à gasolina, e um reforço da cooperação regional nessa matéria, poderá talvez conformar um ambiente mais propício a entendimentos.

Na Organização Mundial do Comércio, o açúcar é um dos produtos cujas políticas de apoio e proteção continuam a ser objeto de maior escrutínio pelo Comitê de Agricultura. O governo brasileiro está atento às políticas dos demais Estados membros que podem ter impacto na competitividade do açúcar brasileiro.

Questionamos recentemente os subsídios concedidos pela Índia e pela Tailândia, além do sistema de bandas de preços do Peru. Para a próxima Conferência Ministerial da OMC, o governo brasileiro está empenhado em obter resultados tangíveis que poderão beneficiar as exportações brasileiras de açúcar.

O açúcar representa, aliás, parte da agenda da OMC na qual os avanços foram mais modestos: a da agricultura. O governo brasileiro mantém sua tradicional posição de buscar tratamento justo ao comércio de bens agrícolas, ainda afetado por diversas barreiras injustificadas.

Além de defender a abertura de mercados para o açúcar em tantas frentes, o Itamaraty tem atuado para o melhor aproveitamento desses mercados, por meio de ações de promoção comercial.

A UNICA tem sido nossa parceira, por meio do programa setorial estabelecido com a APEX, que busca, desde 2007, promover a imagem do etanol brasileiro de cana-de-açúcar como energia limpa e renovável no exterior, junto a governos, meios de comunicação, ONGs, consumidores, empresas de “trading”, e potenciais investidores e importadores.

No período 2013-2016, no âmbito desse programa, foram executadas 43 ações de posicionamento de imagem e de geração de negócios, em sua maioria, missões prospectivas e comerciais. Os montantes exportados pelas empresas apoiadas pelo projeto totalizaram US\$ 3,09 bilhões no triênio. No ano passado, o Brasil, com 27,7% do mercado mundial, figurou como o 2º maior exportador de etanol, depois dos Estados Unidos.

Caras amigas, caros amigos,

Quero agora discorrer sobre um tema fundamental, na esteira da conclusão, há pouco mais de uma semana, em Marraqueche, da 22ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a COP-22.

Trata-se da contribuição importantíssima do setor sucroalcooleiro, do etanol e da bioenergia para a transição rumo a uma economia de baixo carbono.

E tal contribuição refere-se não apenas ao Brasil, onde o aporte dos derivados de cana à nossa matriz energética supera até mesmo o das usinas hidrelétricas. O etanol, a bioenergia e outros biocombustíveis derivados da biomassa podem nos conduzir a uma nova etapa da própria economia mundial.

É por isso que o Ministério das Relações Exteriores, com a colaboração e apoio de outros órgãos do governo brasileiro, incluindo o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, concebeu, planejou, negociou e executou, com grande êxito, no último dia 16, na COP-22, o lançamento da “Plataforma para o Biofuturo”.

Trata-se de iniciativa internacional, liderada pelo Brasil, para a cooperação, diálogo e troca de ideias e experiências para a promoção dos biocombustíveis avançados e da bioeconomia.

Essa iniciativa brasileira representa o reforço e a atualização de uma das prioridades de nossa política externa: criar um mercado internacional de “commodities” de biocombustíveis, como forma de projetar mundialmente nossa política nacional, e criar oportunidades de exportação não apenas de etanol, mas, também, de produtos e serviços brasileiros relacionados a essa cadeia produtiva.

Não nos interessa ter o monopólio de um produto que ninguém compra; pelo contrário, queremos estar entre os líderes de um amplo mercado global de biocombustíveis.

Essa atuação diplomática tem colecionado êxitos destacados, dentre os quais o reconhecimento formal pelos Estados Unidos, em 2010, do etanol de cana-de-açúcar brasileiro como “biocombustível avançado”; a eliminação da tarifa americana

para importação de etanol; a influência positiva sobre os mandatos de mistura e regulamentação europeia para biocombustíveis derivados de culturas alimentícias até 2020; e a assinatura e implementação de acordos, memorandos e projetos de cooperação em biocombustíveis com dezenas de países na África, Ásia, América Latina e Caribe.

Não obstante, obstáculos econômicos e políticos têm dificultado a adoção mais ampla de biocombustíveis em boa parte do mundo.

O protecionismo agrícola e a construção de uma falsa dicotomia entre produção de alimentos e produção de combustíveis impediram, ao longo da última década, a constituição de um mercado internacional para o etanol e sua transformação em "commodity" global, a despeito dos esforços brasileiros.

A constituição da Plataforma para o Biofuturo surge, assim, como resposta a esses obstáculos e como forma de preencher uma lacuna nas discussões globais sobre soluções para a mudança do clima no setor de transportes, criando oportunidades para nosso país.

O Itamaraty logrou mobilizar o interesse de outros 19 países para esse empreendimento, incluindo nações centrais para a expansão dos biocombustíveis e da tecnologia, como Estados Unidos, China, Índia, França, Reino Unido e Dinamarca.

A estratégia que levou ao lançamento exitoso da Plataforma para o Biofuturo tem dois grandes componentes: o primeiro é ressaltar a contribuição que os biocombustíveis e a bioeconomia podem dar para que os países alcancem suas metas de redução de emissões de carbono, especialmente no setor de transportes.

Movido basicamente a combustíveis fósseis líquidos, o setor de transportes é responsável

por cerca de um quarto das emissões globais de dióxido de carbono (CO₂) relacionadas à energia. O etanol da cana de açúcar gera uma "pegada de carbono" que é mais de 70% inferior à da gasolina. Uma política de substituição da gasolina por etanol, mesmo que gradativa e parcial, gera resultados imediatos na redução de emissão de gases de efeito estufa. A mudança é relativamente simples para qualquer país do mundo, com o uso de motores, veículos, infraestrutura e redes de distribuição já existentes.

O Brasil tem feito sua parte, com uma política ambiciosa de misturas obrigatórias de etanol e biodiesel, e a disseminação da tecnologia flex-fuel. Essas políticas permitiram que, desde a introdução dos veículos flex, o País deixasse de lançar na atmosfera 352 milhões de toneladas de CO₂, marca superior à soma das emissões anuais de cinco países sul-americanos: Argentina, Peru, Equador, Uruguai e Paraguai.

A introdução dos biocombustíveis pode reduzir consideravelmente o perfil de emissões do setor de transportes em qualquer país e, portanto, representar uma contribuição poderosa para suas metas nacionais de clima, mesmo que tais países não contem com produção doméstica de etanol.

Para que essa possibilidade seja viável, as principais condições são: 1º) a existência de oferta segura e sustentável de biocombustíveis, em escala suficiente e por produtores geograficamente diversificados; e 2º) um mercado global acessível e relativamente livre. Não por acaso, esses têm sido justamente os principais objetivos da atuação externa do Brasil no campo dos biocombustíveis.

O segundo componente da estratégia de constituição da Plataforma para o Biofuturo foi a valorização dos recentes avanços tecnológicos, como o etanol celulósico de segunda geração, e a abertura do enfoque, de

modo a incorporar novas formas de biocombustíveis de baixo carbono.

Esses avanços podem tornar a produção de biocombustíveis em larga escala uma atividade viável para diversos países que, de outra forma, não reuniriam as condições adequadas para repetir a experiência brasileira.

Permitam-me destacar, em especial, o etanol celulósico, ou de segunda geração (2G), que, após longo período de gestação, pesquisa e desenvolvimento, alcançou, em 2015, o estágio de produção em escala comercial no Brasil, nos Estados Unidos e na Itália.

O fato de o etanol celulósico poder ser produzido a partir de palha e de outros resíduos agrícolas e urbanos não comestíveis desconstrói as infundadas preocupações relacionadas à competição com a produção de alimentos, além de permitir a abertura de oportunidades de produção e exportação em muitos países antes avessos aos biocombustíveis.

Dois exemplos notáveis são a China e a Índia, que até pouco tempo demonstravam certa resistência a programas de expansão do consumo doméstico de biocombustíveis e hoje são nossos parceiros na Plataforma para o Biofuturo.

Nessa nascente corrida tecnológico-industrial dos biocombustíveis de segunda geração, o Brasil larga entre os líderes mundiais, com potencial para se tornar um dos maiores e mais competitivos produtores, graças às nossas enormes vantagens comparativas.

O benefício para o clima é impressionante: estudos indicam que o etanol 2G brasileiro pode reduzir em até 90% as emissões de CO₂ em comparação com a gasolina.

A tecnologia celulósica é essencial para o estabelecimento de uma nova bioeconomia.

Há, contudo, o desafio de alcançar escala de produção.

Vivemos um momento-chave, já que, se, antes, as atividades se concentravam em laboratórios e usinas-modelo, agora, os investimentos necessários são significativos e os riscos, mais elevados. Será preciso aperfeiçoar os processos de produção em todas as etapas da cadeia e proporcionar um ambiente de negócios favorável ao setor.

Por outro lado, com o renovado compromisso contra a mudança climática no plano mundial, encontramos ambiente favorável para a superação de eventuais dificuldades.

Não há conflito de interesses ou concorrência entre a primeira e a segunda geração de biocombustíveis, ao menos não no Brasil. O nosso etanol de cana-de-açúcar de primeira geração é inequivocamente sustentável, não compete com alimentos, e, como dissemos, é altamente benéfico em termos climáticos e ambientais.

Em resumo, o Brasil tem tudo para ser o mais competitivo produtor mundial de biocombustíveis, tanto de primeira quanto de segunda geração. O eventual desenvolvimento de uma avançada bioeconomia global, que se fortalece com os biocombustíveis de segunda geração, seria, portanto, de grande benefício para toda nossa economia.

Caros participantes deste Fórum, senhoras e senhores,

Quero reiterar o compromisso do Itamaraty de continuar apoiando, ao lado de outras áreas do governo e do setor privado, o esforço de disseminação global da bioeconomia. A Plataforma para o Biofuturo é um primeiro passo nessa direção.

Estou convicto de que o avanço da bioeconomia no Brasil e no mundo contribuirá para desenvolver ainda mais os

setores agrícola, industrial e biotecnológico de nosso País. Convido-os a trabalharmos juntos na realização dessa promessa, trazendo os benefícios do biofuturo para o presente.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA HOMENAGEM À CHAPECOENSE – MEDELLÍN, 30 DE NOVEMBRO DE 2016

¡Muchas gracias, Colombia!

De corazón, ¡muchísimas gracias!

En estos momentos de gran tristeza, inmensa para las familias, para nosotros todos, las expresiones de solidaridad que aquí encontramos, como la solidaridad que trae cada uno de ustedes, colombianos e hinchas

del Atlético, acá, en el Atanasio Girardot, nos ofrecen un grado de consuelo inmenso, una luz en la oscuridad, cuando todos estamos intentando comprender lo incomprensible.

Los brasileños no nos olvidaremos jamás la forma como los colombianos sintieron como suyo el terrible desastre que interrumpió el sueño de ese heroico equipo de Chapecoense. Una especie de cuento de hadas con final de tragedia.

Así como no olvidaremos la actitud del Atlético Nacional y de todos sus hinchas que pidieron que se les concediera el título de campeón de la Copa Sudamericana al Chapecoense. Un gesto que honra al deporte, al deporte de toda parte y al deporte colombiano. Y que honra a esta querida ciudad de Medellín y que hace aún más grande a los “verdolagas”

Tras el ocurrido en esta fatídica noche del 28, Brasil despertó perplejo para la dura realidad de una fiesta que no hubo, para la expectativa frustrada de un partido histórico para Chapecó que ya no se podrá realizar. Para el dolor inmenso de la pérdida.

Pero quizás no sea una casualidad que los colores del Chapecoense, así como los del Atlético Nacional, sean verde y blanco: esperanza y paz. Más allá de la tragedia, que victimó también a periodistas y miembros de la tripulación, las inúmeras manifestaciones de cariño hacia la Chape en Brasil, en Colombia y en todo el mundo, son testigos de la importancia de la nobleza del deporte como catalizador de los mejores sentimientos humanos, como arma para combatir la intolerancia, como instrumento para construir un mundo mejor.

¡Muchas gracias!

¡Muchas gracias, Colombia!

¡Muchas gracias, Medellín!

¡Muchas gracias, Atlético Nacional!

¡Muchas gracias a toda la gente que aquí está!

Quiero aquí decir que vine aquí junto con el Ministro de Cultura, Roberto Freire, y con el Alcalde de Chapecó, Luciano Buligon, que aquí estuvo, aquí está y aquí se quedará para atender a su gente y a los familiares de su gente.

Quiero decir también que, en la persona de Juan Carlos Acosta, del Atlético de Medellín, yo concentro mi abrazo y mi agradecimiento.

Al Alcalde de Medellín, Federico Gutiérrez, y a todos ustedes, a cada uno, quería dar mi abrazo personal, muy apretado. Y decirles de la emoción de acá escuchar un himno que ustedes compusieron esta noche, en homenaje a estos brasileños.

¡Es una emoción muy grande! Quiero decirles que en toda mi vida no tuve una emoción semejante.

¡Muchas gracias, Colombia!

Muito obrigado, Colômbia.

De coração, muitíssimo obrigado.

Nesses momentos de grande tristeza para famílias e para todos nós, as expressões de solidariedade que aqui encontramos, como a solidariedade que traz cada um de vocês, colombianos e torcedores do Atlético Nacional, aqui, no Atanásio Girardot, nos oferecem um grau de consolo imenso, uma luz na escuridão, quando todos estamos tentando compreender o incompreensível.

Os brasileiros não esqueceremos jamais a forma como os colombianos sentiram como seu o terrível desastre que interrompeu o sonho da equipe da Chapecoense. Uma

espécie de conto de fadas com final de tragédia.

Assim como não esqueceremos a atitude do Atlético Nacional e de todos seus torcedores que pediram para que se conceda o título da Copa Sul-americana à Chapecoense. Um gesto que honra o esporte – o esporte de toda parte e o colombiano –, que honra a essa querida cidade de Medellín e que torna os "verdolagas" ainda maiores.

Depois do ocorrido nessa fatídica noite de 28 de novembro, o Brasil acordou perplexo para a dura realidade de uma festa que não houve, para uma expectativa frustrada de uma partida histórica para Chapecó, que já não poderá ser realizada. Para a dor imensa de uma perda.

Talvez não seja uma coincidência que as cores da Chapecoense, assim como as do Atlético Nacional, sejam verde e branco: esperança e paz. Além da tragédia que vitimou também jornalistas e membros da tripulação, as inúmeras manifestações de carinho à Chape no Brasil, na Colômbia e no mundo todo, são testemunhos da importância da nobreza do esporte como catalisador dos melhores sentimentos humanos, como arma para combater a intolerância, como instrumento para construir um mundo melhor.

Muito obrigado!

Muito obrigado, Colômbia!

Muito obrigado, Medellín!

Muito obrigado, Atlético Nacional!

Muito obrigado a todos os que estão aqui!

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DE AUTORIDADES DA COLÔMBIA COM A ORDEM DE RIO BRANCO – BRASÍLIA, 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Queria dar meu boa tarde a todas e a todas,

Quero aqui dizer que vim junto do ministro da Cultura, Roberto Freire, e com o prefeito de Chapecó, Luciano Buligon, que aqui esteve, aqui está e aqui permanecerá para atender a seu povo e aos familiares de seu povo.

Quero dizer também que, na pessoa de Juan Carlos Acosta, do Atlético de Medellín, concentro meu abraço e meu agradecimento.

Ao prefeito de Medellín, Federico Gutiérrez, e a todos vocês, queria dar o meu abraço pessoal a cada um, muito apertado. E dizer da emoção de aqui escutar um hino que vocês compuseram esta noite, em homenagem a esses brasileiros.

É uma emoção muito grande! Quero dizer-lhes que em toda minha vida, não tive uma emoção semelhante.

Muito obrigado, Colômbia!

Cumprimentar o Presidente da República,
Michel Temer,

O embaixador da Colômbia do Brasil, Alejandro Borda Rojas,

O ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, em nome do qual cumprimento os demais colegas ministros de Estado aqui presentes;

Quero também saudar o nosso embaixador na Colômbia, Julio Bitelli,

O prefeito de Chapecó, Luciano Buligon, em nome de quem cumprimento os cidadãos brasileiros hoje agraciados,

E o prefeito de Medellín, Federico Gutiérrez Zuloaga, em nome do qual cumprimento os cidadãos colombianos hoje agraciados.

O grande escritor colombiano Gabriel García Márquez, um dos maiores escritores do mundo – eu não sou tão velho assim, mas li García Márquez pela primeira vez no final dos anos 60, ele é um escritor extraordinário –, ele afirmou: “o amor se faz maior e mais nobre na calamidade”. Ele tinha toda razão a esse respeito.

Nós tivemos nas últimas semanas uma demonstração de quão verdadeiro é esse pensamento. Foi em meio à tragédia do voo da Chapecoense que a solidariedade e a compaixão do povo colombiano emocionaram a todos nós brasileiros, inclusive a este que vos fala.

Muitos dos que prestaram a primeira assistência às vítimas eram voluntários. Ao lado dos socorristas e autoridades, não hesitaram em ajudar o próximo e estender a mão amiga e providencial aos sobreviventes. Foi o caso do jovem Johan Alexis Ramírez de Castro, aqui presente, que conduziu as primeiras equipes de resgate ao local do desastre. Ao condecorá-lo, a ele e a todos, com a Ordem de Rio Branco, expressamos nosso agradecimento à generosidade de todos os que, nas circunstâncias mais difíceis e arriscadas, estiveram no local da queda já nos primeiros momentos.

Muitas vidas – sabemos todos, choramos por elas – foram perdidas: de jovens que buscavam realizar seus sonhos, de profissionais que seguiam na viagem mais importante da história da Chapecoense, um clube que se tornava grande nos campos e fora dele, um clube verde e branco. Verde significa esperança, branco significa paz – um clube de esperança e de paz.

Em meio a essa dor, nós testemunhamos, e o prefeito de Chapecó já registrou isso publicamente, as comoventes manifestações de solidariedade logo em nossa chegada a Medellín. Dos taxistas aos funcionários, dos dirigentes aos torcedores do Atlético Nacional – ele também verde e branco –, dos militares aos jornalistas. E da prefeitura de Medellín e do governo de Antioquia, aqui tão bem representados.

São todas essas pessoas que nós queremos homenagear hoje, com a mais sincera e profunda gratidão.

A emoção que eu vivi durante a cerimônia no estádio Atanásio Girardot nasceu não apenas de um imenso sentimento de perda, mas também da maior manifestação de fraternidade que testemunhei em toda a minha vida.

A disputa que ocorria num campo de futebol, ou que deveria ocorrer, entre o Chapecoense e o Atlético Nacional, não pôde materializar-se. Cedeu lugar a uma cerimônia tributária dos melhores sentimentos da humanidade, naquele momento encarnados no povo colombiano. Foi uma das maiores demonstrações de fraternidade que qualquer um de nós pode ou deve ter testemunhado.

Não somos mais apenas vizinhos, e isso é muito importante que se diga. Somos, mais do que nunca, dois povos que se reconhecem pela amizade, pelo respeito, pelo afeto. Como dizia uma das faixas das torcidas no estádio: “uma nova família nasce”.

O gesto de desprendimento do Atlético Nacional e de sua torcida, ao oferecer o título da Copa Sul-Americana à Chapecoense, jamais será esquecido. Faz jus às melhores tradições do clube “*verdolaga*” e à generosidade do povo colombiano.

A Chapecoense é hoje campeã, o primeiro título internacional de um clube pequeno, que sonhava e vai continuar sonhando alto. Mas dividimos esta honraria com o Atlético Nacional, com a cidade de Medellín e com o povo de Antioquia e da Colômbia.

Quero então mais uma vez agradecer a todos os senhores aqui condecorados. Ao governador de Antioquia, Luís Emilio Pérez Gutiérrez, ao prefeito de Medellín, Federico Gutiérrez, pela liderança demonstrada nesse difícil momento, pela eficiência com que conduziram as ações de resgate e de apoio às vítimas, e pelas inúmeras demonstrações de espírito público num momento tão difícil e penoso.

À secretária de governo de Antioquia, Victoria Eugenia Ramírez, ao Diretor-Executivo da Agência de Cooperação de Medellín e Área Metropolitana, Sergio Escobar Solórzano, e ao Subsecretário de Planejamento de Segurança da Prefeitura de Medellín, Camilo Arango, por toda a dedicação na assistência às vítimas, às suas famílias e a todos os que se deslocaram a Medellín em meio à tragédia. E à jornalista Mónica Patricia Jaramillo, agradeço muito particularmente a bela e emotiva condução da cerimônia no estádio Atanásio Girardot, inclusive em alguns momentos ao meu lado. Você tornou-se inesquecível, Mónica, para todos os brasileiros.

A imposição da insígnia da Ordem de Rio Branco é um pequeno gesto que não se equipara ao apoio e consolo que recebemos dos senhores. Esta cerimônia é apenas uma pequena oportunidade para que possamos, em nome de Chapecó e de todos os

brasileiros, externar o nosso reconhecimento.

Estendo também meus cumprimentos ao Ministro de Defesa Nacional da Colômbia, Luis Carlos Villegas, em cujo nome saúdo todos os agraciados com a Ordem do Mérito da Defesa.

O apoio dos colombianos permitiu que, dessa imensa tragédia, pudéssemos guardar a lembrança de um grande gesto da humanidade que alentou todo o Brasil.

Não esqueceremos jamais o que perdemos, mas tampouco esqueceremos os que compartilharam nossa dor. Nas palavras de Dom Paulo Evaristo Arns, um grande cardeal da Igreja Católica, nosso amigo pessoal, que ontem, infelizmente, também nos deixou, ele dizia: “a fase da dor e do sofrimento serve para testar os verdadeiros amigos”.

Mais uma vez, muito obrigado, Medellín. Muito obrigado aos verdadeiros amigos da Colômbia.

Viva Colômbia!

Comunicado Conjunto de estados-membros da OEA sobre os acontecimentos recentes na República Bolivariana da Venezuela.

Declaração dos Chanceleres do Mercosul sobre as negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul–União Europeia, pelos tradicionais laços culturais, comerciais e de investimentos e pelo grande potencial de crescimento dos fluxos de comércio e investimentos entre eles.

Comunicado sobre o plebiscito colombiano acerca dos acordos de paz com relação ao

plebiscito de 2 de outubro, por meio do qual o povo colombiano se manifestou sobre os acordos de paz.

Declaração Conjunta emitida na conclusão da 23ª Reunião de Ministros do BASIC sobre Mudança do Clima de Marrakesh como uma etapa significativa no processo de implementação do Acordo de Paris e como um novo marco na aceleração da implementação pré-2020.

Comunicado dos governos de Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai sobre a situação na Venezuela acerca das manifestações.

Acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde.

Atos assinados por ocasião da XII Cimeira Brasil-Portugal.

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Declaração conjunta do presidente da República Federativa do Brasil e do primeiro-ministro da República Portuguesa por ocasião da XII Cimeira Brasil-Portugal.

CRIAÇÃO DO CARGO DE PERITO INDEPENDENTE DA ONU SOBRE A PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA BASEADA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL 01/07/2016

Declaração dos chanceleres de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Uruguai, tendo iniciado o processo de diálogo entre representantes do Governo da República Bolivariana da Venezuela e da Mesa da Unidade Democrática, na esperança de que este diálogo alcance resultados concretos dentro de um prazo razoável.

Comunicado conjunto dos governos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, da Guatemala, do México, do Paraguai e do Uruguai sobre a difícil situação que atravessa a Venezuela.

Reunião entre os Ministros e Altas Autoridades das Relações Exteriores, do Interior, da Defesa, da Justiça, de Segurança e de Controle de Drogas de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, para tratar a temática da segurança nas fronteiras e acordar objetivos prioritários e diretrizes para o desenvolvimento de ações coordenadas.

Declaração dos chanceleres de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai os chanceleres reiteram seu apelo para que se mantenha vigente o diálogo entre o governo e a oposição na Venezuela.

O governo brasileiro acolhe com satisfação a adoção, em 30 de junho, em Genebra, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, de resolução que cria o cargo de perito independente da ONU com vistas à proteção contra a violência e a discriminação baseadas em orientação sexual e identidade de gênero. O texto, de iniciativa do Brasil, contou também com o apoio de Argentina,

Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Uruguai.

A resolução representa passo concreto no reconhecimento pelas Nações Unidas da vulnerabilidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais à violência e à discriminação, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero.

O futuro perito independente deverá trabalhar juntamente com os governos e agências das Nações Unidas para promover medidas de proteção, examinar formas de violência e discriminação existentes e oferecer aconselhamento, assistência técnica, formação e cooperação internacional.

ATENTADO EM DACA 03/07/2016

O governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, o atentado terrorista ocorrido em restaurante localizado no bairro diplomático da cidade de Dacca, capital de Bangladesh, entre os dias 1 e 2 de julho corrente. Vinte pessoas teriam sido assassinadas por terroristas supostamente

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

afiliados ao autointitulado “Estado Islâmico” – entre as quais cidadãos bangladeshes, italianos, japoneses e indianos.

Ao repudiar veementemente o terrorismo e qualquer ato de violência contra civis inocentes, quaisquer que sejam suas motivações, o Brasil presta sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo de Bangladesh e dos demais países afetados.

A Embaixada do Brasil em Dacca acompanha de perto os acontecimentos. A comunidade brasileira em Bangladesh é de aproximadamente 50 pessoas. Não há

registro de cidadãos brasileiros entre as vítimas do ataque.

FALECIMENTO DE ELIE WIESEL 03/07/2016

O Brasil recebeu com pesar a notícia do falecimento do humanista e ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Elie Wiesel, nos Estados Unidos, no sábado 2 de julho.

Sobrevivente do Holocausto, Elie Wiesel, em artigos jornalísticos, livros e pronunciamentos públicos, procurou assegurar-se de que o mundo nunca esqueça aquele infame genocídio. Para que nunca mais se repita semelhante tragédia. Seu legado importantíssimo é o da preservação da memória e da promoção dos valores do humanismo contra os flagelos da barbárie, da intolerância e do fanatismo.

Ao transmitir suas condolências à família de Elie Wiesel, o Brasil reitera seu compromisso de honrar as vítimas do Holocausto e de trabalhar sempre para a promoção dos Direitos Humanos, da diversidade, da dignidade humana e da paz.

ATENTADO EM BAGDÁ 04/07/2016

O governo brasileiro manifesta sua veemente condenação aos atentados terroristas ocorridos em Bagdá no último dia dois, que resultaram na morte de mais de duas centenas de pessoas e em número similar de feridos.

Ao transmitir sua solidariedade aos familiares das vítimas e aos sobreviventes, o governo brasileiro reitera sua confiança em que o povo e o governo do Iraque saberão preservar o rico mosaico cultural, étnico e religioso de sua sociedade em face dos sérios desafios de segurança que o país enfrenta. Nesse esforço, o governo iraquiano pode

contar com o apoio do Brasil, tanto no plano bilateral quanto nos foros multilaterais.

O governo brasileiro repudia terminantemente o recurso a atos de violência contra civis inocentes, quaisquer que sejam suas motivações, e reitera seu apoio ao povo e ao governo do Iraque em seu combate ao terrorismo.

A Embaixada brasileira em Bagdá acompanha atentamente as repercussões do atentado, não havendo registro de vítimas brasileiras.

ENCHENTES NA CHINA 05/07/2016

O governo brasileiro recebeu com consternação a notícia das enchentes que atingiram várias regiões do centro e do sul da República Popular da China, causando dezenas de vítimas e o deslocamento de mais de um milhão de pessoas.

O governo brasileiro transmite suas condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao governo da China.

ATENTADOS NA ARÁBIA SAUDITA 06/07/2016

O governo brasileiro condena os atentados perpetrados ontem, 4 de julho, na Arábia Saudita, nas cidades de Jeddah, Medina e Qatif. A realização de atos nas proximidades da Mesquita do Profeta, em Medina, durante o período do Ramadã, torna-os ainda mais deploráveis.

Ao transmitir sua solidariedade aos familiares das vítimas e ao governo e ao povo da Arábia Saudita, o Brasil reafirma seu repúdio a todo e qualquer ato terrorista.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA TURQUIA 07/07/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da Turquia concedeu agrément a Eduardo Ricardo Gradilone Neto como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Eduardo Ricardo Gradilone Neto foi embaixador do Brasil na Nova Zelândia e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. Serviu nas Embaixadas no Vaticano, Tóquio, Londres, Paramaribo, Bogotá e Washington.

Brasil e Turquia estabeleceram relações diplomáticas em 1858.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS 07/07/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo dos Estados Unidos da América concedeu *agrément* a Sérgio Silva do Amaral como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Sérgio Amaral foi ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, ministro chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e presidente da Associação dos Países Produtores de Café. Diplomata de carreira, foi embaixador em Paris e Londres, além de ter servido nas embaixadas em

Washington, Bonn e na delegação permanente em Genebra.

ATENTADO EM BANGLADESH 07/07/2016

O governo brasileiro condena o atentado terrorista perpetrado hoje, 7 de julho, no distrito de Kishoreganj, em Bangladesh. Esse ato de violência, que vitimou quatro pessoas, ocorre apenas 5 dias após atentado que consternou o país sul-asiático e o mundo.

Ao transmitir sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao governo e ao povo de Bangladesh, o Brasil reafirma seu repúdio a todo e qualquer ato terrorista.

IV REUNIÃO NEGOCIADORA PARA A AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 53 (ACE 53) ENTRE BRASIL E O MÉXICO – BRASÍLIA, 7 DE JULHO DE 2016

Realizou-se de 5 a 7 de julho do corrente, em Brasília, a IV Reunião Negociadora para a Ampliação e Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE 53), da qual participaram funcionários dos governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos.

O objetivo da reunião negociadora foi avançar na revisão e análise de textos das diversas disciplinas que integrarão o aprofundamento do ACE 53, com vistas a que o acordo inclua tanto bens agrícolas como industriais, conforme o mandato dos

Presidentes do Brasil e do México de maio de 2015.

As duas delegações demonstram satisfação com a dinâmica das negociações e reafirmaram o compromisso de contar com um acordo ambicioso e equilibrado.

O México representa para o Brasil um mercado potencial de 119,5 milhões de habitantes. As exportações brasileiras para o México são de 3,588 bilhões de dólares. Em 2015, o comércio total entre os dois países chegou a 7,966 bilhões de dólares.

ATENTADO EM DAMBOA, NIGÉRIA 08/07/2016

O governo brasileiro condena os ataques terroristas na mesquita de Damboa, no nordeste da Nigéria, em 8 de julho, os quais resultaram em dezenas de mortos e feridos.

Ao repudiar, nos mais fortes termos, todo e qualquer ato de terrorismo, o Brasil manifesta sua solidariedade às famílias das vítimas e ao povo e governo da Nigéria.

POLÍCIAS MORTOS EM DALLAS 08/07/2016

O Governo brasileiro manifesta sua solidariedade aos Estados Unidos da América e às famílias dos policiais covardemente assassinados quando, no cumprimento do dever, velavam pela segurança de manifestação pacífica contra a violência na cidade de Dallas, e faz votos pelo pronto restabelecimento dos feridos no ataque.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ALEMANHA 08/07/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Federal da Alemanha concedeu *agrément* a Mario Vilalva como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Atual embaixador do Brasil em Lisboa (2010-2016), Mario Vilalva foi embaixador em Santiago do Chile (2006-2010) e cônsul-geral em Boston (1996-1999). Ao longo da carreira diplomática, serviu nas embaixadas em Washington, Pretória, Roma e Lisboa. No Brasil, atuou como secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e como diretor-geral do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA 08/07/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Conselho Europeu e a Comissão Europeia concederam *agrément* a Everton Vieira Vargas como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil junto à União Europeia. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Everton Vargas é embaixador em Buenos Aires, foi embaixador em Berlim e serviu como diplomata nas embaixadas em Tóquio e Bonn e na missão do Brasil junto à ONU, em Nova York. Em Brasília, foi subsecretário-geral, chefe de gabinete do secretário-geral das Relações Exteriores e diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DA TURQUIA 08/07/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Ali Kaya Savut como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República da Turquia no Brasil.

Brasil e Turquia estabeleceram relações diplomáticas em 1858.

ATAQUE NA VENEZUELA 09/07/2016

O governo brasileiro lamenta e condena o ataque ocorrido ontem contra uma das sedes da polícia do estado de Portuguesa, no centro-oeste da Venezuela, que deixou dezenas de feridos e um policial morto. Ao transmitir às vítimas, aos seus familiares e ao povo venezuelano sua solidariedade, o Brasil reitera seu repúdio ao ato de violência.

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA ARGENTINA 09/07/2016

A República Argentina celebra, hoje, o 200º aniversário de sua independência.

Nas comemorações em Tucumán, o governo brasileiro se faz representar pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann, pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general de exército Sergio Westphalen Etchegoyen, e pelo embaixador do Brasil em Buenos Aires, Everton Vieira Vargas.

A Argentina, sócio fundamental na construção do projeto de integração regional representado pelo Mercosul, é um parceiro prioritário do Brasil, e essa relação bilateral de amizade e confiança contribuiu para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação.

O governo brasileiro congratula o governo e o povo da Argentina pelas conquistas alcançadas desde a sua independência e reafirma a disposição de seguir trabalhando para que, sobre as sólidas bases já existentes, as relações entre os dois países se fortaleçam ainda mais, sob o marco da fraternidade, do dinamismo e de um futuro de prosperidade compartilhada.

SITUAÇÃO NO SUDÃO DO SUL 10/07/2016

O governo brasileiro acompanha com preocupação a situação no Sudão do Sul, onde enfrentamentos armados na capital Juba resultaram, ontem, em grande número de mortes. O governo brasileiro condena o uso da violência e expressa sua solidariedade ao povo do Sudão do Sul.

Ao lamentar profundamente o episódio, ocorrido na véspera do quinto aniversário da independência do Sudão do Sul, o Brasil reitera o repúdio ao recurso à violência como forma de dirimir disputas e conclama as partes envolvidas a absterem-se de novos enfrentamentos e a buscarem solução política por meio do diálogo e em plena adesão ao espírito e aos termos do acordo de paz alcançado em agosto de 2015.

ATAQUES NA TURQUIA 11/07/2016

O governo brasileiro condena os ataques ocorridos na Turquia, nos dias de ontem e hoje, nas províncias de Mardin, de Hakkari e de Van, que deixaram diversos mortos e feridos.

Ao reiterar seu repúdio a todos os atos de terrorismo, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao povo e ao governo da Turquia e presta suas condolências aos familiares das vítimas.

ACORDO NA OMC AUMENTA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A UNIÃO EUROPEIA EM CERCA DE R\$ 250 MILHÕES POR ANO – 14 DE JULHO DE 2016

Foi divulgado hoje, em Genebra, acordo assinado em 12 de julho que concluiu a negociação com a União Europeia para compensações ao Brasil, em razão da acessão da Croácia àquele bloco. Após três anos de negociações, conduzidas em estreita coordenação com o setor privado brasileiro, o resultado alcançado amplia as quotas com tarifas de importação reduzidas para açúcar e carnes de frango e de peru, o que aumentará as exportações brasileiras para a União Europeia em cerca de R\$ 250 milhões por ano. O resultado será incorporado às listas de compromissos da União Europeia na OMC e não poderá ser alterado sem nova negociação.

No setor sucroalcooleiro, além da ampliação da quota tarifária já existente para o açúcar em 114 mil toneladas por ano, durante sete anos serão aplicáveis tarifas intraquota mais baixas do que as vigentes para a quota atualmente existente. Sob as regras da OMC, os montantes são negociados em função das exportações anteriores do Brasil para a Croácia que foram afetadas por elevação das tarifas de importação em resultado da aplicação da tarifa da União Europeia pela Croácia a partir de sua adesão ao bloco. O Brasil confia em que as novas condições acordadas serão implementadas com a maior brevidade possível, para que os exportadores brasileiros possam delas se beneficiar já no início do segundo semestre de 2016.

FALECIMENTO DE HECTOR BABENCO 14/07/2016

“Lamento profundamente a perda de Hector Babenco, meu amigo pessoal e querido, grande cineasta brasileiro.

Nascido na Argentina, Hector dirigiu filmes clássicos da cinematografia nacional, como Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia, Pixote e Carandiru. Teve também uma bem sucedida carreira internacional, com filmes como Ironweed e o Beijo da Mulher Aranha, pelo qual foi indicado para o Oscar de melhor diretor.

Vale a pena que todos revejam, e apreciem, a obra de Babenco. Essa é a melhor homenagem que pode ser feita a um artista de seu talento e sensibilidade.”

José Serra

Ministro de Estado das Relações Exteriores

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS, BERT KOENDERS – RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA, 15 A 19 DE JULHO DE 2016

O Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Bert Koenders, realiza visita ao Brasil no período de 15 e 19 de julho. No dia 18, em Brasília, o Ministro neerlandês será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, José Serra.

No encontro com o Ministro José Serra, deverão ser tratados os principais temas da agenda bilateral, além de questões regionais e multilaterais. Deverão ser discutidas as negociações comerciais entre o MERCOSUL e a União Europeia, assim como questões em áreas nas quais há grande potencial de cooperação, como infraestrutura, logística, educação, e ciência, tecnologia e inovação.

O relacionamento do Brasil com os Países Baixos tem-se intensificado nos últimos anos, sobretudo no campo dos investimentos. Os Países Baixos são o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, por estoque de investimentos. Em

2014 e 2015, os investimentos neerlandeses no Brasil atingiram US\$ 8,7 bilhões e US\$ 11,5 bilhões, respectivamente. O número de empresas neerlandesas no Brasil passou de 50, em 1995, para mais de 150, em 2013. Nesse grupo, incluem-se grandes conglomerados internacionais, exportadores de produtos e serviços de alto valor agregado.

Recentemente, ampliou-se também a presença de empresas brasileiras nos Países Baixos, que acolhem o terceiro maior estoque de investimento brasileiro no exterior.

Em 2015, os Países Baixos foram o quinto maior parceiro comercial do Brasil. A corrente de comércio totalizou US\$ 12,5 bilhões, com saldo comercial superavitário da ordem de US\$ 7,6 bilhões em favor do Brasil. As exportações brasileiras para o país ultrapassaram os US\$ 10 bilhões, e as importações somaram US\$ 2,5 bilhões. O Brasil se beneficia do porto de Roterdã como porta de entrada para a venda de produtos brasileiros para diversos países europeus.

ATENTADO EM NICE 15/07/2016

Quando novas informações vêm à luz em relação à execrável ação criminosa ocorrida na noite de ontem, 14 de julho, em Nice, o governo do Brasil reitera seu mais firme e decidido repúdio ao terrorismo, em todas as suas formas e quaisquer que sejam suas motivações. Nada, absolutamente nada, pode justificar semelhante selvageria contra crianças, mulheres e homens inocentes, dos mais diversos cantos do mundo, reunidos para celebrar em paz os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade, valores que o flagelo do extremismo terrorista busca suprimir.

A solidariedade dos brasileiros vai nesse momento aos familiares das vítimas, aos vários feridos de diferentes nacionalidades

que lutam pela vida, ao governo francês e à França inteira. Mais uma vez, como afirmou o Presidente Michel Temer, somos todos franceses.

SITUAÇÃO NA TURQUIA 15/07/2016

Na expectativa de informações mais precisas sobre os eventos em curso na Turquia, o governo brasileiro acompanha com atenção a evolução da situação e recomenda aos cidadãos brasileiros residentes ou de passagem por aquele país que tomem as medidas necessárias para garantir sua segurança até que a situação se normalize.

A Embaixada do Brasil em Ancara e o Consulado-Geral do Brasil em Istambul funcionam em regime de plantão de 24 horas e estão atentos à situação dos brasileiros, inclusive aqueles que integram delegações oficiais em visita à Turquia.

DECLARAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, SOBRE A SITUAÇÃO NA TURQUIA 15/07/2016

"Em relação aos acontecimentos em curso na Turquia, o governo brasileiro insta todas as partes a se absterem do recurso à violência e recorda a necessidade de pleno respeito às instituições e à ordem constitucional."

INSCRIÇÃO DO CONJUNTO MODERNO DA PAMPUKHA NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO – ISTAMBUK, 17 DE JULHO DE 2016

O governo brasileiro recebeu com grande satisfação a decisão da UNESCO de inscrever o Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte, na Lista do Patrimônio Mundial.

A Unesco, ao reconhecer o valor universal excepcional da Pampulha, considerou o conjunto como símbolo de uma arquitetura moderna distante da rigidez do construtivismo e adaptada de forma orgânica às tradições locais e às condicionantes ambientais brasileiras. Essa abordagem pioneira, fruto da colaboração entre Oscar Niemeyer, Roberto Burle Marx e Candido Portinari, entre outros grandes artistas, criou uma nova linguagem arquitetônica fluida e integrada às artes plásticas, ao design e à paisagem.

A decisão recomenda também que o Brasil restaure elementos do complexo, amplie o plano de gestão para incorporar os compromissos assumidos no processo de avaliação da candidatura, estabeleça uma estratégia de turismo para a área e adote medidas para melhorar a qualidade da água da lagoa. Essas providências exigirão a ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal, em harmonia com a comunidade local.

O êxito da candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha, que passa a ser o 20º bem brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, somente foi possível graças à participação ativa da sociedade civil e ao trabalho coordenado do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Governo do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte.

Ministério das Relações Exteriores Ministério da Cultura

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ÁUSTRALIA 18/07/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da Áustria concedeu agrément a Ricardo Neiva

Tavares como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Ricardo Neiva Tavares é embaixador do Brasil na Itália e, cumulativamente, em Malta e San Marino. Anteriormente, foi embaixador junto à União Europeia (2008-2013). Como diplomata de carreira, serviu na missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, e nas embaixadas em Paris, Tóquio e Camberra. No Brasil, foi porta-voz do Itamaraty e assessor especial do ministro de estado das Relações Exteriores.

20 ANOS DA CPLP 18/07/2016

O governo brasileiro registra com satisfação o 20º aniversário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), celebrado em 17 de julho.

Ao longo dos últimos vinte anos, a CPLP logrou consolidar-se como plataforma de integração e interlocução entre os países de língua portuguesa e desses com o mundo, tendo-se tornado um organismo internacional com credibilidade junto à comunidade das nações.

"Confirmo o compromisso inequívoco do Brasil com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - compromisso de primeira hora, que muito nos orgulha. Reafirmo a determinação brasileira de seguir concorrendo para a construção do futuro de uma Organização que queremos crescentemente afinada com os valores e com os interesses do conjunto de seus membros", afirmou o presidente da República em exercício Michel Temer, em mensagem encaminhada à sessão solene comemorativa dos 20 anos da CPLP, realizada hoje, 18 de julho, na sede da organização, em Lisboa.

O Brasil sediará, em 2016, a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, ocasião em que assumirá a presidência rotativa da CPLP pelo biênio 2016-2018.

Criada formalmente em 17 de julho de 1996, a CPLP é formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal, Timor-Leste (desde 2002) e Guiné Equatorial (desde 2014).

SITUAÇÃO NA TURQUIA 18/07/2016

O governo brasileiro registra o fim, graças a esforço que contou com a participação da sociedade civil e o apoio unânime dos partidos políticos representados no Parlamento turco, do lamentável episódio que vitimou centenas de pessoas na Turquia no último dia 15 de julho.

Manifestamos, contudo, nossa preocupação com relatos de cerceamento de liberdades individuais de milhares de membros do Poder Judiciário, incluindo juízes e procuradores, na sequência daquele episódio.

O governo brasileiro continua a acompanhar com atenção os eventos na Turquia e espera que a paz e a tranquilidade institucional sejam plenamente restabelecidas naquele país amigo.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

**VISITA DO MINISTRO JOSÉ SERRA
AO MÉXICO – CIDADE DO MÉXICO,
25 DE JULHO DE 2016
22/07/2016**

O ministro das Relações Exteriores, José Serra, visitará o México no dia 25 de julho. Na ocasião, manterá reuniões de trabalho

com a chanceler Claudia Ruiz Massieu e com o secretário de Economia, Ildelfonso Guajardo, com quem repassará a agenda bilateral, incluindo as negociações para a ampliação e aprofundamento do acordo bilateral de preferências comerciais (Acordo de Complementação Econômica nº 53), bem como temas regionais e globais.

O Brasil e o México são as duas maiores economias latino-americanas. A corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 8 bilhões em 2015.

A visita do ministro José Serra ocorre em momento de dinamização das relações entre o Brasil e o México. Além das discussões para a ampliação do comércio e dos investimentos entre os dois países, durante a visita deverá ser firmado o Acordo para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México.

ATAQUE EM MUNIQUE 22/07/2016

O governo brasileiro condena o ataque ocorrido na cidade de Munique, Alemanha, no dia de hoje, 22 de julho, que deixou, segundo a polícia alemã, ao menos 8 mortos e vários feridos.

Ao expressar seu repúdio ao ato de violência, cujas circunstâncias ainda não estão claras, o governo brasileiro solidariza-se com o povo e o governo da Alemanha e presta suas condolências aos familiares das vítimas.

Não há notícias, até o momento, de vítimas brasileiras. Os seguintes números de telefone encontram-se à disposição dos cidadãos brasileiros para comunicação de emergências consulares na região de Munique: +55 61 98197-2284 (Brasil) e +49 17 3378-3470 (Alemanha).

SITUAÇÃO NO MALI 22/07/2016

O governo brasileiro acompanha com preocupação a situação no Mali, onde enfrentamentos armados na cidade de Nampala, próximo à fronteira com a Mauritânia, resultaram em cerca de uma centena de mortos e feridos. O governo brasileiro condena o uso da violência por grupos armados contra as forças armadas do Mali e expressa sua solidariedade ao povo e ao governo malinês.

Ao lamentar profundamente os ataques contra as forças armadas malinesas no dia 19 e 20 de julho, o Brasil reitera o repúdio ao recurso à violência como forma de dirimir disputas e conclama os diferentes grupos com atuação no Mali à plena adesão ao espírito e aos termos do Acordo de Paz e de Reconciliação assinado em maio de 2015.

ATENTADO EM CABUL 23/07/2016

O governo brasileiro recebeu com consternação a notícia de mais um atentado em Cabul, na manhã de hoje, reivindicado pelo Estado Islâmico, durante uma manifestação pacífica, e que teria feito mais de 80 mortos.

O governo brasileiro condena nos termos mais veementes este ato de barbárie e expressa sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo afegãos. O Brasil apoia firmemente os esforços do governo do Afeganistão no sentido de conter atos de violência sectária. Tais esforços terão reflexos importantes para a estabilidade de toda a região.

ATENDADOS NO IRAQUE 24/07/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos atentados perpetrados hoje em áreas de grande circulação de civis na cidade de Bagdá, que

deixaram cerca de 15 vítimas fatais, além de dezenas de feridos.

Ao reafirmar seu mais absoluto repúdio ao terrorismo e ao recurso à violência contra civis inocentes, independentemente da motivação política, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao governo e ao povo do Iraque e, em particular, às famílias das vítimas.

ENCHENTES NA CHINA 24/07/2016

O governo brasileiro transmite sua solidariedade ao governo e ao povo da China diante da tragédia ocasionada pelas enchentes ocorridas na última semana, que provocaram centenas de vítimas, entre mortos e desaparecidos, deixaram milhares de desabrigados e geraram pesados danos materiais em diversas regiões do país, em particular nas províncias de Hubei e Henan.

O governo brasileiro espera que as populações deslocadas possam retornar às suas casas no mais breve prazo e que os trabalhos de reconstrução permitam a rápida retomada das atividades normais nas áreas atingidas.

ATENTADOS NA SÍRIA 27/07/2016

O governo brasileiro condena o duplo atentado perpetrado em 27 de julho na cidade de Qamishli, no nordeste da Síria, mais um crime reivindicado pela organização terrorista autodenominada “Estado Islâmico”, que resultou em dezenas de mortos e feridos.

O governo brasileiro transmite aos familiares das vítimas, ao povo sírio e à comunidade curda seus sentimentos de solidariedade e reitera seu absoluto repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NA TUNÍSIA 28/07/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da Tunísia concedeu *agrément* a Márcia Maro da Silva como embaixadora extraordinária e plenipotenciária do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Márcia Maro da Silva é, desde 2011, embaixadora do Brasil no Zimbábue. Ao longo da carreira diplomática, serviu no Consulado-Geral em Buenos Aires, na Embaixada em Pretória e na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

NOTA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES JOSÉ SERRA 29/07/2016

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou hoje a conclusão dos procedimentos técnicos para a abertura recíproca dos mercados norte-americano e brasileiro de carne bovina “in natura”, que passam a estar agora efetivamente ao alcance dos exportadores de ambos os países.

Esta fase final contou com a decisiva participação do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, em negociações diretas com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América, no contexto do Comitê Consultivo Agrícola.

O Comitê Consultivo Agrícola é um dos diversos canais de comunicação institucional entre os governos brasileiro e norte-americano que vêm sendo retomados e valorizados para intensificar o relacionamento bilateral.

O acesso ao mercado norte-americano abre excepcionais perspectivas para os exportadores brasileiros e prenuncia novas oportunidades de negócio.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA ITALIANA 03/08/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Italiana concedeu agrément a Antonio de Aguiar Patriota como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país.

Brasil e Itália estabeleceram relações diplomáticas em 1861.

O embaixador Antonio Patriota foi ministro das Relações Exteriores, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas e embaixador do Brasil em Washington. Também serviu na Delegação Permanente do Brasil em Genebra e nas embaixadas em Caracas e em Pequim.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA, JOHANN SCHNEIDER-AMMANN – BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 4 A 7 DE AGOSTO DE 2016 04/08/2016

O presidente da Confederação Suíça e conselheiro federal de Assuntos Econômicos, Educação e Pesquisa, Johann Schneider-Ammann, realizará visita ao Brasil no período de 4 a 7 de agosto. No dia 4, será recebido, em Brasília, pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra. No dia 5, no Rio de Janeiro, participará da

Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

No encontro com o Ministro Serra, serão examinados temas da agenda bilateral e questões regionais e multilaterais, bem como ações para ampliar o fluxo de comércio e de investimentos entre o Brasil e a Suíça.

Parceiros estratégicos desde 2008, Brasil e Suíça mantêm intensa cooperação bilateral, na qual se destacam os investimentos recíprocos, o auxílio prestado por aquele país na recuperação de ativos financeiros e as parcerias na área de ciência, tecnologia e inovação. A Suíça, juntamente com Noruega, Islândia e Liechtenstein, integra a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA), que tem mantido diálogo com o MERCOSUL com vistas ao lançamento de negociações comerciais entre os dois blocos.

O Brasil é o principal destino de investimentos diretos da Suíça na América Latina e Caribe: em 2015, o montante alcançou US\$ 1,1 bilhão, 49% do total investido na região. No mesmo ano, o comércio bilateral totalizou US\$ 4,27 bilhões.

ATENTADO TERRORISTA NA ÍNDIA 05/08/2016

O governo brasileiro repudia o atentado terrorista ocorrido em área comercial no distrito de Kokrajhar, no estado de Assam, Índia, hoje, dia 5 de agosto, com quatorze vítimas fatais e cerca de vinte feridos.

Ao condenar veementemente o terrorismo e a violência contra civis inocentes, quaisquer que sejam suas motivações, o Brasil presta sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo da Índia.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM OMÃ 08/08/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo do Sultanato de Omã concedeu *agrément* a José Marcos Nogueira Viana como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

José Marcos Nogueira Viana é, desde 2011, embaixador do Brasil na Dominica. Ao longo da carreira diplomática, serviu nas embaixadas em La Paz, Trípoli, Viena e Paramaribo, no Consulado-Geral em Boston e na Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

PASSAGEM DA TEMPESTADE TROPICAL "EARL" PELO MÉXICO 08/08/2016

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com profundo pesar, das perdas humanas e materiais provocadas pela passagem da tempestade tropical "Earl" pelo México, particularmente nos estados de Puebla, Veracruz e Hidalgo.

O Brasil transmite suas condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo do México.

De acordo com as informações disponíveis até o momento no Consulado-Geral do Brasil na Cidade do México, não há registro de cidadãos brasileiros entre as vítimas da tormenta.

ATAQUE CONTRA HOSPITAL NO PAQUISTÃO 08/08/2016

O governo brasileiro recebeu com profunda consternação a notícia de atentado

perpetrado contra hospital localizado na cidade de Quetta, no Paquistão, que resultou na morte de várias dezenas de pessoas, e em mais de uma centena de feridos.

O governo brasileiro reitera sua mais vigorosa condenação ao terrorismo e à violência contra civis inocentes e presta sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Paquistão.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA FINLÂNDIA, TIMO SOINI – BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 11 A 14 DE AGOSTO DE 2016 11/08/2016

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Timo Soini, realizará visita ao Brasil de 11 a 14 de agosto.

No dia 11, o Ministro Timo Soini será recebido, em Brasília, pelo ministro das Relações Exteriores José Serra. No encontro, os ministros examinarão temas da agenda bilateral, regional e multilateral, como comércio, investimentos e negociações comerciais entre o MERCOSUL e a União Europeia. Na ocasião, será assinado documento que fixa prioridades para a cooperação entre o Brasil e a Finlândia.

O encontro representa oportunidade para fortalecer a cooperação bilateral nas áreas de educação e de ciência, tecnologia e inovação. A Finlândia é referência internacional em educação e um dos países que mais investem em inovação (cerca de 4% do PIB). Alcançou, em 2015, o 6º lugar no Índice Global de Inovação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Há cerca de 50 empresas finlandesas no Brasil, com atuação principalmente nos setores de telecomunicações, florestal, mineração e energia.

COMUNICADO CONJUNTO DE ESTADOS-MEMBROS DA OEA SOBRE OS ACONTECIMENTOS RECENTES NA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA 11/08/2016

Nós, abaixo assinados, estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), sublinhamos nosso compromisso com a Carta da Organização e a Carta Democrática Interamericana, a declaração do Conselho Permanente da OEA sobre a Venezuela de primeiro de junho de 2016 (CP / DEC 63/16), bem como nosso apoio a um diálogo político tempestivo, nacional, inclusivo e eficaz para fazer frente às necessidades urgentes do povo venezuelano, preservar a paz e a segurança, assegurar o pleno respeito aos direitos humanos, ao devido processo, à separação de poderes e à consolidação da democracia representativa.

Levamos em consideração a apresentação do ex-presidente de governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, de 21 de junho de 2016, sobre a iniciativa de promover o diálogo político nacional na Venezuela, bem como o relatório do Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro Lemes, de 23 de junho de 2016, apresentado em conformidade com a Carta Democrática Interamericana, e as observações apresentadas pelos estados membros em ambas as reuniões do Conselho Permanente.

Instamos o governo da Venezuela e a oposição a manter o mais rapidamente possível um diálogo franco e eficaz, de maneira direta, ou com o apoio de facilitadores, que permita encontrar soluções duradouras em um clima de paz e de respeito mútuo, exortando-os a manter a observância das formas de expressão e participação pacíficas e não violentas.

Tomamos nota do anúncio feito pelo Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela sobre a verificação das assinaturas

necessárias para avançar à fase de petição do referendo revogatório presidencial.

Fazemos um chamado às autoridades venezuelanas a garantir o exercício dos direitos constitucionais do povo venezuelano e, também, que se cumpram, de forma clara, concreta e sem demora, as etapas restantes para a realização do referendo revogatório presidencial, contribuindo, assim, para resolver rápida e eficazmente as atuais dificuldades políticas, sociais e econômicas naquele país.

Argentina, Belize, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai

APROVAÇÃO DO ACORDO DE PARIS PELO SENADO FEDERAL 11/08/2016

O Ministério das Relações Exteriores recebeu com grande satisfação a aprovação hoje, pelo Senado Federal, do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

O Acordo, concluído em dezembro de 2015 na Conferência do Clima de Paris (COP-21) e assinado pelo Brasil em 22 de abril de 2016, é um marco no esforço global de combate à mudança do clima. O Brasil contribuiu ativamente para a adoção do Acordo, engajando-se desde o princípio nas negociações, trabalhando para a construção de consensos e demonstrando ambição em suas ações domésticas.

O Acordo estabelece marco ambicioso, equilibrado e duradouro para as ações de combate à mudança do clima de todos os países e para o apoio internacional a países em desenvolvimento. Ao fortalecer a UNFCCC, o Acordo representa também a

importância do multilateralismo como ferramenta legítima para a resposta ao maior desafio que se impõe hoje à humanidade.

Tão logo promulgado o decreto legislativo correspondente, compete ao Ministério das Relações Exteriores preparar o instrumento de ratificação para assinatura do Presidente da República em exercício e pronto depósito na sede das Nações Unidas.

A ratificação pelo Brasil reafirma o protagonismo e o compromisso inequívocos do País no combate à mudança do clima e dará uma contribuição significativa para a entrada em vigor do Acordo. A ratificação brasileira representa mais do que o dobro das emissões dos demais 22 países que depositaram o instrumento de ratificação até o momento.

Informação adicional

São necessárias 55 ratificações, correspondendo a pelo menos 55% das emissões globais para entrada em vigor do Acordo de Paris. Até o dia 11 de agosto, 180 países haviam assinado o Acordo de Paris, dos quais 22 depositaram o instrumento de ratificação, correspondendo a 1,08% das emissões. Para fins de entrada em vigor do Acordo, o Brasil corresponde a 2,48% das emissões globais.

VISITA DO PRESIDENTE DA ARMÊNIA, SERZH SARGSYAN – BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 11 A 15 DE AGOSTO DE 2016 11/08/2016

O Presidente da Armênia, Serzh Sargsyan, realiza visita oficial ao Brasil de 11 a 15 de agosto.

No dia 12, em Brasília, o Presidente Serzh Sargsyan será recebido pelo Presidente da República em exercício, Michel Temer. Prevê-se a assinatura, na ocasião, de acordos

nas áreas de cooperação educacional e técnica; agricultura; consultas políticas; e cooperação entre academias diplomáticas.

O Presidente Sargsyan participará, também em Brasília, de cerimônia de lançamento da construção da Embaixada da Armênia, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, José Serra, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Edward Nalbandian.

Em São Paulo, ainda no dia 12, o Presidente Sargsyan será recebido pelo Governador Geraldo Alckmin. Em seguida, manterá encontros com membros da comunidade armênia, que soma cerca de 40 mil pessoas em todo o Brasil, das quais 25 mil residem naquela cidade.

No Rio de Janeiro, o Presidente da Armênia assiste a eventos da Rio 2016.

ESTADO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ADESÃO DA VENEZUELA AO MERCOSUL 13/08/2016

O Governo brasileiro lamenta que a Venezuela não tenha logrado êxito, no prazo que se encerrou em 12 de agosto de 2016, em seus esforços para o pleno cumprimento dos compromissos assumidos quando da assinatura do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, em 4 de julho de 2006, em Caracas.

Entre as normas e acordos que não foram incorporados ao ordenamento jurídico da Venezuela encontram-se o Acordo de Complementação Econômica nº 18 (1991), Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL (2005) e Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL (2002). Levantamento exaustivo da situação em 13

de agosto de 2016 será finalizado mediante consultas à Secretaria do MERCOSUL, que compila as informações recebidas da Venezuela a esse respeito.

Diante do cenário de descumprimento unilateral de disposições essenciais para a execução do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, nos próximos dias o Governo brasileiro avaliará a situação detidamente, à luz do direito internacional, e manterá a devida coordenação com os demais Estados-Partes fundadores do MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai).

O Governo brasileiro estará engajado nesse exercício plenamente imbuído do espírito de integração que une os países do MERCOSUL.

Os membros fundadores do MERCOSUL terão diante de si a complexa tarefa de definir as medidas jurídicas aplicáveis frente a esta realidade, indesejada por todos.

Ao povo venezuelano, o Governo brasileiro ressalta a solidariedade da nação brasileira e a garantia de que trabalhará pelo fortalecimento dos laços históricos que os unem, no interesse do MERCOSUL e de seus Estados Partes.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA DINAMARCA, KRISTIAN JENSEN – BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 13 A 16 DE AGOSTO DE 2016

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Kristian Jensen, realizará visita ao Brasil no período de 13 a 16 de agosto.

No dia 16, será recebido, em Brasília, pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra. No encontro, serão repassados temas da agenda bilateral e questões regionais e

multilaterais, entre as quais as negociações MERCOSUL-União Europeia.

Serão igualmente exploradas ações para expandir e diversificar o comércio e os investimentos bilaterais. Mais de 100 grandes empresas dinamarquesas mantêm investimentos no Brasil, com destacada atuação nos setores de transporte e logística, energias renováveis, telecomunicações e farmacêutico.

ENTRADA EM VIGOR DA CONVENÇÃO DA APOSTILA 15/08/2016

Entrou em vigor neste domingo, 14 de agosto, no Brasil, a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, conhecida como Convenção da Apostila, que tornará mais simples e ágil a tramitação de documentos públicos entre o Brasil e os mais de cem países que são partes daquele acordo. A vigência da Convenção da Apostila trará significativos benefícios para cidadãos e empresas que necessitem tramitar internacionalmente documentos como diplomas, certidões de nascimento, casamento ou óbito, além de documentos emitidos por tribunais e registros comerciais.

Atualmente, para um documento ser aceito por autoridades estrangeiras, é necessário tramitá-lo por diversas instâncias, gerando as chamadas “legalizações em cadeia”. A entrada em vigor da Convenção da Apostila permitirá a “legalização única”, bastando ao interessado dirigir-se a um cartório habilitado em uma das capitais estaduais ou no Distrito Federal e solicitar a emissão de uma “Apostila da Haia” para um documento. A apostila confere validade internacional ao documento, que poderá ser apresentado nos 111 países que já aderiram à Convenção. Contudo, a “legalização única” não exige o solicitante de apurar junto ao país ou à

instituição destinatária do documento eventuais exigências adicionais, a exemplo de traduções. A partir de agora, o Brasil também passará a aceitar apostilas emitidas pelos demais Estados partes da Convenção.

Tal procedimento garantirá que cidadãos e empresas gastarão menos recursos e tempo na tramitação internacional de documentos, o que contribui de forma decisiva para o fomento da atividade econômica. Segundo estudo conduzido pelo Banco Mundial, a adesão plena aos procedimentos da Convenção da Apostila aumenta a competitividade global e a capacidade de atração de investimentos externos do país.

A Convenção da Apostila permitirá, ainda, melhor utilização de recursos públicos, uma vez que o Ministério das Relações Exteriores não mais precisará dedicar-se à consularização de documentos – o Itamaraty, seja em território nacional ou por meio de sua Rede Consular, realiza aproximadamente 1,5 milhão de legalizações de documentos ao ano.

A entrada em vigor da Convenção da Apostila foi possibilitada pelo trabalho conjunto entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão designado pelo Estado brasileiro como autoridade competente e ponto focal para interlocução sobre a Convenção da Apostila com entidades nacionais e estrangeiras, e o Ministério das Relações Exteriores. Maiores informações acerca da aplicação da Convenção da Apostila no Brasil poderão ser obtidos na página eletrônica do CNJ (www.cnj.jus.br/apostila).

DECLARAÇÕES DO CHANCELER URUGUAIO 16/08/2016

O governo brasileiro tem buscado, de maneira construtiva, uma solução para o impasse em torno da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL. A visita do

ministro José Serra ao Uruguai, no último dia 5 de julho, realizou-se com esse propósito. Ao Brasil interessa um MERCOSUL fortalecido e atuante, com uma Presidência Pro Tempore que tenha cumprido os requisitos jurídicos mínimos para o seu exercício e que seja capaz de liderar o processo de aprofundamento e modernização da integração.

Durante a visita ao Uruguai, o ministro José Serra também tratou com o presidente Tabaré Vázquez e com o chanceler Nin Novoa do potencial de aprofundamento das relações entre o Brasil e o Uruguai e de oportunidades que os dois países podem e devem explorar conjuntamente em terceiros mercados. O Brasil considera o Uruguai um parceiro estratégico.

Nesse contexto, o governo brasileiro recebeu com profundo descontentamento e surpresa as declarações do chanceler Nin Novoa sobre a visita do ministro José Serra ao Uruguai, que teriam sido feitas durante audiência da Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara de Deputados uruguaia, no último dia 10 de agosto. O teor das declarações não é compatível com a excelência das relações entre o Brasil e o Uruguai.

O secretário-geral das Relações Exteriores convocou hoje o embaixador do Uruguai em Brasília para uma reunião em que expressou o profundo descontentamento do Brasil com as declarações e solicitou esclarecimentos.

DIA MUNDIAL HUMANITÁRIO 19/08/2016

Hoje, 19 de agosto, celebra-se o Dia Mundial Humanitário instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2008, para homenagear as pessoas que dedicam suas vidas a ações humanitárias. A data foi escolhida para recordar o atentado ao Escritório das Nações Unidas no Iraque,

ocorrido em 2003, que vitimou 22 pessoas, entre as quais o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, funcionário da organização que dedicou sua carreira à promoção da paz, com destacada atuação em assuntos humanitários.

Ao reiterar seu apoio aos esforços da comunidade internacional para responder às diversas crises humanitárias que assolam o mundo, o governo brasileiro expressa sua preocupação com o crescente número de vítimas de conflitos armados e desastres. Segundo as Nações Unidas, ao final de 2015, havia 130 milhões de pessoas, em 37 países, que necessitavam de assistência humanitária.

O governo brasileiro congratula os trabalhadores humanitários de todo o mundo, reconhecendo sua inestimável contribuição em favor das vítimas de crises humanitárias, e sublinha a importância de assegurar a proteção desses trabalhadores, de facilitar o acesso de assistência às populações afetadas e de respeitar o direito internacional humanitário.

ATENTADO NA TURQUIA 22/08/2016

O governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, o atentado ocorrido durante uma cerimônia de casamento na cidade de Gaziantep, na Turquia, que resultou em dezenas de mortos e feridos.

Ao transmitir aos familiares das vítimas, à comunidade curda e ao povo e ao governo da Turquia suas condolências e solidariedade, o governo brasileiro reitera seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

ATENTADO NA SOMÁLIA 22/08/2016

O governo brasileiro condena veementemente o ataque ocorrido em Galkayo, na Somália, reivindicado pelo grupo autodenominado “Al-Shabaab”, que resultou em ao menos uma dezena de mortos e diversos feridos.

Ao manifestar sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Somália, o Brasil reitera seu repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob qualquer pretexto, e reitera seu apoio aos esforços de consolidação das instituições somalis.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO PARAGUAI 23/08/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República do Paraguai concedeu "agrément" a Carlos Alberto Simas Magalhães como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Desde janeiro de 2015, o embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães é subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos. Serviu nas Embaixadas do Brasil em Washington, La Paz e Paris; na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA); e na Missão Permanente do Brasil em Genebra.

Foi embaixador do Brasil em Rabat (2003 a 2008) e Varsóvia (2008 a 2012), e cônsul-geral em Montevideu (2012 a 2014). No Brasil, foi chefe de Gabinete do secretário-geral das Relações Exteriores.

TERREMOTO NA ITÁLIA 24/08/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do forte terremoto que atingiu a região central da Itália na madrugada desta quarta-feira, causando dezenas de vítimas fatais e significativa destruição material, principalmente na cidade de Amatrice.

A Embaixada e o Consulado-Geral em Roma estão monitorando a situação. Até o momento, não há registro de brasileiros entre as vítimas.

O governo brasileiro expressa sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Itália.

NOTA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, SOBRE O ACORDO DE PAZ ENTRE O GOVERNO DA COLÔMBIA E AS FARC 24/08/2016

O governo brasileiro expressa sua satisfação e transmite suas felicitações ao povo e ao governo da Colômbia pela conclusão anunciada hoje, dia 24 de agosto, do acordo que encerra meio século de hostilidades com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP). O desenlace positivo das negociações em Havana atesta de forma eloquente o compromisso dos colombianos com a paz e a reconciliação nacional. Trata-se de um acontecimento de transcendência histórica, não só para a Colômbia mas para toda a região. Nesse contexto auspicioso, o governo brasileiro reitera sua disposição de contribuir com o governo da Colômbia para a plena implementação do acordo e reafirma seu compromisso permanente com o fortalecimento das relações entre os dois países.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, WALTER SCHEEL 24/08/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do falecimento, no dia de hoje, do ex-presidente da República Federal da Alemanha Walter Scheel.

Como membro do Partido Liberal-Democrata, Scheel prestou inestimável contribuição à fundação e à consolidação do sistema político de seu país, tendo atuado como deputado estadual e federal, eurodeputado e ministro das pastas de Cooperação Econômica e do Exterior.

Em todas as suas funções públicas, Scheel provou-se convicto defensor da tolerância, das liberdades democráticas e da paz. Como ministro do Exterior, seu apoio foi fundamental para o êxito da “Ostpolitik” do chanceler federal Willy Brandt. Como presidente federal, entre 1974 e 1979, engajou-se decididamente na promoção da integração europeia.

O governo brasileiro solidariza-se com o povo e o governo alemães e apresenta suas condolências aos familiares do ex-presidente.

ASSASSINATO DO VICE-MINISTRO DE REGIME INTERIOR E POLÍCIA DA BOLÍVIA 28/08/2016

O governo brasileiro recebeu, com pesar e consternação, a notícia do assassinato do vice-ministro de Regime Interior e Polícia do Estado Plurinacional da Bolívia, Rodolfo Illanes.

Ao condenar enfaticamente tal ato de violência, expressamos a mais sentida solidariedade aos familiares do vice-ministro Illanes e ao governo boliviano.

ATAQUE NO PARAGUAI 28/08/2016

O governo brasileiro recebeu, com profunda consternação, a notícia do assassinato de oito militares da Força Tarefa Conjunta do Paraguai em consequência de ataque armado no Departamento de Concepción, no norte do país.

O governo brasileiro reitera, nos mais fortes termos, sua vigorosa condenação a esse brutal atentado e a quaisquer atos de violência e terrorismo.

Estendemos nossa fraterna solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Paraguai.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO IRÃ 29/08/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Islâmica do Irã concedeu agrément a Rodrigo de Azeredo Santos como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Rodrigo de Azeredo Santos é, desde 2013, diretor do Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos (DPR) do Ministério das Relações Exteriores. Ao longo da carreira diplomática, serviu nas embaixadas em Londres, Buenos Aires, Washington, Moscou e Cidade do México.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NOS PAÍSES BAIXOS 29/08/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo neerlandês concedeu agrément a Regina Maria Cordeiro Dunlop

como embaixadora extraordinária e plenipotenciária do Brasil no Reino dos Países Baixos. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

A embaixadora Regina Dunlop é representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra desde 2013. Ao longo da carreira diplomática, serviu nas embaixadas em Londres, Pequim e na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, onde foi representante permanente alterna entre 2009 e 2013.

COMUNICADO DO GOVERNO VENEZUELANO SOBRE SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL 31/08/2016

O Governo brasileiro repudia os termos do comunicado emitido pelo Governo venezuelano hoje, dia 31 de agosto, sobre a conclusão do processo de impedimento da ex-Presidente da República. Revela profundo desconhecimento da Constituição e das leis do Brasil e nega frontalmente os princípios e objetivos da integração latino-americana.

À luz das circunstâncias, o Governo brasileiro decidiu chamar seu Embaixador em Caracas para consultas.

MANIFESTAÇÕES SOBRE O PROCESSO POLÍTICO NO BRASIL 31/08/2016

O Governo brasileiro lamenta as manifestações de incompreensão dos Governos da Bolívia, do Equador e de Cuba sobre a conclusão do processo de impedimento da ex-Presidente da República. O processo foi conduzido em estrito respeito ao que estabelecem as leis e

a Constituição brasileiras e constitui um exemplo que fortalece a democracia no país e na região.

Os Governos desses países reincidentem em expressões equivocadas que ignoram os fundamentos de um Estado democrático de direito, como o que vige de maneira plena no Brasil. O Governo brasileiro conclama as autoridades desses países a manterem a serenidade e a respeitarem os princípios e valores que regem as relações entre as nações latino-americanas.

DISTÚRBIOS NO GABÃO 01/09/2016

O governo brasileiro tem acompanhado com preocupação os distúrbios no Gabão, no contexto do anúncio do resultado da eleição presidencial ocorrida em 27 de agosto passado. O governo brasileiro encoraja todas as partes gabonesas a renunciarem ao uso de meios violentos e a resolverem seus diferendos por meio da concertação e do diálogo, em ambiente de moderação e em respeito à legislação gabonesa e à vontade popular.

VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA A XANGAI, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL DE ALTO NÍVEL BRASIL-CHINA – XANGAI, 2 DE SETEMBRO DE 2016 01/09/2016

O Presidente da República, Michel Temer, realizará viagem à cidade de Xangai, no próximo dia 2 de setembro, para participar do Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China.

O seminário é uma realização do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores e da APEX, e contará com a presença dos Ministros das Relações

Exteriores; Transportes, Portos e Aviação Civil; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Fazenda, que participarão de painéis dedicados aos setores de infraestrutura e logística, indústria e agronegócio.

Estarão representados no Seminário os principais setores da economia brasileira, tais como agricultura, finanças, indústria, infraestrutura, transportes, energia e serviços.

XI CÚPULA DE LÍDERES DO G20 – HANGZHOU, CHINA 4 E 5 DE SETEMBRO DE 2016 01/09/2016

O presidente de República, Michel Temer, participará, em 4 e 5 de setembro, da XI Cúpula do G20, em Hangzhou, China.

A Cúpula do G20 de 2016 terá como um dos temas centrais a promoção do crescimento econômico inclusivo e inovador, além de consolidar o apoio do G20 à implementação da Agenda de Desenvolvimento 2030, com suas Metas de Desenvolvimento Sustentável. A expectativa é que os chefes de Estado das principais economias do mundo expressem o compromisso político com medidas de curto prazo e reformas estruturais de médio prazo que facilitem a superação definitiva da crise de 2008.

A cúpula terá cinco sessões. O presidente Michel Temer está entre os líderes que abrirão a discussão da sessão dedicada ao desenvolvimento inclusivo e o apoio do G20 à Agenda 2030. O presidente também poderá fazer intervenções nas demais sessões, cujos temas são a busca de novos caminhos para o crescimento (1), governança global econômica e financeira (2), comércio e investimentos internacionais (3) e outros temas que impactam a economia mundial (5).

Por ocasião de sua visita a Hangzhou, o presidente da República deverá manter encontros bilaterais com o presidente da China, Xi Jinping; com o primeiro-ministro da Espanha, Mariano Rajoy; com o primeiro-ministro da Itália, Matteo Renzi; e com diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, embaixador Roberto Azevêdo. O presidente Michel Temer também participará de reunião informal dos líderes do BRICS.

Já foram realizadas dez reuniões de Cúpula do G20. Sua agenda, inicialmente concentrada em respostas a crises financeiras, ampliou-se consideravelmente. Sem prejuízo de seu trabalho técnico, o Grupo assumiu caráter mais claramente político, transformando-se na principal plataforma de coordenação macroeconômica de seus integrantes. São membros do G20: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia. Seus membros representam, aproximadamente, 72% do comércio mundial, 85% do produto interno bruto e 2/3 da população do planeta.

Para a XI Cúpula do G20, comparecerão, como convidados da presidência chinesa, Cazaquistão, Chade, Cingapura, Egito, Espanha, Laos, Senegal e Tailândia.

FURACÃO "HERMINE" 02/09/2016

O Centro Nacional de Furacões dos EUA ("National Hurricane Center") anunciou ontem que a tempestade tropical Hermine, atualmente no golfo do México, transformou-se em furacão de categoria 1. Prevê-se que o furacão Hermine atinja o norte da Flórida (região denominada "Panhandle"), afetando importantes cidades como Panama City e Tallahassee (capital

estadual). Outras cidades no litoral oeste da Flórida, como a região da Baía de Tampa, também já sentem efeitos dos ventos e das ondas. Será o primeiro furacão a atingir o estado desde o "Wilma", em 2005.

O governador da Flórida declarou estado de emergência. As autoridades estaduais emitiram alertas de evacuação em diversas localidades costeiras e interditaram pontes em razão do aumento das ondas, que pode gerar inundações. Ao mesmo tempo, escolas cancelaram as aulas.

Segundo a previsão do Centro Nacional de Furacões, o "Hermine" deverá atingir também o estado da Geórgia. Em seguida, irá se dirigir ao oceano Atlântico, passando pelo litoral das Carolinas e pela Virgínia ao longo do final de semana.

Os nacionais brasileiros que se encontrem em áreas afetadas pelo furacão e necessitem assistência consular poderão contatar o Consulado-Geral em Miami ou o Consulado-Geral em Atlanta, respectivamente, nos números de plantão (+1 305) 801-6201 e (+1 404) 561-8354.

ATENTADO TERRORISTA NAS FILIPINAS 03/09/2016

O governo brasileiro condena veementemente o atentado terrorista ocorrido no mercado de Davao, na ilha de Mindanao, nas Filipinas, na noite de 2 de setembro, que resultou em quatorze vítimas fatais e cerca de setenta feridos e foi reivindicado pelo grupo Abu Sayyaf.

Ao manifestar sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo das Filipinas, o Brasil reitera seu repúdio a todos os atos de terrorismo e a violência contra civis inocentes, praticados sob qualquer pretexto.

**COMUNICADO DOS LÍDERES DO G20
– CÚPULA DE HANGZHOU – 4-5 DE
SETEMBRO DE 2016 08/09/2016**

1. Nós, os Líderes do G20, nos reunimos em Hangzhou, China, em 4-5 de setembro de 2016.

2. Nós nos reunimos em período em que a recuperação econômica global está progredindo, a resiliência se fortalece em algumas economias e novas fontes de crescimento estão surgindo. Porém, o crescimento é mais fraco do que o desejável. Os riscos negativos persistem devido a potencial volatilidade no mercado financeiro, flutuações nos preços das “commodities”, baixo dinamismo no comércio e nos investimentos e lento crescimento da produtividade e do emprego em alguns países. Desafios advindos de acontecimentos geopolíticos, do aumento dos fluxos de refugiados, assim como do terrorismo e de conflitos, também tornam mais difíceis as perspectivas econômicas globais.

3. Também nos reunimos em período de permanentes mudanças e profundas transformações na configuração do cenário econômico e das dinâmicas de crescimento globais. Com essas transformações vêm desafios e incertezas, bem como oportunidades. As escolhas que fizermos juntos determinarão a eficácia de nossa resposta aos desafios de hoje e ajudarão a conformar a economia mundial do futuro.

4. Acreditamos que a parceria mais estreita e a ação conjunta dos membros do G20 fortalecerão a confiança no crescimento econômico global, em seus fatores de dinamismo e na cooperação, assim contribuindo para a prosperidade compartilhada e o maior bem-estar do mundo.

5. Estamos determinados a fomentar uma economia mundial inovadora, revigorada,

interconectada e inclusiva de modo a abrir caminho para uma nova era de crescimento global e desenvolvimento sustentável, levando em consideração a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris.

6. Nesse contexto, nós, o G20, como principal foro de cooperação econômica internacional, acordamos uma narrativa abrangente e integrada para o crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo e, assim, adotamos o anexo conjunto de políticas e ações – o Consenso de Hangzhou – baseado nos seguintes elementos:

- Visão. Fortaleceremos a agenda de crescimento do G20 para catalisar novas forças motoras do crescimento; abrir novos horizontes para o desenvolvimento; liderar a transformação de nossas economias de maneira mais inovadora e sustentável; e melhor refletir interesses compartilhados pela geração presente e as que lhe sucederão.

- Integração. Buscaremos conceitos e políticas de crescimento inovadores mediante a construção de sinergias entre políticas fiscais, monetárias e estruturais, fortalecendo a coerência entre as políticas econômica, de trabalho, de emprego e social, assim como combinando: gerenciamento de demanda com reformas do lado da oferta; políticas de curto prazo com políticas de médio e longo prazos; e crescimento econômico com desenvolvimento social e proteção ambiental.

- Abertura. Intensificaremos nosso trabalho para construir uma economia mundial aberta, rejeitar o protecionismo, promover o comércio e o investimento globais, inclusive mediante o fortalecimento ainda maior do sistema multilateral de comércio, e assegurar amplas oportunidades por meio do apoio público à expansão do crescimento em uma economia globalizada.

- Inclusão. Trabalharemos para assegurar que nosso crescimento econômico sirva às necessidades de todos e que beneficie a todos os países e pessoas, inclusive e particularmente, mulheres, jovens e grupos desfavorecidos, gerando mais emprego de qualidade, atacando as desigualdades e erradicando a pobreza, de modo que ninguém seja deixado para trás.

Fortalecendo a Coordenação de Políticas

7. Nosso crescimento deve ser sustentado por políticas bem elaboradas e coordenadas. Estamos determinados a usar todos os instrumentos de políticas – monetárias, fiscais e estruturais – individual e coletivamente para alcançar nosso objetivo de crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. A política monetária continuará a apoiar a atividade econômica e garantir a estabilidade de preços, de modo compatível com os mandatos dos bancos centrais, mas a política monetária por si só não é capaz de levar ao crescimento equilibrado. Sublinhando o papel essencial das reformas estruturais, enfatizamos que nossas estratégias fiscais são igualmente importantes para apoiar nossos objetivos comuns de crescimento. Estamos usando políticas fiscais de maneira flexível e tornando as políticas tributárias e o gasto público mais favoráveis ao crescimento, inclusive por meio da priorização do investimento de qualidade, ao mesmo tempo em que fortalecemos a resiliência e asseguramos que o endividamento, como parcela do PIB, se encontre em trajetória sustentável. Adicionalmente, continuaremos a explorar opções de políticas, adaptadas a circunstâncias específicas, que os países do G20 poderão escolher na medida do necessário para apoiar o crescimento e responder a riscos potenciais, inclusive a vulnerabilidade dos balanços. Reiteramos que a excessiva volatilidade e os movimentos desordenados de taxas de câmbio podem ter implicações adversas para

a estabilidade econômica e financeira. Nossas autoridades relevantes manterão consultas estreitas sobre os mercados de câmbio. Reafirmamos nossos compromissos prévios no que respeita a taxas de câmbio, inclusive de nos abster de realizar desvalorizações competitivas e de não estabelecer metas de taxas de câmbio para fins competitivos. Calibraremos cuidadosamente e comunicaremos claramente nossas ações em matéria de política macroeconômica e estruturais para reduzir a incerteza, minimizar contágios negativos e promover a transparência.

8. Estamos progredindo na implementação de nossas estratégias de crescimento, mas ainda há muito por fazer. A pronta e plena implementação das estratégias de crescimento permanecem peça-chave para apoiar o crescimento econômico e a ambição coletiva de crescimento, estabelecida pela Cúpula de Brisbane, e estamos priorizando nossos esforços de implementação. À luz disso, lançamos o Plano de Ação de Hangzhou e atualizamos nossas estratégias de crescimento, inclusive por meio de novas e ajustadas medidas de políticas macroeconômicas e estruturais que podem proporcionar benefícios ao crescimento que se apoiam mutuamente. Também nos esforçaremos para reduzir desequilíbrios excessivos, promover a inclusão e reduzir a desigualdade em nossa busca do crescimento econômico.

Abrindo um novo caminho para o crescimento

9. Nosso crescimento, para que seja dinâmico e crie mais empregos, deve ser alimentado por novas forças motoras. Ao reafirmarmos a importância de sanar as deficiências da demanda global para apoiar o crescimento de curto prazo, acreditamos ser imperativo lidar com restrições do lado da oferta, de modo a aumentar a produtividade de maneira sustentável, expandir a fronteira de produção e liberar o

potencial de crescimento de médio e longo prazos.

10. Reconhecemos que, no longo prazo, a inovação é uma força motora essencial do crescimento, tanto para países, individualmente, como para a economia global como um todo. Estamos comprometidos a atacar uma das causas profundas do baixo crescimento e tomar a inovação como um elemento-chave de nosso esforço de identificar novos motores de crescimento para países individuais e a economia mundial, que também contribuirão para a criação de novos empregos, construindo um meio ambiente mais limpo, aumentando a produtividade, enfrentando desafios globais, melhorando a vida das pessoas e construindo ecossistemas de inovação dinâmicos, cooperativos e inclusivos. Endossamos, assim, o Plano do G20 para o Crescimento Inovador como nova agenda que abrange políticas e medidas transversais, nas áreas de inovação, nova revolução industrial e economia digital. Nesse contexto, reconhecemos a importância de reformas estruturais. Seguiremos as recomendações do Plano em consonância com nossas circunstâncias nacionais e em linha com nossa visão de liderança, parceria, abertura, inclusão, criatividade, sinergia e flexibilidade.

11. Comprometemo-nos com ações transversais importantes relacionadas a parcerias multidimensionais, apoiando os países em desenvolvimento e elevando a capacitação e o capital humano. Organizaremos uma Força-Tarefa do G20, a ser apoiada pela OCDE e por outras organizações internacionais relevantes, para levar adiante o trabalho do G20 sobre inovação, nova revolução industrial e economia digital, sujeito às prioridades das futuras presidências do G20, assegurando continuidade e consistência com os resultados alcançados até o momento e

promovendo sinergias com outras linhas de trabalho do G20.

12. Para lograr o crescimento inovador e a criação de ecossistemas inovadores, apoiamos o diálogo e a cooperação sobre inovação, que cobre ampla gama de áreas em cujo centro se encontram a ciência e a inovação tecnológica. Adotamos o Plano de Ação sobre Inovação de 2016 do G20. Comprometemo-nos a buscar estratégias e políticas em prol da inovação, apoiar o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), e apoiar a capacitação para CT&I – inclusive o apoio à entrada de mais mulheres nesses campos - e a mobilidade de recursos humanos de CT&I. Apoiamos esforços para promover difusão voluntária de conhecimento em termos e condições mutuamente acordados. De acordo com esse enfoque, apoiamos esforços apropriados para promover a ciência aberta e facilitar o acesso apropriado a resultados de pesquisa com financiamento público. com base em princípios de encontrabilidade, acessibilidade, interoperabilidade e reutilizabilidade (FAIR, na sigla em inglês). Ademais, enfatizamos a importância de regimes de comércio e investimento abertos para facilitar a inovação por meio da proteção a direitos de Propriedade Intelectual (PI), e da melhora da comunicação sobre ciência e tecnologia. Concordamos em fomentar o intercâmbio de conhecimento e experiência por meio do apoio a uma Comunidade de Prática do G20, online, no âmbito da já estabelecida Plataforma de Políticas para Inovação e pela publicação do Relatório sobre Inovação de 2016 do G20.

13. Para aproveitar a oportunidade que a Nova Revolução Industrial (NRI) apresenta para a indústria, sobretudo manufatureira e serviços associados, adotamos o Plano de Ação do G20 sobre a Nova Revolução Industrial. Comprometemo-nos a fortalecer a comunicação, a cooperação e a pesquisa

relevante sobre NRI; ajudar pequenas e médias empresas (PMEs) a tirar proveito dos benefícios da NRI; enfrentar desafios de capacidade de emprego e da força de trabalho; encorajar mais cooperação sobre padrões, proteção adequada e efetiva à PI, em linha com tratados multilaterais vigentes de que somos partes e a nova infraestrutura industrial; e apoiar a industrialização, conforme os compromissos do Plano de Ação. Também apoiamos a industrialização em países em desenvolvimento, especialmente na África e em Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs). Estamos comprometidos a apoiar nossas forças de trabalho durante essa transição e a assegurar que os benefícios da NRI se estendam a todos, inclusive mulheres, jovens e outros grupos desfavorecidos. Instamos à cooperação para maximizar os benefícios e mitigar o impacto negativo das esperadas mudanças tecnológicas e industriais. Em todas essas iniciativas, o G20 levará em consideração as diferentes oportunidades e desafios para países em desenvolvimento e desenvolvidos.

14. Para liberar o potencial da economia digital, adotamos a Iniciativa de Desenvolvimento e Cooperação sobre Economia Digital do G20, que se baseia em nosso trabalho iniciado em Antalya. Buscaremos promover condições favoráveis a seu desenvolvimento e superar o fosso digital, inclusive por meio de maior, melhor e mais barato acesso a banda larga e de fluxo de informações que fortaleça o crescimento econômico, a confiança e a segurança, ao mesmo tempo em que garantimos o respeito à privacidade e à proteção de dados pessoais, investimento no setor de TCI, empreendedorismo, transformação digital, cooperação sobre comércio eletrônico, maior inclusão digital e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Reafirmamos o parágrafo 26 do Comunicado de Antália, comprometemo-nos com políticas de apoio à prevalência de

ambiente aberto e seguro e reconhecemos o papel-chave da proteção e implementação adequada e efetiva de PI no desenvolvimento da economia digital. Saudamos os esforços de OCDE, FMI e de outras organizações nacionais e internacionais para mensurar a economia digital e reconhecemos serem necessárias mais pesquisas e intercâmbios relevantes.

15. Reiteramos o papel essencial das reformas estruturais no aumento da produtividade e da produção potencial, assim como na promoção do crescimento inovador nos países do G20. Adotamos a Agenda Fortalecida de Reforma Estrutural, ressaltando que a escolha e a formulação das reformas estruturais respondem às condições econômicas específicas dos países. Endossamos as nove áreas prioritárias de reformas estruturais e um conjunto de princípios-guia identificados na Agenda e que servem de útil orientação de alto nível aos membros, permitindo, ao mesmo tempo, que levem em consideração suas circunstâncias nacionais específicas. Também apoiamos o marco quantitativo, que consiste em um conjunto de indicadores, a serem aperfeiçoados ao longo do tempo, para ajudar a acompanhar e avaliar nossos esforços e progresso com relação às reformas estruturais e desafios relacionados. Estamos estabelecendo uma estratégia integrada para o crescimento com medidas de curto, médio e longo prazos. Iremos assegurar que a Agenda Fortalecida de Reforma Estrutural e os elementos relevantes do Marco para o Crescimento Inovador sejam bem articulados.

Governança Global Econômica e Financeira mais Eficiente e Eficaz

16. Nosso crescimento, para ser resiliente, deve ser sustentado por uma arquitetura econômica e financeira mundial eficaz e eficiente. Continuaremos nosso trabalho nesse sentido.

17. Endossamos a Agenda do G20 para uma Arquitetura Financeira Internacional mais Estável e Resiliente. Continuaremos a aprimorar a análise e o monitoramento dos fluxos de capitais e o gerenciamento dos riscos provenientes de sua volatilidade excessiva. Esperamos, até o final do ano, a revisão do FMI acerca das experiências dos países e questões emergentes sobre como lidar com fluxos de capital. Tomamos nota do trabalho em curso sobre a revisão dos Códigos de Liberalização de Movimentos de Capital da OCDE. Apoiamos o trabalho para fortalecer a Rede de Segurança Financeira Global (em inglês, "GFSN"), centrada num FMI forte, baseado em quotas e dotado de recursos adequados e equipada com um instrumental mais eficaz e com uma cooperação mais eficaz entre o FMI e Arranjos Financeiros Regionais (RFAs), em respeito a seus mandatos. A esse respeito, saudamos o vindouro teste conjunto da Iniciativa de Multilateralização Chiang Mai-FMI. Apoiamos a manutenção do acesso a acordos de empréstimo bilaterais e multilaterais entre membros e entre esses membros e o FMI, em linha com o objetivo de preservar a atual capacidade de empréstimo do FMI, e conclamamos à maior participação dos membros do FMI, inclusive por intermédio de novos acordos. Saudamos a entrada em vigor da reforma das quotas e da governança do FMI de 2010 e estamos trabalhando com vistas à conclusão da 15ª Revisão Geral das Quotas, incluindo a definição de nova fórmula para o cômputo das quotas, por ocasião das Reuniões Anuais de 2017. Reafirmamos que qualquer realinhamento feito sob a 15ª revisão das quotas-partes deve resultar no aumento de quotas para as economias dinâmicas conforme suas posições relativas na economia mundial e, portanto, resultar provavelmente no aumento da participação de economias emergentes e países em desenvolvimento como um todo. Comprometemo-nos a proteger a voz e representação dos países mais pobres.

Apoiamos o Grupo Banco Mundial na implementação do reexame de sua composição acionária conforme o roteiro, calendário e princípios acordados, com o objetivo de alcançar distribuição mais equitativa do poder de voto com o passar do tempo. Ressaltamos a importância de se promoverem práticas de financiamento saudáveis e sustentáveis e continuaremos a aprimorar processos de reestruturação de dívidas. Apoiamos o esforço contínuo de incorporação das cláusulas contratuais reforçadas em títulos de dívidas soberanas. Apoiamos a discussão no âmbito do Clube de Paris de questões relacionadas a dívidas soberanas e os trabalhos em curso no Clube de Paris, que é o principal foro internacional de reestruturação de dívidas bilaterais oficiais, com vistas à inclusão ampliada de credores emergentes. Saudamos o ingresso da República da Coreia e a decisão do Brasil de aderir ao Clube de Paris. Também saudamos a participação regular da China nas reuniões do Clube de Paris e sua intenção de desempenhar um papel mais construtivo, inclusive discussões futuras sobre sua eventual adesão. Conforme decisão do FMI, saudamos a inclusão, em 1º de outubro, do Renminbi na cesta de moedas que compõe os Direitos Especiais de Saque (DES). Apoiamos a atual avaliação da utilização ampliada dos DES, tais como sua maior utilização em relatórios financeiros e na emissão de títulos denominados em DES, como meio para aumentar a resiliência. Nesse contexto, tomamos nota da recente emissão de títulos denominados em DES pelo Banco Mundial no mercado interbancário da China. Saudamos a continuidade dos trabalhos dos organismos internacionais no apoio ao desenvolvimento dos mercados de títulos em moeda local, inclusive a intensificação de esforços para dar apoio aos países de renda baixa.

18. A construção de um sistema financeiro aberto e resiliente é crucial para assegurar o crescimento e o desenvolvimento

sustentáveis. Para atingirmos esse objetivo, continuamos empenhados em finalizar elementos essenciais pendentes do marco regulatório e em implementar de maneira tempestiva, plena e consistente a agenda de reformas do setor financeiro já acordadas, inclusive Basileia III e o "Padrão de Capacidade de Absorção de Perda" ("TLAC", em inglês), bem como de regimes de resolução transfronteiriços eficazes. Reiteramos o nosso apoio ao trabalho do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS) para finalizar o marco regulatório de Basileia III até o final de 2016, sem que isso implique aumento significativo dos requisitos globais para o setor bancário como um todo, promovendo, ao mesmo tempo, a igualdade de condições. Saudamos o segundo relatório anual do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, em inglês) sobre a implementação e os efeitos das reformas e continuaremos a aprimorar seu mecanismo de monitoramento, com vistas a assegurar sua consistência com nossos objetivos globais, inclusive para lidar com consequências materiais não esperadas. Continuaremos a lidar com o risco sistêmico no setor de seguros. Saudamos o trabalho realizado com vistas ao desenvolvimento de um Padrão Global de Capital para seguradoras com atuação internacional. Comprometemo-nos com a plena e tempestiva implementação da agenda acordada de reformas dos mercados de derivativos de balcão e removeremos obstáculos legais e regulatórios ao registro de transações de derivativos de balcão em repositórios de transações e ao adequado acesso das autoridades aos dados. Incentivamos os membros a eliminar as lacunas em matéria de implementação dos Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro e saudamos os relatórios do Comitê de Pagamentos e Infraestruturas de Mercado, Organização Internacional das Comissões de Valores e FSB para aprimorar a resiliência e os planos de recuperação e resolutividade[1] das contrapartes centrais.

Ao reconhecer a importância de políticas macroprudenciais efetivas para limitar riscos sistêmicos, saudamos o trabalho conjunto do FMI, FSB e Banco de Compensações Internacionais (BIS, em inglês) de compilar experiências internacionais em matéria de marcos regulatórios e instrumentos macroprudenciais e ajudar a promover políticas macroprudenciais efetivas. Saudamos a consulta do FSB sobre propostas de recomendações de políticas para lidar com vulnerabilidades estruturais decorrentes de atividades de gestão de ativos. Continuaremos a monitorar de perto riscos e vulnerabilidades ao sistema financeiro e, caso necessário, enfrentá-los, inclusive aqueles relacionados ao sistema bancário paralelo, à gestão de ativos e a outros instrumentos do mercado financeiro. Continuaremos a tratar, por intermédio do plano de ação coordenado pelo FSB, da redução de serviços de correspondente bancário, com vistas a promover remessas, inclusão financeira, comércio e abertura. Aguardamos esforços adicionais para esclarecer expectativas em matéria de regulação, conforme o caso, inclusive por intermédio da revisão, pelo Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro (FATF, em inglês), em outubro, das orientações sobre correspondente bancário. Exortamos os membros do G20, o FMI e Grupo Banco Mundial a intensificar seu apoio ao reforço das capacidades nacionais para ajudar os países a aprimorarem seu grau de conformidade com padrões de combate à lavagem de dinheiro global e de enfrentamento ao financiamento do terrorismo e padrões prudenciais. Endossamos os Princípios de Alto Nível do G20 para Inclusão Financeira Digital, a versão atualizada dos Indicadores de Inclusão Financeira do G20 e o Marco de Implementação do Plano de Ação do G20 sobre Financiamento de PMEs. Incentivamos os países a considerarem esses princípios, ao definirem seus planos mais amplos de inclusão financeira, em particular

na área de inclusão financeira digital, e a adotarem ações concretas para acelerar o progresso sobre o acesso de todos os povos às finanças.

19. Continuaremos a apoiar a cooperação tributária internacional com vistas a alcançarmos um sistema tributário moderno e globalmente justo e a promovermos o crescimento, inclusive avançar a cooperação em curso em matéria de Erosão da Base Tributável e Desvio de Lucros (BEPS), de troca automática de informações, de fortalecimento das capacidades tributárias de países em desenvolvimento e de políticas tributárias para promover crescimento e segurança tributária. Saudamos a criação do Quadro Inclusivo do G20/OCDE em matéria de BEPS, e sua primeira reunião em Quioto. Apoiamos a implementação tempestiva, consistente e abrangente do pacote BEPS e exortamos todos os países e jurisdições relevantes e interessados que ainda não se comprometeram com o pacote BEPS a fazê-lo e aderirem ao Quadro em pé de igualdade. Saudamos também os progressos alcançados na implementação efetiva e ampla dos padrões aceitos internacionalmente em matéria de transparência fiscal e reiteramos nosso apelo a todos os países relevantes, inclusive todos os centros financeiros, e jurisdições que ainda não o fizeram a se comprometeram sem demora com o padrão de troca automática de informações, no mais tardar até 2018, e a assinarem e ratificarem a Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal. Endossamos as propostas apresentadas pela OCDE, em cooperação com os membros do G20, sobre critérios objetivos para a identificação de jurisdições não cooperantes em matéria de transparência tributária. Pedimos à OCDE que informe aos Ministros de Finanças e aos Presidentes de Bancos Centrais até junho de 2017 sobre os progressos feitos pelas jurisdições em matéria de transparência tributária e sobre como o Fórum Global administrará o

processo de revisão dos países em resposta aos pedidos de revisão suplementares de países, para que a OCDE prepare a lista daquelas jurisdições que ainda não tenham alcançado de maneira suficiente um nível de implementação dos padrões internacionais acordados em matéria de transparência tributária até a Cúpula do G20 em julho de 2017. Medidas defensivas serão consideradas contra jurisdições listadas. Incentivamos os países e organismos internacionais a prestar assistência a economias em desenvolvimento na construção de sua capacidade tributária e reconhecemos a criação da nova Plataforma de Colaboração sobre Tributação pelo FMI, a OCDE, a ONU e Grupo Banco Mundial. Apoiamos os princípios da Iniciativa Tributária de Addis. Reconhecemos o significativo impacto negativo de fluxos financeiros ilícitos sobre nossas economias e aprofundaremos o trabalho do G20 sobre esse tema. Ressaltamos a eficácia de instrumentos de política tributária em reformas estruturais do lado da oferta para promover crescimento inclusivo com base em inovação, bem como os benefícios da segurança tributária para promover investimento e comércio, e pedimos a OCDE e ao FMI que continuem seu trabalho sobre políticas tributárias em prol do crescimento e de segurança tributária. Neste contexto, a China faria sua própria contribuição por meio da criação de um centro de pesquisa sobre política tributária internacional voltado para concepção de políticas tributárias internacionais e pesquisa.

20. A Transparência financeira e a implementação efetiva dos padrões de transparência por todos, em particular com respeito à propriedade efetiva de pessoas jurídicas e a contratos, são vitais para proteger a integridade do sistema financeiro internacional e para prevenir o mau uso dessas entidades e arranjos financeiros para corrupção, evasão fiscal, financiamento do terrorismo e lavagem de dinheiro.

Exortamos o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro (FATF) e o Fórum Global a elaborarem propostas iniciais, por ocasião da reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais em outubro, sobre meios para aprimorar a implementação de padrões internacionais de transparência, inclusive sobre disponibilidade de informações sobre a propriedade efetiva de pessoas jurídicas e sobre contratos e sobre seu intercâmbio internacional.

21. Reconhecemos que, para apoiar o crescimento ambientalmente sustentável em âmbito mundial, é necessário ampliar a oferta de financiamento verde. O desenvolvimento do financiamento verde se depara com vários desafios, inclusive, entre outros, com dificuldades para internalizar externalidades ambientais, descasamento de vencimentos, falta de clareza sobre definição do que seja “verde”, assimetrias de informação e inadequada capacidade analítica, mas vários desses desafios podem ser enfrentados por meio de alternativas desenvolvidas em cooperação com o setor privado. Saudamos o Relatório Síntese do G20 sobre Finanças Verdes apresentado pelo Grupo de Estudos sobre Finanças Verdes (GFSG, em inglês) e as opções voluntárias desenvolvidas pelo GFSC para aprimorar a capacidade do sistema financeiro de mobilizar capitais privados para o investimento verde. Acreditamos que esforços podem ser realizados para dar sinais claros quanto a políticas e marcos estratégicos, promover princípios voluntários para o financiamento verde, expandir redes de aprendizado para a capacitação, apoiar o desenvolvimento de mercados de títulos verdes, promover colaboração internacional para facilitar o investimento transfronteiriço em títulos verdes, incentivar e facilitar o intercâmbio de conhecimentos sobre riscos financeiros e ambientais e aprimorar a mensuração das

atividades de financiamento verde e seus impactos.

22. Ao reconhecer os efeitos deletérios de fluxos financeiros ilícitos e derivados de corrupção sobre a alocação equitativa de recursos públicos, o crescimento econômico sustentável, a integridade do sistema financeiro global e o Estado de direito, reforçaremos os esforços do G20 para aprimorar a cooperação internacional no combate à corrupção, com base no respeito pleno ao direito internacional, aos direitos humanos e ao Estado de direito, bem como à soberania de cada país. Endossamos os Princípios de Alto Nível do G20 sobre Cooperação acerca de Pessoas Procuradas por Corrupção e Recuperação de Ativos e saudamos a iniciativa chinesa de criar, na China, o Centro de Pesquisa sobre Cooperação Internacional relativa a Pessoas Procuradas por Corrupção e Recuperação de Ativos nos Países Membros do G20, o qual funcionará em conformidade com as normas internacionais. Comprometemo-nos a dar continuidade à Rede de Peritos do G20 sobre Denegação de Ingresso. De maneira compatível com os nossos sistemas jurídicos nacionais, trabalharemos em cooperação transfronteiriça e troca de informações entre autoridades policiais, de combate à corrupção e judiciais. Exortamos todos os Membros do G20 a ratificarem a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e saudamos o início do segundo ciclo do seu mecanismo de revisão. Empenharemos-nos em aplicar de maneira efetiva as cláusulas sobre extradição, assistência legal mútua e recuperação de bens da referida convenção, bem como outras convenções internacionais aplicáveis. Endossamos o Plano de Ação Anticorrupção do G20 para o Biênio 2017-2018, com vistas a melhorar a transparência e integridade dos setores público e privado, implementando nossa posição de tolerância zero no combate à corrupção, brechas legais zero nas nossas instituições e barreiras zero para nossas ações. Pedimos ao Grupo de

Trabalho Anticorrupção que elabore, antes do final de 2016, um plano de implementação no formato de um marco flexível para dar continuidade a esse trabalho com renovada atenção de alto nível e senso de urgência. Saudamos também os resultados da Cúpula Anticorrupção de Londres em maio de 2016 e da Reunião Ministerial da OCDE em março de 2016.

23. Em linha com os Princípios do G20 sobre Cooperação Energética, reafirmamos nosso compromisso de construir mercados de energia com bom funcionamento, abertos, competitivos, eficientes, estáveis e transparentes, promovendo uma arquitetura energética global mais eficaz e inclusiva, com vistas a melhor refletir as mudanças em curso no panorama energético mundial e a moldar um futuro energético de baixa emissão de gases de efeito estufa (GHG, em inglês), acessível, confiável e sustentável, ao mesmo tempo em que se utilizam todas as fontes e tecnologias energéticas. Enfatizamos que o investimento sustentado em projetos de energia permanece extremamente importante para assegurar a segurança energética futura e prevenir picos tarifários economicamente desestabilizadores. Empenhamo-nos em trabalhar com os países da África Subsaariana e da região da Ásia-Pacífico para melhorar o acesso universal a serviços de energia modernos, sustentáveis, limpos, confiáveis e acessíveis, com especial atenção para barreiras ao acesso à eletricidade. Incentivamos os Membros a ampliar de maneira significativa a eficiência energética com base em suas necessidades específicas e circunstâncias nacionais e promover a conservação energética por meio de mudanças de estilo de vida apropriadas. Exploraremos arranjos inovadores e colaborativos para a cooperação internacional em matéria de eficiência energética. Endossamos o Plano de Ação de Colaboração Voluntária do G20 sobre Acesso à Energia, o Plano de Ação

Voluntário do G20 em Energias Renováveis e o Programa do G20 sobre Eficiência Energética, lançados pelos Ministros de Energia do G20, os quais solicitamos se reúnam regularmente para dar seguimento à implementação desses planos e nos mantenham informados.

24. Reafirmamos a importância da colaboração em matéria de energia para um futuro energético mais limpo e para a segurança energética sustentável, com vistas a estimular o crescimento econômico. Saudamos os progressos resultantes da colaboração internacional voluntária em matéria de eficiência energética em seis áreas-chave, levando em consideração as políticas delineadas no Programa sobre Segurança Energética e em linha com circunstâncias nacionais, inclusive em veículos pesados, e aprimorando a eficiência desses veículos. Reafirmamos nosso compromisso de racionalizar e eliminar progressivamente, no médio prazo, subsídios ineficientes a combustíveis fósseis que estimulam o consumo excessivo, reconhecendo a necessidade de apoiar os mais pobres. Saudamos os progressos do G20 no cumprimento de seus compromissos e esperamos que se realizem avanços adicionais no futuro. Ademais, incentivamos os países do G20 a considerarem participar no processo voluntário de revisão por pares. Dado que o gás natural é um combustível fóssil menos intensivo em emissões, aprimoraremos a colaboração acerca de soluções para promover sua extração, transporte e processamento de maneira a mitigar impactos ambientais. Enfatizamos a importância da diversificação das fontes de energia e vias de transporte.

Comércio e Investimentos Internacionais Robustos

25. Nosso crescimento, para que seja forte, deve ser reforçado pelo crescimento inclusivo, robusto e sustentável do comércio e dos investimentos. Observamos com

preocupação o baixo crescimento do comércio e investimentos em nível global e nos comprometemos a aprimorar a economia mundial, que queremos aberta, por meio da facilitação e liberalização do comércio e do investimento. Reconhecemos a importância da diversificação econômica e do aprimoramento industrial em países em desenvolvimento para que se beneficiem de mercados globais mais abertos. Endossamos os resultados da Reunião de Ministros de Comércio do G20, em Xangai, em 9 e 10 de julho, e saudamos a criação do Grupo de Trabalho do G20 sobre Comércio e Investimento. Comprometemo-nos a intensificar a cooperação do G20 em matéria de comércio e investimento.

26. Reafirmamos nossa determinação em assegurar um sistema multilateral de comércio baseado em regras, transparente, não discriminatório, aberto e inclusivo em que a Organização Mundial do Comércio desempenha papel central no comércio global atual. Reiteramos nosso compromisso de moldar a agenda de trabalho pós-Nairóbi, tendo, em seu centro, o tema desenvolvimento e nos comprometemos a avançar, de maneira prioritária, nas negociações em torno das questões pendentes da Agenda de Desenvolvimento de Doha, inclusive os três pilares de agricultura (i.e, acesso a mercados, apoio doméstico e concorrência em exportações), acesso a mercados de bens agrícolas, serviços, desenvolvimento, Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês) e regras. Observamos também que várias questões, tais como as tratadas em acordos regionais de comércio (RTAs, em inglês) e pelo B20, podem ser de interesse e importância comuns para a economia atual e, portanto, podem ser legitimamente objeto de discussão na OMC. Trabalharemos conjuntamente com todos os membros da OMC com sentido de urgência e solidariedade, a fim de alcançar resultados

positivos na MC11 e depois dela. Também trabalharemos para fortalecer ainda mais a OMC.

27. Comprometemo-nos a ratificar o Acordo de Facilitação de Comércio até o final de 2016 e exortamos os demais Membros da OMC a fazerem o mesmo. Notamos o importante papel que acordos de comércio bilaterais e regionais podem exercer na liberalização do comércio e no desenvolvimento de regras de comércio, ao mesmo tempo em que reconhecemos a necessidade de assegurar sua consistência com as regras da OMC. Comprometemo-nos a trabalhar para assegurar que nossos acordos de comércio bilaterais e regionais complementem o sistema multilateral de comércio e que sejam abertos, transparentes, inclusivos e consistentes com a OMC. Acordos plurilaterais de comércio consistentes com a OMC e que contam com ampla participação podem exercer papel complementar a iniciativas globais de liberalização. Os países do G20 que participam do Acordo de Comércio de Bens Ambientais saúdam o patamar já alcançado pelas negociações, na OMC, do Acordo de Comércio de Bens Ambientais e reafirmam seu objetivo de redobrar esforços para superar as diferenças restantes e concluir, até o final de 2016, um Acordo de Comércio de Bens Ambientais ambicioso e orientado para o futuro que busque eliminar tarifas sobre um conjunto amplo de bens ambientais, após encontrarem meios efetivos para atender a preocupações centrais dos participantes.

28. Reiteramos nossa oposição ao protecionismo comercial e em matéria de investimento em todas as suas formas. Estendemos, até o final de 2018, nossos compromissos com não adoção e eliminação de medidas protecionistas, reafirmamos nossa determinação de cumprir tais compromissos e apoiamos o trabalho da OMC, UNCTAD e OCDE no monitoramento do protecionismo.

Enfatizamos que os benefícios do comércio e da abertura de mercados devem ser comunicados ao público de maneira mais efetiva e acompanhados de medidas nacionais apropriadas para assegurar que seus benefícios sejam amplamente distribuídos.

29. Endossamos a Estratégia do G20 para Crescimento do Comércio Internacional, no âmbito do qual o G20 liderará pelo exemplo os esforços para reduzir os custos do comércio, elevar a coerência entre políticas comerciais e de investimento, fomentar o comércio de serviços, incrementar o financiamento ao comércio, promover o desenvolvimento do comércio eletrônico e tratar das relações entre o comércio e o desenvolvimento. Saudamos o Indicador de Perspectiva de Comércio Mundial lançado pela Organização Mundial do Comércio como um importante indicador para o comércio global. Endossamos os Princípios do G20 para a Elaboração de Políticas Globais de Investimento, que ajudará a promover ambiente global aberto, transparente e favorável a investimentos.

30. Também apoiamos políticas que incentivem firmas de todos os tamanhos, em particular de mulheres e jovens empreendedores, firmas lideradas por mulheres e pequenas e médias empresas, a beneficiarem-se plenamente das cadeias globais de valor (GVCs, em inglês) e que encorajem maior participação e agregação de valor e mobilidade ascendente de países em desenvolvimento, em particular por países de baixa renda, nas cadeias globais de valor. Saudamos o interesse do B20 de fortalecer o comércio digital e outros trabalhos e tomamos nota de sua iniciativa de lançar uma Plataforma Eletrônica de Comércio Mundial.

31. Reconhecemos que problemas estruturais, inclusive o excesso de capacidade em alguns setores da indústria, exacerbada por uma fraca recuperação da

economia global e pela demanda deprimida, têm causado impactos negativos sobre o comércio e trabalhadores. Reconhecemos que o excesso de capacidade na indústria do aço e em outros setores industriais é uma questão global que demanda respostas coletivas. Também reconhecemos que subsídios e outros tipos de apoio governamental ou de instituições patrocinadas por governos podem causar distorções de mercado e contribuir para o excesso de capacidade global e, portanto, exigem atenção. Comprometemo-nos a aprimorar a comunicação e a cooperação e tomar medidas efetivas para enfrentar os desafios de forma a aprimorar o funcionamento de mercado e incentivar ajustes. Para este fim, conclamamos ao maior intercâmbio de informação por meio da formação de um Fórum Global sobre o excesso de capacidade de aço, a ser facilitado pela OCDE com a participação efetiva dos membros do G20 e dos membros interessados da OCDE. Esperamos receber um relatório de avaliação dos esforços do Fórum Global aos ministros relevantes do G20 em 2017.

Desenvolvimento Inclusivo e Interconectado

32. Nosso crescimento, para ser forte, sustentado e equilibrado, também deve ser inclusivo. Estamos comprometidos em assegurar que os benefícios do nosso crescimento alcance todas as pessoas e maximize o potencial de crescimento de países em desenvolvimento e de baixa renda. Nesse contexto, colocamos o desenvolvimento sustentável no topo da agenda do G20.

33. Comprometemo-nos a aperfeiçoar a coerência de políticas sobre desenvolvimento sustentável e reafirmamos nosso compromisso de alinhar ainda mais nosso trabalho com a implementação universal da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de

Ação de Adis Ababa sobre financiamento para o desenvolvimento, baseado na vantagem comparativa e valor agregado do G20, de acordo com nossas circunstâncias nacionais, reconhecendo que o seguimento e revisão globais da Agenda 2030 é um processo liderado pelas Nações Unidas. Comprometemo-nos a contribuir para a implementação da Agenda 2030 dando o exemplo por meio de ações ousadas e transformadoras, de caráter coletivo e nacional, que pretendemos tomar num amplo conjunto de áreas. Ao endossarmos o Plano de Ação do G20 sobre a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, que também inclui princípios de alto nível, reafirmamos nosso compromisso em alcançar a ambição da Agenda 2030. Tomamos nota da Iniciativa Tributária de Adis Abeba e saudamos o estabelecimento do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia e sublinhamos a importância de maior cooperação em tecnologias para alcançar o desenvolvimento sustentável.

34. Saudamos o Relatório Amplo de Acompanhamento dos Compromissos de Desenvolvimento do G20, que reflete o progresso já alcançado no período 2014-2016.

35. Lançamos a Iniciativa do G20 de Apoio à Industrialização da África e de Países de Menor Desenvolvimento Relativo para fortalecer seu crescimento inclusivo e desenvolvimento potencial por meio de opções voluntárias de políticas, inclusive: promoção de transformação estrutural inclusiva e sustentável; apoio à agricultura sustentável e desenvolvimento do agronegócio e da agroindústria, aprofundamento, expansão e atualização do conhecimento local e da base de produção; promoção do investimento em energia sustentável e segura, inclusive renováveis e eficientes, explorando maneiras de desenvolver a cooperação em produção industrial, treinamento vocacional e

infraestrutura e indústrias sustentáveis e resilientes; apoio à industrialização pelo comércio compatível com as regras da OMC; alavancagem de financiamento nacional e externo e apoio ao acesso equitativo a financiamento com foco em mulheres e jovens; assim como promoção de ciência, tecnologia e inovação como meio crítico para a industrialização.

36. Continuaremos nosso trabalho em matéria de fluxos ilícitos transfronteiriços derivados de atividades ilícitas, inclusive subfaturamento e superfaturamento aduaneiros, que impõe obstáculo à mobilização de recursos nacionais para o desenvolvimento. Saudamos a comunicação e coordenação com a Organização Mundial de Aduanas para elaborar relatório a respeito do assunto após a Cúpula de Hangzhou.

37. Reconhecemos a importância do papel dos negócios inclusivos para o desenvolvimento e saudamos o estabelecimento da Plataforma Global do G20 de Negócios Inclusivos e suas futuras ações. Saudamos o Relatório do G20 de Negócios Inclusivos para a Cúpula de 2016.

38. Cumpriremos nosso compromisso coletivo de concluir uma bem-sucedida 18ª reconstituição da Associação Internacional de Desenvolvimento, assim como uma 14ª Reconstituição do Fundo Africano de Desenvolvimento.

39. Reafirmamos nosso compromisso de promover, em termos de quantidade e qualidade, investimentos voltados para infraestrutura. Saudamos a “Declaração Conjunta de Aspirações em Ações para Apoiar Investimento em Infraestrutura” por onze Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), inclusive o anúncio de ambições quantitativas para projetos de infraestrutura de alta qualidade, dentro de seus respectivos mandatos institucionais, assim como seus esforços para maximizar a qualidade de projetos de

infraestrutura, fortalecer a preparação de projetos, aprofundar a colaboração entre BMDs, fortalecer ambiente favorável para investimentos em infraestrutura em países em desenvolvimento, assim como catalisar recursos privados. Sublinhamos a importância de investimentos em infraestrutura de qualidade, que buscam assegurar eficiência econômica tendo em vista o ciclo de vida dos custos, segurança, resiliência contra desastres naturais, criação de emprego, capacitação, transferência de conhecimento em termos e condições mutuamente acordados, ao mesmo tempo que incluem impactos sociais e ambientais e se alinham a estratégias econômicas e de desenvolvimento. Saudamos a Resposta dos BMDs ao Plano de Ação do G20 para a Otimização dos Balanços dos BMDs e exortamos a continuidade da implementação desse Plano. Notamos que a conectividade de infraestrutura é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável e a prosperidade compartilhada. Endossamos a Aliança de Conectividade de Infraestrutura Global lançada neste ano para ampliar a sinergia e cooperação entre vários programas de interconectividade de infraestrutura de maneira holística e encorajamos os membros do G20 a participar ativamente dessa Aliança. Solicitamos que o Grupo do Banco Mundial sirva como secretariado da referida Aliança, trabalhando estreitamente com o Centro de Infraestrutura Global, a OCDE, outros bancos multilaterais de desenvolvimento e Membros do G20 interessados em suas atividades. Endossamos a Nota-Guia G20/OCDE sobre Diversificação de Instrumentos Financeiros para a Infraestrutura e pequenas e médias empresas e saudamos as Matrizes Anotadas de Alocação de Riscos em Parcerias Público-Privadas (PPPS), completadas pelo Centro de Infraestrutura Global para ajudar países em desenvolvimento a aperfeiçoar a avaliação de riscos em infraestrutura. Apoiamos a implementação efetiva dos

Princípios do G20/OCDE de Governança Global e os Princípios de Alto Nível sobre Financiamento de Pequenas e Médias Empresas e esperamos a revisão da metodologia de avaliação dos Princípios do G20/OCDE sobre Governança Corporativa, a ser informada pela revisão entre pares sobre governança corporativa do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, em inglês).

40. A geração de empregos de qualidade é indispensável para o desenvolvimento sustentável e está no centro das agendas nacionais e global do G20. Trabalharemos para assegurar que os benefícios do crescimento econômico, globalização e inovação tecnológica sejam amplamente compartilhados, criando mais empregos de qualidade, reduzindo desigualdades e promovendo a participação inclusiva da força de trabalho. Endossamos as estratégias, planos de ação e iniciativas desenvolvidas pelos Ministros do Trabalho do G20 para aperfeiçoar a agenda de crescimento de desenvolvimento, adotando ações efetivas para efetuar as mudanças necessárias na qualificação profissional, apoiar o empreendedorismo e a empregabilidade, promover o trabalho decente, assegurar ambientes de trabalho seguros, inclusive nas cadeias globais de suprimento, e fortalecer os sistemas de proteção social. Endossamos os Princípios de Políticas Salariais Sustentáveis. Reconhecemos o empreendedorismo como condutor importante para a criação de empregos e o crescimento econômico, reforçamos nossos compromissos no Plano de Ação de Empreendedorismo do G20 e saudamos a contribuição da China para o estabelecimento do Centro de Pesquisas sobre Empreendedorismo em Economias do G20. Endossamos igualmente a Iniciativa do G20 para Promover a Aprendizagem de Qualidade com prioridades de políticas para aumentar a quantidade, qualidade e diversidade de modalidades de aprendizagem. Desenvolveremos ainda mais

os planos de emprego do G20 em 2017 para cumprir esses compromissos e monitorar progressos, de maneira sistêmica e transparente, no cumprimento das metas do G20, em especial aquelas relativas a empregos para a juventude e participação laboral feminina. Reconhecemos que instituições laborais e políticas mais sólidas podem apoiar a produtividade, promoção do trabalho decente e, portanto, maior crescimento sustentável de salários, em particular para os trabalhadores de baixa renda. Reconhecemos a importância de lidar com oportunidades e desafios no mercado de trabalho causados pela migração laboral, já que uma migração bem gerenciada pode trazer benefícios potenciais para economias e sociedades.

41. O G20 continuará a priorizar seu trabalho em segurança alimentar, nutrição, crescimento sustentável da agricultura e desenvolvimento rural, como contribuição significativa para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Endossamos os resultados da Reunião de Ministros de Agricultura do G20 e os encorajamos a se reunirem regularmente para a promover o desenvolvimento sustentável da agricultura e de cadeias de valor alimentícias, inclusive por meio de inovações tecnológicas, institucionais e sociais, assim como promover o comércio e o investimento responsáveis, como instrumentos para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e a redução da pobreza. Apoiamos os crescentes esforços de cientistas agrícolas e do setor privado nesse sentido, saudamos o I Fórum do G20 de Empreendedores Agrícolas. Reconhecemos o papel dos agricultores familiares e pequenos produtores agrícolas na promoção do desenvolvimento e saudamos o documento “Boas Práticas em Agricultura Familiar e de Pequenos Produtores”, que identifica um conjunto de políticas, programas e ferramentas que podem ser úteis para Membros do G20 e

outros países. Saudamos a contribuição de programas e iniciativas que promovem o desenvolvimento sustentável da agricultura, inclusive o Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar.

Mais Desafios Globais Significativos que Afetam a Economia Mundial

42. O resultado do referendo sobre a participação do Reino Unido na União Europeia agrava a incerteza da economia global. Os Membros do G20 estão bem posicionados para lidar proativamente com as potenciais consequências econômicas e financeiras decorrentes do referendo. No futuro, esperamos ver uma parceria estreita entre o Reino Unido e a União Europeia.

43. Reiteramos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, o apoio e ações firmes e efetivas para fazer frente à mudança do clima. Comprometemo-nos a completar os respectivos procedimentos nacionais para aderirmos ao Acordo de Paris tão logo nossos procedimentos nacionais o permitam. Saudamos aqueles países do G20 que aderiram ao Acordo, bem como esforços para permitir a entrada em vigor do Acordo de Paris até o final de 2016 e temos a expectativa de que seja implementado oportunamente em todos os seus aspectos. Afirmamos a importância da implementação do compromisso dos países desenvolvidos, no marco da UNFCCC, de fornecer os meios de implementação, inclusive recursos financeiros, para auxiliar países em desenvolvimento em ações de mitigação e adaptação, em linha com os resultados de Paris. Reafirmamos a importância do apoio oferecido pelo Fundo Verde do Clima. Saudamos o Relatório do Grupo de Estudo do G20 sobre Financiamento do Clima a respeito da “Promoção Eficiente, Provisão Transparente e Mobilização de Financiamento do Clima para Aperfeiçoar a Ambição de Ações de Mitigação e Adaptação”. Temos a expectativa de ver resultados bem-sucedidos em foros

multilaterais conexos, inclusive o Protocolo de Montreal e a Organização Aviação Civil Internacional.

44. O deslocamento massivo e forçado de pessoas, sem precedentes desde a II Guerra Mundial, em especial aqueles provocados por conflitos violentos, constitui uma preocupação global. Reiteramos nosso chamado, em Antália, a esforços globais destinados a tratar dos efeitos, proteção necessária e as causas da crise de refugiados e compartilhar os ônus dela decorrente. Conclamamos ao fortalecimento da assistência humanitária para refugiados e reassentamento de refugiados e convidamos todos os Estados, de acordo com sua capacidade individual, a aumentarem a assistência a organizações internacionais relevantes de maneira a ampliar sua capacidade de assistir os países afetados, intensificando esforços para encontrar soluções duradouras, em particular para a prolongada situação de refugiados e, nesse sentido, fortalecendo a contribuição para a assistência ao desenvolvimento a comunidades anfitriãs. Apoiamos esforços internacionais para responder à crise atual e temos boas expectativas quanto aos encontros de alto nível durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Notamos os esforços do Grupo do Banco Mundial para trabalhar com outras organizações internacionais e partes interessadas para desenvolver uma plataforma de resposta a crises globais, a fim de oferecer apoio aos refugiados e comunidades anfitriãs em países de renda baixa e média. O G20 continuará a debater o deslocamento forçado em 2017, com o objetivo de desenvolver ações concretas. O G20 também examinará temas migratórios em 2017.

45. Condenamos firmemente o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, o qual representa sério desafio à paz e à segurança e põe em perigo nossos permanentes esforços para fortalecer a

economia global e garantir o crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Reafirmamos nossa solidariedade e determinação na luta contra o terrorismo em todas as suas formas e independentemente de onde ocorra. Enfrentaremos todas as fontes, técnicas e canais de financiamento ao terrorismo, inclusive tributação extorsiva, contrabando de recursos naturais, assalto a bancos, tráfico de bens culturais, doações externas e seqüestro. Ao confrontar o terrorismo, permanecemos comprometidos com a troca eficiente de informações, o bloqueio de bens de terroristas e a criminalização do financiamento à atividade terrorista. Conclamamos à implementação rápida, efetiva e universal dos padrões do Grupo de Ação Financeira Internacional e das disposições da Resolução 2253 do Conselho de Segurança das Nações Unidas em todo o mundo. Saudamos o progresso alcançado pelo Grupo de Ação Financeira Internacional na implementação da Estratégia Consolidada de Combate ao Financiamento do Terrorismo e conclamamos à implementação efetiva de seu plano operacional. Conclamamos o Grupo de Ação Financeira Internacional a refletir, até março de 2017, sobre maneiras de avançar no fortalecimento de sua capacidade de tração e no fortalecimento da eficácia de sua rede, assim como daquelas de órgãos regionais similares.

46. A resistência antimicrobiana (AMR) constitui uma ameaça séria à saúde pública, ao crescimento e à estabilidade econômica global. Afirmamos a necessidade de examinar, de maneira inclusiva e considerando-se o valor agregado que o G20 possa trazer nesse assunto, modos de lutar contra a resistência antimicrobiana, desenvolvendo meios científicos para prevenir e mitigar tal resistência, e de destravar a pesquisa e o desenvolvimento de antimicrobianos novos e existentes, e conclamamos a Organização Mundial da Saúde, a FAO, a Organização Mundial para

a Saúde Animal e a OCDE a apresentarem relatório conjunto, em 2017, sobre opções de tratamento do tema, inclusive seus aspectos econômicos. Nesse contexto, promoveremos o uso prudente de antibióticos, ao mesmo tempo em que consideraremos os enormes desafios de garantir preços razoáveis e acesso a antimicrobianos, bem como seu impacto na saúde pública. Apoiamos firmemente o trabalho da Organização Mundial da Saúde, FAO e a Organização Mundial para a Saúde Animal e esperamos seja bem-sucedida a reunião de alto nível sobre resistência antimicrobiana a realizar-se durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Também temos a expectativa de que se realizem discussões sobre esses temas no marco da próxima presidência.

47. Reafirmamos que o espírito fundador do G20 consiste em reunir, em pé de igualdade, as maiores economias para catalisar ações. Quando nos pomos de acordo, geramos resultados.

48. Agradecemos a China por realizar uma Cúpula bem-sucedida e por sua contribuição para o processo do G20. Temos a expectativa de encontrarmo-nos na Alemanha, em 2017, e na Argentina, em 2018.

Anexo

Documentos Acordados

Os seguintes documentos foram acordados pelo G20 e apoiam o Comunicado:

- Plano Diretor do G20 sobre o Crescimento Inovador;
- Plano de Ação sobre Inovação de 2016 do G20;
- Plano de Ação do G20 sobre a Nova Revolução Industrial;

- Iniciativa de Desenvolvimento e Cooperação sobre Economia Digital do G20;
- Plano de Ação de Hangzhou;
- Relatório de Acompanhamento de Hangzhou;
- Agenda Fortalecida de Reforma Estrutural do G20;
- Princípios de Alto Nível do G20 sobre Cooperação acerca de Pessoas Procuradas por Corrupção e Recuperação de Ativos;
- Plano de Ação Anticorrupção do G20 para o Biênio 2017-2018;
- Estratégia do G20 para Crescimento do Comércio Internacional;
- Princípios-Guia do G20 para a Elaboração de Políticas Globais de Investimento;
- Termos de Referência do Grupo de Trabalho do G20 sobre Comércio e Investimento;
- Plano de Ação do G20 sobre a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável;
- Relatório Amplo de Acompanhamento dos Compromissos de Desenvolvimento do G20;
- Declaração da Presidência sobre Mudança do Clima por ocasião da Reunião de Sherpas do G20;
- Agenda do G20 para uma Arquitetura Financeira Internacional mais Estável e Resiliente;
- Iniciativa do G20 de Apoio à Industrialização da África e de Países de Menor Desenvolvimento Relativo;
- Declaração Conjunta de Aspirações dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em Ações para Apoiar Investimento em Infraestrutura;

- Iniciativa da Aliança de Conectividade de Infraestrutura Global;
- Nota-Guia G20/OCDE sobre Diversificação de Instrumentos Financeiros para a Infraestrutura e pequenas e médias empresas;
- Relatório do Centro de Infraestrutura Global sobre Matrizes Anotadas de Alocação de Riscos em Parcerias Público-Privadas (PPPS);
- Carta do Presidente do Comitê de Estabilidade Financeira (em inglês, "FSB") para os Líderes do G20;
- FMI-FSB- Banco de Compensações Internacionais – Relatório sobre Elementos de Políticas Macropudenciais Efetivas: lições advindas da experiência internacional
- Relatório Anual do FSB para o G20 sobre a Implementação e Efeitos das Reformas Regulatórias do G20 na área Financeira;
- Princípios de Alto Nível do G20 para Inclusão Financeira Digital;
- Indicadores de Inclusão Financeira do G20 (atualização de 2016);
- Marco de Implementação do Plano de Ação do G20 sobre Financiamento de pequenas e médias empresas;
- Plano de Ação de Empreendedorismo do G20;
- Iniciativa do G20 para Promover a Aprendizagem de Qualidade;
- Relatório do G20 de Negócios Inclusivos para a Cúpula de 2016;
- Aumentando o Acesso à Energia na Região da Ásia-Pacífica: Desafios-chave e Plano de Ação de Colaboração Voluntária do G20;
- Plano de Ação Voluntário do G20 em Energias Renováveis;
- Programa Diretor do G20 sobre Eficiência Energética;
- Relatório Síntese do G20 sobre Finanças Verdes;
- Relatório do Grupo de Estudo do G20 sobre Financiamento do Clima a respeito da “Promoção Eficiente, Provisão Transparente e Mobilização de Financiamento do Clima para Aperfeiçoar a Ambição de Ações de Mitigação e Adaptação”;
- Perspectiva do Grupo de Estudo do G20 sobre Financiamento do Clima a respeito da “Perspectiva da Integração de Considerações de Mudança do Clima na Assistência ao Desenvolvimento e Programas de Financiamento do Clima”;
- Boas Práticas em Agricultura Familiar e de Pequenos Produtores.

Declarações Ministeriais

- Comunicado da Reunião dos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20, Shanghai, 26-27 de fevereiro;
- Comunicado da Reunião dos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20, Washington, 14-15 de abril;
- Comunicado do Encontro dos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20, Chengdu, 23-24 de julho;
- Declaração da Reunião de Ministros do Comércio do G20, Shanghai, 9-10 de julho;
- Declaração dos Ministros do Trabalho do G20, Pequim, 12-13 de julho;
- Comunicado dos Ministros de Agricultura do G20, Xian, 3 de junho;
- Comunicado da Reunião dos Ministros de Energia do G20, Pequim, 29-30 de junho.

Documentos dos Grupos de Trabalho

-- Grupo de Trabalho de Emprego

- Recomendações de Política para Aperfeiçoar a Empregabilidade;
- Princípios de Políticas Salariais Sustentáveis;
- Recomendações de Políticas para Promoção de Sistemas de Proteção Social mais Equitativas e Sustentáveis.

-- Grupo de Trabalho do Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado

- Quantificando a Implementação das Estratégias de Crescimento dos Membros do G20 (Nota do FMI/OCDE).

-- Grupo de Trabalho de Infraestrutura e Investimento

- Relatório de Progresso do G20/OCDE sobre a Implementação dos Princípios do G20/OCDE sobre Governança Corporativa;
- Relatório de Progresso do G20/OCDE sobre o Desenvolvimento de Abordagens Efetivas para Apoiar a Implementação dos Princípios de Alto-Nível sobre Financiamento de Pequenas e Médias Empresas;
- Resposta dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento ao Plano de Ação do G20 para a Otimização dos Balanços dos BMDs.

-- Grupo de Trabalho da Arquitetura Financeira Internacional

- Relatório Final do Grupo de Trabalho do G20 sobre Arquitetura Financeira Internacional, 2016.

-- Parceria Global para a Inclusão Financeira (PGIF)

- Relatório de Progresso do PGIF de 2016;
- Relatório do PGIF: Organismos Internacionais de Normatização e Inclusão Financeira – Panorama em evolução;
- Atualização para os Líderes sobre o Progresso relacionado ao Objetivo em Remessas do G20;
- G20/OCDE (Rede Internacional de Educação Financeira-INFE) Marco de Competências Centrais sobre Educação Financeira para Adultos;
- G20/OCDE INFE – Assegurando a Educação Financeira e a Defesa do Consumidor para Todos na Era Digital;

Documentos de Apoio:

Acolhemos a entrega dos seguintes documentos:

- Estratégias de Crescimento dos Membros do G20 (atualização). Setembro de 2016;
- Nota de Acompanhamento do FMI;
- Nota do FMI sobre Revitalização do Comércio para Apoiar o Crescimento: um Caminho a Seguir;
- Nota do FMI sobre um Marco para Reformas Estruturais;
- Relatório do G20 e do Centro de Infraestrutura Global sobre Compartilhamento de Conhecimentos;
- Nota-Guia G20/OCDE sobre Diversificação de Instrumentos Financeiros para Infraestrutura;

- Nota-Guia G20/OCDE sobre Diversificação de Instrumentos Financeiros para pequenas e médias empresas;
- Nota do Secretariado do FMI: o Papel dos Direitos Especiais de Saque-Considerações Iniciais;
- Relatório do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS) aos Líderes do G20 – Implementação dos Padrões de Basileia;
- Relatório de Progresso do FSB sobre Resolução: Resiliência pela Resolutividade – da Elaboração de Políticas para sua Implementação;
- Comitê de Basileia de Supervisão Bancária - Comitê de Pagamentos e Infraestruturas de Mercado (CPMI)-FSB- Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) - Relatório de Progresso sobre o Plano de Trabalho sobre Contrapartes Centrais;
- CPMI-IOSCO - Resiliência e Recuperação de Contrapartes Centrais: Guia Adicional sobre Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro – Relatório Consultivo;
- Documento de Discussão do FMI sobre Aspectos Essenciais do Planejamento de Resoluções de Contrapartes Centrais;
- Recomendações de Políticas propostas pelo FSB para Abordar as Vulnerabilidades Estruturais de Atividades de Gestão de Ativos;
- Relatório de Progresso do FSB sobre o Plano de Ação para Analisar e Abordar o Declínio de Correspondentes Bancários;
- Relatório do FSB sobre os Planos de seus Membros para Abordarem Barreiras Legais e Acessarem dados de transações de Mercados de Derivativos de Balcão;
- I Relatório de Progresso FMI-FSB – Segunda Fase da Iniciativa sobre Hiatos de Informação do G20 (DGI-2);
- Relatório do Secretário-Geral da OCDE para os Ministros de Finanças do G20. (fevereiro, abril e julho de 2016) e para os Líderes do G20 (setembro 2016);
- FMI-OCDE-ONU-GBM - Relatório Conjunto sobre Aperfeiçoamento da Efetividade de Apoio Externo na Construção de Capacidade Tributária em Países em Desenvolvimento;
- Revisão Voluntária entre Pares da China e Estados Unidos sobre Combustíveis fósseis: Relatório de auto-revisão dos EUA;
- Esforços da China para Diminuir ou Racionalizar seus Subsídios a Combustíveis Fósseis – Relatório sobre a revisão entre pares do G20 acerca de subsídios ineficientes a combustíveis fósseis que encorajam o desperdício na China;
- Revisão Voluntária entre Pares da China e Estados Unidos sobre Combustíveis fósseis: Relatório de auto-revisão da China;
- Esforços dos EUA para Diminuir ou Racionalizar seus Subsídios a Combustíveis Fósseis – Relatório sobre a revisão entre pares do G20 acerca de subsídios ineficientes a combustíveis fósseis que encorajam o desperdício nos EUA;
- Relatório da UNIDO sobre a Industrialização da África e de Países de Menor Desenvolvimento Relativo: estimulando crescimento. Criando empregos, promovendo inclusão e sustentabilidade;
- OIT-OCDE-GBM-FMI - Relatório: Tendências de Emprego e Desafios;
- OIT-OCDE-GBM - Relatório: Gerando Oportunidades de Emprego Adequadas;

- OIT-OCDE-GBM - Relatório: Aperfeiçoando a Empregabilidade;
- OIT-OCDE-GBM-FMI - Relatório: Promover Trabalho Decente;
- OCDE-GBM- OMC - Documento de Discussão: Monitorando e Reduzindo Custos de Comércio;
- OMC-UNCTAD-OCDE-GBM - Documento de Discussão: Interrelacionamento entre Comércio e Investimento: Fortalecendo a Coerência de Políticas;
- OCDE-UNCTAD- OMC - Documento de Discussão sobre Comércio Eletrônico;
- Relatório da OMC sobre Como avançar o Sistema Multilateral de Comércio: temas para consideração adicional;
- Relatório da OMC sobre Acordos Regionais de Comércio e o Sistema Multilateral de Comércio: Análise Aprofundada de Provisões Específicas de ARCs;
- Relatório de Monitoramento da OMC sobre Medidas de Comércio: Melhorias Possíveis;
- Perspectivas de Comércio Global do FMI e GBM;
- Relatório da OMC sobre Financiamento do Comércio e Pequenas e Médias Empresas: Diminuindo o Hiato em Provisões;
- OCDE-GBM-CCI - Relatório: Em Direção a uma Estratégia do G20 para Promover Cadeias Globais de Valor Inclusivas.

Relatórios e Recomendações recebidas de Grupos de Engajamento

- A caminho de uma Economia Mundial Inovadora, Revigorada, Interconectada e Inclusiva – Recomendações do B20 2016 ao G20;

- Declaração do L20 para a Cúpula do G20;
- Comunicado do Y20 China 2016;
- Comunicado do Encontro do W20;
- Comunicado da Sociedade Civil 20, China 2016;
- Recomendações de Política do T20 para o G20.

Agradecimento e caminho a seguir

Agradecemos aos organismos internacionais, incluindo a ONU, FMI, Grupo Banco Mundial, OMC, OIT, FSB, FATF e BIS, por seu valoroso aporte e ao apoio ao processo do G20. Acolhemos as recomendações de políticas apresentadas pelos grupos de engajamento, que reúnem representantes do setor privado, sindical, mulheres, juventude, centros de pesquisa e sociedade civil, e agradecemos suas importantes contribuições este ano.

Pedimos à OCDE e ao Banco Mundial que construam uma nova Comunidade Virtual de Práticas do G20 no âmbito da atual Plataforma de Políticas para Inovação e pedimos à OCDE que desenvolva o Relatório de Inovação de 2016 do G20, com vistas ao intercâmbio de conhecimentos e experiências.

Demandamos da OCDE, conjuntamente com a UNCTAD e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO, na sigla em inglês), que publiquem o Relatório do G20 sobre a Nova Revolução Industrial (NRI), a qual fornece um panorama das oportunidades e desafios suscitados pela NIR.

Acolhemos e incentivamos os esforços feitos pelas Nações Unidas, UNCTAD, UNIDO, OIT, FMI, UIT, OCDE, Grupo Banco Mundial e outros organismos internacionais no sentido de desenvolver novos indicadores para importantes questões de políticas, tais como confiança na economia digital,

comércio eletrônico, fluxos de dados transfronteiriços e a Internet das Coisas, conforme seja praticável, relevante e adequado.

Aguardamos que organismos internacionais, inclusive a OCDE e os membros interessados, intensifiquem esforços para mensurar a economia digital em estatísticas macroeconômicas por meio da condução de uma enquete de caráter voluntário juntos aos organismos nacionais de estatísticas sobre "boas práticas" e organizem e sediarem uma oficina de trabalho para profissionais de estatística e empresas que atuam na economia digital sobre fornecimento de dados para mensurar a economia digital.

Pedimos ao Grupo de Trabalho do Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado que faça uma avaliação do progresso das reformas estruturais do G20 consoante com a Agenda Fortalecida de Reforma Estrutural e pedimos à OCDE que ajude a avaliar os progressos e desafios do G20 no âmbito das áreas prioritárias para reforma estrutural por meio da produção de relatório técnico, com a contribuição e outros organismos internacionais, utilizando um conjunto comum de indicadores.

Convidamos a OCDE e o FMI a continuar o trabalho sobre a composição das despesas e receitas orçamentárias para estimular a produtividade, inclusão e crescimento.

No contexto de crescimento lento do comércio e investimento, reconhecemos a necessidade de compreender e melhor explicar como o comércio e o investimento podem contribuir mais para estimular o crescimento inclusivo e o emprego e como se relacionam entre si medidas estruturais, comércio, investimento e PIB. Pedimos à OMC, OCDE, Grupo Banco Mundial e outros organismos internacionais que deem continuidade a seu trabalho de análise e de debates sobre esses temas, com vistas a contribuir para a melhoria das percepções

das pessoas sobre os benefícios do comércio e do investimento para o bem-estar. Nesse contexto, acolhemos também trabalhos conjuntos que venham a ser desenvolvidos pela OMC, UNCTAD, OCDE, Centro de Comércio Internacional (ITC, na sigla em inglês), Grupo Banco Mundial e FMI, em colaboração com outros organismos internacionais relevantes, respeitando seus mandados e recursos, a identificarem meios para promoverem o crescimento inclusivo, robusto e sustentável do comércio e investimento, incluindo, mas não se limitando a, trabalho de mensurar custos de comércio, relatar medidas restritivas, aprimorar a modelagem econômica do comércio, comunicar os benefícios do comércio e do investimento e da promoção e facilitação de investimentos, aumentar a coerência e a complementariedade entre os regimes de comércio e investimento e promover cadeias globais de valor inclusivas e coordenadas.

Pedimos aos ministros de finanças e presidentes de bancos centrais que apresentem relatório sobre seu trabalho futuro a respeito da arquitetura financeira internacional até nosso próximo encontro.

Apelamos ao FATF que reflita até março de 2017 sobre meios para avançar no fortalecimento de sua capacidade de tração e no fortalecimento da eficácia de sua rede, assim como daquelas de órgãos regionais similares. Aguardamos o abrangente estudo de impacto quantitativo do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS, na sigla em inglês) que servirá de base para a elaboração final e calibragem do marco de Basileia III.

Aguardamos avaliar o relatório da fase II e recomendações da Força de Trabalho do FSB capitaneada pelo setor privado sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima até o início de 2017, que apresentará suas recomendações para aprimorar a

divulgação de informações financeiras relacionadas ao clima.

Acolhemos o Primeiro Relatório de Progresso do FMI-FSB sobre a segunda fase da Iniciativa sobre Hiatos de Informação e apoiamos os planos de ação do Relatório.

Acolhemos os relatórios sobre as avaliações pelos pares a respeito dos subsídios ineficientes a combustíveis fósseis que examinaram as políticas da China e dos Estados Unidos, preparados por grupos de peritos presididos pela OCDE.

Pedimos aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) que sigam adiante com as orientações e compromissos delineados na Declaração Conjunta de Aspirações em Ações para Apoiar Investimento em Infraestrutura. Pedimos aos BMDs que prossigam com a implementação do Plano de Ação do G20 para a Otimização dos Balanços dos BMDs.

Pedimos ao Banco Mundial que sirva de secretariado para a Aliança de Conectividade de Infraestrutura Global e que trabalhe de maneira próxima com o Centro de Infraestrutura Global, OCDE, outros bancos multilaterais de desenvolvimento e membros do G20 interessados em apoiar suas atividades.

Agradecemos ao UNPD e a OCDE por seu apoio na elaboração do Plano de Ação do G20 sobre Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Relatório Amplo de Acompanhamento dos Compromissos de Desenvolvimento (GTD). Pedimos que continuem a apoiar o GTD no monitoramento relativo à implementação do Plano de Ação e ao relevante processo de acompanhamento dos compromissos.

Agradecemos a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e outros organismos internacionais pelo apoio na elaboração da Iniciativa do G20 de Apoio à

Industrialização da África e de Países de Menor Desenvolvimento Relativo. Aguardamos poder fazer face às opções políticas de natureza voluntária para promover o desenvolvimento sustentável na África e outros Países de Menor Desenvolvimento Relativo, inclusive opções políticas de natureza voluntária para promover a industrialização.

Agradecemos a criação da nova Plataforma de Colaboração sobre Tributação pelo FMI, OCDE, ONU e Grupo Banco Mundial e suas recomendações sobre mecanismos para a efetiva assistência técnica em apoio a reformas tributárias. Aguardamos receber uma atualização sobre os progressos alcançados até meados de 2017.

Convidamos a OIT, OCDE, Grupo Banco Mundial e FMI a oferecer suporte técnico à implementação do Plano de Ação de Empreendedorismo do G20, a participar no trabalho do Centro de Pesquisas sobre Empreendedorismo em Economias do G20 e facilitar o intercâmbio de boas práticas e lições apreendidas entre os membros do G20. A OIT, OCDE e outros organismos internacionais, parceiros da sociedade e especialistas são bem-vindos a participar das atividades do Centro e compartilhar suas experiências e resultados de pesquisas em matéria de empreendedorismo.

Convidamos a OCDE e outros organismos internacionais a continuarem o desenvolvimento do marco analítico do G20 para incrementar a produtividade da agricultura, incluindo a de pequenos produtores de maneira inovadora e sustentável.

INUNDAÇÕES NA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA 08/09/2016

O governo brasileiro lamenta as inundações que atingem a República Popular

Democrática da Coreia e que já causaram a morte e o desaparecimento de dezenas de pessoas.

O governo brasileiro manifesta ao governo e ao povo da República Popular Democrática da Coreia suas sinceras condolências pelas inestimáveis perdas humanas, bem como sua solidariedade pelo sofrimento dos desabrigados e pelos danos materiais causados pelas fortes chuvas.

COMITÊ PERMANENTE DE POLÍTICA NUCLEAR BRASIL-ARGENTINA 08/09/2016

Realizar-se-á, em 9 de setembro de 2016, reunião do Comitê Permanente de Política Nuclear Brasil-Argentina (CPPN). O Comitê opera sob a responsabilidade das Chancelarias dos dois países e é integrado por representantes das respectivas Comissões, autoridades e empresas nucleares.

O objetivo do CPPN é fomentar a cooperação bilateral na área nuclear, promover o desenvolvimento tecnológico-nuclear e a criação de mecanismos que assegurem os interesses da paz, da segurança e do desenvolvimento da região.

Por ocasião da reunião do dia 9 de setembro, Brasil e Argentina intercambiarão informações sobre a situação atual e os objetivos futuros dos respectivos programas nucleares nacionais, bem como sobre temas nucleares da agenda multilateral.

Serão examinados ainda projetos emblemáticos da cooperação nuclear bilateral, como a construção do Reator Multipropósito Brasileiro e do Reator RA-10 da Argentina, que permitirão abastecer o mercado regional de compostos químicos fundamentais para a indústria medicinal, inclusive para o tratamento do câncer. As delegações abordarão igualmente a

articulação e promoção de oportunidades de negócios entre empresas dos setores nucleares brasileiro e argentino.

O compromisso renovado de ambos os países com o CPPN e com o uso pacífico da energia nuclear insere-se no contexto de fortalecimento da parceria estratégica entre Brasil e Argentina. O Comitê propicia foro de diálogo e concertação do mais alto nível, permitindo que os dois países continuem a estreitar seus laços de amizade na área nuclear, tema central para o desenvolvimento sustentável de Brasil e Argentina.

TESTES REALIZADOS PELA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA 09/09/2016

O Governo brasileiro repudia veementemente o teste nuclear realizado hoje pela República Popular Democrática da Coreia e associa-se à condenação emitida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em relação aos recentes lançamentos de mísseis balísticos conduzidos por Pyongyang. Como firme defensor de um mundo livre de armas de destruição em massa, o Brasil reprova atitudes que violem as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e aumentem a tensão na Península Coreana.

O Brasil considera inaceitável que arsenais atômicos continuem a desempenhar papel importante em doutrinas militares. A falsa noção de que tais armas aumentam a segurança de um país mina o regime internacional de desarmamento e não proliferação nuclear, além de enfraquecer a credibilidade do Tratado de Não Proliferação Nuclear e prejudicar os esforços para a entrada em vigor do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO
EMBAIXADOR DO BRASIL NO
CANADÁ
09/09/2016**

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo do Canadá concedeu *agrément* a Denis Fontes de Souza Pinto como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Denis Fontes de Souza Pinto é, desde 2013, embaixador do Brasil junto à Santa Sé. Ao longo da carreira diplomática, serviu nas embaixadas em Bonn, Quito, Pequim, Paris, Pretória e na Missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia.

**NOTA DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ
SERRA, SOBRE O ANÚNCIO DE
ACORDO DE CESSAÇÃO DE
HOSTILIDADES NA SÍRIA
10/09/2016**

O governo brasileiro saúda o anúncio, pelos Estados Unidos e pela Rússia, em 9/9/2016, em Genebra, de um Acordo de Cessação de Hostilidades, a partir de 12/9/2016; a melhoria do acesso humanitário; a criação de condições para a retomada do Diálogo Político Intra-Sírio mediado pelas Nações Unidas; a separação efetiva, no terreno, entre grupos opositores participantes do Diálogo e grupos terroristas; e o combate ao terrorismo na Síria.

O governo brasileiro espera que a cessação de hostilidades constitua passo significativo na direção de um acordo definitivo entre o governo sírio e os grupos opositores participantes do Diálogo, que permita encerrar o conflito e assegurar à nação irmã da Síria, da qual o Brasil se sente especialmente próximo, um futuro seguro e pacífico. O Brasil sublinha seu compromisso

com a independência, soberania e integridade territorial da Síria.

O governo brasileiro apela ao governo da República Árabe Síria para que estenda sua cooperação à implementação do Acordo de Cessação de Hostilidades e à retomada do Diálogo Intra-Sírio. Apela, também, a todos os Estados envolvidos a que, em cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança, impeçam o fornecimento de armas e suprimentos a grupos terroristas designados pelo Conselho de Segurança, como o autodenominado "Estado Islâmico", a Al-Qaeda na Síria e milícias associadas.

O governo brasileiro reitera seu pleno apoio ao trabalho das Nações Unidas no campo humanitário e aos esforços de mediação em favor da paz conduzidos pelo Enviado Especial do Secretário-Geral, Staffan de Mistura.

**José Serra
Ministro das Relações Exteriores**

**TERREMOTO NA TANZÂNIA
11/09/2016**

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto que atingiu o noroeste da Tanzânia neste domingo, que deixou dezenas de mortos e feridos, além de significativos danos materiais, especialmente na cidade de Bukoba.

O Brasil solidariza-se com as famílias das vítimas e manifesta seu sentido pesar ao governo e ao povo da Tanzânia.

**DECLARAÇÃO DO MINISTRO JOSÉ
SERRA SOBRE A SITUAÇÃO NA
VENEZUELA 13/09/2016**

“Estamos muito preocupados com a multiplicação recente de detenções arbitrárias na Venezuela, como a do

jornalista chileno Braulio Jatar, ocorridas à revelia do devido processo legal e em claro desrespeito a liberdades e garantias fundamentais. Esse é um desdobramento que dificulta ainda mais o diálogo entre governo e oposição, indispensável para a superação da dramática crise política, econômica, social e humanitária que afeta a Venezuela.”

José Serra, Ministro das Relações Exteriores

APROVAÇÃO DA "DECLARAÇÃO RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DO MERCOSUL E AO PROTOCOLO DE ADESÃO DA REPÚBLICA BOLIVIANA DA VENEZUELA" 13/09/2016

Os Chanceleres dos quatro países fundadores do MERCOSUL – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – aprovaram, neste 13 de setembro de 2016, "Declaração Relativa ao Funcionamento do MERCOSUL e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela".

A Declaração foi adotada em razão do descumprimento, pela Venezuela, dos compromissos assumidos no Protocolo de Adesão ao Mercosul, assinado em Caracas em 2006, especificamente no que se refere à incorporação ao ordenamento jurídico venezuelano de normas e acordos vigentes no Mercosul.

O prazo para que a Venezuela cumprisse com essa obrigação encerrou-se em 12 de agosto de 2016 e entre os importantes acordos e normas que não foram incorporados ao ordenamento jurídico venezuelano estão o Acordo de Complementação Econômica nº 18 (1991), o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul (2005) e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul (2002).

A Declaração estabelece que a presidência do MERCOSUL no corrente semestre não passa à Venezuela, mas será exercida por meio da coordenação entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que poderão definir cursos de ação e adotar as decisões necessárias em matéria econômico-comercial e em outros temas essenciais para o funcionamento do Mercosul. O mesmo ocorrerá nas negociações comerciais com terceiros países ou blocos de países.

Em 1º de dezembro de 2016, a persistir o descumprimento de obrigações, a Venezuela será suspensa do MERCOSUL.

A Declaração foi adotada no espírito de preservação e fortalecimento do Mercosul, de modo a assegurar que não haja solução de continuidade no funcionamento dos órgãos e mecanismos de integração, cooperação e coordenação do bloco.

**José Serra
Ministro das Relações Exteriores**

FALECIMENTO DO PROFESSOR ANTONIO PAULO CACHAPUZ DE MEDEIROS 16/09/2016

"Tomei conhecimento com pesar do falecimento, no dia de hoje, do Professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros, que ocupou o cargo de Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores entre 1998 e 2015. Ao longo desses quase vinte anos, o Professor Cachapuz prestou inestimável colaboração ao Itamaraty, contribuindo para ação diplomática do Brasil com sua dedicação, capacidade de trabalho e notável saber jurídico.

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Professor Cachapuz foi membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia, membro honorário do Conselho de Administração do UNIDROIT (Roma),

presidente do Tribunal Administrativo-Trabalhista da ALADI e juiz do Tribunal Administrativo-Trabalhista do MERCOSUL. Exercia, desde janeiro deste ano, o cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar.

Em meu nome pessoal, e em nome do Ministério, expresso à família e aos amigos do Professor Cachapuz solidariedade nessa hora de tristeza e dor."

José Serra
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ATENTADO TERRORISTA NO PAQUISTÃO 18/09/2016

O governo brasileiro condena o atentado terrorista que vitimou mais de vinte pessoas, em 16 de setembro, em Bumtaman, no distrito tribal de Mohmand, zona fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão.

Ao manifestar sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Paquistão, o Brasil reitera seu repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob qualquer pretexto.

DECLARAÇÃO DOS CHANCELERES DO MERCOSUL SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA – NOVA YORK, 18 DE SETEMBRO DE 2016

Os Chanceleres da República Argentina, Susana Malcorra, da República Federativa do Brasil, José Serra, da República do Paraguai, Eladio Loizaga, e da República Oriental do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, reunidos em Nova York, examinaram a agenda de negociações comerciais externas do bloco. Nessa perspectiva, destacam a importância de impulsionar as negociações

do Acordo de Associação Birregional MERCOSUL–União Europeia, pelos tradicionais laços culturais, comerciais e de investimentos que já unem os dois blocos e pelo grande potencial de crescimento dos fluxos de comércio e investimentos entre eles.

Nesse sentido, conclamam os países da União Europeia a reforçarem seu engajamento no processo de negociação em curso. A próxima etapa será a realização de nova rodada negociadora, no âmbito da XXVI Sessão do Comitê de Negociações Birregionais, em Bruxelas, no período de 10 a 14 de outubro próximo.

Os Chanceleres reiteram, por fim, a expectativa de conclusão, o quanto antes, de um acordo equilibrado, ambicioso e abrangente.

ATENTADO TERRORISTA A INSTALAÇÕES MILITARES INDIANAS NA CAXEMIRA 20/09/2016

O governo brasileiro repudia o atentado terrorista a instalações militares indianas no vilarejo de Uri, localizado na região da Caxemira administrada pela Índia, que vitimou 18 pessoas e feriu dezenas, em 18 de setembro corrente.

Ao mesmo tempo em que transmite seus sentimentos de solidariedade aos familiares das vítimas e ao governo e ao povo da Índia, o Brasil reforça sua condenação a qualquer ato de terrorismo e manifesta sua preocupação com o agravamento das tensões na região da Caxemira.

SITUAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 20/09/2016

O governo brasileiro acompanha com preocupação a situação na República Democrática do Congo, onde protestos em razão do adiamento do anúncio do próximo calendário eleitoral resultaram na morte de ao menos 17 pessoas, entre manifestantes e policiais, hoje em Kinshasa.

Ao recordar que a República Democrática do Congo tem alcançado avanços importantes em seu processo de consolidação da paz, o Brasil lamenta profundamente os episódios de violência ocorridos no país. O governo brasileiro exorta todas as partes envolvidas a atuarem em conformidade com a resolução 2277 do Conselho de Segurança e a buscarem, pela via do diálogo inclusivo, solução política para suas disputas, com vistas a realizar os justos anseios do povo congolês por crescente paz, prosperidade e democracia.

A Embaixada do Brasil em Kinshasa segue monitorando continuamente a situação e mantém contato com a comunidade brasileira residente na capital congolês.

**INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ
SERRA, NA REUNIÃO DE
CHANCELERES DOS BRICS À
MARGEM DA 71ª ASSEMBLEIA
GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS –
NOVA YORK, 20 DE SETEMBRO DE
2016 [INGLÊS] 20/09/2016**

I am very glad to attend, for the first time, the meeting of BRICS Foreign Ministers, on the margins of the UN General Assembly.

May I start by congratulating India for the organization of the upcoming BRICS Summit in Goa, next October. We expect some very positive outcomes this year, including the strengthening of our intra-BRICS cooperation and the deepening of our economic partnership.

Next year I am confident that China will guide us with the same sense of solidarity and cooperation and will host another successful BRICS Summit. You can count on Brazil's support.

As we move forward in the second cycle of BRICS Summits, our assessment is that we have managed to carefully balance ambition and realism.

The exercises of "outreach" engagement on the margins of the BRICS Summits can be an adequate alternative to maintain and even increase interaction with other countries.

As for possible accession to the New Development Bank, it is noteworthy that the bank has its own legal personality and its constitutive instrument already provides for possible accession of new states.

The BRICS leaders concurred, in the last G20 Summit in Hangzhou, that the global economic recovery remains uneven with significant downside risks. In this regard, they underlined the significance of macroeconomic policy coordination among G20 member countries, in order to avoid negative spillovers and to achieve strong, sustainable and balanced growth.

We congratulate China for emphasizing the subject of economic growth during its presidency of the G20. The work of the G20 to support innovation and the digital economy validates the relevance of finding new sources of economic dynamism that can promote sustainable development at the national and international levels.

Eight years after the 2008 financial crisis, there are signs of recovery of the global economy. At the same time, sustained and universal resumption of growth is not ensured, as new challenges such as the potential impacts of Brexit add uncertainty to the global scenario.

The BRICS countries have common interests on the reform of international financial institutions, such as the International Monetary Fund, as well as the construction of an international financial system capable of providing adequate levels of funding for long-term sustainable development.

In these and in other topics of the international financial agenda, we can and should strengthen our cooperation. The cooperation among the BRICS will be more effective the more solid the economic fundamentals of each of its members are.

The BRICS countries shall contribute to enhancing international cooperation in the health area, including the universal and equitable access to health services.

This issue, as you may know, is very dear to me, given my background as former Minister of Health of Brazil, from 1998 to 2002. I have actively campaigned for the issuing of compulsory licenses for fundamental medicines and I still believe this is an important tool for governments in the fight against high prices and short supply of medicines.

That is why I was personally involved in the negotiations of the Doha Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health of 2001. We were successful in avoiding that patent rules might restrict access to affordable medicines for populations in developing countries in their efforts to control diseases, such as HIV, tuberculosis and malaria. In Brazil we managed to implement a very successful program of public and universal access to AIDS medicines.

I believe there is a worrisome mismatch between supply and demand of medicines in developing countries. Potential demand is much higher than the availability of medicines. For instance, according to the

WHO, in 2014 an estimated 1,7 billion people in 185 countries needed mass and/or individual treatment and care for tropical and neglected diseases.

An important area of cooperation is related to the financing of joint research and development of medicines, vaccines and diagnostic tools, aimed at providing increased access to prevention and treatment of communicable diseases. I think that our development banks should play a role in financing public health institutions in our countries.

I also think we should examine ways to provide access to more affordable medicines to our populations, in the prevention and cure of such serious diseases as Hepatitis C, including the possibility of issuing compulsory licenses.

There are huge challenges in the area of health. I firmly believe we will all benefit from concerted action among ourselves.

Thank you.

COMUNICADO CONJUNTO DA REUNIÃO DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS À MARGEM DA 71ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 20 DE SETEMBRO DE 2016 [INGLÊS]

The BRICS Ministers of Foreign Affairs held their regular meeting on 20 September 2016 on the margins of the 71st session of the United Nations General Assembly.

2. The Ministers underlined the marked progress achieved since the first Meeting of Foreign Ministers on the margins of the 61st session of the United Nations General Assembly in September 2006, in deepening the BRICS strategic partnership based on the principles of openness, solidarity, equality

and mutual understanding, inclusiveness and mutually beneficial cooperation.

3. The Ministers reiterated their intention to contribute to safeguarding a fair and equitable international order based on the purposes and principles of the UN Charter. They recalled the 2005 World Summit Outcome Document. They reaffirmed the need for a comprehensive reform of the United Nations, including its Security Council, with a view to making it more representative and efficient.

4. The Ministers reiterated their strong condemnation of terrorism in all its forms and manifestations. They strongly condemned the recent several attacks, against some BRICS countries, including that in India. They urged concerted efforts to counter terrorism on a firm international legal basis, under the UN auspices, and expressed their conviction that a comprehensive approach was necessary to ensure effective fight against terrorism. In this regard, they called for an early conclusion of the negotiations on the Comprehensive Convention against Terrorism.

5. The Ministers noted the convening of the BRICS National Security Advisors Meeting as well as the constitution of BRICS Working Group on Counterterrorism and its first meeting in New Delhi.

6. The Ministers recalled exchanged views on global and regional issues in the economic and political spheres. They are determined to continue to contribute positively to the maintenance of peace, security and stability, including by upholding multilateralism. They also recalled the contribution of BRICS countries in promoting global economic growth.

7. The Ministers recalled the wide range of cooperation in BRICS, and noted, with satisfaction, the progress made by the New

Development Bank, the Contingent Reserve Arrangement, and called for the implementation of the Strategy for BRICS Economic Partnership.

8. The Ministers appreciated India's BRICS Chairpersonship for the year 2016 and the expansion in range of activities organized to date. They expressed their commitment to ensure the success of the forthcoming 8th BRICS Summit in Goa on 15-16 October 2016.

9. The Ministers reiterated that BRICS countries will continue with their outreach and expand their cooperation with developing countries and emerging market economies in a spirit of solidarity, inclusiveness, and openness.

10. The Ministers welcomed China's incoming BRICS Chairpersonship in 2017 and expressed confidence that intra-BRICS cooperation will be further strengthened.

11. The Ministers welcomed the fruitful discussion by BRICS Leaders at their Informal Meeting on the margins of the G20 Hangzhou Summit.

12. The Ministers warmly congratulated China for the successful hosting of the G20 Hangzhou Summit. They acknowledged the significant outcomes of the G20 Summit, and called for their full implementation, including in the areas of sustainable development goals, climate change, and on innovation and structural reform as drivers of future economic growth.

13. The Ministers discussed the current state of the global economy, and recognized that global economic recovery continues to be weak and uneven. They reiterated the need to boost world economic growth, macroeconomic policy coordination, improving global economic governance, promoting international trade and investment, addressing income inequality and achieving sustainable

development. They called for collective action in this regard.

14. As the Ministers recalled the 2030 Agenda for Sustainable Development, they reaffirmed that poverty eradication is the greatest global challenge and committed to continue to work towards the full implementation of the 17 Sustainable Development Goals. They called upon the international community, especially the developed countries, to fulfill their commitments and provide strong support for developing countries. In this regard they recalled the G20 Action Plan on the 2030 Agenda for Sustainable Development and G20 Initiative on Supporting Industrialization in Africa and LDCs.

15. The Ministers emphasized the need for concerted action in addressing global health challenges. In particular they recalled the importance of a common and inclusive approach to development of medicines, research and diagnostic tools to end epidemics and to facilitate the access to safe, effective, quality and affordable essential medicines.

16. The Ministers welcomed the adoption of the Paris Agreement on climate change and committed to work towards its entry into force with completion of due domestic procedures and its full implementation. They reiterated the principles of UNFCCC including the principle of equity and Common but Differentiated Responsibilities and respective capabilities. They emphasized that developed countries shall continue to provide financial, technical and capacity building support to developing countries with respect to both mitigation and adaptation for the implementation of the Paris Agreement.

17. The Ministers expressed their concern over continued conflicts in several regions which undermine stability and security and

provide fertile grounds for terrorist activities and cause refugee and migration waves.

18. The Ministers expressed concern over the situation in the Middle East, and stressed that the international community should work together to pave the way for the political settlement of conflicts through dialogue and negotiations. They recognized the efforts of BRICS countries, in particular that of the Russian Federation aimed at achieving a political solution to the international crisis in Syria including Russia-US arrangements agreed upon in Geneva on September 9, 2016.

19. The Ministers underlined the need to enhance further the efforts to resolve conflicts in Africa led by Africa in collaboration with the UN and the international community. They reiterated that the African Stand-by Force and the African Capacity for Immediate Response to Crisis that are being operationalized within the framework of the African Peace and Security Architecture can contribute significantly to the maintenance of peace and stability on the African continent.

20. The Ministers discussed the possibilities for the mutual support of their initiatives at the 71st session of the UN General Assembly.

DEPÓSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE PARIS 21/09/2016

O Presidente da República, Michel Temer, depositou hoje (21 de setembro) o instrumento de ratificação do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Acordo de Paris), em evento promovido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, na sede da organização, em Nova York.

O depósito do instrumento conclui o processo de ratificação do Brasil e constitui importante contribuição para a entrada em vigor do histórico Acordo.

A celeridade do processo doméstico de ratificação reafirma o compromisso do Brasil no esforço global de combate à mudança do clima e reflete o consenso na sociedade brasileira sobre a importância e a urgência do tema.

O Brasil participou ativamente das negociações que culminaram no Acordo e buscou sempre ampliar o grau de ambição do Acordo por meio de suas próprias ações no plano nacional.

O Acordo de Paris, concluído em dezembro de 2015 na Conferência do Clima de Paris (COP-21) e assinado pelo Brasil em 22 de abril de 2016, representa um avanço inequívoco do esforço global de combate à mudança do clima.

O Acordo estabelece marco ambicioso, equilibrado e duradouro para orientar as ações de combate à mudança do clima de todos os países e o apoio internacional a países em desenvolvimento. Ao fortalecer a Convenção-Quadro da ONU sobre clima, o Acordo representa também a importância do multilateralismo como ferramenta legítima para a resposta um dos maiores desafios que se impõem hoje à humanidade.

Para que o Acordo de Paris entre em vigor, é necessário que 55 países, representando 55% das emissões globais, depositem seus instrumentos de ratificação.

REUNIÃO DOS CHANCELERES DOS PAÍSES DO G4 – BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO – SOBRE A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS – DECLARAÇÃO CONJUNTA À IMPRENSA 21/09/2016

Em 21 de setembro de 2016, Sua Excelência Dr. Frank-Walter Steinmeier, Ministro Federal do Exterior da Alemanha, convidou os Excelentíssimos Senhores José Serra, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Fumio Kishida, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão e M. J. Akbar, Ministro de Estado para Negócios Externos da Índia para uma reunião do G4 em Nova York.

Os Ministros do G4 ressaltaram seu compromisso inabalável com uma ampla reforma do Conselho de Segurança, que precisa levar em conta as realidades geopolíticas do século 21. Mais de 70 anos após a fundação das Nações Unidas, o Conselho de Segurança também precisa adaptar-se, a fim de lidar com os crescentes desafios globais. Tendo em vista os múltiplos conflitos e crises humanitárias, um Conselho mais representativo, legítimo e eficaz faz-se, mais do que nunca, imprescindível para garantir a paz e a segurança em todo o mundo.

Os ministros saudaram as reuniões do Grupo de Amigos sobre a Reforma do Conselho de Segurança, que reuniu altos representantes de Estados Membros de diferentes regiões com o objetivo de fazer avançar a reforma do Conselho de Segurança. Nesse aspecto, conclamaram todos os Estados Membros engajados na reforma a unir esforços para finalmente concretizar uma reforma significativa.

Os Ministros expressaram seu apoio a uma representação regional equitativa, sublinhando ser imperativo que a África esteja representada tanto de forma permanente como não permanente, além de adequada e contínua representação de países pequenos e médios, incluindo Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, em um Conselho de Segurança reformado.

Os Ministros reiteraram seu propósito de continuar contribuindo para o cumprimento

dos objetivos e princípios da Carta da ONU, e enfatizaram que os países do G4 são candidatos legítimos para assentos permanentes, e apoiaram mutuamente suas aspirações.

Os Ministros agradeceram o presidente da 70ª Assembleia Geral, Mogens Lykketoft, por seus esforços para a reforma do Conselho de Segurança (negociações intergovernamentais – IGN). Felicitaram a adoção consensual da Decisão 70/559 pela Assembleia Geral da ONU, para continuar a usar o texto apresentado pelo Presidente da 69ª Assembleia Geral, em carta datada de 31 de julho de 2015, como base para negociações no âmbito do processo das IGN na Assembleia Geral. Também saudaram as demonstrações de flexibilidade de diversas delegações durante a última sessão das IGN, que resultaram na identificação de áreas de convergência nas posições dos Estados membros em todas as questões relacionadas aos cinco blocos temáticos, conforme identificados pela Resolução 62/557 da AG sobre a reforma do Conselho de Segurança.

Os Ministros também concluíram, no entanto, que o progresso substancial ainda é limitado e que esforços precisam ser intensificados para a construção de um novo impulso para que se chegue a negociações reais, baseadas em textos.

Comprometeram-se a continuar a trabalhar no sentido de uma reforma abrangente do Conselho de Segurança, no marco das IGN. Expressaram seu total apoio ao Presidente da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas, confiando em que ele apoiará progressos rápidos e substanciais no sentido de uma reforma significativa do Conselho de Segurança.

Os Ministros também trocaram brevemente pontos de vista sobre as reformas necessárias para adaptar a ONU ao século XXI e discutiram suas expectativas com relação ao

próximo Secretário-Geral das Nações Unidas a respeito desse assunto.

Nova York 21 de setembro de 2016

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, NA REUNIÃO MINISTERIAL DO G4 – NOVA YORK, 21 DE SETEMBRO DE 2016

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Ministro Steinmeier e seus colegas alemães por organizarem esta reunião. É uma honra encontrar todos os chanceleres do G4 à margem da Assembleia Geral da ONU. Esta é a primeira vez que tenho o prazer de participar de uma reunião ministerial G4.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para reiterar o compromisso do Brasil em fortalecer nossas relações com a Alemanha, a Índia e o Japão. Em termos puramente geográficos, nossos quatro países parecem estar muito distantes, em três continentes diferentes. No entanto, somos parceiros naturais em muitas áreas de cooperação na agenda internacional.

O apoio a mudanças efetivas na antiga estrutura de governança global é um dos nossos objetivos comuns. Quando a atual estrutura do Conselho de Segurança da ONU foi criada, há mais de 70 anos, o mundo era muito diferente do nosso atual: a população mundial era de cerca de 2 bilhões de pessoas, menos de um terço da população de hoje, e as Nações Unidas só tinham 51 Estados Membros, em comparação com os atuais 193.

Como podemos congelar por 71 anos uma instituição construída para nos ajudar a enfrentar grandes desafios à paz e à segurança mundiais, sabendo que os riscos e perigos que nos ameaçam mudam aceleradamente a cada dia?

Na cerimônia em que tomei posse como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, quatro meses atrás, anunciei uma série de orientações para a nova política externa brasileira. Disse, então, que, nas Nações Unidas e em todos os fóruns globais e regionais, o governo brasileiro agiria em favor da paz e da solução negociada de conflitos, e iria buscar a adaptação das atuais instituições internacionais às novas realidades e desafios globais.

À margem da Cúpula do G20 em Hangzhou, o Presidente Temer observou que "as mudanças em curso exigem a correspondente atualização das nossas estruturas de governança global". Neste contexto, salientou que "precisamos de instâncias decisórias internacionais mais representativas e, portanto, mais legítimas e eficazes".

No campo econômico-financeiro, temos obtido progresso considerável desde a crise de 2008. O G20 tornou-se o mecanismo internacional mais importante para coordenação macroeconômica e para lidar com os obstáculos ao crescimento econômico e ao emprego. Ao mesmo tempo, no FMI e no Banco Mundial, as reformas de cotas vêm avançando, embora não tão rapidamente como desejamos.

Por outro lado, no que tange a paz e segurança, o progresso tem sido muito mais lento.

Como disse, o Conselho de Segurança da ONU ainda tem um grupo central de participantes que reflete o mundo de 1945.

Um Conselho de Segurança ampliado, com a incorporação de novos membros permanentes, poderia ser benéfico para todos. Poderia quebrar o impasse atual que nos impede de resolver muitos dos problemas e das crises que continuam a ameaçar a paz internacional. Os países do G4 poderiam trazer ao Conselho novas

abordagens e perspectivas e contribuir para reduzir as diferenças entre seus membros atuais.

O Brasil defende há muito tempo a expansão do Conselho de Segurança, nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, e o presidente Temer mantém seu compromisso com esse objetivo.

O Conselho de Segurança vem expandindo sua agenda continuamente em anos recentes. Originalmente concebido para lidar com conflitos específicos que ameaçavam a paz e a segurança internacionais, atualmente o Conselho de Segurança discute uma série de outras questões, como terrorismo, crises em saúde, tráfico de drogas e mudança do clima.

Todos nós reconhecemos que a reforma do Conselho de Segurança não é uma tarefa fácil. Dessa forma, precisamos trabalhar em cooperação estreita para fazer avançar esse processo.

Nossos quatro países devem continuar a pressionar por negociações genuínas e baseadas em textos. Nós também precisamos unir forças com outros Estados-Membros que pensem como nós a esse respeito. Estamos otimistas de que um grupo maior, composto por todos os "amigos da reforma" pode trazer dinamismo ao processo.

No ano que vem, as Nações Unidas vão estar sob nova liderança. Esperamos que o novo Secretário-Geral atribua a mais alta prioridade a habilitar os Estados Membros a reformar o mais importante órgão encarregado primariamente da manutenção da paz e da segurança internacionais.

Está na hora de obtermos resultados concretos.

Obrigado.

**NAUFRÁGIO NA COSTA DO EGITO
21/09/2016**

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do naufrágio de uma embarcação com aproximadamente 600 pessoas a bordo nas costas do Egito. Segundo as informações disponíveis, os passageiros seriam refugiados do Oriente Médio e da África, que buscavam chegar à Europa. O governo brasileiro transmite às famílias das vítimas suas condolências e deseja uma rápida recuperação aos feridos.

O Brasil, país enriquecido através de sua história por sucessivas ondas de imigrantes, conclama todos os governos e organizações internacionais a trabalharem juntos para evitar a repetição dessa inadmissível tragédia humanitária e buscar soluções duradoras para o drama dos refugiados em todas as suas dimensões.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA GRÉCIA 26/09/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Helênica concedeu *agrément* a Cesário Melantonio Neto como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Atual embaixador do Brasil em Cuba, Cesário Melantonio Neto já foi embaixador no Egito, na Turquia e no Irã, além de ter servido como cônsul-geral em Frankfurt. No Brasil, atuou como representante do governo brasileiro para assuntos do Oriente Médio.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ESLOVÁQUIA 26/09/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República

Eslovaca concedeu *agrément* a Luís Antonio Balduino Carneiro como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Luís Antonio Balduino Carneiro é, desde 2015, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Ao longo da carreira diplomática, serviu nas embaixadas em Nova Delhi e Washington e nas delegações permanentes do Brasil em Genebra e junto à ALADI.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 27/09/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe concedeu *agrément* a Vilmar Rogeiro Coutinho Junior como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Ao longo da carreira diplomática, Vilmar Rogeiro Coutinho Junior serviu nas embaixadas em Havana, Pretória, Londres e Argel, e nas delegações brasileiras junto à ALADI e às organizações internacionais sediadas em Londres. No Brasil, entre outras funções, foi assessor para Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte.

MORTE DE SHIMON PERES 28/09/2016

Foi com imenso pesar que recebi na noite de ontem a notícia da morte de Shimon Peres. Ministro, primeiro-ministro e presidente de Israel, Peres foi um estadista que, como disse quando o recebi em São Paulo, em 2009,

personificou a história de seu país. Atuante na política desde antes da fundação do Estado de Israel, sempre acreditou na democracia e no diálogo como o caminho para a solução dos problemas nacionais e internacionais. Foi a personificação da busca pela paz, em Israel e no mundo.

Defensor incansável do Estado de Israel, o presidente Peres nunca desistiu de procurar a paz entre seu país e os vizinhos árabes. Ao lado de Yitzhak Rabin, negociou com Yasser Arafat os Acordos de Oslo, que deram aos três o Prêmio Nobel da Paz de 1994. Como primeiro-ministro e presidente, sempre procurou uma solução para o conflito entre israelenses e palestinos que assegurasse a existência de dois Estados, vivendo lado-a-lado em paz e segurança.

Neste momento de tristeza, transmito a todos os israelenses meus sentimentos pela morte deste que foi um dos grandes estadistas das últimas décadas.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A ISRAEL – 30 DE SETEMBRO DE 2016 28/09/2016

O ministro das Relações Exteriores viajará na noite de hoje para Israel.

O ministro José Serra foi designado pelo Presidente Michel Temer para representar o governo brasileiro nas cerimônias fúnebres de Shimon Peres, ex-primeiro-ministro e ex-presidente de Israel, que se realizarão no dia 30 de setembro de 2016.

SITUAÇÃO NA VENEZUELA 29/09/2016

Os chanceleres que assinam abaixo manifestam preocupação pela decisão do Conselho Nacional Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela, de 21 de setembro, que, entre outros aspectos, implica um método determinado para a coleta de assinaturas equivalentes a 20% do registro eleitoral e que tem o efeito de postergar a realização do referendo revogatório até 2017, afetando, assim, o sentido da consulta.

Além disso, reiteram seu apoio e disposição em contribuir para a realização de um diálogo entre o governo e os diferentes atores políticos e sociais venezuelanos, que permita, por meio do entendimento mútuo, promover a estabilidade política, a recuperação econômica e o pleno respeito aos direitos humanos.

Chanceler da Argentina, Susana Malcorra

Chanceler do Brasil, José Serra

Chanceler do Paraguai, Eladio Loizaga

Chanceler do México, Claudia Ruiz Massieu

Chanceler do Peru, Ricardo Luna

Chanceler do Chile, Heraldo Muñoz

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ARGENTINA – BUENOS AIRES, 3 DE OUTUBRO DE 2016 29/09/2016

O presidente da República, Michel Temer, realizará visita oficial à Argentina no dia 3 de outubro, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o presidente da República Argentina, Mauricio Macri.

Os dois presidentes discutirão temas relevantes da agenda bilateral, com destaque para iniciativas voltadas à segurança e ao desenvolvimento da região de fronteira.

Os presidentes também passarão em revista temas das agendas regional e multilateral,

em particular o fortalecimento econômico e comercial do MERCOSUL e as negociações externas do bloco.

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e comerciais do Brasil. A visita ocorre no âmbito da celebração dos trinta anos da Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, firmada em 29 de julho de 1986, e da Ata de Amizade Brasileiro-Argentina, firmada em 10 de dezembro de 1986, que contribuíram para a construção da aliança estratégica entre Brasil e Argentina.

O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor de produtos para o país vizinho. Em 2015, o intercâmbio comercial bilateral somou mais de US\$ 23 bilhões. Nos primeiros oito meses de 2016, o intercâmbio bilateral somou mais de US\$ 14 bilhões. A Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 3 DE OUTUBRO DE 2016 29/09/2016

O presidente da República, Michel Temer, realizará visita oficial a Assunção no dia 3 de outubro, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes.

A visita terá como um dos eixos principais o tratamento de temas ligados ao desenvolvimento fronteiriço em todas as suas dimensões, como infraestrutura, comércio e segurança.

Os presidentes também passarão em revista temas das agendas regional e multilateral, em particular o fortalecimento econômico e comercial do MERCOSUL e as negociações externas do bloco.

O Paraguai é um dos principais parceiros políticos e comerciais do Brasil. As relações bilaterais são fortalecidas pela presença de importante comunidade brasileira naquele país e têm como símbolo concreto a empresa binacional de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo em geração de energia.

O Brasil é o principal destino das exportações paraguaias e o principal fornecedor de produtos para o Paraguai. Em 2015, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 3,3 bilhões. Nos primeiros oito meses de 2016, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 2,1 bilhões.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À SANTA SÉ 30/09/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que a Secretaria de Estado de Sua Santidade concedeu *agrément* a Luiz Felipe Mendonça Filho como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Atual embaixador do Brasil na Nicarágua, Luiz Felipe Mendonça Filho foi também embaixador em El Salvador de 2008 a 2012. Ao longo da carreira diplomática, serviu nas embaixadas em Santiago, Buenos Aires e Viena, no Consulado-Geral em Miami e na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

VISITA DO MINISTRO JOSÉ SERRA A ISRAEL 30/09/2016

A pedido do presidente Michel Temer, o ministro das Relações Exteriores, José Serra, representou o Brasil na cerimônia em memória do presidente Shimon Peres e em

seu enterro junto aos heróis de seu país, hoje em Jerusalém. As cerimônias contaram com a participação de importantes lideranças mundiais.

A presença do presidente palestino Mahmoud Abbas e do secretário-geral da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), Saeb Erekat, é a demonstração da capacidade agregadora de Shimon Peres na busca da paz, bem como do caminho que israelenses e palestinos ainda têm de percorrer.

O governo brasileiro recorda, neste dia, um estadista que se dedicou a construir, defender e desenvolver o seu país, empenhando-se, ao mesmo tempo, em romper as barreiras que as diferenças culturais e religiosas, e as sucessivas guerras, não cessaram de reerguer.

Shimon Peres será sempre lembrado por todos por seus exemplos e inspiração para iniciativas em benefício da paz.

O Ministro José Serra manteve breves encontros com autoridades de outros países no contexto das cerimônias. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, recebeu o Ministro José Serra, no final da tarde de hoje, em sua casa.

A ideia é reforçar as relações econômicas, com realce para produtos israelenses de alta tecnologia, segurança e defesa. No que se refere às exportações brasileiras, o desempenho deixa a desejar, pois não é aproveitado, ainda, o potencial do acordo de livre-comércio MERCOSUL-Israel. Vender mais depende do Brasil.

O primeiro-ministro Netanyahu e o ministro Serra acertaram, ainda, intensificar os contatos na área política. O interesse do Brasil é contribuir para a retomada das negociações entre israelenses e palestinos, rumo a um acordo que possa levar à convivência de dois Estados, Israel e Palestina, lado a lado, em paz e segurança.

Isso vai além do Oriente Médio; é fundamental para a paz mundial.

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI) 01/10/2016

Hoje, 1º de outubro, o Brasil foi eleito, pela vigésima-quarta vez seguida, membro do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que é a agência especializada das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento seguro e ordenado da aviação civil internacional. O novo mandato terá duração de três anos (2017-2019).

O Brasil recebeu a maior votação entre os países do Grupo I, que reúne os países de importância sistêmica em matéria de transporte aéreo, com 167 votos de um total de 170 votos possíveis.

O resultado da votação reflete o reconhecimento internacional da contribuição do Brasil para os trabalhos da OACI, da qual é membro fundador.

O Brasil agradece aos países membros da OACI o firme apoio recebido e estende seus cumprimentos aos demais eleitos.

RESULTADOS DO PLEBISCITO SOBRE O ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA 03/01/2016

Tomamos conhecimento do resultado do plebiscito sobre o acordo de paz na Colômbia e respeitamos a opção da maioria dos eleitores colombianos. Consideramos que não se deve desistir da causa da paz no país. Nesse sentido, encorajamos o governo, as FARC e todas as forças políticas da Colômbia a prosseguirem na busca de uma solução pacífica para esse conflito de meio século que tanto sofrimento causou ao povo

colombiano. Reafirmamos a nossa disposição de colaborar intensamente com a Colômbia e seu povo nesse esforço pela paz.

Michel Temer
Presidente da República

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ARGENTINA – BUENOS AIRES, 3 DE OUTUBRO DE 2016 – ATOS ASSINADOS 03/10/2016

PROGRAMA EXECUTIVO CULTURAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA PARA O PERÍODO 2016-2018

A República Federativa do Brasil

e

a República Argentina

(doravante denominados "Partes"),

No âmbito do Convênio de Integração Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, assinado em 10 de novembro de 1997,

Convêm:

ARTIGO I

Disposição Geral

As Partes desenvolverão ações de intercâmbio e divulgação cultural mútua nas áreas de artes visuais, música, cinema, teatro, literatura e design.

ARTIGO II

Artes Visuais

As Partes deverão promover, ao menos uma vez por ano, a participação de artistas de seus respectivos países em programas de residência artística desenvolvidos por instituições representativas da arte contemporânea da outra Parte Contratante.

ARTIGO III

Música

1. As Partes deverão apoiar o intercâmbio de experiências na área de música, por meio da realização anual de workshops de músicos brasileiros em universidades argentinas e de músicos argentinos em universidades brasileiras.

2. As Partes poderão estimular concertos conjuntos com músicos de ambas as Partes em terceiros países.

ARTIGO IV

Cinema

As Partes manifestam seu interesse na organização anual de mostras de filmes de suas respectivas cinematografias, sejam estas curtas-metragens e/ou longas-metragens (documentários, ficção e animação).

ARTIGO V

Teatro

1. As Partes deverão apoiar, ao menos uma vez por ano, a realização de leituras dramáticas de obras clássicas e contemporâneas de seus respectivos países em festivais, teatros e centros culturais situados no território da outra Parte Contratante.

ARTIGO VI

Literatura

1. As Partes incentivarão o intercâmbio literário, promovendo debates entre dois escritores brasileiros e dois escritores

argentinos nas principais Feiras e Bienais do Livro realizadas nos territórios das duas Partes, ao menos uma vez por ano.

2. Durante a vigência do presente Programa Executivo, deverão ser traduzidas e publicadas, anualmente, duas obras literárias de cada Parte no território da outra Parte (uma obra literária destinada ao público adulto e uma obra destinada ao público infanto-juvenil).

ARTIGO VII

Design

As Partes apoiarão e promoverão o intercâmbio de profissionais, professores e estudantes da área de design, por meio da realização de oficinas, cursos, concursos e palestras em universidades situadas no território da outra Parte.

ARTIGO VIII

Centros Culturais

As Partes darão seguimento à cooperação e à coordenação no apoio ao desenvolvimento das atividades do Centro Cultural Brasil-Argentina.

ARTIGO IX

Considerações Finais

1. As Partes organizarão, periodicamente, reuniões de consulta, planejamento e monitoramento dos projetos culturais a serem realizados por ambos os países no âmbito deste Programa Executivo Cultural.

2. Os projetos e atividades previstos no presente Programa Executivo serão implementados, caso a caso, por via diplomática, de acordo com as disponibilidades financeiras das Partes.

3. O presente Programa Executivo não exclui a realização de outras atividades ou projetos de cooperação no campo da cultura,

os quais deverão ser acordados por via diplomática.

4. Qualquer disputa que possa surgir entre as Partes referente à interpretação e à implementação deste Programa Executivo será solucionada por via diplomática.

5. O presente Programa Executivo entrará em vigor na data de sua assinatura e estará vigente até o dia 31 de dezembro de 2018.

Firmado em Olivos, no dia 3 de outubro de 2016, em dois originais, em espanhol e português, sendo todos os textos igualmente autênticos.

DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE COMÉRCIO EXTERIOR PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Ministro da Produção da República Argentina; o Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil; e o Ministro Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República do Brasil, por ocasião da visita do Presidente da República Federativa do Brasil à República Argentina, em 3 de outubro de 2016,

Considerando:

A necessidade de ampliar a participação das micro e pequenas empresas no comércio bilateral;

A relevância da simplificação dos procedimentos de comércio exterior para micro e pequenas empresas;

A conveniência de cooperar na definição de políticas públicas de comércio exterior, específicas para micro e pequenas empresas;

A relevância de se adotar estratégia de facilitação de comércio conjunta, de modo a incrementar os fluxos comerciais bilaterais;

A importância de facilitar a inserção competitiva das micro e pequenas empresas nos mercados internacionais;

A necessidade de estabelecer tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nas obrigações que atinjam as micro e pequenas empresas;

A complementaridade produtiva do comércio entre Argentina e Brasil como prioridade para o desenvolvimento de ambos os países;

A Declaração Conjunta firmada entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o Ministério da Produção da Argentina, que orienta as áreas técnicas dos países a dar prosseguimento ao Projeto Piloto do Certificado de Origem Digital (COD), bem como a conclusão pelas áreas técnicas dos termos de referência desse Projeto Piloto; e

O Memorando de Entendimento em Facilitação de Comércio entre o Ministério da Produção da Argentina e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil.

Declaram:

1. A decisão de estabelecer diálogo permanente sobre simplificação de procedimentos de comércio exterior para micro e pequenas empresas, no âmbito bilateral e do MERCOSUL.

2. O interesse comum na definição de estratégia conjunta de cooperação para a simplificação dos procedimentos de comércio exterior para micro e pequenas empresas no comércio bilateral entre Argentina e Brasil. Para tanto, reconhecem os distintos critérios nacionalmente utilizados para a definição de micro e pequenas empresas.

3. A intenção de realizar intercâmbio de experiências e de conhecimentos técnicos e

de desenvolver projetos específicos para o aumento da eficiência, a redução de custos e o fomento do comércio bilateral, com o objetivo de lograr a simplificação das operações de comércio exterior com foco nas micro e pequenas empresas, a fim de:

a) viabilizar, no comércio bilateral, a prestação, por operadores logísticos internacionais, de serviços adequados às necessidades das micro e pequenas empresas, como serviços porta a porta, mediante o qual o prestador do serviço assume a responsabilidade por todos os trâmites logísticos necessários à entrega da mercadoria;

b) intercambiar informações sobre políticas de simplificação de procedimentos e requisitos de comércio exterior para micro e pequenas empresas, sem prejuízo de outras ações de facilitação de comércio em curso entre as partes;

c) amplamente divulgar o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, no intuito de ampliar as operações de micro e pequenas empresas sob o citado mecanismo;

d) amplamente divulgar a utilização do Certificado de Origem Digital (COD) no comércio bilateral, bem como fomentar seu uso pelas micro e pequenas empresas;

e) buscar nas administrações aduaneiras de seus países medidas para o tratamento ágil e facilitado para as micro e pequenas empresas, especialmente no âmbito do comércio bilateral;

f) discutir melhorias nos instrumentos regionais de crédito e garantias para micro e pequenas empresas;

g) viabilizar a participação de micro e pequenas empresas nos procedimentos de compras públicas no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); e

h) intercambiar informações sobre boas práticas regulatórias específicas relacionadas às micro e pequenas empresas.

4. O propósito em cooperar na construção e na divulgação de plataformas de apoio comercial às micro e pequenas empresas pelas quais os empresários possam expor seus produtos em mercados externos de maneira gratuita.

Buenos Aires, em 3 de outubro de 2016.

DECLARAÇÃO CONJUNTA ENTRE O
MINISTÉRIO DE PRODUÇÃO DA
REPÚBLICA ARGENTINA E O
MINISTÉRIO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO EXTERIOR E
SERVIÇOS DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL RELATIVA
AO DIÁLOGO PARA A FACILITAÇÃO
DO COMÉRCIO E O
DESENVOLVIMENTO
PRODUTIVO BRASIL – ARGENTINA

Por ocasião da visita do Presidente da República Federativa do Brasil à República Argentina, em 3 de outubro de 2016, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços da República Federativa do Brasil e o Ministério de Produção da República Argentina emitem a presente Declaração Conjunta:

Considerando:

A celebração pelos Presidentes do Brasil e da Argentina dos trinta anos da Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, assinada em 29 de julho de 1986, dos trinta anos da Ata de Amizade Brasileiro-Argentina, assinada em 10 de dezembro de 1986;

O Acordo de Complementação Econômica Nº 14 entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina;

O desejo de aprofundar o comércio bilateral e os fluxos de investimentos, a fim de

fortalecer a relação comercial entre as partes, dentro de um marco geral focado no desenvolvimento de estratégias para melhorar a competitividade de cada país;

A relevância de acordar uma estratégia de facilitação de comércio conjunta, para incrementar os fluxos comerciais bilaterais;

A complementariedade produtiva do comércio entre a Argentina e o Brasil como prioridade para o desenvolvimento de ambos os países;

A importância da promoção da comunicação entre os organismos governamentais, a respeito dos assuntos comerciais para melhorar o fluxo do comércio e os investimentos interacionais;

A importância da cooperação entre as partes e seus organismos governamentais dependentes para o aprofundamento das relações econômicas e comerciais bilaterais, a prosperidade econômica da região, a facilitação do comércio e o aumento da transparência;

O trabalho da Comissão Bilateral de Produção e Comércio Brasil-Argentina, nas reuniões realizadas nos dias 25 de abril de 2016 e 2 de agosto de 2016, para a construção de uma estratégia conjunta com vistas à facilitação do comércio entre ambos os países como mecanismo de integração regional;

A Declaração Conjunta assinada entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o Ministério de Produção da Argentina, que orienta as áreas técnicas dos países a continuar com o Projeto Piloto do Certificado de Origem Digital (COD), como à conclusão por parte das áreas técnicas dos termos de referência desse Projeto Piloto, e o Memorando de Entendimento em Facilitação de Comércio entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o Ministério de Produção da Argentina,

As partes declaram:

1. A Comissão Bilateral de Produção e Comércio Brasil-Argentina deverá, ao longo do ano próximo, desenvolver um diálogo comercial (“Diálogo para a Facilitação do Comércio e o Desenvolvimento Produtivo Brasil-Argentina” ou “Diálogo”) sobre atividades que fortaleçam a parceria entre o Brasil e a Argentina, com foco na eliminação dos obstáculos para o incremento do comércio e promover os investimentos bilaterais. O Diálogo ocorrerá com a participação do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina e de outros órgãos governamentais.
2. O Diálogo deverá, igualmente, resultar em propostas concretas de troca de experiências e de conhecimentos técnicos que promovam um vínculo dinâmico entre os organismos governamentais do Brasil e da Argentina, com o objetivo de:
3. Promover o comércio e o investimento como meios para o crescimento econômico;
4. Melhorar a competitividade através da inovação e do espírito empreendedor;
5. Intercambiar boas práticas, promover a troca de conhecimentos e prestar assistência em áreas de relevância para o comércio e os investimentos bilaterais, incluindo, mas não limitado a, normas técnicas, propriedade intelectual e administração alfandegária, entre outros;

6. Apoiar e permitir um ambiente favorável para a circulação rápida e segura de bens e a prestação de serviços;
7. Discutir a convergência de marcos regulatórios e de procedimentos associados para facilitar o intercâmbio comercial bilateral e procurar conjuntamente padrões competitivos para terceiros mercados.

A Comissão Bilateral de Produção e Comércio realizará o trabalho em curso e se reunirá tantas vezes quanto for necessário, inclusive por meio de videoconferências, para desenvolver e implementar um programa de trabalho que demonstre resultados significativos, com vistas a propor um Plano de Ação para consideração dos Ministros da Produção e Comércio que permita identificar setores estratégicos e atividades pertinentes para cumprir com os objetivos estabelecidos na presente Declaração.

1. A Comissão Bilateral de Produção e Comércio propiciará o trabalho conjunto dos organismos governamentais indicados no Anexo I para participar nas atividades compreendidas pelo Diálogo, sem prejuízo do qual poderão incorporar outros, mediante acordo escrito.
2. A Comissão Bilateral de Produção e Comércio deverá agir coordenadamente com outros mecanismos bilaterais em curso e, segundo corresponda, com a participação dos organismos governamentais correspondentes de cada país.
3. Na execução do Diálogo, a Comissão Bilateral de Produção e Comércio deverá procurar manter intercâmbios em forma periódica

com os setores privados dos dois países em diversos foros, inclusive por ocasião das conversações entre organismos governamentais, a fim de oferecer às partes interessadas a oportunidade de contribuir com as atividades do Diálogo.

Buenos Aires, em 3 de outubro de 2016

ANEXO I

Área	República Argentina	República Federativa do Brasil
Administração aduaneira	“Dirección General de Aduana”	Receita Federal
	“Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica (ANMAT)”	ANVISA
	“Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTI)”	INMETRO
Convergência normativa	“Organismo Argentino de Acreditación (OAA)”	INMETRO, ANVISA
Propriedade intelectual	“Instituto Nacional de la Propiedad Industrial (INPI)”	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Financiamento	BICE	BNDES
Investimentos	“Agencia Argentina de Inversiones y Comercio Internacional”	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil)
Planejamento estratégico	“Secretaría de la Transformación Productiva, Ministerio de Producción”	Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, MDIC
Micro, pequenas e médias empresas	“Secretaría de Emprendedores y PyMEs, Ministerio de Producción”	Secretaria do Governo da República Federativa do Brasil, Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa

**VISITA DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA À ARGENTINA –
COMUNICADO CONJUNTO
03/10/2016**

1. No dia 3 de outubro, o Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, recebeu a visita do Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, em Buenos Aires.

2. Na ocasião, os presidentes recordaram o trigésimo aniversário da Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, de 29 de julho de 1986, e da Ata de Amizade Brasileiro-Argentina, de 10 de dezembro de 1986, marcos do início da estratégica relação bilateral, que se converteu no eixo da integração em nível regional.

3. Destacaram, igualmente, o compromisso com a proteção e a promoção dos direitos humanos, a plena vigência das instituições democráticas, o respeito às liberdades fundamentais e a prevalência do Direito.

4. Os presidentes expressaram seu compromisso com o povo e o governo colombianos na busca de novos caminhos, junto com as demais forças políticas desse país, para a construção da paz, ressaltando seus benefícios para a Colômbia e a região.

**MECANISMO DE COORDENAÇÃO
POLÍTICA BRASIL-ARGENTINA**

5. Saudaram a criação, em 23 de maio de 2016, do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina, que contribuirá para a crescente coordenação de posições, tanto em nível bilateral como nos âmbitos regionais e multilaterais de interesse comum.

INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

6. Reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento e a integração da zona de fronteira. Nesse sentido, reconheceram a importância da Comissão de Cooperação e

Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO) e determinaram a convocação de nova reunião do mecanismo. Manifestaram, também, sua satisfação com a recente entrada em vigor do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas e saudaram o início das negociações de compromissos em matéria de telecomunicações e de assistência em situações de emergência, no marco do referido Acordo.

SEGURANÇA FRONTEIRIÇA

7. Os presidentes manifestaram sua firme determinação de trabalhar conjuntamente para promover a articulação dos países da região na luta contra o narcotráfico, o contrabando e o crime organizado transnacional. Nesse sentido, saudaram a realização da reunião ministerial sobre segurança nas fronteiras no próximo mês de novembro, em Brasília, para a qual estão sendo estendidos convites aos demais países do Cone Sul. Determinaram, igualmente, a convocação de reunião da Comissão Mista sobre Drogas, durante o primeiro semestre de 2017.

INTEGRAÇÃO FÍSICA E ENERGÉTICA

8. Sublinharam a importância de aprimorar a conectividade entre os países da região, como forma de aprofundar a integração regional e dar sustentação ao incremento do fluxo de bens e de pessoas. Com esse propósito, enfatizaram a necessidade de avançar na implementação da agenda do Grupo de Trabalho sobre o Corredor Bioceânico Porto Murtinho-Portos do Norte no Chile.

9. Os presidentes destacaram os trabalhos que vêm sendo realizados para melhorar a integração física entre os dois países e estabeleceram que sejam aprofundados os esforços conjuntos nesse âmbito. Determinaram, também, a continuidade dos trabalhos das comissões binacionais

encarregadas de dar seguimento aos projetos relativos à construção de novas pontes sobre o rio Uruguai e sobre o rio Peperi-Guaçu.

10. Ressaltaram a importância da integração energética entre os dois países, com a assinatura, em maio de 2016, do memorando bilateral para o intercâmbio energético, vigente até 2018. Reafirmaram, igualmente, a prioridade e o compromisso do Brasil e da Argentina com a conclusão dos estudos de viabilidade para a construção das usinas hidrelétricas binacionais de Garabi e Panambi e destacaram o amplo espaço para a cooperação e a troca de experiências bilaterais em bioenergia, incluindo etanol, biodiesel e biocombustíveis de segunda geração.

COMÉRCIO BILATERAL

11. Destacaram a importância de estimular o aumento das correntes comerciais de forma diversificada e equilibrada, e manifestaram a necessidade de que a intensa relação bilateral propicie intercâmbios com maior valor agregado e integrados às cadeias globais de valor em ambos os lados da fronteira. Concordaram que, no intuito de contribuir para o aumento quantitativo e qualitativo do comércio, são necessárias iniciativas conjuntas que fomentem a competitividade, a melhoria e ampliação da infraestrutura, a incorporação de tecnologia e a facilitação de trâmites aduaneiros.

12. Saudaram a assinatura da Declaração Conjunta relativa ao “Diálogo para a Facilitação do Comércio e o Desenvolvimento Produtivo Brasil-Argentina” entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil e o Ministério da Produção da Argentina.

13. Os presidentes congratularam-se pela aprovação, em junho passado, da extensão, até 2020, do acordo bilateral que regula o comércio automotivo. Destacaram, em particular, a importância do Plano de

Trabalho, que prevê o aprofundamento da integração produtiva e o desenvolvimento conjunto da cadeia automotiva, orientado ao estabelecimento do livre comércio entre os países neste setor.

14. Coincidiram em que as normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias não devem constituir travas desnecessárias ao comércio. Com esse propósito, acordaram que se deve promover a convergência dos marcos regulatórios e o desenvolvimento de normativa para alcançar conjuntamente padrões competitivos, com o objetivo de ter acesso a terceiros mercados.

15. Reafirmaram a importância de fortalecer a cooperação em áreas como metrologia, avaliação de conformidade e normalização de convergência regulatória, com vistas à facilitação do comércio bilateral e à superação das barreiras técnicas. Nesse sentido, a Argentina propôs analisar a viabilidade de constituir uma instância binacional sobre metrologia, o que será avaliado por ambas as Partes.

16. Os presidentes destacaram as diversas iniciativas bilaterais, inclusive no marco regional, visando à facilitação do comércio. Sublinharam, em particular, a relevância do “Acordo de Facilitação de Comércio” para a construção de uma estratégia conjunta no tema, de modo a potencializar a integração regional e o fluxo de comércio bilateral, e do “Memorando de Entendimento sobre o uso de Certificados de Origem Digitais”.

17. Ressaltaram o potencial de incremento do comércio por meio da harmonização e simplificação de procedimentos administrativos e da interoperabilidade das janelas nacionais únicas de comércio exterior. Destacaram a importância das micro, pequenas e médias empresas para a geração de empregos e de renda e saudaram a “Declaração Conjunta sobre a Simplificação de Procedimentos de

Comércio Exterior para Micro e Pequenas Empresas”.

18. Salientaram a importância da cooperação bilateral em agricultura e reconheceram os benefícios mútuos que advêm da coordenação em matéria de comércio e negociações agrícolas internacionais. Saudaram, igualmente, os resultados das reuniões ministeriais e dos diálogos técnicos, que facilitam a convergência de posições, os acordos para garantir acesso dos produtos a ambos os lados da fronteira e a definição de posições em seus relacionamentos com terceiros mercados e nas negociações multilaterais.

19. Os presidentes manifestaram interesse em melhorar as oportunidades comerciais das companhias aéreas brasileiras e argentinas e promover a dinamização dos investimentos e dos fluxos bilaterais de turismo, no marco dos acordos vigentes.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

20. Recordaram a Declaração Conjunta Ministerial de 21 de outubro de 2014, na qual os ministros de Defesa do Brasil e da Argentina celebraram a aliança entre as indústrias de defesa dos dois países, que culminou na produção da aeronave KC-390 de acordo com os mais altos padrões de qualidade. Acordaram avaliar novas alternativas de integração nessa área. Nesse contexto, saudaram a intenção da Argentina de iniciar negociações destinadas a uma maior integração aeroespacial.

COOPERAÇÃO NUCLEAR

21. Destacaram a celebração, neste ano, do 25º aniversário do Acordo de Guadalajara, que prevê o uso exclusivamente pacífico de energia nuclear entre os dois países e por meio do qual se criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que permitiu superar desconfianças mútuas e lançar as bases de uma relação de transparência e

cooperação. Reafirmaram que a ABACC constitui mecanismo inovador para a aplicação de salvaguardas, cuja eficácia se reflete na estreita colaboração com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), materializada nas mais de 2.500 inspeções em ambos os países.

22. No âmbito da cooperação nuclear bilateral, salientaram a importância da construção do Reator Multipropósito Brasileiro; este último, junto com o Reator RA-10, representam importante avanço para o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica dos dois países no campo das aplicações pacíficas da tecnologia nuclear e permitirão abastecer o mercado regional de radioisótopos destinados à medicina nuclear.

23. Congratularam-se pela realização, em Brasília, em 9 de setembro último, da reunião do Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN), a qual contribuiu para reforçar e valorizar o diálogo político e a cooperação estratégica na área nuclear, tema central para o desenvolvimento sustentável do Brasil e da Argentina.

COOPERAÇÃO ESPACIAL

24. Reiteraram o compromisso dos dois países com a continuidade do desenvolvimento conjunto da missão satelital SABIA-Mar, enfatizando o caráter estratégico da cooperação espacial bilateral, não apenas por estimular o desenvolvimento conjunto de tecnologias espaciais, como também por gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais para as populações das duas nações, especialmente no que se refere à meteorologia e à prevenção de desastres naturais.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

25. Manifestaram sua satisfação pelo profícuo relacionamento bilateral em ciência, tecnologia e inovação. Nesse sentido, recordaram o trigésimo aniversário

do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB/CABBIO).

26. Reconhecendo haver ainda grande potencial a ser explorado nessa área, manifestaram especial interesse em que a cooperação bilateral promova a inovação, mediante a mobilização e o envolvimento dos respectivos mecanismos de fomento, tendo em conta o papel fundamental, nesse contexto, de criar e apoiar parcerias que envolvam empresas de base tecnológica e parques tecnológicos de ambos os países, além do Projeto Sirius.

27. No marco da importância estratégica da pesquisa científico-tecnológica nas áreas de nanociência e nanotecnologia, os presidentes anunciaram o relançamento do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN), que fora estabelecido no ano de 2005, por meio do qual se espera contribuir significativamente para a produção de conhecimento científico e de I+D nas áreas de fronteira do conhecimento e, de modo transversal, nos setores de ciências médicas, indústria farmacêutica, agroindústria e ciência dos materiais, entre outros.

28. Os presidentes manifestaram o compromisso de fomentar a cooperação sul-sul, com o objetivo de ampliar os vínculos entre instituições dos dois países e aprofundar o intercâmbio de práticas e políticas públicas em benefício mútuo. Nesse sentido, coincidiram em promover a realização da IV Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, a fim de acordar um programa de trabalho integral que reflita os interesses de ambas as Partes.

29. Sublinharam que seus governos se encontram comprometidos com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual reconhece na erradicação da pobreza um dos principais desafios em nível global. Consideraram que a implementação da Agenda 2030 requer o apoio do Sistema das

Nações Unidas, de outros organismos internacionais e de múltiplos atores, incluindo a sociedade civil e o setor privado. Nesse contexto, destacaram que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, em especial, a Internet constituem ferramentas indispensáveis para que sejam alcançados os objetivos que integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

COOPERAÇÃO ANTÁRTICA

30. A respeito da cooperação antártica, os presidentes reiteraram seu interesse em continuar promovendo a colaboração nesse tema, tanto em matéria de pesquisa científica como de coordenação logística.

COORDENAÇÃO EM JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

31. No tocante à cooperação jurídica, os presidentes acordaram avançar nas negociações para a assinatura de novo acordo bilateral de extradição, que deverá refletir a evolução do ordenamento jurídico interno de cada país e propiciar um marco jurídico preciso e atual para o esforço de cooperação no combate às atividades criminosas e à persecução penal, bem como de um instrumento bilateral para a cooperação jurídica em matéria penal, que igualmente tornará mais eficientes as ações de investigação e persecução penal.

32. Comprometeram-se a fortalecer a cooperação em matéria de Direitos Humanos nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, mantendo iniciativas como o Memorando de Entendimento para o Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações de Direitos Humanos. O Brasil agradeceu, ainda, o apoio manifestado pela Argentina à sua candidatura ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

COOPERAÇÃO CULTURAL

33. Os presidentes manifestaram seu compromisso em fomentar o intercâmbio cultural e expressaram satisfação em dar continuidade à cooperação por meio do Programa Executivo Cultural 2016-2018, que estimulará o desenvolvimento e a integração das economias criativas de ambos os países.

MERCOSUL

34. Enfatizaram seu compromisso com o MERCOSUL, surgido do processo de redemocratização da América do Sul nas décadas finais do século passado, e ratificaram sua transcendental importância para o crescimento e o desenvolvimento dos países da região. Coincidiram sobre o trabalho pendente para aperfeiçoar a zona de livre comércio e a necessidade de definir a agenda para a consolidação da união aduaneira, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento produtivo dos países que a integram.

35. Comprometeram-se a promover a agenda comercial e econômica do MERCOSUL, dando continuidade a iniciativas destinadas a enfrentar medidas que afetam o fluxo comercial entre os Estados Partes. Concordaram, igualmente, quanto à importância de negociar o novo Protocolo de Compras Governamentais e um acordo sobre cooperação e facilitação de investimentos.

36. Realçaram a importância de projetos financiados pelo Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) e a contribuição desse mecanismo para a redução das assimetrias entre os países da região, em particular das economias menores e das regiões menos desenvolvidas.

37. Destacaram o interesse em avançar no diálogo iniciado entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, com base nas áreas de interesse comum acordadas, tais como facilitação do comércio, cooperação

aduaneira, promoção comercial e pequenas e médias empresas, entre outras. Valorizaram, igualmente, o intercâmbio de informação sobre iniciativas que o Brasil e a Argentina desenvolvem com cada um dos países que a integram.

38. Reiteraram o caráter estratégico que atribuem à inserção competitiva do MERCOSUL nos fluxos internacionais de comércio e nas cadeias globais de valor, objetivo para o qual são prioritários a ampliação e o aprofundamento da rede de acordos comerciais do bloco. Nesse contexto, congratularam-se pelo processo de coordenação bilateral cada vez mais estreita, em particular no tocante às negociações do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia. Reafirmaram, ainda, seu compromisso com a intensificação das negociações comerciais com Canadá, EFTA, Coreia do Sul, Índia e SACU, entre outras.

COORDENAÇÃO NO ÂMBITO DA BACIA DO PRATA

39. Concordaram sobre a necessidade de fortalecer os aspectos institucionais do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC) e dos demais organismos que funcionam no âmbito do Tratado da Bacia do Prata, como o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) e a futura Comissão do Aquífero Guarani.

40. Reconheceram a importância de que se reveste a Hidrovia Paraguai-Paraná como infraestrutura natural de transporte e eixo de integração física regional. Comprometeram-se a aprofundar a coordenação entre si e com os demais países signatários do Acordo da Hidrovia, com vistas ao desenvolvimento integral de seu potencial como rota de promoção do comércio e do desenvolvimento, em benefício do conjunto dos países que a integram.

41. Tendo presente que o Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná expira em 2020, os presidentes acordaram propor aos demais Estados Partes uma extensão da vigência do Acordo, de modo a permitir sua atualização conforme a evolução e as necessidades da navegação fluvial.

COORDENAÇÃO NA ÁREA MULTILATERAL

42. O presidente Michel Temer felicitou a Argentina pela escolha do país para a presidência do G20 em 2018. Os mandatários destacaram o interesse em continuar trabalhando de maneira conjunta no Grupo. Os dois países terão a oportunidade de refletir sobre áreas prioritárias de interesse mútuo, no âmbito dos próximos trabalhos do G20, por ocasião da reunião bilateral de sherpas, prevista para novembro, em Brasília, que se realiza na esfera do Mecanismo de Coordenação Bilateral para este foro.

43. Os presidentes reafirmaram seu claro compromisso com a luta contra a mudança do clima e congratularam-se pela célere ratificação do Acordo de Paris em ambos os países, destacando a ativa participação do Brasil e da Argentina na 21ª Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Saudaram, nesse contexto, o início de importantes oportunidades de cooperação nessa área.

44. Reiteraram o compromisso com o fortalecimento do multilateralismo, com a reforma integral das Nações Unidas e com a democratização das instâncias decisórias internacionais. Manifestaram a importância de aprofundar os esforços intergovernamentais para promover a necessária reforma do Conselho de Segurança, com vistas a transformá-lo em um órgão mais representativo, legítimo, eficiente, democrático e transparente. Nesse sentido, consideraram fundamental a

revitalização da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social. Sublinharam, igualmente, seu compromisso com o fortalecimento e a efetividade do Conselho de Direitos Humanos, principal órgão das Nações Unidas para o tratamento multilateral dos Direitos Humanos.

QUESTÃO DAS ILHAS MALVINAS

45. O Presidente da República Federativa do Brasil reiterou o respaldo de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte relativa às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes. O Presidente Macri agradeceu o permanente apoio do Brasil à posição argentina na questão das Ilhas Malvinas, refletido na posição tradicional do Brasil sobre os acontecimentos de 1833 e nas numerosas declarações adotadas nos foros regionais e multilaterais em que a questão foi tratada.

46. Os presidentes expressaram satisfação pela exitosa organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016, e pela excelente e constante coordenação verificada entre os dois governos ao longo dos eventos.

47. O presidente Temer reiterou seu convite para que o presidente Macri realize uma visita de Estado ao Brasil. O presidente Macri aceitou o convite.

V REUNIÃO NEGOCIADORA PARA A AMPLIAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 53 (ACE-53) ENTRE BRASIL E MÉXICO 04/10/2016

Realizou-se de 27 a 29 de setembro, na Cidade do México, a V Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de

Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53), da qual participaram representantes dos governos do Brasil e do México.

A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores, e a mexicana, por Juan Carlos Baker, Subsecretário de Comércio Exterior da Secretaria de Economia do México.

Reuniram-se, na oportunidade, os grupos negociadores sobre acesso a mercados, facilitação do comércio, regras de origem, barreiras técnicas ao comércio, compras governamentais, serviços e solução de controvérsias.

O objetivo das negociações é alcançar uma ampliação significativa do universo tarifário com preferências no âmbito do Acordo, com a inclusão de novos produtos agrícolas e industriais.

Em 2015, o comércio entre o Brasil e o México foi de US\$ 7,96 bilhões, havendo as exportações brasileiras para o mercado mexicano alcançado US\$ 3,58 bilhões.

COMUNICADO SOBRE O PLEBISCITO COLOMBIANO ACERCA DOAS ACORDOS DE PAZ 04/10/2016

Com relação ao plebiscito de 2 de outubro, por meio do qual o povo colombiano se manifestou sobre os acordos de paz, os chanceleres que assinam abaixo expressam sua convicção de que o resultado não deve significar uma rejeição à paz ou o regresso ao conflito.

Felicitam o governo colombiano e as FARC por seu compromisso com o cessar-fogo, que é essencial, e enfatizam que a paz é um valor que se constrói com esforço e perseverança.

Nesse sentido, os ministros ressaltam a convocação de todas as forças políticas colombianas, anunciada pelo presidente Santos, e seu chamamento pela busca de pontos de acordo e unidade e para que se continuem a construir, entre todos os colombianos, caminhos para que a paz seja possível e saia fortalecida.

Finalmente, os chanceleres signatários expressam o forte e renovado compromisso de seus governos de acompanhar o povo colombiano nas tarefas de construção dessa paz, que implicarão maior prosperidade e unidade para aquela nação e toda a nossa região.

Chanceler da Argentina, Susana Malcorra

Chanceler do Brasil, José Serra

Chanceler do Chile, Heraldo Muñoz

Chanceler do México, Claudia Ruiz Massieu Salinas

Chanceler do Paraguai, Eladio Loizaga

Chanceler do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PARAGUAI – COMUNICADO CONJUNTO 04/10/2016

1. A convite do Presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes, e com o objetivo de dar continuidade e promover os temas da ampla agenda comum, em consonância com os tradicionais laços de amizade e cooperação entre Brasil e Paraguai, o Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, realizou visita de trabalho a Assunção, em 3 de outubro de 2016, acompanhado de integrantes da sua equipe de Governo e de parlamentares brasileiros.

2. Os Presidentes, após reconhecerem o excelente momento das relações entre Brasil e Paraguai, engajados na consolidação da paz, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento econômico e social da América do Sul, mantiveram uma reunião de trabalho sobre temas da agenda bilateral e regional.

3. Examinados os temas da agenda bilateral, constataram, com satisfação:

(i) as oportunidades que oferece o Paraguai como país receptor de investimentos, a partir do desenvolvimento e da diversificação de sua economia;

(ii) a dinâmica do comércio e dos investimentos bilaterais, que mantém o Brasil na condição de principal parceiro comercial do Paraguai e segundo maior investidor no país;

(iii) o expressivo impulso às cadeias de valor mediante o aumento da presença de empresas brasileiras no Paraguai, com investimentos de mais de 80 companhias nos últimos três anos, em setores diversos como embalagens, plásticos, brinquedos, confecções, autopeças, calçados e carnes, entre outros;

(iv) as negociações bilaterais em curso para um Acordo Automotivo, com expectativa de próxima conclusão;

(v) a reconhecida contribuição das comunidades de imigrantes paraguaios no Brasil e de brasileiros no Paraguai, bem como seus descendentes, cujo investimento, trabalho e dedicação, no campo e na indústria, representam vínculos perenes entre as duas sociedades;

(vi) o interesse recíproco em continuar com as obras de integração física de ambos os países, como projeto político e econômico essencial ao desenvolvimento sustentável da região;

(vii) a determinação política de finalizar os trâmites administrativos internos e dar início às obras para a construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, que contribuirá para facilitar o fluxo comercial, promover o turismo e o desenvolvimento econômico e social dos dois países;

(viii) a assinatura em Brasília, em 8 de junho de 2016, do Acordo para a Construção de Ponte Rodoviária sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, fundamental para viabilizar um eixo de integração viária bioceânica;

(ix) a adoção da Declaração de Assunção sobre Corredores Bioceânicos, e os avanços do Grupo de Trabalho integrado por Argentina, Brasil, Chile e Paraguai, que foi criado no âmbito da mesma, conducentes a uma pronta execução do corredor rodoviário Campo Grande-Porto Murtinho (Brasil)-Carmelo Peralta-Mariscal Estigarribia-Pozo Hondo (Paraguai)-Misión La Paz-Tartagal-Jujuy-Salta (Argentina)-Sico-Jama-Porto de Antofagasta e outros portos do norte do Chile;

(x) a importância da recente assinatura do Acordo sobre Serviços Aéreos, o qual contribuirá para o desenvolvimento da aviação civil internacional e o estabelecimento e a exploração de novos serviços aéreos dentro e fora dos territórios do Brasil e do Paraguai;

(xi) a reunião inaugural do Mecanismo 2+2 de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, realizada em Assunção, em 4 de abril de 2016, ocasião em que foi prorrogado o Acordo de Cooperação Militar e assinado o Memorando de Entendimento relativo à Cooperação para a Preservação da Memória da Guerra da Tríplice Aliança;

(xii) a intensificação da cooperação judicial e policial, que tem permitido combater com maior eficácia os delitos transnacionais e a delinquência nos dois países;

(xiii) os resultados da V Reunião da Comissão Mista Paraguaia-Brasileira sobre Drogas e Temas Conexos, realizada em Assunção em 4 e 5 de março de 2015, e sua VI Reunião a ser realizada no primeiro trimestre de 2017, em Brasília;

(xiv) a qualidade da cooperação técnica bilateral em curso nas áreas de agricultura, vigilância sanitária, gestão de recursos hídricos e de saúde, com impactos positivos para o desenvolvimento econômico e social dos dois países, a qual poderá ser avaliada e fortalecida no contexto da próxima Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Paraguai, a ser realizada oportunamente;

(xv) o fluxo constante de estudantes que realizam seus estudos em ambos os países sob o Regime de Convênio Cultural, bem como o interesse em realizar a III Reunião da Comissão Mista de Cooperação Educacional e Cultural, com vistas ao fortalecimento das atividades e projetos educacionais e culturais, em prol de novas oportunidades de cooperação, especialmente em áreas que promovam a inovação e o desenvolvimento econômico;

(xvi) a transcendência da hidrelétrica Itaipu Binacional como projeto emblemático da integração entre o Brasil e o Paraguai. No ano de 2015, a empresa reassumiu a liderança mundial em produção anual de energia elétrica. A partir desta data, registra sucessivos recordes em geração de energia, o que demonstra o nível de excelência alcançado pela gestão conjunta dos dois países. A Itaipu Binacional é reconhecida como paradigma mundial de excelência em matéria de promoção do desenvolvimento tecnológico, econômico e social, com responsabilidade ambiental.

4. A fim de estimular ainda mais as relações bilaterais, os Presidentes decidiram impulsionar a negociação dos seguintes instrumentos:

a) Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas;

b) Acordo para a Integração na Área de Telecomunicações na Fronteira;

c) Constituição de uma ‘Comissão Binacional de Contas’ para a Itaipu Binacional;

d) Acordos para a construção de pontes sobre o Rio Apa entre San Lázaro e Porto Murtinho e entre San Carlos del Apa e Caracol;

e) Acordo Automotivo;

f) Acordo para evitar a Dupla Tributação;

g) Acordo Bilateral de Cooperação Jurídica em Matéria Civil;

h) Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal.

5. Com relação à agenda regional, os Presidentes constataram, com satisfação:

(i) a convergência de visões sobre o atual funcionamento e as perspectivas futuras para o MERCOSUL, dando ênfase aos objetivos econômicos e comerciais, originais do Tratado de Assunção, cientes de que o normal funcionamento das instituições democráticas representa um pilar fundamental dos Estados Membros;

(ii) o interesse mútuo em dar maior nível de ambição e alcance à agenda externa comercial do MERCOSUL, de forma a aprofundar a integração do bloco à região e à economia global;

(iii) a intenção dos dois países de intensificar o aproveitamento da Hidrovia Paraguai-Paraná, com o objetivo de alcançar todas as facilidades e garantias possíveis, no quadro do Acordo de Santa Cruz de la Sierra, para permitir a mais ampla liberdade de trânsito fluvial, de transporte de pessoas e bens e a livre navegação num marco previsível;

(iv) a realização da Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, em Brasília, em 8 de novembro de 2016.

6. Ao concluir os trabalhos, foi assinado pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai o Memorando de Entendimento para a Implementação do Projeto ‘Fortalecimento da Conectividade’.

7. O Presidente Horacio Cartes parabenizou o Governo do Presidente Michel Temer pela bem-sucedida organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

8. Ao agradecer a participação do Presidente da República do Paraguai na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, o Presidente Michel Temer estendeu convite ao Presidente Horacio Cartes para que realize visita de Estado ao Brasil.

9. Ao final das atividades, o Presidente da República Federativa do Brasil expressou seu agradecimento ao povo e ao Governo da República do Paraguai pela hospitalidade e pelas atenções dispensadas a ele e a sua Comitativa Oficial.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 3 DE OUTUBRO DE 2016 – ATO ASSINADO 04/10/2016

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DA CONECTIVIDADE”

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai

(doravante referidos como “Partes”);

Reconhecendo que o fortalecimento das relações de cooperação nas áreas de interconexão de redes de banda larga vai incentivar o acesso maciço à tecnologia da informação e comunicação, gerando crescimento sustentável e inclusivo em benefício dos setores mais vulneráveis da população;

Levando em conta o Programa de Ação de Viena em favor dos países em desenvolvimento sem litoral para a década 2014-2024, adotado na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Países em Desenvolvimento sem Litoral, e que os países em desenvolvimento sem litoral ainda sofrem de uma lacuna tecnológica em relação a outros países em desenvolvimento em termos de infraestrutura de telecomunicações, incluindo o acesso à internet de banda larga;

Reafirmando a importância da integração regional das redes e da troca mais direta e com maior eficiência do tráfego de internet, bem como a necessidade de redundâncias desses links;

A fim de alcançar uma parceria estratégica funcional que permita o desenvolvimento digital inclusivo para a população dos dois países, compreendendo a massificação do acesso à internet banda larga e o desenvolvimento das telecomunicações;

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

1. Este Memorando de Entendimento (doravante MOU) tem por objetivo aprofundar as consultas, com vistas a

reforçar a conectividade entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai por meio de rotas de fibra óptica para os pontos de interconexão onde se encontram os provedores internacionais de internet e sua conexão com os cabos submarinos que chegam à costa brasileira.

2. Para este efeito, cria-se um Grupo Técnico Misto de Conectividade, doravante denominado "Grupo Técnico", com o propósito de analisar e definir os termos e as condições técnicas, jurídicas e financeiras mais adequadas, tarefa que, doravante, será denominada "O projeto".

3. O projeto incluirá os objetivos, as atividades e resultados a serem alcançados no âmbito deste MOU.

4. O projeto será aprovado e assinado pelas Partes.

ARTIGO II

1. O Governo da República do Paraguai designa como membros do Grupo Técnico:

- a) o Ministério das Relações Exteriores;
- b) o Ministério da Fazenda;
- c) o Ministério das Obras Públicas e das Comunicações;
- d) a Secretaria Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (SENATICs);
- e) a Comissão Nacional de Telecomunicações (CONATEL);
- f) a Administração Nacional de Energia Elétrica (ANDE);
- g) Itaipu Binacional; e
- h) a Secretaria Técnica de Planejamento;

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa como membros do Grupo Técnico:

- a) o Ministério das Relações Exteriores;
- b) o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações;

- c) o Ministério de Minas e Energia;
- d) à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- e) a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás);
- f) a Itaipu Binacional;
- g) a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

3. Os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai serão as instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades resultantes deste MOU.

4. As partes poderão designar, de comum acordo, outras instituições para integrar o Grupo Técnico.

ARTIGO III

1. As Instituições referidas no artigo II realizarão reuniões regulares, acordadas por via diplomática, com a finalidade de elaborar o projeto, que conterà as condições técnicas, jurídicas e financeiras de acesso aos pontos de interconexão onde se encontram os provedores internacionais de internet e/ou os cabos submarinos que chegam à costa brasileira, incluindo a possibilidade de utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica existente entre as partes

2. O Grupo Técnico apresentará suas conclusões à consideração das respectivas autoridades nacionais, de acordo com o andamento do Projeto.

ARTIGO IV

Para identificar a melhor forma de implementar o projeto, serão levadas em conta os acordos ou projetos existentes entre as Partes na matéria.

ARTIGO V

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes examinarão a

possibilidade de dispor de recursos de instituições públicas e privadas, incluindo as entidades binacionais, organismos internacionais, agências de cooperação técnica, fundos e programas regionais e internacionais, que deverão estar estabelecidas em outros instrumentos jurídicos, quando estes permitam.

ARTIGO VI

Este MOU não implica qualquer compromisso prévio de transferência de recursos financeiros ou qualquer outra atividade que onere o patrimônio nacional de ambas as Partes.

ARTIGO VII

Este MOU poderá ser modificado por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

ARTIGO VIII

Este MOU terá efeito a partir da data da sua assinatura e vigorará até a conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico, a menos que uma das partes notifique sua decisão de denunciar este MOU. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data de recebimento da notificação.

Realizado em Assunção, em 3 de outubro de 2016, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos igualmente autênticos.

VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), LUIS ALMAGRO – BRASÍLIA, 6 DE OUTUBRO DE 2016

O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, realizará visita oficial ao Brasil em 6 de

outubro, quando será recebido pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra. Na oportunidade, serão examinados temas da agenda regional e do relacionamento entre o Brasil e a OEA.

Diplomata e político uruguaio, Luis Almagro foi chanceler de seu país entre 2010 e 2015. Em março de 2015, foi eleito para o cargo de secretário-geral da OEA, a mais alta posição no secretariado daquele organismo.

A OEA é a mais antiga organização regional em funcionamento no mundo. Foi criada em 1948, em substituição à União Panamericana, fundada em 1910.

FURACÃO "MATTHEW": ATENDIMENTO A BRASILEIROS 05/10/2016

O Governo brasileiro segue atentamente os acontecimentos decorrentes do furacão "Matthew", que atingiu a América Central e Caribe, em especial Cuba e o Haiti, nos últimos dias, e que se encontra, no momento, a caminho da América do Norte.

O Brasil solidariza-se com as famílias das vítimas e manifesta suas mais sinceras condolências aos povos e aos governos de Cuba e do Haiti.

Até este momento, não há registro de cidadãos brasileiros entre as vítimas. Em caso de emergência, a página de emergências no exterior do Portal Consular do Itamaraty deve ser consultada para informações de contato das Embaixadas e Consulados do Brasil. O Núcleo de Assistência a Brasileiros da Divisão de Assistência Consular (NAB/DAC) do Itamaraty atende pelos telefones (61) 2030-8804, das 8h às 20h (horário de Brasília), pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br, e, em regime de plantão, das 20h às 8h, pelo celular (61) 98197-2284.

Recomenda-se a todos os cidadãos brasileiros na América do Norte a leitura do alerta consular sobre a temporada de furacões nos Estados Unidos.

ESCOLHA DO NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 05/10/2016

O governo brasileiro recebeu com grande satisfação o anúncio da Presidência do Conselho de Segurança de que o candidato português António Guterres será recomendado pelo órgão como próximo secretário-geral das Nações Unidas, sucedendo a Ban Ki-Moon, cujo mandato expira em 31 de dezembro próximo.

Ex-primeiro-ministro de Portugal e ex-alto representante das Nações Unidas para Refugiados, António Guterres possui qualificações profissionais e estatura política incontestáveis para liderar as Nações Unidas no enfrentamento dos múltiplos desafios globais, na condução da necessária reforma da Organização, inclusive de seu Conselho de Segurança, e nos esforços para a promoção da paz, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.

Ao congratular António Guterres, o povo e o governo português pelo anúncio, o Brasil manifesta desde já sua disposição de cooperar plenamente com os trabalhos do próximo secretário-geral das Nações Unidas.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

PRÊMIO NOBEL DA PAZ AO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS 07/10/2016

Manifestamos ao Presidente Juan Manuel Santos as mais efusivas felicitações pelo

Prêmio Nobel da Paz de 2016. Trata-se de um justo reconhecimento do seu empenho pelo fim do conflito com a guerrilha e a plena pacificação da Colômbia.

O governo brasileiro confia em que a homenagem ao Presidente Santos servirá de estímulo para que todas as forças políticas e as FARC busquem com determinação a convergência necessária para a construção de uma paz duradoura. O Brasil reitera sua disposição de colaborar com a Colômbia no esforço pela reconciliação nacional.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

PASSAGEM DO FURACÃO "MATTHEW" PELO HAITI 07/10/2016

Foi com profundo pesar que o Governo brasileiro tomou conhecimento das extensas perdas humanas e materiais no Haiti provocadas pelo furacão "Matthew".

O Brasil expressa suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Haiti.

A Embaixada do Brasil em Porto Príncipe segue monitorando a situação. Até o momento, não há registro de brasileiros entre as vítimas.

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PARA O CONSELHO DE OPERAÇÕES POSTAIS DA UNIÃO POSTAL UNIVERSAL (UPU) 07/10/2016

Em 5 e 6 de outubro, o Brasil foi reeleito membro do Conselho de Administração (CA) e do Conselho de Operações Postais (COP) da União Postal Universal (UPU), agência especializada das Nações Unidas para o desenvolvimento e a universalização dos serviços postais. O novo mandato, em

cada Conselho, terá duração de quatro anos (2017-2020).

O Brasil recebeu expressiva votação nas eleições para ambos os Conselhos, com 125 votos no caso do CA e 121 votos no caso do COP, de um universo de 154 votos possíveis.

O resultado da votação reflete o reconhecimento internacional da contribuição do Brasil para os trabalhos da UPU, da qual o País é membro desde 1877.

O Brasil agradece aos países membros da UPU o firme apoio recebido e estende seus cumprimentos aos demais eleitos.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBaixADOR DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ 10/10/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Do Ba Khoa como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Socialista do Vietnã no Brasil.

O Brasil e o Vietnã estabeleceram relações diplomáticas em 1989.

ATENTADO EM JERUSALÉM 10/10/2016

O governo brasileiro repudia o atentado terrorista que deixou dois israelenses mortos e seis feridos, ontem em Jerusalém.

Ao expressar pêsames aos familiares das vítimas e solidariedade ao povo e ao governo de Israel, o Brasil reafirma sua condenação do terrorismo e reitera que nenhum ato dessa natureza pode ser justificado. Além do inaceitável custo em vidas humanas, o terrorismo torna mais difícil alcançar o objetivo comum de paz no Oriente Médio.

ATENTADO NA TURQUIA 10/10/2016

O governo brasileiro condena o atentado terrorista que deixou dezenas de mortos e feridos no sábado, 8 de outubro, nas proximidades da cidade de Semdinli, na Turquia.

Ao manifestar condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Turquia, o Brasil reitera seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO JAPÃO – TÓQUIO, 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2016 11/10/2016

O presidente da República, Michel Temer, realizará visita oficial de trabalho ao Japão, nos próximos dias 18 e 19. Em Tóquio, o presidente será recebido pelo Imperador Akihito e manterá reunião com o primeiro-ministro Shinzo Abe. Participará, ainda, de encontro com lideranças empresariais nipônicas e de evento com os setores privados do Brasil e do Japão.

A visita dá seguimento ao recente encontro bilateral, à margem da Cúpula do G-20 (Hangzhou, 5 de setembro), entre o presidente Temer e o primeiro-ministro Abe, e indica a prioridade mútua que o Brasil e o Japão atribuem à intensificação de sua parceria estratégica.

Nossos países mantêm rica agenda de trabalho conjunta, marcada por tradicionais laços de cooperação e fortes vínculos humanos. A visita constituirá oportunidade para a renovação do interesse do Brasil e do Japão na ampliação dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos, por meio do aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, assim como o estabelecimento de parceria em novas frentes dos setores de infraestrutura, indústria e energias renováveis.

O Brasil e o Japão participam de projetos conjuntos em terceiros países, na América Latina e na África, bem como integram o G-4, ao lado da Índia e da Alemanha, em defesa da ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Juntos se coordenam em questões de interesse global, tais como desenvolvimento sustentável, mudança do clima e desarmamento e não proliferação.

Em 2015, o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 9,7 bilhões. Nesse mesmo ano, os investimentos diretos japoneses no Brasil alcançaram US\$ 2,8 bilhões.

ANÚNCIO DE ACORDO ENTRE O GOVERNO COLOMBIANO E O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL 11/10/2016

O governo brasileiro congratula-se com o governo colombiano pelo acordo com o Exército de Libertação Nacional (ELN) para o início da fase pública de negociações, como anunciado em 10 de outubro, em Caracas.

Trata-se de um novo e importante desdobramento do processo liderado pelo presidente Juan Manuel Santos para a pacificação da Colômbia, que inclui também as tratativas com as FARC/EP, em Havana. Como um dos países-garantes do diálogo do governo colombiano com o ELN, o Brasil renova sua disposição em contribuir para um rápido e positivo desenlace das negociações.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NA HUNGRIA 11/10/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da Hungria

concedeu agrément a Maria Laura da Rocha como embaixadora extraordinária e plenipotenciária do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Atual representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, Maria Laura da Rocha foi delegada permanente do Brasil junto à UNESCO entre 2010 e 2013, além de ter servido nas embaixadas do Brasil em Paris, Roma e Moscou. No Brasil, foi chefe de gabinete do Ministro das Relações Exteriores e Secretária de Planejamento Diplomático. Atuou, ainda, no Ministério da Ciência e Tecnologia e na Secretaria de Assuntos Estratégicos.

VIII CÚPULA DO BRICS – GOA, ÍNDIA, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2016 11/10/2016

O Presidente Michel Temer participará, nos dias 15 e 16 de outubro, em Goa, Índia, da VIII Cúpula do BRICS – agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A coordenação do BRICS tem-se pautado por um enfoque pragmático que busca identificar áreas de cooperação que tenham potencial de gerar iniciativas conjuntas com resultados tangíveis. Com esse propósito, o BRICS vem consolidando agenda de cooperação nos seguintes temas: assuntos financeiros, comércio, agricultura, saúde, ciência e tecnologia, educação, combate ao terrorismo, ao tráfico de drogas e à corrupção.

Além da Declaração de Goa, entre os resultados esperados, está prevista a assinatura de memorandos de entendimento em cooperação ambiental, pesquisa agrícola, entre autoridades aduaneiras e academias diplomáticas dos países do BRICS.

Em 2015, os países do BRICS contabilizaram um PIB nominal de 16,92 trilhões de dólares, equivalente a 23,1% do PIB mundial. Desde 2001, o BRICS mais que dobrou sua participação na exportação mundial. Em 2001, o grupo representava 8,1% da exportação mundial; em 2015, contribuiu com 19,1%.

Entre 2006 e 2015, o comércio intrabloco aumentou 163%, de 93 bilhões de dólares para 244 bilhões de dólares. No mesmo período, a exportação brasileira para os outros membros do BRICS aumentou 202%, de 14,25 bilhões de dólares para 45,05 bilhões de dólares. As importações cresceram 249%, de 10,84 bilhões de dólares para 37,87 bilhões de dólares. Em 2015, o Brasil registrou um saldo comercial positivo de 5,1 bilhões de dólares no comércio com os demais países do BRICS.

Durante a cúpula, estão previstos encontro com o Conselho Empresarial do BRICS e briefing do presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, o indiano K.V. Kamath. No dia 16, os líderes dos cinco países devem se reunir com seus homólogos dos países da Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Técnica Multissetorial e Econômica (BIMSTEC) – Bangladesh, Butão, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia.

A cooperação entre os países do BRICS alçou novo patamar com o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas, cujos respectivos tratados de criação foram assinados em Fortaleza em 2014.

O NBD visa a responder à necessidade de financiamento de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável. Em abril passado, o banco aprovou seus primeiros projetos, todos na área de energia renovável. O Brasil receberá empréstimo de US\$ 300 milhões (via BNDES) para projetos em energia eólica.

O Arranjo Contingente de Reservas visa a ajudar países na eventualidade de crises de balanço de pagamentos. Complementa, portanto, a rede de proteção financeira mundial. O mecanismo contará com montante inicial de US\$ 100 bilhões (US\$ 18 bilhões por parte do Brasil).

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ÍNDIA – GOA, 17 DE OUTUBRO DE 2016 11/10/2016

O presidente da República, Michel Temer, realizará visita oficial à Índia no dia 17 de outubro, quando manterá reunião de trabalho com o primeiro-ministro da República da Índia, Narendra Modi.

Os dois mandatários discutirão temas da agenda bilateral.

Haverá, igualmente, sessão dedicada à interação empresarial bilateral com a presença dos dois mandatários.

A Índia é um dos principais parceiros comerciais do Brasil na Ásia, além de ser o único país cofundador e integrante de todos os agrupamentos extrarregionais globais de que o Brasil participa (BRICS, IBAS, G-4, G-20 comercial, G-20 financeiro e BASIC). A visita ocorre no contexto da celebração dos dez anos da Parceria Estratégica indo-brasileira, firmada em 2006.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Índia na América Latina. Em 2015, o intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 7,9 bilhões, após atingir volume recorde de US\$ 11,42 bilhões em 2014.

ATENTADO EM CABUL 12/10/2016

O Governo brasileiro condena o atentado terrorista cometido ontem, 11 de outubro, contra mesquita em Cabul, Afeganistão, em

mais um episódio da violência sectária que assola o país.

O Governo brasileiro expressa suas condolências às famílias das vítimas e reitera seu apoio ao governo e ao povo afetados em sua luta contra o terrorismo.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA NICARÁGUA 12/10/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da Nicarágua concedeu agrément a Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Ao longo de sua carreira diplomática, Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos serviu nas embaixadas na Cidade do México, em Washington, Montevideu e Quito, e na delegação brasileira junto à CPLP.

FALECIMENTO DO REI DA TAILÂNDIA, BHUMIBOL ADULYADEJ 13/10/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do falecimento de Sua Majestade, o rei da Tailândia, Bhumibol Adulyadej.

Ao longo dos setenta anos de seu reinado, o rei Bhumibol, profundamente reverenciado e admirado pelo povo tailandês, soube conduzir o país em contexto de diversas transformações na política e economia mundiais, deixando um legado de estabilidade e prosperidade.

O governo brasileiro manifesta suas sentidas condolências à Família Real, ao governo e

ao povo da Tailândia. O Brasil reitera sua tradicional solidariedade com a Tailândia e faz votos de que o exemplo do rei Bhumibol inspire as futuras gerações do povo tailandês.

BRASIL ANUNCIA RESPOSTA HUMANITÁRIA AO HAITI 14/10/2016

Em razão da grave situação no Haiti, resultado da passagem do furacão "Matthew" que assolou o país na última semana, o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), decidiu fazer doação de US\$ 250 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), para aquisição e distribuição imediata de alimentos e outros itens de primeira necessidade nas regiões afetadas. Os recursos doados são provenientes do orçamento de cooperação internacional humanitária da ABC.

A contribuição brasileira ao PMA irá somar-se ao envio emergencial da aeronave 767 da Força Aérea Brasileira (FAB). O avião partiu de Brasília hoje, com 120 barracas, para apoio a famílias desabrigadas. Com área útil de 25 metros quadrados cada, estima-se que mais de 700 pessoas poderão ser acomodadas. O Ministério da Integração Nacional enviará, para acompanhamento do envio das barracas, dois servidores da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) e do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD).

O componente militar da MINUSTAH, e em particular o contingente brasileiro, lidera os esforços de resposta imediata e assistência às vítimas, assim como o apoio aos trabalhos de desobstrução das ligações rodoviárias entre Porto Príncipe e a península sul, a mais afetada pelo furacão. O Ministério da Defesa enviará a Porto Príncipe, na próxima segunda-feira, dia 17, aeronave da FAB com

cerca de dez toneladas de doações de itens de primeira necessidade, com o apoio da Rede de Solidariedade ao Haiti e do Ordinariado Militar do Brasil.

A resposta humanitária brasileira é fruto de uma atuação integrada entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Defesa, e tem o objetivo de mitigar a situação haitiana, considerada a mais dramática desde o terremoto ocorrido no ano de 2010.

No início da próxima semana, as equipes do Governo Federal voltam a se reunir para definir novas ações de apoio, como o envio de kits humanitários e medicamentos.

A Embaixada do Brasil em Porto Príncipe segue monitorando a situação.

ACLAMAÇÃO DE ANTÓNIO GUTERRES COMO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 15/10/2016

O governo brasileiro saúda a aclamação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas, a partir de 1º de janeiro de 2017. Reconhecido por sua experiência e capacidade de liderança, Guterres contará com todo o apoio do Brasil para cumprir seu mandato à frente da Organização.

O processo de seleção do substituto do atual Secretário-Geral Ban Ki-moon representou louvável avanço em relação à tradição na escolha do ocupante do cargo máximo da Organização. Foi marcado por maior transparência e engajamento da Assembleia Geral. A significativa participação de candidatas mulheres, inclusive de nossa região, também constituiu fato auspicioso.

Ao reiterar os votos de pleno sucesso ao próximo Secretário-Geral das Nações

Unidas, o governo brasileiro reafirma sua disposição de continuar contribuindo para os esforços da Organização no enfrentamento dos grandes desafios globais.

10ª RODADA DE NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-EU – COMUNICADO CONJUNTO DOS PAÍSES DO MERCOSUL E DA UNIÃO EUROPEIA – 10 A 14 DE OUTUBRO DE 2016 15/10/2016

Ocorreu em Bruxelas, nos últimos dias 10 a 14 de outubro, rodada de negociações entre a União Europeia e o Mercosul. Essa foi a primeira rodada plena de negociações desde 2012 e a primeira a ocorrer desde que se efetuou a troca de ofertas de acesso a mercados, em 11 de maio de 2016.

Os negociadores discutiram todos os textos e regras objeto da negociação. Também houve intercâmbio de pontos de vista sobre como progredir em temas de acesso a mercado. De maneira geral, os negociadores-chefes expressaram sua satisfação com os resultados de um encontro produtivo e construtivo, que resultou em progresso numa série ampla de áreas.

Ambos os lados se comprometeram a realizar todos os esforços necessários para o progresso das negociações. Para tanto, as partes decidiram continuar trabalhando, entre as sessões de negociação, sobre uma série de questões e realizar a próxima rodada de negociações em Buenos Aires, em março de 2017.

ADOÇÃO DA EMENDA SOBRE HFCs AO RPROTOCOLO DE MONTREAL 15/10/2016

Encerrou-se na madrugada de hoje, em Kigali, Ruanda, a 28ª Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias

que Destroem a Camada de Ozônio. Na reunião, foi aprovada emenda ao Protocolo que estabelece compromisso de redução do consumo e da produção dos hidrofluorcarbonos (HFCs) para todos os países. HFCs são gases usados em setores como o de refrigeração e ar-condicionado, que, embora não prejudiquem a camada de ozônio, causam efeito estufa e agravam o aquecimento global.

O compromisso ambicioso adotado em Kigali prevê cronogramas diferenciados de redução do consumo para países desenvolvidos, que utilizam os HFCs há mais tempo, e países em desenvolvimento. Sua concretização prevenirá emissões de gases de efeito estufa à atmosfera, fortalecerá o combate à mudança do clima e contribuirá para que se alcancem os objetivos do Acordo de Paris sobre mudança do clima. A implementação dos compromissos pelos países em desenvolvimento será apoiada por recursos do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal. Isso beneficiará diretamente centenas de empresas brasileiras, que poderão contar com apoio financeiro para seus processos de reconversão tecnológica.

O Brasil participou ativa e construtivamente do processo negociador que levou à adoção da emenda sobre HFCs ao Protocolo de Montreal. Em 2015, o Brasil copresidiu as consultas que levaram ao início formal das negociações. Ao longo de todo processo, o governo manteve intenso diálogo com a sociedade em geral e com o setor privado em particular. Em Kigali, a delegação brasileira, integrada por representantes do Itamaraty e do Ministério do Meio Ambiente, defendeu uma emenda ambiciosa e trabalhou para construir consensos em torno de propostas comuns que levaram ao acordo final.

VIII CÚPULA DO BRICS – GOA, ÍNDIA, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2016

– DECLARAÇÃO E PLANO DE AÇÃO DE GOA 16/10/2016

Goa Declaration

We, the Leaders of the Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China and the Republic of South Africa, met on 15-16 October 2016 in Goa, India, at the Eighth BRICS Summit, which was held under the theme “Building Responsive, Inclusive and Collective Solutions.”

2. Recalling all our previous declarations, we emphasise the importance of further strengthening BRICS solidarity and cooperation based on our common interests and key priorities to further strengthen our strategic partnership in the spirit of openness, solidarity, equality, mutual understanding, inclusiveness and mutually beneficial cooperation. We agree that emerging challenges to global peace and security and to sustainable development require further enhancing of our collective efforts.
3. We agree that BRICS countries represent an influential voice on the global stage through our tangible cooperation, which delivers direct benefits to our people. In this context, we note with satisfaction the operationalisation of the New Development Bank (NDB) and of the Contingent Reserve Arrangement (CRA), which contributes greatly to the global economy and the strengthening of the international financial architecture. We welcome the report presented by NDB President on the work of the Bank during the first year of its operations. We are pleased to note the progress in operationalising the Africa Regional

Centre (ARC) of the NDB and pledge our full support in this regard. We look forward to developing new BRICS initiatives in a wider range of areas in the years to come.

4. We note with appreciation the approval of the first set of loans by the New Development Bank (NDB), particularly in the renewable energy projects in BRICS countries. We express satisfaction with NDB's issuance of the first set of green bonds in RMB. We are pleased to note that the operationalisation of BRICS Contingent Reserve Arrangements (CRA) has strengthened the global financial safety net.
5. In order to reach out and enrich our understanding and engagement with fellow developing and emerging economies, we will hold an Outreach Summit of BRICS Leaders with the Leaders of BIMSTEC member countries - Bay of Bengal Initiative for Multi-Sectoral Technical and Economic Cooperation comprising of Bangladesh, Bhutan, India, Myanmar, Nepal, Sri Lanka and Thailand. The meeting will be an opportunity to renew our friendship with BIMSTEC countries as well as to jointly explore possibilities of expanding trade and commercial ties, and investment cooperation between BRICS and BIMSTEC countries, while advancing our common goals of peace, development, democracy and prosperity.
6. We reiterate our common vision of ongoing profound shifts in the world as it transitions to a more just, democratic, and multi-polar

international order based on the central role of the United Nations, and respect for international law. We reaffirm the need for strengthening coordination of efforts on global issues and practical cooperation in the spirit of solidarity, mutual understanding and trust. We underline the importance of collective efforts in solving international problems, and for peaceful settlement of disputes through political and diplomatic means, and in this regard, we reiterate our commitment to the principles of the Charter of the United Nations.

7. We note the global character of current security challenges and threats confronting the international community. We reiterate our view that international efforts to address these challenges, the establishment of sustainable peace as well as the transition to a more just, equitable and democratic multi-polar international order requires a comprehensive, concerted and determined approach, based on spirit of solidarity, mutual trust and benefit, equity and cooperation, strong commitment to international law and the central role of the United Nations as the universal multilateral organisation entrusted with the mandate for maintaining international peace and security, advance global development and to promote and protect human rights. We underline the importance of further strengthening coordination of our efforts in this context.
8. We reaffirm our commitment to contribute to safeguarding a fair and equitable international order based on the purposes and principles of the

Charter of the United Nations including through consistent and universal respect and adherence to the principles and rules of international law in their interrelation and integrity, compliance by all states with their international legal obligations. We express our commitment to resolutely reject the continued attempts to misrepresent the results of World War II. We recall further that development and security are closely interlinked, mutually reinforcing and key to attaining sustainable peace.

9. We remain confident that resolving international problems require collective efforts for peaceful settlement of disputes through political and diplomatic means. Implementation of principles of good-faith, sovereign equality of States, non-intervention in the internal affairs of States and cooperation excludes imposition of unilateral coercive measures not based on international law. We condemn unilateral military interventions and economic sanctions in violation of international law and universally recognised norms of international relations. Bearing this in mind, we emphasise the unique importance of the indivisible nature of security, and that no State should strengthen its security at the expense of the security of others.
10. We recall the 2005 World Summit Outcome document. We reaffirm the need for a comprehensive reform of the UN, including its Security Council, with a view to making it more representative, effective and efficient, and to increase the representation of the developing

countries so that it can adequately respond to global challenges. China and Russia reiterate the importance they attach to the status and role of Brazil, India and South Africa in international affairs and support their aspiration to play a greater role in the UN.

11. We welcome the substantive measures undertaken by the UN membership to make the process of selecting and appointing the UN Secretary-General more transparent and inclusive.
12. We express our gratitude to UN Secretary-General Mr. Ban Ki-moon for his contributions to the United Nations in the past ten years. We congratulate Mr. António Guterres, on his appointment as the Secretary-General of the United Nations and express our support and to work closely with him.
13. Cognizant of BRICS countries' significant contributions to UN Peacekeeping operations, and recognising the important role of UN Peacekeeping operations in safeguarding international peace and security, we realise the challenges faced by UN Peacekeeping and emphasise the need to further strengthen its role, capacity, effectiveness, accountability and efficiency, while adhering to the basic principles of peacekeeping. We emphasise that UN Peacekeeping operations should perform the duty of protection of civilians in strict accordance with their respective mandates and in respect of the primary responsibility of the host countries in this regard.
14. We are deeply concerned about the situation in the Middle East and

North Africa. We support all efforts for finding ways to the settlement of the crises in accordance with international law and in conformity with the principles of independence, territorial integrity and sovereignty of the countries of the region. On Syria, we call upon all parties involved to work for a comprehensive and peaceful resolution of the conflict taking into account the legitimate aspirations of the people of Syria, through inclusive national dialogue and a Syrian-led political process based on Geneva Communiqué of 30 June 2012 and in pursuance of the UN Security Council Resolution 2254 and 2268 for their full implementation. While continuing the relentless pursuit against terrorist groups so designated by the UN Security Council including ISIL, Jabhat al-Nusra and other terrorist organisations designated by the UN Security Council.

15. We reiterate also the necessity to implement the two-state solution of the Palestinian-Israeli conflict on the basis of the relevant UNSC resolutions, the Madrid Principles and Arab Peace Initiative, and previous agreements between the two sides, through negotiations aimed at creating an independent, viable, territorially contiguous Palestinian State livingside-by-side in peace with Israel, within secure, mutually agreed and internationally recognised borders on the basis of 1967 lines, with East Jerusalem as its capital, as envisaged in the relevant UN Resolutions.
16. We express deep concern at the persisting security challenges in Afghanistan and significant increase

in terrorist activities in Afghanistan. We affirm support to the efforts of the Afghan Government to achieve Afghan-led and Afghan-owned national reconciliation and combat terrorism, and readiness for constructive cooperation in order to facilitate security in Afghanistan, promote its independent political and economic course, becoming free from terrorism and drug trafficking. The Leaders expressed the view that capable and effective Afghan National Security Forces (ANSF) should be the key to the stabilisation of Afghanistan. In this regard, the Leaders emphasised the need for continued commitment of regional countries and wider international community, including the NATO-led Resolute Support Mission, which as the ISAF's heir has a key role in the ANSF capacity-building. The Leaders stressed the importance of multilateral region-led interaction on Afghan issues, primarily by those organisations, which consist of Afghanistan's neighbouring countries and other regional states, such as the Shanghai Cooperation Organisation, Collective Security Treaty Organization, and the Heart of Asia Conference.

17. We welcome the African Union's (AU) vision, aspirations, goals and priorities for Africa's development enshrined in Agenda 2063, which is complementary with the 2030 Agenda for Sustainable Development. We reaffirm our support for Africa's implementation of its various programmes in pursuit of its continental agenda for peace and socio economic development. We will continue to engage in joint endeavours to advance Africa's solidarity, unity and strength

through support measures for regional integration and sustainable development. We further welcome recent elections that have been held in the continent and the peaceful manner in which they were conducted.

18. We support the AU's efforts to resolving conflicts through its peace and security architecture, in collaboration with the United Nations and the continent's regional organisations, and to contribute towards lasting and sustainable peace and security in Africa.
19. We welcome the decision of the African Union's Assembly to operationalise its Peace Fund, in order to contribute to financing of its peace and security operations. We support efforts aimed at full operationalisation of the African Standby Force (ASF) and note the progress being made in this regard, including the contributions by the African Capacity for Immediate Responses to Crises (ACIRC).
20. We express our concern that political and security instability continues to loom in a number of countries that is exacerbated by terrorism and extremism. We call upon the international community through the United Nations, African Union and regional and international partners to continue their support in addressing these challenges, including post-conflict reconstruction and development efforts.
21. We welcome the adoption of landmark 2030 Agenda for Sustainable Development and its Sustainable Development Goals during the UN Summit on

Sustainable Development on 25 September 2015 and the Addis Ababa Action Agenda at the Third International Conference on Financing for Development. We welcome the people-centred and holistic approach to sustainable development enshrined in the 2030 Agenda and its emphasis on equality, equity and quality-life to all. We welcome the reaffirmation of the guiding principles of the implementation of the 2030 Agenda, including the principle of Common But Differentiated Responsibilities (CBDR).

22. The 2030 Agenda, with its overarching focus on poverty eradication, lays an equal and balanced emphasis on the economic, social and environmental dimensions of sustainable development. We call upon developed countries to honour their Official Development Assistance commitments to achieve 0.7% of Gross National Income commitment for Official Development Assistance to developing countries. Those commitments play a crucial role in the implementation of the SDGs. We further welcome the establishment of a Technology Facilitation Mechanism within the UN with a mandate to facilitate technology for the implementation of the SDGs.
23. We commit to lead by example in the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development inline with national circumstances and development context respecting the national policy space. We welcome the G20 Action Plan on the 2030 Agenda for Sustainable Development adopted

during G20 Hangzhou Summit and commit to its implementation by taking bold transformative steps through both collective and individual concrete actions.

24. We meet at a time when the global economic recovery is progressing, with improved resilience and emergence of new sources of growth. The growth, though is weaker than expected with downside risks to the global economy continuing to persist. This gets reflected in a variety of challenges including commodity price volatility, weak trade, high private and public indebtedness, inequality and lack of inclusiveness of economic growth. Meanwhile, the benefits from growth need to be shared broadly in an inclusive manner. Geopolitical conflicts, terrorism, refugee flows, illicit financial flows and the outcome of UK referendum have further added to the uncertainty in the global economy.
25. We reiterate our determination to use all policy tools – monetary, fiscal, and structural, individually and collectively, to achieve the goal of strong, sustainable, balanced and inclusive growth. Monetary policy will continue to support economic activity and ensure price stability, consistent with central bank's mandates. Monetary policy alone, though, cannot lead to balanced and sustainable growth. We, in this regard, underscore the essential role of structural reforms. We emphasise that our fiscal policies are equally important to support our common growth objectives. We also take note that the spill-over effects of certain policy measures in some systemically important advanced economies can have adverse impact on growth prospects of emerging economies.
26. We recognise that innovation is a key driver for mid and long term growth and sustainable development. We stress the importance of industrialisation and measures that promote industrial development as a core pillar of structural transformation.
27. We highlight the need to use tax policy and public expenditure in a more growth-friendly way taking into account fiscal space available, that promotes inclusiveness, maintains resilience and ensures sustainability of debt as a share of GDP.
28. We note the dynamic integration processes across the regions of the world, particularly in Asia, Africa and South America. We affirm our belief to promote growth in the context of regional integration on the basis of principles of equality, openness and inclusiveness. We further believe that this will promote economic expansion through enhanced trade, commercial and investment linkages.
29. We highlight the importance of public and private investments in infrastructure, including connectivity, to ensure sustained long-term growth. We, in this regard, call for approaches to bridge the financing gap in infrastructure including through enhanced involvement of Multilateral Development Banks.
30. We reaffirm our commitment to a strong, quota based and adequately

resourced IMF. Borrowed resources by the IMF should be on a temporary basis. We remain strongly committed to support the coordinated effort by the emerging economies to ensure that the Fifteenth General Review of Quotas, including the new quota formula, will be finalised within the agreed timelines so as to ensure that the increased voice of the dynamic emerging and developing economies reflects their relative contributions to the world economy, while protecting the voices of least developed countries (LDCs), poor countries and regions.

31. We welcome the inclusion of the RMB into the Special Drawing Rights (SDR) currency basket on 1 October, 2016.
32. We call for the advanced European economies to meet their commitment to cede two chairs on the Executive Board of the IMF. The reform of the IMF should strengthen the voice and representation of the poorest members of the IMF, including Sub-Saharan Africa.
33. We share concerns regarding the challenges of sovereign debt restructurings, and note that timely and successful debt restructuring is key for ensuring access to international capital markets, and hence economic growth, for countries with high debt levels. We welcome the current discussions to improve the debt restructuring process, and on the revised collective action clauses (CACs).
34. We reiterate our support for the multilateral trading system and the centrality of the WTO as the cornerstone of a rule based, open,

transparent, non-discriminatory and inclusive multilateral trading system with development at the core of its agenda. We note the increasing number of bilateral, regional, and plurilateral trade agreements, and reiterate that these should be complementary to the multilateral trading system and encourage the parties thereon to align their work in consolidating the multilateral trading system under the WTO in accordance with the principles of transparency, inclusiveness, and compatibility with the WTO rules.

35. We emphasise the importance of implementing the decisions taken at the Bali and Nairobi Ministerial Conferences. We stress the need to advance negotiations on the remaining Doha Development Agenda (DDA) issues as a matter of priority. We call on all WTO members to work together to ensure a strong development oriented outcome for MC11 and beyond.
36. We appreciate the progress in the implementation of the Strategy for BRICS Economic Partnership and emphasise the importance of the BRICS Roadmap for Trade, Economic and Investment Cooperation until 2020. We believe that close cooperation between the sectoral cooperation mechanisms, BRICS Contact Group on Economic and Trade Issues, the BRICS Business Council, New Development Bank and the BRICS Interbank cooperation mechanism is crucial in strengthening the BRICS economic partnership. We welcome, in this context, the continued realisation of the major BRICS economic initiatives such as enhanced cooperation in e-

- commerce, “single window”, IPR cooperation, trade promotion and micro, small and medium enterprises (MSMEs). We recognise non-tariff measures (NTMs), services sector, and standardisation and conformity assessments as possible areas of future cooperation. We note in this context the meeting of BRICS Trade Ministers in New Delhi on 13 October 2016 and welcome its substantive outcomes.
37. In operationalising the Strategy for BRICS Economic Partnership, we encourage measures that support greater participation, value addition and upward mobility in Global Value Chains of our firms including through the preservation of policy space to promote industrial development.
 38. We welcome India's initiative to host the first BRICS Trade Fair in New Delhi. This is an important step towards the implementation of Strategy for BRICS Economic Partnership. We believe this will further consolidate trade and commercial partnership among BRICS countries. We welcome the deliberations and outcome of the meeting of BRICS Trade Ministers held on 13 October 2016 in New Delhi.
 39. We noted the Annual Report by the BRICS Business Council, including the various initiatives undertaken by its Working Groups. We further direct the Council to accelerate the development and realisation of joint projects which, on a mutually beneficial basis, contribute to the economic objectives of BRICS.
 40. We agreed that MSMEs provide major employment opportunities, at comparatively lower capital cost, and create self-employment opportunities in rural and underdeveloped areas. MSMEs thus help assure equitable wealth distribution nationally and globally. We commend organisation of BRICS second round-table on MSMEs by India with a focus on technical and business alliances in MSMEs Sector. We agree to work for greater integration of MSMEs in Regional and Global Value Chains.
 41. We commend China for the successful hosting of the 11th G20 Leaders' Summit in Hangzhou and its focus on innovation, structural reform and development as drivers of medium and long term economic growth. We recognise the role of G20 as the premier forum for international and financial cooperation and emphasise the importance of the implementation of the outcomes of G20 Hangzhou Summit, that we believe will foster strong, sustainable, balanced and inclusive growth and will contribute to improved global economic governance and enhance the role of developing countries.
 42. We stress the importance to foster an innovative, invigorated, interconnected and inclusive world economy. We will enhance our consultations and coordination on the G20 agenda, especially on issues of mutual interest to the BRICS countries, and promote issues of importance for the Emerging Market and Developing Economies (EMDEs). We will continue to work closely with all G20 members to strengthen macroeconomic

cooperation, promote innovation, as well as robust and sustainable trade and investment to propel global growth, improve global economic governance, enhance the role of developing countries, strengthen international financial architecture, support for industrialisation in Africa and least developed countries and enhance cooperation on energy access and efficiency. We stress the need for enhanced international cooperation to address illicit cross-border financial flows, tax evasion and trade mis-invoicing.

The role of BRICS and its collaborative efforts in the field of economic and financial co-operation are yielding positive results. We emphasise the importance of our cooperation in order to help stabilise the global economy and to resume growth.

44. We welcome experts exploring the possibility of setting up an independent BRICS Rating Agency based on market-oriented principles, in order to further strengthen the global governance architecture.
45. We welcome the reports of BRICS Think Tanks Council and BRICS Academic Forum that have emerged as valuable platforms for our experts to exchange views. They have submitted their valuable suggestions with regard to promoting market research and analysis in BRICS and developing countries and exploring possibilities of carrying this process forward. We believe that BRICS institution-building is critical to our shared vision of transforming the global financial architecture to one based on the principles of fairness and equity.
46. We emphasise the importance of enhancing intra-BRICS cooperation

in the industrial sector, including through the BRICS Industry Ministers Meetings, in order to contribute to the accelerated and sustainable economic growth, the strengthening of comprehensive industrial ties, the promotion of innovation as well as job creation, and improvement of the quality of life of people in BRICS countries.

47. We congratulate the United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) for the 50th anniversary of its foundation and recall its unique mandate to promote and accelerate inclusive and sustainable industrial development and its contribution in promoting industrialisation in Africa. We note, in this context, the progress achieved so far in the establishment of the UNIDO-BRICS Technology Platform.

We commend our Customs administrations on the establishment of the Customs Cooperation Committee of BRICS, and on exploring means of further enhancing collaboration in the future, including those aimed at creating legal basis for customs cooperation and facilitating procedures of customs control. We note the signing of the Regulations on Customs Cooperation Committee of the BRICS in line with the undertaking in the Strategy for BRICS Economic Partnership to strengthen interaction among Customs Administrations.

49. We recall the Fortaleza Declaration wherein we recognised the potential for BRICS insurance and reinsurance markets to pool capacities and had directed our relevant authorities to explore avenues for cooperation in this

- regard. We would like this work to be expedited.
50. We reaffirm our commitment towards a globally fair and modern tax system and welcome the progress made on effective and widespread implementation of the internationally agreed standards. We support the implementation of the Base Erosion and Profit Shifting Project (BEPS) with due regard to the national realities of the countries. We encourage countries and International Organisations to assist developing economies in building their tax capacity.
 51. We note that aggressive tax planning and tax practices hurt equitable development and economic growth. Base Erosion and Profit Shifting must be effectively tackled. We affirm that profit should be taxed in the jurisdiction where the economic activity is performed and the value is created. We reaffirm our commitment to support international cooperation in this regard, including in the Common Reporting Standard for Automatic Exchange of Tax Information (AEOI).
 52. We note the ongoing discussions on international taxation matters. In this regard, we recall the Addis Ababa Action Agenda on Financing for Development including its emphasis on inclusive cooperation and dialogue among national tax authorities on international tax matters with increased participation of developing countries and reflecting adequate, equitable, geographical distribution, representing different tax systems.
 53. We support the strengthening of international cooperation against corruption, including through the BRICS Anti-Corruption Working Group, as well as on matters related to asset recovery and persons sought for corruption. We acknowledge that corruption including illicit money and financial flows, and ill-gotten wealth stashed in foreign jurisdictions is a global challenge which may impact negatively on economic growth and sustainable development. We will strive to coordinate our approach in this regard and encourage a stronger global commitment to prevent and combat corruption on the basis of the United Nations Convention against Corruption and other relevant international legal instruments.
 54. We recognise that nuclear energy will play a significant role for some of the BRICS countries in meeting their 2015 Paris Climate Change Agreement commitments and for reducing global greenhouse gas emissions in the long term. In this regard, we underline the importance of predictability in accessing technology and finance for expansion of civil nuclear energy capacity which would contribute to the sustainable development of BRICS countries.
 55. We reiterate that outer space shall be free for peaceful exploration and use by all States on the basis of equality in accordance with international law. Reaffirming that outer space shall remain free from any kind of weapons or any use of force, we stress that negotiations for the conclusion of an international agreement or agreements to prevent

an arms race in outer space are a priority task of the United Nations Conference on Disarmament, and support the efforts to start substantive work, inter alia, based on the updated draft treaty on the prevention of the placement of weapons in outer space and of the threat or use of force against outer space objects submitted by China and Russian Federation. We also note an international initiative for a political obligation on the no first placement of weapons in outer space.

56. Priority should be accorded to ensuring the long-term sustainability of outer space activities, as well as ways and means of preserving outer space for future generations. We note that this is an important objective on the current agenda of the UN Committee on the Peaceful Uses of Outer Space (UNCOPUOS). In this respect, we welcome the recent decision by the UNCOPUOS Scientific and Technical Sub-Committee Working Group on Long-term Sustainability of Outer Space Activities to conclude negotiations and achieve consensus on the full set of guidelines for the long term sustainability of outer space activities by 2018 to coincide with the commemoration of the 50th Anniversary of the first United Nations Conference on the Exploration and Peaceful Uses of Outer Space (UNISPACE + 50).

57. We strongly condemn the recent several attacks, against some BRICS countries, including that in India. We strongly condemn terrorism in all its forms and manifestations and stressed that there can be no

justification whatsoever for any acts of terrorism, whether based upon ideological, religious, political, racial, ethnic or any other reasons. We agreed to strengthen cooperation in combating international terrorism both at the bilateral level and at international fora.

58. To address the threat of chemical and biological terrorism, we support and emphasise the need for launching multilateral negotiations on an international convention for the suppression of acts of chemical and biological terrorism, including at the Conference on Disarmament. In this context, we welcome India's offer to host a Conference in 2018 aimed at strengthening international resolve in facing the challenge of the WMD-Terrorism nexus.

59. We call upon all nations to adopt a comprehensive approach in combating terrorism, which should include countering violent extremism as and when conducive to terrorism, radicalisation, recruitment, movement of terrorists including Foreign Terrorist Fighters, blocking sources of financing terrorism, including through organised crime by means of money-laundering, drug trafficking, criminal activities, dismantling terrorist bases, and countering misuse of the Internet including social media by terror entities through misuse of the latest Information and Communication Technologies (ICTs). Successfully combating terrorism requires a holistic approach. All counter-terrorism measures should uphold international law and respect human rights.

60. We acknowledge the recent meeting of the BRICS High Representatives on National Security and, in this context, welcome the setting up and the first meeting of the BRICS Joint Working Group on Counter-Terrorism on 14 September 2016 in New Delhi. We believe it will further promote dialogue and understanding among BRICS nations on issues of counter terrorism, as well as coordinate efforts to address the scourge of terrorism.
61. We acknowledge that international terrorism, especially the Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL, also known as Daesh) and affiliated terrorist groups and individuals, constitute a global and unprecedented threat to international peace and security. Stressing UN's central role in coordinating multilateral approaches against terrorism, we urge all nations to undertake effective implementation of relevant UN Security Council Resolutions, and reaffirm our commitment on increasing the effectiveness of the UN counter terrorism framework. We call upon all nations to work together to expedite the adoption of the Comprehensive Convention on International Terrorism (CCIT) in the UN General Assembly without any further delay. We recall the responsibility of all States to prevent terrorist actions from their territories.
62. We reaffirm our commitment to the FATF International Standards on Combating Money Laundering and the Financing of Terrorism and Proliferation and call for swift, effective and universal implementation of FATF Consolidated Strategy on Combating Terrorist Financing, including effective implementation of its operational plan. We seek to intensify our cooperation in FATF and FATF-style regional bodies (FSRBs).
63. We welcome the outcome document of the Special session of the General Assembly on the world drug problem, held in New York from 19-21 April 2016. We call for strengthening of international and regional cooperation and coordination to counter the global threat caused by the illicit production and trafficking of drugs, especially opiates. We note with deep concern the increasing links between drug trafficking and terrorism, money laundering and organised crime. We commend the cooperation between BRICS drug control agencies and welcome the deliberations in second Anti-Drug Working Group Meeting held in New Delhi on 8 July 2016.
64. We reaffirm that ICT expansion is a key enabler for sustainable development, for international peace and security and for human rights. We agree to strengthen joint efforts to enhance security in the use of ICTs, combating the use of ICTs for criminal and terrorist purposes and improving cooperation between our technical, law enforcement, R&D and innovation in the field of ICTs and capacity building institutions. We affirm our commitment to bridging digital and technological divides, in particular between developed and developing countries. We recognise that our approach must be multidimensional

and inclusive and contains an evolving understanding of what constitutes access, emphasising the quality of that access.

65. We reiterate that the use and development of ICTs through international and regional cooperation and on the basis of universally accepted norms and principles of international law, including the Charter of the UN; in particular political independence, territorial integrity and sovereign equality of States, the settlement of disputes by peaceful means, non-interference in internal affairs of other States as well as respect for human rights and fundamental freedoms, including the right to privacy; are of paramount importance in order to ensure a peaceful, secure and open and cooperative use of ICTs.

66. The increasing misuse of ICTs for terrorist purposes poses a threat to international peace and security. We emphasise the need to enhance international cooperation against terrorist and criminal misuse of ICTs and reaffirm the general approach laid in the eThekweni, Fortaleza and Ufa declarations in this regard. We reaffirm the key role of the UN in addressing the issues related to the security in the use of ICTs. We will continue to work together for the adoption of the rules, norms and principles of responsible behaviour of States including through the process of UNGGE. We recognise that the states have the leading role to ensure stability and security in the use of ICTs.

67. We advocate also for an open, non-fragmented and secure Internet, and

reaffirm that the Internet is a global resource and that States should participate on an equal footing in its evolution and functioning, taking into account the need to involve relevant stakeholders in their respective roles and responsibilities.

68. We recognise the importance of energy-saving and energy-efficiency for ensuring sustainable economic development and welcome the Memorandum of Understanding which was signed in this regard.

69. We recognise the challenge of scaling-up power generation and its efficient distribution, as well as the need to scale up low carbon fuels and other clean energy solutions. We further recognise the level of investments needed in renewable energy in this regard. We therefore believe that international cooperation in this field be focused on access to clean energy technology and finance. We further note the significance of clean energy in achieving Sustainable Development Goals. We recognise that sustainable development, energy access, and energy security are critical to the shared prosperity and future of the planet. We acknowledge that clean and renewable energy needs to be affordable to all.

70. We support a wider use of natural gas as an economically efficient and clean fuel to promote sustainable development as well as to reduce the greenhouse emissions in accordance with the Paris Agreement on climate change.

71. We note that BRICS countries face challenges of communicable diseases including HIV and Tuberculosis. We, in this regard, note the efforts made by BRICS Health Ministers to achieve the 90–90–90 HIV treatment target by 2020. We underline the imperative to advance cooperation and action on HIV and TB in the BRICS countries, including in the production of quality-assured drugs and diagnostics.
72. We take note of United Nations High Level Meeting on Ending AIDS in June 2016 and forthcoming Global Conference on TB under WHO auspices in Moscow in 2017.
73. Recognising global health challenges we emphasise the importance of cooperation among BRICS countries in promoting research and development of medicines and diagnostic tools to end epidemics and to facilitate access to safe, effective, quality and affordable essential medicines.
74. We welcome the High Level meeting on Anti-Microbial Resistance (AMR) during UNGA-71, which addresses the serious threat that AMR poses to public health, growth and global economic stability. We will seek to identify possibilities for cooperation among our health and/or regulatory authorities, with a view to share best practices and discuss challenges, as well as identifying potential areas for convergence.
75. We reaffirm our commitment to promote a long-term and balanced demographic development and continue cooperation on population related matters in accordance with the Agenda for BRICS Cooperation on Population Matters for 2015-2020.
76. We welcome the outcomes of the meetings of BRICS Labour & Employment Ministers held on 9 June 2016 in Geneva and on 27-28 September 2016 in New Delhi. We take note of the possibility of bilateral Social Security Agreements between BRICS countries, and of the commitment to take steps to establish a network of lead labour research and training institutes, so as to encourage capacity building, information exchange and sharing of best practices amongst BRICS countries. We recognise quality employment, including a Decent Work Agenda, sustaining social protection and enhancing rights at work, are core to inclusive and sustainable development.
77. We welcome the outcomes of the fourth BRICS Education Ministers' meeting held on 30 September 2016 in New Delhi, including the New Delhi Declaration on Education. We stress the importance of education and skills for economic development, and reaffirm the need for universal access to high-quality education. We are satisfied with the progress of the BRICS Network University (BRICSNU) as well as the BRICS University League (BRICSUL), which will commence their programmes in 2017. These two initiatives will facilitate higher education collaboration and partnerships across the BRICS countries.
78. We appreciate the organisation of Young Diplomats' Forum held on 3-6 September 2016 in Kolkata. We

also welcome the signing of the Memorandum of Understanding between BRICS Diplomatic Academies to encourage exchange of knowledge and experiences.

79. We welcome the outcomes of the fourth BRICS STI Ministerial Meeting held on 8 October 2016, wherein they adopted the Jaipur Declaration and endorsed the updated Work Plan (2015-2018) aimed at strengthening cooperation in science, technology and innovation, especially leveraging young scientific talent for addressing societal challenges; creating a networking platform for BRICS young scientists; co-generating new knowledge and innovative products, services and processes; and addressing common global and regional socio-economic challenges utilising shared experiences and complementarities.
80. We stress the importance of implementation of the BRICS Research and Innovation Initiative. We welcome the hosting of the first BRICS Young Scientists Conclave in India, instituting of BRICS Innovative Idea Prize for Young Scientists. We note the progress of the first Call for Proposals under the BRICS STI Framework Programme, in ten thematic areas, with funding commitment from the five BRICS STI Ministries and associated funding bodies. We welcome the establishment of the BRICS Working Group on Research Infrastructure, and Mega-Science to reinforce the BRICS Global Research Advanced Infrastructure Network (BRICS-GRAIN).
81. We welcome the outcomes of the Agriculture Ministers' Meeting,

held on 23 September 2016, including the Joint Declaration. We emphasise the importance of ensuring food security, and addressing malnutrition, eliminating hunger, inequality and poverty through increased agricultural production, productivity, sustainable management of natural resources and trade in agriculture among the BRICS countries. As the world's leading producers of agriculture products and home to large populations, we emphasise the importance of BRICS cooperation in agriculture. We recognize the importance of science-based agriculture and of deploying information and communication technology (ICT).

82. To further intensify cooperation among BRICS countries in agricultural research policy, science and technology, innovation and capacity building, including technologies for small-holder farming in the BRICS countries, we welcome the signing of the MoU for Establishment of the BRICS Agricultural Research Platform.
83. Considering the dependence of agriculture on water, we call upon the development of infrastructure for irrigation to assist farmers in building resilience during times of drought and welcome sharing of experiences and expertise in these areas.
84. We affirm that the value of sharing expertise and experiences among BRICS countries with regard to usage of Information and Communication Technology (ICT) in e-governance, financial inclusion, and targeted delivery of benefits, e-commerce, open government,

- digital content and services and bridging the digital divide. We support efforts aimed at capacity building for effective participation in e-commerce trade to ensure shared benefits
85. We welcome the forthcoming BRICS Telecommunication Ministerial Meeting that will further strengthen our cooperation, including on technology trends, standards developments, skill developments, and policy frameworks.
 86. We believe it is necessary to ensure joint efforts towards diversification of the world market of software and IT equipment. We call for developing and strengthening the ICT cooperation in the framework of the BRICS Working Group on ICT Cooperation.
 87. We welcome the outcomes of the meetings of BRICS Ministers responsible for Disaster Management held on 19-20 April 2016 in St. Petersburg and on 22 August 2016 in Udaipur. We also welcome the Udaipur Declaration adopted at the second meeting and applaud the formation of BRICS Joint Task Force on Disaster Risk Management.
 88. We extend our deepest condolences to the people of Haiti and the Caribbean on the tragic loss of lives following hurricane Matthew. We support the efforts of the UN and humanitarian partners in their response to this tragedy.
 89. We welcome the outcomes of the BRICS Ministerial Meeting on Environment held on 15-16 September 2016, in Goa, including the Goa Statement on Environment. We welcome the decision to share technical expertise in the areas of abatement and control of air and water pollution, efficient management of waste and sustainable management of biodiversity. We recognise the importance of participation by BRICS countries in environmental cooperation initiatives, including developing a platform for sharing environmentally sound technologies.
 90. We welcome the outcome of the 17th Conference of Parties to the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES), held in Johannesburg, South Africa, as a landmark advancement of the regulation of international trade in endangered species from 24 September - 4 October 2016.
 91. We welcome the adoption of the Paris Agreement anchored in the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), and its signing by a large number of countries on 22 April 2016. We emphasise that the comprehensive, balanced and ambitious nature of the Paris Agreement reaffirms the principles of UNFCCC including the principle of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in light of different national circumstances (CBDR & RC).
 92. We welcome the Paris Agreement and its imminent entry into force on 4 November 2016. We call on the developed countries to fulfil their responsibility towards providing the necessary financial resources,

technology and capacity building assistance to support the developing countries with respect to both mitigation and adaptation for the implementation of the Paris Agreement.

93. We reiterate the commitments to gender equality and empowerment of all women and girls as contained in the 2030 Agenda. We recognise that women play a vital role as agents of development and acknowledge that their equal and inclusive participation and contribution is crucial to making progress across all Sustainable Development Goals and targets. We emphasise the importance of enhancing accountability for the implementation of these commitments.
94. Cognizant of the potential and diversity of youth population in our countries, their needs and aspirations, we welcome the outcomes of the BRICS Youth Summit in Guwahati including, “Guwahati BRICS Youth Summit 2016 Call to Action” that recognise the importance of education, employment, entrepreneurship, and skills training for them to be socially and economically empowered.
95. We welcome the BRICS Convention on Tourism, that was organised in Khajuraho, Madhya Pradesh on 1-2 September 2016 as an effective means to promote tourism cooperation among BRICS countries.
96. As home to 43% of the world population and among the fastest urbanising societies, we recognise the multi-dimensional challenges and opportunities of urbanisation.

We affirm our engagement in the process that will lead to adoption of a New Urban Agenda by the Conference of the United Nations on Housing and Sustainable Urban Development – Habitat III (Quito, 17-20 October, 2016). We welcome the BRICS Urbanisation Forum, BRICS Friendship Cities Conclave, held in Visakhapatnam on 14-16 September 2016, and in Mumbai on 14-16 April 2016, respectively, which contributed to fostering increased engagements between our cities and stakeholders. We call for enhanced cooperation with regard to strengthening urban governance, making our cities safe and inclusive, improving urban transport, financing of urban infrastructure and building sustainable cities.

97. We note India’s initiative on the upcoming BRICS Local Bodies Conference to exchange expertise and best-practices, including in local budgeting.
98. Noting the importance of orderly, safe, regular and responsible migration and mobility of people, we welcome the outcomes of first BRICS Migration Ministers Meeting in Sochi, Russian Federation, on 8 October 2015.
99. We recognise the important role of culture in sustainable development and in fostering mutual understanding and closer cooperation among our peoples. We encourage expansion of cultural exchanges between people of BRICS countries. In this context we commend the hosting of the first BRICS Film Festival in New Delhi on 2-6 September 2016.

100. We welcome the forthcoming meeting of the Second BRICS Parliamentary Forum in Geneva on 23 October 2016 under the theme of ‘BRICS Parliamentary Cooperation on the implementation of the SDGs’.
101. We appreciate the deliberations of the BRICS Women Parliamentarians’ Forum in Jaipur on 20-21 August, 2016 and the adoption of Jaipur Declaration, centred on SDGs, that inter alia emphasises the commitment to strengthen parliamentary strategic partnerships on all the three dimensions of sustainable development, fostering gender equality and women empowerment.
102. We note the deliberations on a BRICS Railways Research Network aimed at promoting research and development in this field to further growth in our economies in a cost effective and sustainable manner.
103. We congratulate India on organising the first BRICS Under-17 Football Tournament in Goa on 5-15 October 2016. We, in this regard, note the initiative towards a BRICS Sports Council to foster exchanges among BRICS countries.
104. Recognising the increasing trade, business and investment between BRICS countries and the important role of BRICS Interbank Cooperation Mechanism, we welcome the signing of the Memorandum of Understanding between the BRICS countries National Development Banks and the New Development Bank (NDB). We welcome the initiative of the Export-Import Bank of India of instituting Annual BRICS Economic Research Award to promote advanced research in economics of relevance to BRICS countries.
105. We reiterate our commitment to strengthening our partnerships for common development. To this end, we endorse the Goa Action Plan.
106. China, South Africa, Brazil and Russia appreciate India’s BRICS Chairpersonship and the good pace of BRICS cooperation agenda.
107. We emphasise the importance of review and follow up of implementation of outcome documents and decisions of the BRICS Summits. We task our Sherpas to carry this process forward.
108. China, South Africa, Brazil and Russia express their sincere gratitude to the Government and people of India for hosting the Eighth BRICS Summit in Goa.
109. India, South Africa, Brazil and Russia convey their appreciation to China for its offer to host the Ninth BRICS Summit in 2017 and extend full support to that end.

Goa Action Plan

We took note of the following events held under India’s BRICS Chairpersonship before the Goa Summit.

Meetings of Parliamentarians & Ministers

1. BRICS Women Parliamentarians' Forum(20-21 August 2016, Jaipur)
2. Meeting of National Security Advisers (15-16 September 2016, New Delhi)
3. Meeting of BRICS Agriculture Ministers (23 September 2016, New Delhi)
4. Meeting of the BRICS Ministers of Disaster Management (22-23 August 2016, Udaipur)
5. Meeting of BRICS Education Ministers (30 September 2016, New Delhi)
6. Meeting of BRICS Environment Ministers (16 September 2016, Goa)
7. Meetings of BRICS Finance Ministers and Central Bank Governors (14 April 2016, Washington; 14 October 2016, Goa)
8. Meeting of BRICS Ministers of Foreign Affairs/International Relations on the margins of UNGA (20 September 2016, New York)
9. Luncheon Meeting of BRICS Health Ministers and Heads of Delegation on the margins of 69th World Health Assembly (24 May 2016, Geneva)
10. Meeting of BRICS Ministers of Labour & Employment (9 June 2016 on the margins of ILO meeting, Geneva; 27-28 September 2016, Agra)
11. 4th BRICS Science, Technology & Innovation Ministerial Meeting (8 October 2016, Jaipur)
12. Meeting of BRICS Trade Ministers (13 October 2016, New Delhi)

Meetings of Working Groups/Senior Officials/Technical Groups/Experts Group

13. Meeting of BRICS Working Group on Agriculture (22 September 2016, New Delhi)
14. Meetings of Experts for BRICS Agriculture Research Platform (27-28 June 2016, New Delhi; 21 September 2016, New Delhi)
15. Meeting of BRICS Senior Officials for Anti-Corruption (16 March 2016 on the margins of OECD Anti-Bribery Convention in Paris; 8 June 2016 on the margins of 2nd G20 ACWG meeting in London)
16. Anti-Drug Working Group Meeting (8 July 2016, New Delhi)
17. Meeting of BRICS Competition Authorities on the margins of International Legal Forum (19 May 2016, St. Petersburg, Russia)
18. Meeting of BRICS Contact Group on Economic and Trade Issues (CGETI) (12 April 2016, New Delhi; 29 July 2016, Agra; 12 October 2016, New Delhi)
19. Meeting of the Working Group on Counter Terrorism (14 September 2016, New Delhi)
20. Meeting of BRICS Customs Agencies on the margins of Conference of the World Customs Organization (11-16 July 2016, Brussels)
21. Meeting of BRICS Heads of Customs Administrations (15-16 October 2016, Goa)
22. Meeting of BRICS Development Partnership Administrations (DPAs) and Forum for Indian Development

- Cooperation (FIDC) (6-7 August 2016, New Delhi)
23. Meeting of BRICS Senior Officials on Education (29 September 2016, New Delhi)
 24. 1st Meeting of BRICS Universities League Members (2 April 2016, Beijing)
 25. Meeting of Working Group on Energy Saving and Improvement of Energy Efficiency (4-5 July 2016, Visakhapatnam)
 26. Employment Working Group Meeting (27-28 July 2016, Hyderabad).
 27. Meeting of BRICS Working Group on Environment (15 September 2016, Goa)
 28. BRICS Dialogue on Foreign Policy (25-26 July 2016, Patna).
 29. Meeting of Heads of Export Credit Agencies (ECAs) (13 October 2016, New Delhi)
 30. 6th Informal meeting of BRICS Finance Officials on the margins of FATF(16 February 2016, Paris)
 31. 7th Informal meeting of BRICS Finance Officials on the margins of FATF (18-24 June 2016, Bussan, RoK)
 32. Technical Group Meeting of BRICS Development Banks (10-11 March 2016, Udaipur)
 33. Working Group Meeting of BRICS Development Banks (28-29 July 2016, Mumbai)
 34. Working Group Meeting of BRICS Development Banks(on Local Currency Financing) (14 October 2016, Goa)
 35. Working Group Meeting of BRICS Development Banks(on Innovation Financing)(14 October 2016, Goa)
 36. Annual Meeting of BRICS Interbank Cooperation Mechanism (15 October 2016, Goa)
 37. Meeting of Heads of BRICS Development Banks with NDB (15-16 October 2016, Goa)
 38. 1st Annual Meeting of the Board of Governors of BRICS NDB (20 July 2016, Shanghai)
 39. BRICS Contingent Reserve Arrangement Working Group Meeting(25 February 2016, Shanghai)
 40. 2nd BRICS Contingent Reserve Arrangement Standing Committee Meeting (26 February 2016, Shanghai)
 41. 2nd BRICS Contingent Reserve Arrangement Governing Council Meeting (6 October 2016, Washington)
 42. BRICS Working Group on Geospatial Technology and Application (2 March 2016, Noida)
 43. 6th Meeting of Heads of Intellectual Property Offices (HIPO) (20-22 June 2016, Moscow)
 44. Meeting of BRICS Network University International Governing Board (IGB) (27 September 2016, Mumbai)
 45. BRICS Railway Experts' Meeting (29 April 2016, Lucknow; 14-15 July 2016, Secunderabad)
 46. 6th Meeting of BRICS Senior Officials on Science, Technology & Innovation (7 October 2016, Jaipur)

47. Meeting of BRICS Science, Technology & Innovation Funding Working Group (6 October 2016, Jaipur)
48. 2nd Meeting of the BRICS Astronomy Working Group (8 September 2016, Ekaterinburg)
49. 1st Photonics Conference of BRICS Countries (30-31 May 2016, Moscow)
50. 2nd Meeting of BRICS Officials within specialized session "Prevention and Mitigation of Natural Disasters" (26 August 2016, Saint-Petersburg)
51. BRICS Sherpas and Sous-Sherpas meeting (29-30 April 2016, Jaipur; 5-6 August 2016, Bhopal; 2-3 September 2016, Hangzhou; 8-10 October 2016, New Delhi; 12-13 October 2016, Goa)
52. Technical Level Meeting of BRICS National Statistical Agencies (24-26 February 2016, New Delhi)
53. Meeting of Heads of BRICS Supreme Audit Institutions (24 June 2016, Beijing)
59. Seminar on Challenges in Developing the Bond Market in BRICS (27 September 2016, Mumbai)
60. BRICS Economic Forum (13-14 October 2016, Goa)
61. BRICS Financial Forum (15 October 2016, Goa)
62. Workshop on Financial Inclusion for BRICS Nations (19 September 2016, Mumbai)
63. Seminar on Long Term Infrastructure Financing and PPP best practices (22 September 2016, New Delhi)
64. Workshop on Investment Flows (13 October 2016, Mumbai)
65. BRICS Handicraft Artisans Exchange Programme (6-15 September 2016, Jaipur)
66. Workshop on Access to Medicines and Trade Agreements (23 May 2016, Geneva)
67. Workshop on Health Surveillance System (1-2 August 2016, Bengaluru)

Seminars & Workshops

54. BRICS Academic Forum (19-22 September 2016, Goa)
55. BRICS Think Tank Council meeting (23 September 2016, New Delhi)
56. BRICS Civil Forum (3-4 October 2016, New Delhi)
57. BRICS Digital Conclave (28-29 April 2016, New Delhi)
58. Workshop on International Arbitration Mechanism (27 August 2016, New Delhi)
68. 1st General Conference on BRICS Network University (7-8 April 2016, Ekaterinburg, Russia)
69. Workshop on Skill Development (25-29 July 2016, Mumbai)
70. Workshop on Export Credit (14 October 2016, Goa)
71. 2nd Round Table on MSMEs and Seminar on Services (28 July 2016, Agra)
72. BRICS Seminars on NTMs and Services (11 April 2016, New Delhi)

73. BRICS Water Forum (29-30 September 2016, Moscow)
74. BRICS Wellness Forum (10-11 September 2016, Bengaluru)
75. 3rd Meeting of the BRICS Urbanization Forum (14-16 September 2016, Visakhapatnam)
76. BRICS Friendship Cities Conclave (14-16 April 2016, Mumbai)
77. BRICS Smart Cities Workshop (17-19 August 2016, Jaipur)
- BRICS Business Council & BRICS Business Forum
78. BRICS Business Council (14 October 2016, New Delhi; 15 October 2016, Goa)
79. BRICS Business Council interaction with BRICS Leaders (16 October 2016, Goa)
80. BRICS Business Forum (13 October 2016, New Delhi)
- People-to-People & Business Exchanges
81. BRICS Trade Fair (12-14 October 2016, New Delhi)
82. BRICS Film Festival (2-6 September 2016, New Delhi)
83. BRICS Convention of Tourism (1-2 September 2016, Khajuraho)
84. BRICSU-17 Football Tournament (5-15 October 2016, Delhi-Goa)
85. BRICS Young Diplomats' Forum (3-6 September 2016, Kolkata)
86. BRICS Young Scientists' Conclave (26-30 Sept 2016, Bengaluru)
87. BRICS Youth Summit (1-3 July 2016, Guwahati)
- We further took note of the upcoming events under India's BRICS Chairpersonship.
88. BRICS Parliamentary Forum (on the margins of IPU)
89. Meeting of BRICS Energy Ministers
90. 6th Meeting of the BRICS Health Ministers
91. Meeting of BRICS Ministers of Telecommunications
92. Meeting of BRICS Senior Officials for Anti-Corruption
93. Meeting of Senior Officials of Health
94. BRICS Consultations of Middle East Envoys
95. BRICS Sherpas and Sous-Sherpas meetings
96. Meeting of the BRICS Heads of National Statistical Agencies
97. Meeting of BRICS Heads of Tax Authorities
98. Meeting of BRICS Experts on Tax Matters
99. Meetings of BRICS Working Group on ICT Cooperation
100. 2nd Technical Workshop among BRICS Exports Credit Agencies
101. Exhibition and B2B Meetings on ICT
102. BRICS Media Forum
103. Workshop on Anti-Microbial Resistance (AMR)
104. Workshop on Drugs and Medical Devices

- | | |
|--|--|
| <p>105. Workshop on Non Communicable Diseases</p> <p>106. 4th BRICS Seminar on Population matters</p> <p>107. Workshop on TB/AIDS</p> <p>108. Foundation Conference of BRICS Centre for Materials Science and Nanotechnology</p> <p>109. Conference on Foresight and Science, Technology and Innovation Policy of BRICS countries</p> <p>110. BRICS Forum on State Owned Enterprises Reforms and Governance</p> <p>111. Workshop on Sustainable Water Development, Conservation and Efficiency</p> <p>112. BRICS Local Bodies' Conference (Focus: Budgeting)</p> | <p>9. MoU on Cooperation among BRICS Development Banks and the NDB</p> <p>10. BRICS Women Parliamentarians' Forum</p> <p>11. BRICS Under-17 Football Tournament</p> <p>12. BRICS Trade Fair</p> <p>13. BRICS Film Festival</p> <p>14. BRICS Convention on Tourism</p> <p>15. BRICS Digital Conclave</p> <p>16. BRICS Wellness Forum</p> <p>17. BRICS Friendship Cities Conclave</p> <p>18. BRICS Smart Cities Workshop</p> <p>19. 3rd BRICS Urbanisation Forum</p> <p>20. BRICS Local Bodies Conference</p> <p>21. BRICS Handicraft Artisans' Exchange Programme</p> <p>22. BRICS Young Scientist Conclave</p> <p>23. BRICS Innovative Idea Prize for Young Scientists</p> <p>24. BRICS Economic Research Award</p> |
|--|--|

KEY INITIATIVES DURING INDIA'S BRICS CHAIRMANSHIP

1. BRICS Agriculture Research Platform
2. BRICS Railway Research Network
3. BRICS Sports Council
4. BRICS Rating Agency
5. BRICS Institute for Economic Research and Analysis
6. MoU on Environmental Cooperation
7. Regulations on BRICS Customs Cooperation Committee
8. MoU on Cooperation between Diplomatic Academies of BRICS Countries

VIII CÚPULA DO BRICS – GOA, ÍNDIA
15 E 16 DE OUTUBRO DE 2016 – ATOS
ASSINADOS [INGLÊS]

REGULATION ON THE CUSTOMS COOPERATION COMMITTEE OF THE BRICS

1. General Provisions

1.1. In order to inherit and develop the BRICS Customs Administrator meeting cooperation mechanism developed at the first BRICS Customs Administrator Meeting in South Africa in 2013 and fulfil the

cooperation outcomes of the meeting, the BRICS Member States establish the Customs Cooperation Committee of the BRICS.

1.2. The Customs Cooperation Committee of the BRICS (hereinafter –“Committee”) is a permanent cooperation body of the BRICS intended for ensuring cooperation of customs services of the BRICS Member States in the field of customs policy. All the customs matters among the BRICS Member States should be discussed and decided by the Committee.

1.3. In its activity the Committee is governed by the fundamental documents of the BRICS, the international agreements signed between the countries within the framework of the BRICS, and this Regulation.

2. Main Activities and Functions of the Committee

2.1. The main activities of the Committee are:

- Determination of the priority directions in customs matters of the BRICS Member States;
- Facilitation in the approximation of customs legislations of the BRICS Member States;
- Coordination of the practical cooperation of customs and other relevant national authorities of the BRICS Member States regarding the main aspects of the customs policy;
- Contribution to the implementation of the adopted interstate and intergovernmental decisions of the BRICS Member States in customs matters.

2.2. The Committee has the following basic functions:

- Study and preparation of decisions and recommendations on all issues concerning customs cooperation;
- Promote cooperation between intergovernmental organisations and integration associations on the issues within its competence.
- Consultations on customs cooperation, technical assistance, trade facilitation, and mutual administrative assistance in customs matters;
- Exchange of information and participation in consultations with a view to establishing, where possible, common positions in international organisations in the field of customs such as the World Trade Organization, the World Customs Organization and others;
- Reviewing the course of implementation of the obligations undertaken by customs authorities of the BRICS Member States and implementation of recommendations according to the Committee decisions;
- Consideration of other issues within its competence.

3. Rights and Obligations of the Committee

3.1. The Committee has the right to:

- Submit proposals for consideration of customs authorities and cooperation among relevant bodies of the BRICS in accordance with the established procedure;
- Make decisions within its competence aimed at developing interaction among the customs authorities of the BRICS Member States;

- Establish permanent or temporary Working Groups, which may be necessary for the consideration of matters in the field of customs in accordance with the established procedure;
- Engage scientists and specialists for the implementation of some operations in accordance with the established procedure;
- Resolve other issues within its competence.

3.2. The member of the Committee shall have the right to:

- submit any issues for discussion within the competence of the Committee and receive necessary information about the matters under discussion and implementation of the decisions made by the Committee;
- make proposals regarding the place and time of the Committee meetings;
- receive necessary information about the activity of the Working Groups of the Committee.

3.3. The member of the Committee shall:

- inform the Committee on the policy of its state regarding the customs cooperation matters;
- inform the relevant bodies of the BRICS about the decisions undertaken by the Committee, and facilitate their implementation;
- exercise control over the full and timely implementation of the decisions.

4. Organisation of Activity of the Committee

4.1. Members of the Committee are the Heads of Customs Administrations of the BRICS Member States (the customs administrator/deputy customs administrator or the designated customs senior officer of the BRICS Member States). Each State shall have one vote in the Committee. Each Head of Customs Administration shall have the right to appoint the representative with the appropriate powers to make decisions at the Committee meetings.

4.2. The Committee shall be headed by the Chairperson who is the Head of Customs Administrations of the BRICS Member State in charge of the BRICS Forum presidency.

4.3. The Chairperson of the Committee shall:

- hold Committee meetings;
- sign and send documents to the Customs Administrations of the BRICS Member States on behalf of the Committee;
- represent the Committee in cooperation bodies of the BRICS in accordance with the established procedure;
- maintain and develop contacts with other organisations at the level of their working (executive) authorities and within his competence;
- promote the interaction between Customs Administrations of the BRICS Member States;
- perform other actions connected with a view to ensuring the activity of the Committee.

4.4. The Committee shall approve its Terms of Reference.

4.5. Committee meetings shall be held as required, but at least once in a year.

4.6. The Customs Administrations of the BRICS Member States shall prepare proposals for the Committee meeting.

- Proposals shall be submitted in the form of preliminary draft documents or their concepts.
- The final decision to include a specific issue in the agenda shall be taken by the Committee.

4.7. The Committee meetings shall be valid, if all the Committee Members are participating in them.

4.8. Decision making order.

- The Committee shall make decisions within its competence by following the principle of reaching consensus through consultations.
- Customs Administrations of the BRICS Member States within their competence shall adopt, if necessary, appropriate acts to provide implementation of the decisions made by the Committee.

4.9. According to the Committee decision, representatives of other cooperation bodies of the BRICS, involved states and international organisations may participate in the Committee meeting as observers. Specialists and experts of the involved cooperation bodies of the BRICS, authorities of the BRICS Member States and international organisations operating in the customs area may be invited to take part at the Committee meetings.

5. Administration of the Committee and its Functions

5.1. For the Administration of the Committee there shall be a Committee Secretariat. Functions of the Committee Secretariat shall be performed by the Customs Administration of the state which

representative is the Chairperson of the Committee.

5.2. The Committee Secretariat shall:

- organise and hold the Committee meetings in the order provided by the Regulation;
- prepare the materials which are submitted for consideration at the Committee meetings;
- send the preliminary agenda and the draft documents submitted for consideration during forthcoming Committee meetings to the Customs Administrations of the BRICS Member States in accordance with the established procedure;
- timely send the decision made by the Committee to Customs Administrations of the BRICS Member States;
- according to the decisions of the Committee organise expert meetings in order to prepare draft documents for consideration during the Committee meetings;
- keep minutes of the Committee's meetings, of the Committee Working Groups' meetings, Committee Expert groups' meetings;
- remain custodian of the protocols, minutes, decisions, documents and other materials from the meetings of the Committee, Working and Expert Groups;
- cooperate with the Customs Administrations of the BRICS Member States regarding the timely determination of participants of the Committee meeting and discussion of the matters on the agenda during

the experts meetings preceding the next Committee meeting;

- control the implementation of the Committee decisions made together with Customs Administrations of the BRICS Member States and inform the Chairperson and the members of the Committee on the results;
- cooperate within the competence with other cooperation bodies of the BRICS regarding the coordination and preparation of the draft documents discussed at the Committee meetings and submitted for consideration.

5.3. The Secretary of the Committee is assigned by the Chairperson of the Committee for a one year term.

Secretary of the Committee shall:

- manage the activities of the Secretariat of the Committee;
- organize the work of the Committee between the sessions.

6. Financing

Financial provision of the Committee meetings, permanent and temporary Working Groups on the directions of its activity is performed at the expense of Customs Administrations of the host BRICS Member State.

Expenses on business trips of members and experts of the Committee are covered by the Customs Administration of the sending country.

All types of work and joint programs performed according to the decisions made are financed at the expense of the interested

Customs Administrations of the BRICS Member States.

7. Final provisions

The Committee shall cease its activity upon the consensual decision of the Heads of Customs Administrations of the BRICS Member States.

Changes can be made to this Regulation by a relevant decision of the Committee.

Signed at Goa on the 16th Day of October 2016, in five originals in the English language.

MEMORANDUM OF UNDESTANDING OF ESTABLISHMENT OF BRICS AGRICULTURAL RESEARCH PLATFORM

The Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply Federative Republic of Brazil; the Ministry of Agriculture, the Russian Federation, the Ministry of Agriculture and Farmers Welfare, Republic of India; the Ministry of Agriculture, People's Republic of China, and the Department of Agriculture, Forestry and Fisheries, Republic of South Africa (hereinafter jointly referred to as the 'Participants', and in the singular 'Participant')

Realising the need to provide a platform where the Participants' academicians, scholars, researchers and students can work together for the cause of agricultural development to help promote understanding, peace and security of the people of the BRICS Member Countries;

Desirous of establishing a platform that will advance a sense of BRICS community by bringing together the current and future generations of BRICS Member Countries in

a common pursuit of agricultural excellence and prepare them for the future challenges;

Recognising the need to intensify cooperation in the areas of agricultural research, technology, policy, innovations and capacity building including technologies for smallholder farming and to sustainably increase yields and farmers' income;

Realising the need to create and share knowledge and to promote education and leadership for agricultural development in the Member Countries;

Have reached the following understanding:

1. Establishment of the BRICS Agricultural Research Platform

1.1 The Participants hereby agree to establish a virtual network to be known as the BRICS Agricultural Research Platform (hereinafter referred to as the BRICS-ARP), which will be a non-profit, international research platform under management and supervision of the Participants for the purposes set forth in this Memorandum and will have full academic flexibility for the attainment of its objectives.

2. Vision, Mission, Mandate and Objectives

2.1 Vision: 'BRICS-ARP as the natural global platform for science-led agriculture-based sustainable development for addressing the issues of world hunger, under-nutrition, poverty and inequality, particularly between farmers' and non-farmers' income, and enhancing agricultural trade, bio-security and climate resilient agriculture.

2.2 Mission: 'To promote sustainable agricultural development and poverty alleviation through strategic cooperation in agriculture to provide food security in the BRICS member countries'.

2.3 Mandate: 'To intensify cooperation in the areas of agricultural research, technology, policy, innovations and capacity building including technologies for smallholder farming and to sustainably increase yields and farmers' income in the BRICS member countries'.

2.4 Objectives:

a. To enhance understanding of common challenges and opportunities through exchange of knowledge, collaborative capacity building, exchange of professionals and development of collaborative projects;

b. To act as a platform to provide inputs for developing policies, strategies and projects for sustainability and competitiveness of agricultural sector in the BRICS Member Countries;

c. To strengthen agricultural research and education to accelerate technology development and transfer through establishing networks on agriculture and allied disciplines, among agricultural research, higher education and extension institutions, professionals, policy planners and other stakeholders; and

d. To facilitate collaborative studies, *inter alia*, on agricultural marketing and distribution systems, harmonisation of agricultural related standards, promotion of agricultural trade, and bio-security, risks and disaster management in agriculture.

3. Nature of Co-operation

The cooperation will focus on agricultural research, technology, policy, innovations, extension and technology transfer, training and capacity building and information sharing.

4. Intellectual Property Rights

4.1 The Participants will retain their respective intellectual property rights and all other patent, plant variety protection,

reproduction and trademark rights with respect to all documents which might be disclosed during fulfillment of this Memorandum, in accordance with the applicable domestic laws of the BRICS Member Countries.

4.2 Use of such documents, if required, will be agreed between/amongst the Participants and fixed under separate agreements, comprising obligatory provisions regarding protection of confidentiality and intellectual property.

5. Confidentiality

5.1 Each Participant will treat and will ensure that its employees and partner treat as strictly confidential all information and documents related to this Memorandum and the services stipulated herein, of which they become aware during course of implementation of this Memorandum.

5.2 Each Participant will ensure that its employees do not disclose any such information and documents to third participants except for a prior written approval of the other BRICS Member Countries.

5.3 This obligation will be maintained for a period of 5 (five) years after expiration or termination of this Memorandum.

6. Resources

Co-operation projects and activities/services will be carried out as per the Memorandum amongst Participants in accordance with their national laws, taking into account the restriction of resources on each Participant.

7. Settlement of Disputes

7.1 Any dispute/disagreement between/among the Participants arising out of the interpretation, application or implementation of this Memorandum will be settled amicably by the Participants through consultations/negotiations.

7.2 In case a Participant fails to settle the dispute through negotiations it will be referred to a duly constituted Board with one representative each to be nominated by the Member Countries.

8. Governance Structure

8.1 Each Participant to Identify Institution(s)/Individual(s) to act as Focal Points.

8.2 BRICS-ARP Coordinating Centre to be located in New Delhi, India. The Coordinating Centre will operate under the Department of Agricultural Research and Education (DARE), Government of India.

8.3 The details of the location and contact details of the Focal Points and the Coordinating Centre will be decided and communicated by the respective Participants at the earliest.

9. Mode of Operation

9.1 The BRICS-ARP Coordinating Centre will dialogue and interact with the Focal Points, creating conditions for formulation of proposals coherent with the vision, mission and the objectives of the BRICS-ARP.

9.2 Any Participant can initiate discussion and formulation of proposals that would be discussed with the Coordinating Centre by the respective Focal Point.

9.3 Analysis and decisions on proposals to be implemented would be done by consensus among the Participants. A communication/facilitation process would be put in place and managed by the Coordinating Centre to ensure transparency and participation in the governance process.

9.4 Terms of Reference for the Coordinating Centre:

- To coordinate the activities of common interest in desirable

member countries through respective focal points

- To develop country level consensus in BRICS Agricultural Research Platform activities;
- To create and maintain BRICS Agricultural Portal for data banking, data mining and data analysis; and
- To enable expert interaction between/amongst BRICS Member Countries and also with every other country interested in the Participants activities alike

9.5 Functions of Focal Points

- To liaise with relevant government departments/agencies/institutions/ functionaries of their respective BRICS Member Countries to identify areas of interest/activity of common interest within the scope of the Memorandum;
- To facilitate implementation of the activities that would be defined to achieve the objectives outlined in the Memorandum;
- To collect relevant information on the areas identified from respective countries and pass on to Coordination Centre; and
- To facilitate government clearance for any technical/administrative actions as it would be required for implementation.

9.6 Funding

- The Coordinating Centre to be established in India will be funded by India, whereas any expenditure on the Focal Point activities will be borne by the respective Member Countries.

- The focal point and/or any delegation visiting the Coordination Centre or any other Member Country in connection with the BRICS-ARP activities will meet their expenses.

10. Amendment

10.1 This MoU may be amended by consensus amongst the Participants.

10.2 Any Participant proposing amendment(s) will notify the other Participants through diplomatic channels.

11. Entry into Force and Termination

11.1 This MoU will be effective from the date of its signature and will remain in force indefinitely.

11.2 Any participant may, at any time, notify the others, through diplomatic channels, of its intention to terminate this MoU.

11.3 Termination will be effective six months after the date of the notification and will not affect the completion of any ongoing program or project under this MoU, unless otherwise, agreed upon by the Participants.

Signed at Goa on the 16th Day of October, 2016 in five originals in the English language.

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING ON MUTUAL COOPERATION BETWEEN THE RIO BRANCO INSTITUTE OF THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL, THE DIPLOMATIC ACADEMY OF THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION, THE FOREIGN SERVICE INSTITUTE OF MINISTRY OF EXTERNAL

**AFFAIRS OF THE REPUBLIC OF INDIA,
THE CHINA FOREIGN AFFAIRS UNIVERSITY AND THE CHINA DIPLOMATIC ACADEMY OF THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA AND
THE DIPLOMATIC ACADEMY OF THE DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA**

The Rio Branco Institute of the Ministry of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil,

The Diplomatic Academy of the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation,

The Foreign Service Institute of Ministry of External Affairs of the Republic of India,

The China Foreign Affairs University and the China Diplomatic Academy of the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, and

The Diplomatic Academy of the Department of International Relations and Cooperation of South Africa (hereinafter referred to as the "Participants"),

RECOGNISING the spirit of cooperation that exists among their respective countries;

TAKING into consideration the importance of enhancing cooperation through the execution of multilateral activities among the Participants;

DESIRING to promote closer collaboration among the Participants;

And WISHING to further enhance cooperation among the Participants and

develop mutually beneficial relationships between members of the BRICS countries through the exchange of information and the implementation of joint activities;

Have reached the following understanding:

CLAUSE I

1. The objective of the present Memorandum of Understanding is to create a framework for closer cooperation among the Participants and to facilitate collaboration among them to the fulfilment of the following objectives:

- a) To carry out joint programmes and projects that may contribute to improving the quality of training and retraining, studies and projects serving the agreed common objectives, priorities and activities of the BRICS countries;
- b) To increase the exchange of knowledge, experiences and achievements in application of new teaching methods among the BRICS countries; and
- c) To ensure and achieve high-quality education and qualification in diplomatic training.

CLAUSE II

The Participants will cooperate in areas of mutual interests, which inter alia may include exchange of information on structure and content of training programmes, international trends and advances in training, training techniques and the use of technology in training, including design and content of e-learning; as well as identification of experts and joint research in mutually agreed areas.

CLAUSE III

The Participants will exchange experience, information and publications on subjects of common interest, including training programmes, curricula of studies, and other

academic, educational and training activities undertaken by the Participants in the field of diplomacy and other activities of common interest.

CLAUSE IV

The Participants will promote the exchange of experts, scholars, lecturers and diplomatic trainees in fields of mutual interest.

CLAUSE V

The Participants will encourage coordinated research, joint studies and seminars on the subjects of mutual interest.

CLAUSE VI

The Participants may explore the possibilities of other forms of cooperation which can be mutually beneficial and are mutually agreed upon.

CLAUSE VII

1. The Participants will decide the specifics and logistics of every project they jointly undertake.

2. For this purpose, a protocol laying down the terms and conditions of the proposed exchanges will be concluded, if necessary.

3. Any dispute between the Participants concerning the interpretation and/or implementation of this Memorandum shall be settled amicably through consultations and negotiations.

CLAUSE VIII

1. This Memorandum will come into effect on the date of its signature and will continue to have effect for a period of three years, thereafter automatically renewed for similar three year periods at a time, unless terminated by any of the Participants by giving a written notice to other Participants.

2. Any of the Participants may, at any time, notify the other, through diplomatic

channels, of its intention to terminate the present Memorandum of Understanding. Termination will be effective ninety (90) days after the date of the notification and will not affect the ongoing projects, unless otherwise agreed upon by the Participants.

3. The Memorandum of Understanding may be amended at any time, by mutual consent of the Participants, through diplomatic channels. Such revisions or amendments shall enter into force on such date as may be determined by the Participants and shall form an integral part of this Memorandum.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, have signed this Memorandum of Understanding at Goa on the 16th day of October 2016, in five originals in the English language.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À ÍNDIA – GOA, 17 DE OUTUBRO DE 2016 – COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-ÍNDIA 17/10/2016

Comunicado Conjunto Brasil-Índia

1. O presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, realizou visita à República da Índia, em 17 de outubro de 2016, a convite do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. O presidente Temer foi acompanhado pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra, pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira, e por extensas delegações oficial e empresarial.

2. O diálogo entre Brasil e Índia em 17 de outubro de 2016, em Goa, foi mantido em atmosfera calorosa, cordial e amistosa. Inicialmente, o primeiro-ministro Modi felicitou o Brasil pela organização exitosa dos Jogos Olímpicos Rio 2016. O presidente Temer cumprimentou o primeiro-ministro

Modi por suas iniciativas e realizações nos últimos dois anos. A Parceria Estratégica bilateral, iniciada há uma década, inaugurou nova fase nas relações Brasil-Índia, baseada em uma visão global comum; no compartilhamento de valores democráticos; e no compromisso de promover o crescimento econômico com inclusão social, com vistas ao bem-estar dos povos de ambos os países.

3. Os dois líderes mantiveram discussões abrangentes sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais de interesse mútuo e chegaram a consenso amplo, com o objetivo comum de trabalhar em estreita coordenação pelo fortalecimento da parceria estratégica e para conferir-lhe renovado impulso. As discussões viabilizaram melhor compreensão e apreço dos respectivos interesses e perspectivas e ajudaram a estabelecer melhor entendimento no mais alto nível político.

4. Brasil e Índia mantêm relação muito próxima e multifacetada no nível bilateral e também em foros plurilaterais, como BRICS, BASIC, G20, G4, IBAS e Aliança Solar Internacional, bem como nos regimes multilaterais mais abrangentes, como ONU, OMC, UNESCO e OMPI. Os líderes concordaram em manter estreita cooperação e coordenação em temas globais.

5. Os dois líderes reafirmaram o compromisso de ampliar a participação de países em desenvolvimento nas instâncias decisórias das instituições multilaterais. Assinalaram a necessidade de reforma urgente das Nações Unidas para torná-la mais consistente com a realidade geopolítica atual. Enfatizaram que nenhuma reforma das Nações Unidas estará completa sem a reforma de seu Conselho de Segurança, incluindo uma expansão tanto na categoria permanente quanto na categoria não permanente de membros do Conselho, com maior participação de países em desenvolvimento em ambas. Nesse contexto,

saudaram a criação do Grupo de Amigos da Reforma do Conselho de Segurança e conclamaram os estados membros favoráveis à reforma a unir esforços e finalmente concretizar uma reforma significativa. Também enfatizaram que os dois países são candidatos legítimos a assentos permanentes em um Conselho ampliado e reiteraram o apoio a suas aspirações recíprocas.

6. Os mandatários reconheceram os passos positivos dados pela Assembleia Geral rumo a um processo mais transparente e inclusivo de seleção do próximo secretário-geral das Nações Unidas, e admitiram a necessidade de novas medidas nesse sentido. Expressaram confiança em que António Guterres, recém-eleito secretário-geral, conferirá a mais alta prioridade ao fortalecimento do multilateralismo e assistirá as Nações Unidas na transição para um mundo multipolar.

7. Os líderes expressaram satisfação pelo progresso alcançado na VIII Cúpula do BRICS e concordaram em trabalhar em estreita articulação pelos acordos alcançados durante a Cúpula. O Brasil elogiou a hábil presidência pro tempore indiana e expressou apreço pela organização de uma Cúpula produtiva. Os dois líderes também assinalaram a importância do IBAS e decidiram conferir dinamismo e vigor ao grupo.

8. Os líderes reiteraram a necessidade de se construir uma relação voltada para o futuro, por meio do aprofundamento do engajamento bilateral e do impulso às complementaridades existentes entre os dois países em áreas-chave de interesse mútuo, anteriormente identificadas por ocasião da Reunião da Comissão Mista Bilateral, em novembro de 2015, incluindo, entre outras: segurança energética; agricultura e segurança alimentar; saúde, produtos farmacêuticos e acesso a medicamentos; tecnologias da informação e de

comunicações; segurança cibernética; espaço; defesa; aviação civil; e infraestrutura.

9. Os dois lados chegaram a entendimento para diversificar a pauta de comércio bilateral. Expressaram satisfação pelo progresso alcançado durante a IV Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio (MMC), realizada em Brasília, no dia 30 de setembro de 2016, e durante a III Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia, realizada em Brasília, no dia 29 de setembro de 2016, na qual as partes definiram modalidades e prazos para a expansão do Acordo, com vistas a maiores fluxos comerciais e maior acesso ao mercado dos países.

10. Também expressaram satisfação com a rubrica do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Índia. A Índia informou o Brasil acerca das políticas de incentivo ao investimento estrangeiro direto e da iniciativa "Make in India", convidando o Brasil a considerar investimentos adicionais no país. O Brasil, por sua vez, apresentou o "Projeto Crescer", que propõe novas regras, aperfeiçoa a governança e aprova projetos de prioridade nacional, o que traz novas oportunidades para investimentos indianos no Brasil. Os dois líderes manifestaram apreço pelas recomendações apresentadas pelos líderes empresariais. Ambos os lados exortaram o setor privado a envidar esforços para expandir o comércio e o investimento bilaterais e fortalecer parcerias de negócios.

11. Os dois líderes concordaram em buscar o estabelecimento de procedimentos simplificados para emissão de vistos de negócios, com base em reciprocidade, de modo a facilitar o comércio bilateral e os investimentos.

12. Os líderes enfatizaram a importância de se elaborar um roteiro para a cooperação em agricultura. Os dois lados também concordaram em explorar áreas onde há imenso potencial de benefício para ambos os países, tais como produção de leguminosas no Brasil e investimentos brasileiros em carne de frango na Índia. Saudaram com satisfação, igualmente, o desejo de ambos os lados de alcançar entendimento sobre medidas sanitárias e fitossanitárias, especialmente nos mercados de carne de porco e maçãs. Reconheceram a importância do processamento de alimentos e do agronegócio como áreas-chave para a cooperação e concordaram em realizar programas de capacitação e de pesquisa conjunta, bem como de participar das respectivas feiras de produtos alimentícios para facilitar a interação direta de empresa a empresa, o fluxo de investimentos e a transferência de tecnologia. Concordaram em que oportunidades devem ser exploradas para a promoção da cooperação em investimentos em processamento de alimentos, especialmente em "megafoodparks" e infraestrutura de cadeias de refrigeração.

13. Os dois lados concordaram em explorar a cooperação no campo da energia. A experiência do Brasil em etanol foi reconhecida. Os líderes identificaram potencial para cooperar em pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis, bem como no setor de biocombustíveis de segunda geração. Os dois lados também enfatizaram a importância da cooperação no setor de petróleo e gás, e concordaram em buscar cooperação adicional nessas áreas. O lado indiano manifestou interesse em novas aquisições de ativos de petróleo e gás no Brasil.

14. Brasil e Índia expressaram satisfação com a cooperação em curso no setor de ciência, tecnologia e inovação. Os líderes manifestaram apreço pelo fato de que a

reunião da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, a realizar-se em 2017, sinalizará uma cooperação contínua. Os líderes avaliaram que os campos da biotecnologia e das ciências médicas são de interesse mútuo e oferecem grande potencial para projetos conjuntos. Nesse contexto, mantêm a expectativa de intensificar os contatos diretos entre pesquisadores e institutos de ambos os países.

15. Brasil e Índia enfrentam desafios comuns no combate a doenças não-transmissíveis e transmissíveis, entre as quais se incluem HIV, hepatite C e tuberculose. Nesse sentido, os dois países enfatizaram seu compromisso prioritário com a ampliação da cooperação bilateral para o desenvolvimento conjunto de medicamentos, instrumentos para diagnóstico e equipamentos médicos a preços acessíveis, de modo a assegurar acesso universal a um atendimento médico seguro, efetivo e de alta qualidade, especialmente para suas populações mais vulneráveis. Para isso, Brasil e Índia decidiram somar esforços para desenvolver cinco medicamentos químicos e cinco medicamentos biológicos para o tratamento de doenças, incluindo hepatite C, tuberculose, câncer e HIV. Os dois países decidiram também intensificar a exitosa cooperação entre suas agências regulatórias, a fim de simplificar procedimentos de registro e comercialização de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos.

16. Os líderes expressaram satisfação com o progresso realizado na área espacial. Concordaram em expandir a cooperação para além do compartilhamento de dados visando a benefícios mútuos e ao treinamento em aplicações de tecnologia espacial em aspectos variados.

17. Brasil e Índia sublinharam seus compromissos compartilhados em prol do desarmamento nuclear e da não proliferação e reafirmaram o direito aos usos pacíficos da energia nuclear. O lado indiano transmitiu

sua aspiração de tornar-se membro do Grupo de Supridores Nucleares (NSG). O lado brasileiro indicou que trabalharia com a Índia e outros governos participantes do NSG nessa direção.

18. O presidente Michel Temer expressou condolências ao governo indiano e às famílias das vítimas do ataque em Uri, e declarou que o Brasil condena com firmeza ataques terroristas em todas as formas.

19. Os dois líderes reconheceram que o terrorismo continua a ser uma ameaça significativa à paz e à estabilidade no mundo. Reiteraram seu firme compromisso de combatê-lo em todas as suas formas e manifestações e salientaram que não pode haver justificativa para atos de terror, quaisquer que sejam suas motivações. Conclamaram por ação multilateral revigorada contra o terrorismo, inclusive por meio da finalização e da adoção da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional das Nações Unidas no mais breve prazo.

20. Os líderes receberam positivamente o impulso decorrente da ratificação do Acordo de Paris pelo Brasil e pela Índia, que contribuiu para sua entrada em vigor, no dia 4 de novembro, e servirá de impulso adicional para os esforços globais de combate à mudança do clima. Ambos os países enfatizaram que o Acordo deve continuar a ser guiado pelos princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em especial o princípio das “responsabilidades comuns porém diferenciadas”. Os dois países também permanecem comprometidos com a cooperação internacional no combate à mudança do clima, como evidenciado pela iniciativa indiana da Aliança Solar Internacional e pela iniciativa brasileira da Plataforma para o Biofuturo.

21. Os líderes conferiram a mais elevada importância à Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável e manifestaram satisfação pelo fato de a Agenda ser baseada em abordagem holística e integrada para o desenvolvimento sustentável, com ênfase equilibrada em crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente. Ambos os países têm a expectativa de que uma tempestiva operacionalização do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia fará uso do poder da tecnologia para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, tomaram nota do apoio ao Mecanismo manifestado pelo G20 e do potencial de mobilização de sua agenda inovadora para o crescimento, de modo a facilitar o cumprimento dos Objetivos da Agenda 2030.

22. Os dois líderes saudaram os resultados da Revisão Abrangente da Implementação dos Resultados da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação (WSIS+10) e reafirmaram seu compromisso de construir uma sociedade da informação centrada em indivíduos, inclusiva e orientada para o desenvolvimento. Nesse contexto, destacaram que Tecnologias da Informação e das Comunicações (TIC) e, em particular, a Internet são ferramentas indispensáveis para se atingir os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ambos os líderes também afirmaram que o fortalecimento da confiança e da segurança no uso de tecnologias de informação e das comunicações para o desenvolvimento de sociedades de informação e o sucesso de tais tecnologias é um vetor para a inovação econômica e social. Observaram que Brasil e Índia têm grande interesse em aprofundar a cooperação em TIC, segurança cibernética e temas relacionados à economia digital.

23. Os líderes reiteraram seu apoio ao sistema de comércio multilateral e saudaram os resultados da Conferência Ministerial de Nairóbi da OMC. Também sublinharam a

importância de se implementar tempestivamente as Decisões Ministeriais de Bali e de Nairóbi e da conclusão da Rodada de Doha conforme seu mandato para o desenvolvimento. Os líderes comprometeram-se a trabalhar em estreita colaboração para fortalecer a OMC, que é um sistema transparente e inclusivo.

24. Os líderes manifestaram apreço pela assinatura de atos nas áreas de agricultura, pecuária e regulação de medicamentos.

25. O presidente do Brasil manifestou sua gratidão ao primeiro-ministro Narendra Modi e ao povo indiano pela recepção calorosa e a hospitalidade oferecidas a ele e aos integrantes de sua delegação durante sua visita. O presidente estendeu ao primeiro-ministro da Índia convite para visita ao Brasil, que foi aceito com satisfação.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO 18/10/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Elkhan Polukh oglu Polukhov como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República do Azerbaijão no Brasil.

O Brasil e o Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas em 1993.

DECLARAÇÃO CONJUNTA EMITIDA NA CONCLUSÃO DA 23ª REUNIÃO DE MINISTROS DO BASIC SOBRE MUDANÇA DO CLIMA – MARRAKESH, MARROCOS, 17/10/2016 18/10/2016

1. A 23ª Reunião de Ministros do BASIC sobre Mudança do Clima ocorreu no Marrocos, em 17 de outubro de 2016. Participaram da reunião a Ministra do Meio

Ambiente da África do Sul, Sra. Edna Molewa; o Representante Especial para Mudança do Clima da China, Sr. Xie Zhenhua; o Ministro do Meio Ambiente, Florestas e Mudança do Clima da Índia, Sr. Anil Madhav Dave; e o Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador José Antonio Marcondes. Em linha com a abordagem "BASIC-plus", o Sr. Salaheddine Mezouar, Ministro das Relações Exteriores e de Cooperação do Marrocos e futuro Presidente da COP22/CMP12/CMA1, e o Embaixador Wael Abou El Magd, Vice-Ministro das Relações Exteriores para Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Egito, representando a presidência da Conferência Ministerial Africana sobre Meio Ambiente (AMCEN), também estiverem presentes à reunião.

2. Os Ministros expressaram seus agradecimentos ao governo da África do Sul por organizar a reunião, assim como seu apoio à futura presidência marroquina da COP22/CMP12/CMA1. Eles enfatizaram a importância da Conferência sobre Mudança do Clima de Marrakesh como uma etapa significativa no processo de implementação do Acordo de Paris e como um novo marco na aceleração da implementação pré-2020. Eles reafirmaram que os trabalhos para a implementação do Acordo de Paris e para a aceleração da implementação pré-2020 devem estar plenamente alinhados aos princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades. Eles reiteraram a importância de um processo aberto, transparente, inclusivo e conduzido pelas Partes.

3. Os Ministros renovaram seu compromisso de trabalhar com todas as Partes de forma a que a COP22 resulte em maior entendimento e convergência em relação aos assuntos-

chave relacionados à implementação do Acordo; expressaram a confiança de que mais avanços concretos ocorrerão em relação à ação pré-2020 e à agenda global de ação. Ademais, os Ministros do BASIC reiteraram seu compromisso com o fortalecimento da unidade do Grupo dos 77 e a China e com a promoção de seus interesses comuns.

4. Os Ministros ressaltaram a importância de acelerar a implementação de compromissos e ações no período pré-2020 e, em particular, de ratificar a Emenda Doha ao Protocolo de Quioto, assim como de tratar das lacunas em mitigação, adaptação e provisão de meios de implementação. A esse respeito, os Ministros instaram às Partes que são países desenvolvidos a rever e aumentar suas metas de redução de emissões quantificadas e a intensificar a provisão de meios de implementação, a fim de permitir que os países em desenvolvimento aumentem seus esforços de mitigação e adaptação, lançando bases sólidas para o aumento da ambição e da implementação pós-2020.

5. Os Ministros sugeriram que o Diálogo Facilitador em Marrakesh sobre a aceleração da implementação pré-2020 seja amplo e produtivo, com vistas ao desenvolvimento de recomendações adicionais concretas sobre implementação e ambição pré-2020, inclusive por meio do fortalecimento do desempenho de arranjos institucionais existentes sob a Convenção.

6 Os Ministros saudaram a iminente entrada em vigor do Acordo de Paris em 4 de novembro de 2016. Eles registraram, em particular, a rápida ratificação do Acordo de Paris por muitas Partes, inclusive por membros do BASIC. Os Ministros reconheceram os esforços em curso de outras Partes na Convenção e as encorajam fortemente a ratificar o Acordo assim que possível.

7. Os Ministros também observaram que, como resultado desse desdobramento, a primeira reunião da Conferência das Partes servindo como reunião das Partes no Acordo de Paris (Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement – CMA) acontecerá em Marrakesh, em conjunto com a COP22. Os Ministros enfatizaram a necessidade de um processo inclusivo ao completar o trabalho previsto pela Decisão 1/CP.21 em preparação à implementação do Acordo. Nesse sentido, os Ministros solicitaram a continuação dos mandatos conferidos ao Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre o Acordo de Paris (Ad Hoc Working Group on the Paris Agreement – APA), ao Órgão Subsidiário para Implementação (Subsidiary Body for Implementation – SBI), ao Órgão Subsidiário para Assessoramento Científico e Tecnológico (Subsidiary Body for Scientific and Technological – SBSTA) e a outros órgãos constituídos, até 2018, sob a supervisão da COP, a fim de preparar minutas de decisões a serem recomendadas à CMA.

8. Os Ministros observaram que a CMA não deve concluir sua primeira sessão juntamente com a COP-22, de maneira a permitir que as Partes tenham tempo de ratificar o Acordo e de avançar no programa de trabalho previsto pela Decisão 1/CP.21. Os Ministros solicitaram à CMA que fossem tomadas as medidas necessárias, durante a COP-22, para que se inicie, de forma inclusiva, a consideração de assuntos relevantes, conforme mandato conferido pelo Acordo de Paris.

9. Os Ministros enfatizaram a necessidade de que a COP-22 avance quanto à operacionalização dos dispositivos relativos a adaptação no Acordo de Paris.

10. Os Ministros reiteraram que os países desenvolvidos devem prover recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação aos países em

desenvolvimento, voltados à implementação eficaz e a ações ambiciosas sob o Acordo de Paris por parte destes. Os Ministros enfatizaram a importância de realizar avanços, em Marrakesh, quanto à identificação de vias concretas e claras para alcançar a meta de USD 100 bilhões anuais em financiamento climático até 2020. Tendo USD 100 bilhões anuais como ponto de partida, os países desenvolvidos devem aumentar, progressiva e substancialmente, seu apoio financeiro no período pós-2020. Além disso, os Ministros sublinharam a necessidade de que a COP inicie a consideração, conforme estipulado, de informações a serem fornecidas pelos países desenvolvidos quanto a recursos financeiros públicos, como parte de suas Comunicações Bienais de Apoio Indicativo sobre a provisão de financiamento climático a países em desenvolvimento. Os Ministros solicitaram maior clareza e metodologias robustas, a serem desenvolvidas no âmbito da Convenção, para contabilizar e rastrear o financiamento climático prestado por países desenvolvidos.

11. Os Ministros sublinharam, ademais, a necessidade de apoio aos países em desenvolvimento para a implementação eficaz de suas ações de mitigação e adaptação por meio da aceleração dos trabalhos no âmbito do novo Quadro de Tecnologia e do Mecanismo de Tecnologia. Isso inclui a avaliação para disseminação, transferência e emprego de tecnologias, de forma significativa e tangível, de países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Eles enfatizaram também o papel da inovação e da cooperação internacional em tecnologias relacionadas à mudança do clima para o fortalecimento de ações globais.

12. Os Ministros enfatizaram, ainda, a importância da capacitação na implementação do Acordo de Paris. Eles expressaram o anseio de que os termos de

referência para o Comitê de Paris sobre Capacitação, acordado por todas as Partes na sessão de maio 2016 da UNFCCC, em Bonn, sejam adotados na COP-22. Também destacaram a importância da operacionalização da Iniciativa de Capacitação para Transparência e instaram países desenvolvidos a prover apoio adicional e adequado aos países em desenvolvimento voltado ao aperfeiçoamento de suas capacidades em matéria de transparência de ação e de apoio recebido.

13. Os Ministros salientaram a importância vital da avaliação global na consideração do progresso coletivo em todos os elementos do Acordo de Paris, assim como no exame do progresso no alcance das metas globais acordadas, à luz da equidade e do melhor conhecimento científico disponível. Essa avaliação abrangente deverá ter como base a experiência passada e lições aprendidas por meio do trabalho pertinente executado no âmbito da Convenção, incluindo, entre outros, a Revisão 2013-2015 e o documento de síntese das NDC emitido pelo Secretariado, com vistas a permitir que as Partes atualizem e aprimorem as ações e o apoio, de forma nacionalmente determinada e em conformidade com os dispositivos pertinentes do Acordo de Paris.

14. Os Ministros registraram a adoção da emenda sobre HFC ao Protocolo de Montreal e os resultados da 39ª Assembleia Organização da Aviação Civil Internacional. Nesse contexto, as medidas relacionadas a esses resultados devem ser compatíveis com os princípios das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades.

15. Os Ministros salientaram os esforços dos países do BASIC e de outros países em desenvolvimento no enfrentamento da mudança do clima, tanto pré- quanto pós-2020, e enfatizaram que estes representam esforços bem mais ambiciosos, se

comparados com suas respectivas responsabilidades e capacidades. Os Ministros também elogiaram as iniciativas de ação climática por membros do BASIC, a saber, a Aliança Solar Internacional, liderada pela Índia, a Plataforma para o Bio-futuro liderada pelo Brasil, que será lançada na COP-22, e o Fundo de Cooperação Sul-Sul sobre Mudança do Clima da China. Os Ministros acordaram reforçar ainda mais a cooperação e a solidariedade entre os países do BASIC.

16. Os Ministros saudaram a oferta da China de sediar a 24ª reunião Ministerial do BASIC.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO JAPÃO – TÓQUIO, 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2016 – ATO ASSINADO 20/10/2016

MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O JAPÃO PARA A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COOPERAÇÃO ECONÔMICA NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Japão (doravante "Participantes");

RECONHECENDO a relação de amizade existente entre os dois países;

CONSIDERANDO as contribuições valiosas de vários exercícios bilaterais, como o Comitê Conjunto Brasil-Japão de Promoção do Comércio, Investimentos e Cooperação Industrial; o Comitê Conjunto Brasil-Japão de Ciência, Tecnologia e Inovação; Diálogo Brasil-Japão para a Alimentação e Agricultura; Comitê de

Cooperação Econômica Brasil-Japão (coordenado por CNI e Keidanren); bem como o Grupo de Notáveis, e tendo em conta a necessidade de uma colaboração eficaz e de evitar a duplicação de esforços com estes exercícios;

TENDO EM CONTA as crescentes oportunidades de investimento no Brasil, em diferentes setores e modalidades, inclusive no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), lançado recentemente pelo Brasil, e iniciativas japonesas para promover investimentos significativos no desenvolvimento de infraestrutura no exterior, como a "Parceria Ampliada para Infraestrutura de Qualidade";

ENFATIZANDO a importância do investimento de qualidade em infraestrutura, que visa a garantir a eficiência econômica em vista do custo de ciclo de vida, segurança, resistência a desastres naturais, criação de empregos, capacitação e transferência de conhecimento e "know-how" em termos e condições mutuamente acordados, enquanto aborda impactos sociais e ambientais, em alinhamento com estratégias econômicas e de desenvolvimento;

CONSIDERANDO que ambos os países desejam promover, reciprocamente, agenda bilateral que ainda não foi totalmente explorada no desenvolvimento de infraestrutura; e

Em conformidade com a legislação interna de cada um dos Participantes, eles compartilham o seguinte:

PARÁGRAFO 1
(Propósito)

Este Memorando de Cooperação destina-se a fortalecer a cooperação bilateral na promoção de oportunidades de investimento entre os Participantes, por meio da implementação conjunta de ações, a serem decididas pelos Participantes, para o

desenvolvimento de infraestrutura, incluindo a aplicação de resultados de inovação em setores e tecnologias relevantes.

PARÁGRAFO 2
(Escopo da Cooperação)

Os Participantes irão realizar os esforços necessários, a fim de fortalecer a cooperação na promoção de investimentos no setor de infraestrutura, incluindo:

- (i) transporte e logística;
- (ii) tecnologia da informação e de comunicações; e
- (iii) energia.

PARÁGRAFO 3
(Grupo de Trabalho)

A fim de implementar o presente Memorando de Cooperação, as Partes decidem estabelecer um Grupo de Trabalho sobre Cooperação no setor de infraestrutura, como previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO 4
(Funções do Grupo de Trabalho)

O Grupo de Trabalho desempenhará, entre outras, as seguintes funções:

- (i) servir como principal fórum de debate sobre formas de promover e fortalecer a cooperação econômica em infraestrutura entre os Participantes;
- (ii) promover intercâmbio regular de informações sobre oportunidades de negócios em áreas de interesse mútuo nos respectivos setores de infraestrutura;
- (iii) apoiar o intercâmbio de pontos de vista, a fim de incrementar os investimentos bilaterais em infraestrutura. Estas discussões incluirão, quando apropriado, representantes do setor privado de ambos os países; e

(iv) estimular a cooperação entre instituições de ambos os Participantes em temas relacionados à promoção de investimentos em infraestrutura.

PARÁGRAFO 5
(Frequência das Reuniões)

1. O Grupo de Trabalho se reunirá, pessoalmente, pelo menos uma vez por ano, conforme a agenda e o orçamento dos Participantes, alternadamente, no Japão e no Brasil, com vistas a implementar, monitorar e revisar as ações realizadas no âmbito deste Memorando de Cooperação.

2. O Grupo de Trabalho pode organizar reuniões via meios tecnológicos, como teleconferência ou videoconferência, com vistas a permitir melhor fluxo de trabalho e a persecução rápida dos objetivos do presente Memorando de Cooperação.

PARÁGRAFO 6
(Integrantes do Grupo de Trabalho)

1. No lado brasileiro, o Grupo de Trabalho será coordenado pelo Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores (DPR/MRE); e pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEAIN/MPDG). No lado japonês, o Grupo de Trabalho será coordenado pelo Departamento de Assuntos de América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros; pelo Departamento de Assuntos Econômicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; pelo Departamento de Políticas do Ministério da Terra, Infraestrutura, Transportes e Turismo; pelo Departamento de Estratégia Global de Tecnologia da Informação e Comunicações do Ministério do Interior e Comunicações; e pelo Departamento de Política Comercial do Ministério da Economia, Comércio e Indústria. Outros Ministérios e instituições

governamentais participarão, conforme apropriado.

2. Cada Participante, representado pelos Ministérios acima descritos, poderá designar até dois pontos focais para o Grupo de Trabalho e indicar os demais membros do Grupo de Trabalho.

3. Os Participantes irão informar-se mutuamente, por escrito, por via diplomática, sobre a composição do Grupo de Trabalho.

4. O Grupo de Trabalho poderá convidar outras instituições governamentais relevantes e representantes do setor privado para participar de suas reuniões e também pode convidar a participação de especialistas da academia, da sociedade civil e da comunidade empresarial para fazer apresentações sobre temas específicos, conforme seja apropriado.

5. O Grupo de Trabalho irá coordenar suas ações com as atividades de outros fóruns bilaterais e multilaterais, públicos e privados. Quando apropriado, o Grupo de Trabalho vai envidar esforços para complementar o trabalho desses fóruns. Esses fóruns bilaterais continuarão a funcionar de forma independente, e este Memorando de Cooperação não se destina a impor obrigações ou monitorá-los.

PARÁGRAFO 7
(Solução de Controvérsias)

Qualquer controvérsia que possa surgir com relação à interpretação ou à implementação do presente Memorando de Cooperação será resolvida por meio de negociações e consultas entre os Participantes.

PARÁGRAFO 8
(Alterações e Modificações)

Alterações ou modificações podem ser feitas no presente Memorando de Cooperação pelo mútuo consentimento dos Participantes.

Estas alterações e modificações serão feitas por instrumento separado, que será integrado ao presente Memorando de Cooperação e serão aplicadas em conformidade com seu Parágrafo 9.

PARÁGRAFO 9
(Cláusula Final)

1. O presente Memorando de Cooperação entra em vigor na data de sua assinatura.

2. Este Memorando de Cooperação é válido por prazo indeterminado. Qualquer um dos Participantes poderá denunciar o presente Memorando de Cooperação mediante notificação ao outro Participante, por escrito, por via diplomática, com pelo menos noventa (90) dias de antecedência de sua intenção de denunciar o presente Memorando de Cooperação.

3. A denúncia do presente Memorando de Cooperação não afetará a implementação nem a duração de projetos e atividades que estejam em curso no âmbito do presente Memorando de Cooperação.

4. Este Memorando de Cooperação não cria nem implica obrigações financeiras adicionais para os Participantes.

Assinado em Tóquio, em 19 de outubro de 2016, em dois originais, cada um em inglês, japonês e português. Em caso de divergência ou inconsistências de interpretação entre as diversas versões linguísticas, a versão em inglês prevalecerá.

**FALECIMENTO DE MILITAR
BRASILEIRO EM LES CAYES, HAITI
20/10/2016**

O governo brasileiro manifesta aos familiares e colegas do terceiro-sargento Vicente Medeiros os sentimentos por sua morte no dia 17 de outubro, em Les Cayes (Haiti).

Integrante do grupo de Engenharia Militar do contingente brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), o militar brasileiro morreu enquanto prestava assistência às populações afetadas pelo Furacão Matthew. A Embaixada do Brasil em Porto-Príncipe está trabalhando com a MINUSTAH para facilitar junto às autoridades haitianas as providências cabíveis de traslado do corpo.

Ao expressar seu profundo pesar, o governo brasileiro reitera seu compromisso de longo prazo com o Haiti e a MINUSTAH.

**COMISSÃO DE VIZINHAÇA E
INTEGRAÇÃO BRASIL-COLÔMBIA
22/10/2016**

A Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia reuniu-se em Brasília na sexta-feira, 21 de outubro, com a presença de mais de 50 representantes das esferas municipal, estadual e federal dos dois países. O encontro tratou dos seguintes temas, entre outros:

- Articulação de ações públicas na área de saúde;
- Cooperação na capacitação de quadros técnicos para os municípios de fronteira;
- Intercâmbio de experiências no desenvolvimento urbano de Tabatinga e Letícia;
- Projeto de inclusão financeira de populações de baixa renda envolvendo a Caixa Econômica Federal e a Banca de Oportunidades, da Colômbia; e
- Cooperação em agricultura familiar na região fronteira.

Este foi o 18º encontro desse mecanismo bilateral, que se reúne periodicamente desde 1994 para examinar temas de interesse para a cooperação fronteira entre os dois países. Ele reflete o aumento da cooperação bilateral observado nos últimos anos e o

excelente momento por que passam as relações entre os dois países.

COMUNICADO CONJUNTO DE ESTADOS MIEMBROS DA OEA SOBRE OS ACONTECIMENTOS RECENTES NA REPÚBLICA BOLIVIANA DA VENEZUELA 22/10/2016

Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos da América, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai

Reafirmando seu profundo compromisso com os princípios e valores democráticos e com a defesa dos direitos humanos, os governos que subscrevem o presente comunicado expressam sua profunda preocupação com a decisão adotada pelo Conselho Nacional Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela de postergar o processo de coleta dos 20% do registro eleitoral requeridos para ativar o referendo revogatório.

A paralisação do processo, previsto para realizar-se entre os dias 26 e 28 de outubro, e a decisão do Poder Judiciário da Venezuela de proibir a saída do território venezuelano dos principais líderes da oposição desse país afetam a possibilidade de estabelecer um processo de diálogo entre o Governo e a oposição que permita uma saída pacífica para a situação crítica que atravessa essa nação irmã.

Os governos que subscrevem o presente comunicado reiteram seu chamado a todos os atores políticos nesse país para que concretizem, com brevidade e em um clima de paz, os esforços de diálogo nacional, de maneira direta ou com o apoio de facilitadores, que permita encontrar soluções duradouras a favor da democracia e da estabilidade social, garantindo o pleno respeito aos direitos humanos, a separação dos poderes e o fortalecimento institucional.

Comunicado conjunto de Estados Miembros de la OEA sobre los acontecimientos recientes en la República Bolivariana de Venezuela

Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Estados Unidos de América, Guatemala, Honduras, México, Paraguay, Perú y Uruguay

Reafirmando su firme compromiso con los principios y valores democráticos y la defensa de los derechos humanos, los Gobiernos que suscriben el presente comunicado expresan su profunda preocupación por la decisión adoptada por el Consejo Nacional Electoral de la República Bolivariana de Venezuela de postergar el proceso de recolección del 20% del padrón electoral requerido para activar el referéndum revocatorio.

La paralización del proceso, previsto a realizarse entre el 26 y 28 de octubre, y la decisión del Poder Judicial de Venezuela de prohibir la salida de territorio venezolano de los principales líderes de la oposición de ese país, afecta la posibilidad de establecer un proceso de diálogo entre el Gobierno y la oposición que permita una salida pacífica a la crítica situación que atraviesa esa hermana nación.

Los Gobiernos que suscriben el presente comunicado reiteran su llamado a todos los actores políticos en ese país para que concreten a la brevedad y en un clima de paz, los esfuerzos de diálogo nacional, de manera directa o con apoyo de facilitadores, que permita encontrar soluciones duraderas en favor de la democracia y la estabilidad social, garantizando el pleno respeto de los derechos humanos, la separación de poderes y el fortalecimiento institucional.

21 de octubre de 2016

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL (HABITAT III) 22/10/2016

Concluiu-se, em 20 de outubro, em Quito, no Equador, a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). A Habitat III aprovou a Nova Agenda Urbana, documento intergovernamental que deverá guiar políticas de desenvolvimento urbano nos próximos 20 anos.

A delegação brasileira foi chefiada pela Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Henriqueta Arantes, e contou com representantes de oito ministérios, bem como de governos estaduais e municipais e da sociedade civil.

O Governo brasileiro atribui especial importância à Nova Agenda Urbana, em particular, a temas caros para o país, como habitação, saneamento, urbanização de favelas, mobilidade, segurança no trânsito e o direito à cidade.

A Nova Agenda Urbana articulará a busca do desenvolvimento sustentável em cidades e assentamentos humanos, ajudando a concretizar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada nas Nações Unidas em setembro de 2015.

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DO URUGUAI, JORGE BATLLE 25/10/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do falecimento do ex-presidente do Uruguai, Jorge Luis Batlle Ibáñez.

Ao longo de sua extensa trajetória política, o ex-presidente Jorge Batlle desempenhou papel fundamental na consolidação da

democracia no Uruguai, bem como no avanço do processo de integração regional.

O governo brasileiro manifesta à família de Jorge Batlle, ao povo e ao governo do Uruguai os sentimentos pela sua morte.

ATENTADO NO PAQUISTÃO 25/10/2016

O governo brasileiro condena o atentado terrorista cometido ontem, 24 de outubro, contra a Academia de Polícia do Baluchistão, localizada na cidade de Quetta, sudoeste do Paquistão, que vitimou pelo menos 59 policiais e cadetes.

Ao manifestar solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Paquistão, o Brasil reitera seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

ACIDENTE FERROVIÁRIO EM ESEKA, CAMEROUN 25/10/2016

O governo brasileiro recebeu, com pesar, a notícia do acidente ocorrido na ferrovia entre Iaundê e Douala, no Cameroun, no dia 21 de outubro, que resultou na morte de aproximadamente oitenta pessoas e deixou centenas de feridos.

O Brasil expressa suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Cameroun.

COMUNICADO DOS GOVERNOS DE ARGENTINA, BRASIL, COLÔMBIA, COSTA RICA, CHILE, GUATEMALA, HONDURAS, MÉXICO, PANAMÁ, PARAGUAI, PERU E URUGUAI SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 27/10/2016

Os governos da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai:

Observamos com preocupação a polarização acentuada por que está passando a Venezuela e reiteramos o apelo para que as partes tenham vontade política e estabeleçam um diálogo construtivo com soluções que respeitem o estado de direito e as garantias constitucionais e permitam a todos os venezuelanos exercerem seus direitos fundamentais.

Esperamos que as manifestações de hoje se desenvolvam em total tranquilidade e que se garantam os direitos de todos os cidadãos venezuelanos de se expressarem respeitando as práticas democráticas de nossas sociedades.

Damos as mais enfáticas boas vindas ao acompanhamento pelo Vaticano, de tal modo a dar uma maior agilidade, com sentido de urgência, às gestões para buscar, com o governo e com a oposição, soluções eficazes e duradouras para o povo venezuelano.

Santo Domingo, 26 de outubro de 2016

Comunicado de los gobiernos de Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguay, Perú y Uruguay sobre la situación en Venezuela

Los gobiernos de Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguay, Perú y Uruguay:

Observamos con preocupación la aguda polarización por la que atraviesa Venezuela y reiteran su llamado para que las partes tengan voluntad política y establezcan un diálogo constructivo con soluciones que respeten el estado de derecho y las garantías constitucionales y permitan a todos los venezolanos ejercer sus derechos fundamentales.

Esperamos que las marchas del día de hoy se desarrollen en total tranquilidad y se garanticen los derechos de todos los ciudadanos venezolanos a manifestarse respetando las prácticas democráticas de nuestras sociedades.

Damos la más enfática bienvenida al acompañamiento por parte del Vaticano de tal modo a dar una mayor agilidade, con sentido de urgencia, a las gestiones para buscar, con el gobierno y la oposición, soluciones efectivas y duraderas para el pueblo venezolano.

Santo Domingo, Octubre 26 de 2016

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO REINO UNIDO 28/10/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Francis Vijay Narasimhan Rangarajan como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil.

O Brasil e o Reino Unido estabeleceram relações diplomáticas em 1825.

**XXV CÚPULA IBERO-AMERICANA –
CARTAGENA DAS ÍNDIAS, 28 E 29 DE
OUTUBRO DE 2016 28/10/2016**

O Ministro José Serra representará o Brasil na XXV Cúpula Ibero-Americana, que será realizada em Cartagena das Índias, Colômbia, nos dias 28 e 29 de outubro. O tema da Cúpula de Cartagena é "Juventude, Empreendedorismo e Educação".

Criada em 1991, a Conferência Ibero-Americana é integrada por vinte e dois membros (dezenove latino-americanos e três europeus) e desenvolve mais de 1.200 projetos por ano, com a participação do Brasil como prestador de cooperação em saúde, educação, cultura, turismo, moradia e infraestrutura.

Também terá continuidade o processo de reestruturação da Conferência Ibero-Americana, iniciado na Cúpula de Veracruz, no México, em dezembro de 2014.

**ELEIÇÃO DO BRASIL PARA O
CONSELHO DE DIREITOS
HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS
28/10/2016**

O Brasil foi eleito hoje, 28 de outubro, para integrar o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Após ter participado do Conselho por três períodos desde a sua criação, em 2006, o Brasil torna a ocupar um assento no órgão no período 2017-2019. O mandato terá início em 1º de janeiro de 2017.

A eleição ocorreu em Nova York, durante a 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A candidatura brasileira recebeu 137 votos.

O governo brasileiro agradece aos membros das Nações Unidas o apoio recebido. Durante o novo mandato, nosso país se empenhará para aumentar a efetividade do Conselho na promoção e proteção dos direitos humanos.

**XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE
ESTADO E DE GOVERNO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)
29/10/2016**

Será realizada, no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 31 de outubro e 1º de novembro, a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O encontro será precedido, na manhã do dia 31, pela XXI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, composta pelos chanceleres da Comunidade.

A Conferência marcará o 20º aniversário de criação da CPLP. O Brasil assumirá a presidência rotativa pelo biênio 2016-2018, tendo presidido a Comunidade pela primeira vez de 2002 a 2004.

O tema escolhido pelo Brasil para sua presidência é "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". A discussão sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um dos temas centrais da atual agenda global.

Durante a Cúpula, o Brasil divulgará seu plano de trabalho, elaborado com base em consultas e contribuições de vários ministérios. São ações e iniciativas que o Brasil pretende realizar no biênio em que estará à frente da CPLP.

Estabelecida em 1996, a CPLP conta hoje com nove Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A Comunidade tem como objetivos a concertação política e diplomática, a cooperação multissetorial e a promoção e difusão da língua portuguesa.

ONU CONVOCA NEGOCIAÇÕES PARA A PROIBIÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES 29/10/2016

O governo brasileiro saúda a adoção nas Nações Unidas da resolução “Levando adiante negociações multilaterais de desarmamento”. Elaborada pelo Brasil e mais cinco países (África do Sul, Áustria, Irlanda, México e Nigéria), a resolução convoca uma conferência internacional em 2017 para negociar um tratado de proibição das armas nucleares. Foi aprovada com 123 votos a favor, 38 contra e 16 abstenções.

A conferência de 2017 poderá marcar um momento histórico para a consecução do objetivo de um mundo livre de armas nucleares. O Brasil encoraja todos os países a participarem ativamente do processo negociador e convida cidadãos, organizações da sociedade civil e membros da comunidade acadêmica a acompanharem as negociações e a contribuir para seu êxito.

O governo brasileiro busca a proibição completa das armas nucleares, em conformidade com o compromisso constitucional no país de uso exclusivamente pacífico da atividade nuclear.

XXV CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO – DECLARAÇÃO DE CARTAGENA DAS ÍNDIAS [ESPAÑHOL] 30/10/2016

**XXV Cúpula Ibero-Americana de chefes
de estado e de governo**

**Cartagena das Índias, 28 e 29 de outubro
de 2016**

**Declaração de Cartagena das Índias
“Juventud, Emprendimiento y
Educación”**

Nosotros, las Jefas y los Jefes de Estado y de Gobierno de los veintidós países iberoamericanos, reunidos en la ciudad de Cartagena de Indias los días 28 y 29 de octubre para dialogar y contribuir al desarrollo de acciones concretas sobre los temas “Juventud, Emprendimiento y Educación”.

Reafirmamos la relevancia del espacio iberoamericano para la promoción del diálogo, la concertación y la cooperación para responder a los desafíos de un mundo en transformación y promover los vínculos históricos, culturales, sociales y económicos entre los países iberoamericanos, con pleno respeto de la soberanía de los Estados y del derecho internacional, valorando tanto la diversidad de sus pueblos como los valores y principios que dan sentido a nuestra Comunidad;

Celebramos que esta Cumbre coincide con la conmemoración del 25º aniversario de la Conferencia Iberoamericana, reunida por primera vez en la ciudad de Guadalajara en julio de 1991, con el propósito de “convertir el conjunto de afinidades históricas y culturales que nos enlazan en un instrumento de unidad y desarrollo, basado en el diálogo, la cooperación y la solidaridad”;

Habiendo centrado nuestros trabajos en la juventud, el emprendimiento y la educación, por considerar que en estos tres ejes se encuentran los más grandes desafíos y oportunidades para el futuro de nuestra región iberoamericana;

Convencidos de la necesidad de crear mejores condiciones para garantizar la participación plena y universal de los jóvenes en el acontecer económico, político, social y cultural;

Conscientes de los importantes desafíos que

enfrentan los países iberoamericanos para promover el desarrollo económico y social, y erradicar la pobreza y combatir la desigualdad, lograr el acceso universal a una educación de calidad y a todos los niveles, generar oportunidades laborales y fomentar el emprendimiento, especialmente para los jóvenes;

Decididos a trabajar por la generación de oportunidades para los jóvenes y el afianzamiento de su identidad iberoamericana, a través de estrategias dirigidas al fortalecimiento de capacidades y competencias, a su movilidad, incentivos al emprendimiento y una efectiva articulación entre las juventudes, el sector público, la academia y el sector empresarial;

Comprometidos con la construcción de sociedades inclusivas, plurales y diversas que avancen en la consecución de los Objetivos de Desarrollo Sostenible contenidos en la Agenda 2030;

Reafirmando la plena vigencia de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing expresamos nuestro compromiso de impulsar acciones para promover la igualdad de género y el empoderamiento de la mujer, de manera transversal en el espacio iberoamericano, como elemento esencial para el desarrollo sostenible e incluyente de nuestras sociedades y como condición necesaria para alcanzar el pleno disfrute de los derechos humanos;

Convencidos de que la paz y la unidad de Iberoamérica son prerequisites fundamentales para alcanzar el desarrollo y la prosperidad de nuestros pueblos; Reafirmando nuestra voluntad para transformar patrones y pautas culturales presentes en nuestras sociedades de tal manera que se reconozca, desde un enfoque de capacidades y de desarrollo humano y como sujetos de derechos que son, el potencial de los jóvenes como actores

estratégicos del desarrollo desde un enfoque de capacidades y de desarrollo humano y como sujetos de derechos que son, el potencial de los jóvenes como actores estratégicos del desarrollo;

Reconocemos asimismo la extraordinaria riqueza de nuestro patrimonio cultural, que articula todas nuestras lenguas, historias, diversidades e identidades; Reconocemos que la Conferencia Iberoamericana constituye un escenario privilegiado para promover la cooperación para el desarrollo de políticas públicas que permitan afrontar de forma conjunta los desafíos comunes de nuestros países;

Reiteramos nuestro compromiso con el fortalecimiento de la Conferencia Iberoamericana y su proceso de renovación iniciado en la Cumbre de Cádiz de 2012, y consolidado en las cumbres de Ciudad de Panamá (2013) y Veracruz (2014), gracias al compromiso y voluntad de los países iberoamericanos, de la Secretaría General Iberoamericana (SEGIB) y de los Organismos Iberoamericanos;

Saludamos los avances en el cumplimiento de los mandatos contenidos en la Declaración de Veracruz y su Programa de Acción, y reiteramos nuestro compromiso para seguir impulsando su implementación en beneficio de las sociedades iberoamericanas.

Acordamos

1. Aprobar el Pacto Iberoamericano de Juventud, como acuerdo político-institucional que permitirá conformar una alianza entre diversos sectores y actores con el fin de mejorar la articulación intersectorial e intergubernamental, orientar la inversión y garantizar el desarrollo integral y la protección de los derechos de las personas jóvenes.
2. Reconocer el papel del emprendimiento

como uno de los ejes dinamizadores del crecimiento económico, a través de la incorporación de actividades productivas basadas en nuevo conocimiento, que redunden en sociedades más incluyentes.

3. Valorar la participación de los emprendedores en su contribución al desarrollo de las sociedades, a través de su capacidad de ejercer una influencia sustancial en la transformación de los sectores y en las actividades económicas en las que operan, creando condiciones para la generación de empleo y prosperidad.
4. Reconocer la relevancia de los jóvenes emprendedores, en particular en sectores de innovación y nuevas tecnologías, para atribuir valor agregado a nuestras economías y contribuir a la creación de empleo cualificado.
5. Señalar la importancia de la educación a lo largo de la vida para la adquisición de competencias específicas de desarrollo emprendedor, personal y profesional, factor vital para aprovechar con éxito las oportunidades ofrecidas por nuestras sociedades en permanente transformación.
6. Aprovechar las oportunidades que ofrece el espacio iberoamericano y profundizar los vínculos en las tres áreas identificadas como prioritarias – Comercio e Inversión, Servicios y Ciencia y Tecnología--, conforme a lo expresado en el Encuentro Empresarial Iberoamericano celebrado en Buenos Aires, el 25 y 26 de abril del corriente año.
7. Promover el diálogo constructivo y las alianzas, tanto entre entidades públicas, como entre entidades públicas y privadas, en particular entre universidades, polos tecnológicos, empresas y sociedad civil para potenciar el crecimiento económico y la integración regional mediante la incorporación de los jóvenes al mercado laboral.
8. Resaltar los compromisos asumidos por el empresariado iberoamericano en el Documento de Recomendaciones del XI Encuentro Empresarial Iberoamericano, en

particular en lo que se refiere a: promover acciones que favorezcan la inserción laboral de los jóvenes mediante el acceso y la calidad de la formación técnica y profesional; adoptar medidas que contribuyan a desarrollar la transición de los jóvenes empresarios de la economía informal a la formal a través del desarrollo de emprendimientos innovadores; y fomentar el desarrollo del Ecosistema Digital como contribución a la transformación del modelo productivo actual hacia economías más competitivas.

9. Destacar los logros en la promoción de la "Alianza para la Movilidad Académica", de adhesión voluntaria y con la participación de todos los actores, para impulsar la movilidad de estudiantes, profesores e investigadores, previniendo la ocurrencia y mitigando el impacto negativo de la fuga de cerebros.
10. Encomendar a la SEGIB, a la OEI y al CUIB que en el ámbito del Espacio Iberoamericano del Conocimiento, fortalezcan los logros alcanzados y sigan avanzando en la consolidación de la Alianza para la Movilidad, el Sistema y la Plataforma para la Movilidad Académica. Igualmente instar a la consolidación de mecanismos que favorezcan esta movilidad.
11. Apoyar el acuerdo sobre el reconocimiento de períodos de estudio y de títulos de educación superior en Iberoamérica, que incluye la creación del sistema iberoamericano de aseguramiento de la calidad de la educación superior, la puesta en funcionamiento del registro iberoamericano de programas e instituciones de educación superior acreditadas y el desarrollo de un sistema de información de la educación superior iberoamericana.
12. Destacar los avances alcanzados en el estudio de viabilidad encomendado a la SEGIB sobre un Convenio Marco Iberoamericano, de participación voluntaria, que permita impulsar la movilidad de talentos, conforme lo expresado en el punto 5 de la Declaración de Veracruz. Asimismo, solicitar a la SEGIB ampliar las consultas

para concluir el referido estudio e impulsar la formulación del eventual Convenio.

13. Encomendar a la SEGIB impulsar iniciativas sobre bilingüismo que contribuyan a un mejor conocimiento recíproco del español y el portugués y que promuevan la incorporación y promoción de la enseñanza de las dos lenguas en el espacio iberoamericano, favoreciendo la movilidad académica en Iberoamérica y la proyección internacional de ambas lenguas.

14. Reconocer los avances alcanzados por el Comité de Dirección Estratégica de los Organismos Iberoamericanos (CODEI) y encomendar a la SEGIB continuar fortaleciendo la coordinación estratégica en sus tres líneas de acción: planificación común; aprovechamiento de los recursos disponibles; comunicación y visibilidad.

15. Saludar los esfuerzos realizados por posicionar el compromiso de la región con la igualdad de género en foros globales, así como los avances alcanzados en la estrategia para la incorporación de la perspectiva de género en el Sistema Iberoamericano, e instar a la SEGIB, en el marco del CODEI, para que, en coordinación con los Organismos Iberoamericanos, continúe adoptando las medidas necesarias para ampliarla y profundizarla en todos sus ámbitos de actuación.

16. Reconocer la consolidación y reestructuración de las Oficinas Subregionales de la SEGIB en América Latina que permite la desconcentración institucional, el apoyo a los mandatos emanados de la Conferencia y el seguimiento a los programas e iniciativas de Cooperación Iberoamericana. Agradecer al Gobierno del Perú por la próxima apertura de la Oficina Subregional en Lima.

17. Reconocer el apoyo del Gobierno de la República de Panamá para la creación, en Ciudad de Panamá, de la Casa de Iberoamérica, como un esfuerzo de integración estratégica de los organismos iberoamericanos para compartir un espacio común.

18. Encomendar a la SEGIB que diseñe un mecanismo para sistematizar el seguimiento de los mandatos emanados de las Cumbres de Jefes de Estado y de Gobierno.

19. Reconocer los avances hechos por los Espacios Iberoamericanos de la Cultura y el Conocimiento en la consolidación de sus estructuras institucionales, e instruir a la SEGIB y a los Organismos Iberoamericanos competentes a culminar este proceso en el Espacio Iberoamericano de Cohesión Social, dotándolo de los mecanismos de gestión y gobernanza adecuados, en seguimiento de los mandatos de la Cumbre de Veracruz.

20. Destacar los avances del proceso de renovación de la Cooperación Iberoamericana y reconocer el esfuerzo realizado para la aprobación del Plan de Acción Cuatrienal de la Cooperación Iberoamericana 2015-2018 (PACCI), así como la reformulación del Manual Operativo, resultado de un proceso amplio de trabajo conjunto con los países miembros, los Organismos Iberoamericanos y los Programas, Iniciativas y Proyectos Adscritos, orientado a fortalecer la gestión y el impacto de la Cooperación Iberoamericana. En este sentido, encomendar a la SEGIB incrementar los esfuerzos para la consecución de los objetivos establecidos en el PACCI para cada uno de los Espacios de la Cooperación.

21. Reconocer la importancia de la Cooperación Sur-Sur y Triangular, en sus diversas formas, en la región iberoamericana, destacando los avances que los países han realizado en el fortalecimiento de esta cooperación así como su contribución al cumplimiento de la Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Reconocemos el rol estratégico que tienen en este proceso los pilares de trabajo definidos en el ámbito iberoamericano, es decir, el Informe de la Cooperación Sur-Sur en Iberoamérica y el Programa Iberoamericano para el Fortalecimiento de la Cooperación Sur-Sur (PIFCSS), entre otros.

22. Aprobar el Programa de Acción, que forma parte de la presente Declaración.

23. Elaborar e implementar políticas públicas integradas y coordinadas en educación, empleo, emprendimiento y formación para el trabajo, que permitan fortalecer las capacidades de los jóvenes acorde a las exigencias del mercado laboral de cada país con el propósito de acceder a empleos decentes y favorecer iniciativas de emprendimiento.

24. Impulsar políticas integrales y estrategias a través de incentivos y políticas activas del empleo que permitan eliminar barreras de acceso al mercado laboral formal con enfoques diferenciales de género, etnia y distribución del ingreso, garantizando que estas iniciativas no vayan en detrimento de las condiciones laborales y los derechos del trabajador y la trabajadora joven y que permitan una adecuada cobertura de seguridad social.

25. Fomentar la creación de mecanismos de reconocimiento de estudios y formación en la región para facilitar la movilidad laboral de los jóvenes, reconocer sus cualificaciones, competencias y experiencias laborales.

26. Acoger e impulsar el desarrollo de la II Estrategia Iberoamericana de Seguridad y Salud en el Trabajo, dando continuidad a la I Estrategia adoptada por la XIX Cumbre Iberoamericana y animar a los Estados a que aborden la planificación e implementación de sus propias estrategias, en las que se promueva la mejora continua de las condiciones de seguridad y salud en el trabajo y en las que se ofrezcan respuestas al fenómeno de la siniestralidad laboral y las enfermedades profesionales.

27. Incrementar significativamente y de manera sostenida la inversión en Ciencia, Tecnología e Innovación, como un compromiso que permita afrontar los principales retos que tienen nuestros países.

28. Intensificar la cooperación Iberoamericana en Ciencia, Tecnología e Innovación con el propósito de

complementar las capacidades en infraestructura, equipamiento y recursos humanos, así como fomentar la transferencia y circulación de conocimiento.

29. Reconocer la realización del tercer Laboratorio Iberoamericano de Innovación Ciudadana “LABICCO” en Cartagena de Indias del 9 al 23 de octubre de 2016, en el que más de 120 ciudadanos de Iberoamérica han desarrollado proyectos innovadores exitosos con el fin de mejorar la inclusión y accesibilidad de las personas en situación de vulnerabilidad en Iberoamérica.

30. Aportar contenidos para el Canal de Televisión Satelital, “Señal que nos une”, así como contribuir a los mecanismos de participación social en la producción del audiovisual en la región y apoyar el desarrollo de coproducciones regionales.

31. Reconocer los avances de la Agenda Digital Cultural para Iberoamérica, impulsada por la SEGIB, la cual contribuye transversalmente a la consolidación del Espacio Cultural Iberoamericano, fomentando su inserción en las redes de información existentes.

32. Reconocer la relevancia de la Carta Cultural Iberoamericana en el X aniversario de su adopción por su aporte al desarrollo de las políticas públicas culturales que han significado un avance en la materia, creando un modelo único, como aporte de Iberoamérica a otras regiones. En ese marco, encomendar al Espacio Cultural Iberoamericano (ECI) impulsar la Agenda Iberoamericana por la diversidad lingüística.

33. Saludar el XXX Aniversario de la Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano (FNCL), proyecto impulsado en Cuba por el escritor colombiano Gabriel García Márquez, por su aporte al cine y audiovisual regional; en ese marco también, reconocer a la Escuela Internacional de Cine y Televisión de San Antonio de los Baños, Cuba, como un centro de formación y excelencia al servicio de creadores y realizadores vinculados a la industria cinematográfica y a la Televisión

Iberoamericana.

34. Fortalecer las políticas públicas en salud para el abordaje del consumo nocivo del alcohol y el uso indebido de sustancias psicoactivas, la dependencia y la reducción del impacto negativo de las drogas en la salud; el impacto de la doble carga nutricional, y la garantía de los derechos sexuales y reproductivos de los adolescentes y jóvenes, de conformidad con la legislación y la normativa nacional, con el fin de contribuir a mejorar su calidad de vida, y a que fortalezcan el intercambio de experiencias exitosas y lecciones aprendidas en los países iberoamericanos en torno a estas temáticas.

35. Promover la integración de los jóvenes en la administración pública y, en tal sentido, cualificar la formación mediante alianzas entre los centros de formación públicos o privados, la academia, grupos de jóvenes los Gobiernos, los laboratorios de innovación pública o figuras similares, entre otros.

36. Reafirmar el compromiso con la protección y promoción de los derechos de los pueblos indígenas y afrodescendientes, así como con su autodesarrollo social, económico y cultural, y encomendar a la SEGIB fortalecer los esfuerzos para integrar la perspectiva de dichos pueblos en la cooperación iberoamericana.

Adicionalmente, apoyar las acciones que se realicen en la región, en el marco del Decenio Internacional de los Afrodescendientes, proclamado por las Naciones Unidas.

37. Encomendar a la SEGIB la presentación de una propuesta de hoja de ruta para renovar y dinamizar el relacionamiento con los Observadores Asociados y Consultivos, especialmente su contribución al fortalecimiento de la Cooperación Iberoamericana.

38. Acoger con satisfacción el ingreso de la República de Corea como Observador Asociado de la Conferencia Iberoamericana.

39. Expresar nuestro sincero agradecimiento a S.E. el Presidente Juan Manuel Santos, al

Gobierno y al pueblo de Colombia y a la hermosa ciudad de Cartagena de Indias por la cálida acogida con que nos han recibido con ocasión de esta Cumbre.

40. Reconocer y agradecer el apoyo otorgado tanto por la Secretaría Pro Tempore como por la Secretaría General Iberoamericana en el desarrollo de los trabajos preparatorios de la Conferencia Iberoamericana y en la organización de la XXV Cumbre Iberoamericana.

41. Dar la bienvenida y agradecer al Gobierno de Guatemala por su ofrecimiento de hospedar la XXVI Cumbre Iberoamericana en 2018.

Aprobamos la presente Declaración de Cartagena de Indias en sus textos originales en los idiomas español y portugués. La suscriben en nombre de los países miembros de la Conferencia Iberoamericana Juan Manuel Santos, Presidente de la República de Colombia, en su calidad de Secretario Pro-Témpore de la Conferencia y Rebeca Grynspan Mayufis, Secretaria General Iberoamericana, en calidad de testigo.

Cartagena de Indias, 29 de octubre de 2016

JUAN MANUEL SANTOS CALDERÓN
Presidente de la República de Colombia

REBECA GRYNSPAN MAYUFIS
Secretaria General

XII CIMEIRA BRASIL- PORTUGAL – BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2016 31/10/2016

O presidente Michel Temer receberá, em Brasília, em 1º de novembro, o primeiro-ministro de Portugal, António Costa, por ocasião da XII Cimeira Brasil-Portugal, mecanismo de diálogo regular entre os Chefes de Governo dos dois países, que se realiza desde 1991.

Durante o encontro, serão discutidos temas da agenda bilateral, com destaque para as áreas de comércio e investimentos, ciência, tecnologia e inovação, bem como de promoção da língua portuguesa.

Os mandatários também passarão em revista temas das agendas regional e multilateral, em particular as negociações do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia e a recente eleição de António Guterres para o cargo de secretário-geral das Nações Unidas.

Brasil e Portugal mantêm significativa parceria nos campos político e econômico-comercial. Cerca de 600 empresas portuguesas ou de capital português atuam no Brasil. O volume do comércio bilateral alcançou, em 2015, US\$ 1,6 bilhão. As exportações brasileiras somaram US\$ 822 milhões, e as importações, US\$ 810 milhões.

ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE CABO VERDE 31/10/2016

A República Federativa do Brasil (“Brasil”) e

A República de Cabo Verde (“Cabo Verde”),
(daqui por diante referidos como “Partes”);

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Desejando estreitar as relações de amizade e cooperação entre as Partes;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um acordo com o propósito de estabelecer e explorar serviços

aéreos entre seus respectivos territórios e além;

Acordam o que se segue:

Artigo 1 **Definições**

Para aplicação do presente Acordo, salvo disposição em contrário, o termo:

a) “autoridade aeronáutica” significa, no caso do Brasil, a autoridade de aviação civil, representada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e no caso de Cabo Verde, pela Agência de Aviação Civil (AAC), ou em ambos os casos, qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções exercidas pelas autoridades acima mencionadas;

b) “Acordo” significa este Acordo, qualquer anexo a ele, e quaisquer emendas decorrentes;

c) “capacidade” significa a quantidade de serviços estabelecidos pelo Acordo, medida normalmente pelo número de voos (frequências) ou de assentos, ou toneladas de carga oferecidas em um mercado (par de cidades ou país a país) ou em uma rota, durante um determinado período, tal como diariamente, semanalmente, por temporada ou anualmente;

d) “Convenção” significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui os Anexos adotados de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94, desde que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes;

e) “empresa aérea designada” significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo;

f) “preço” significa qualquer preço, tarifa ou encargo para o transporte de passageiros, bagagem e/ou carga, excluindo mala postal, no transporte aéreo, incluindo qualquer outro modal de transporte em conexão com aquele, cobrados pelas empresas aéreas, incluindo seus agentes, e as condições segundo as quais se aplicam estes preços, tarifas e encargos;

g) “território”, em relação a um Estado tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção;

h) “tarifa aeronáutica” significa o valor cobrado às empresas aéreas, pelas autoridades competentes, ou por estas autorizado a ser cobrado, pelo uso do aeroporto, ou de suas instalações e serviços, ou de instalações de navegação aérea, ou de instalações de segurança da aviação, incluindo as instalações e os serviços relacionados, por aeronaves, suas tripulações, passageiros e carga; e

i) “serviço aéreo”, “serviço aéreo internacional”, “empresa aérea” e “escala para fins não comerciais”, têm os significados a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção.

Artigo 2

Concessão de Direitos

1. Cada Parte concede à outra Parte os direitos especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas no Quadro de Rotas especificado no anexo a este Acordo.

2. Sujeito às disposições deste Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes gozarão dos seguintes direitos:

a) sobrevoar o território da outra Parte sem pousar;

b) fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais;

c) fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas acordado conjuntamente pelas autoridades aeronáuticas de ambas as Partes, para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal separadamente ou em combinação; e

d) os demais direitos especificados no presente Acordo.

3. As empresas aéreas de cada Parte que não tenham sido designadas com base no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo também gozarão dos direitos especificados nas letras a) e b) do parágrafo 2 deste Artigo.

4. Nenhum dispositivo deste Acordo será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagem, carga e mala postal, mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte.

Artigo 3

Designação e Autorização

1. Cada Parte terá o direito de designar por escrito à outra Parte uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação. Essas notificações serão feitas pela via diplomática.

2. Ao receber tal designação e o pedido de autorização de operação da empresa aérea designada, na forma e no modo prescritos, cada Parte concederá a autorização de operação apropriada com a mínima demora de trâmites, desde que:

a) a empresa aérea seja estabelecida no território da Parte que a designa;

b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa;

c) a Parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); e

d) a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer as condições prescritas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

3. Ao receber a autorização de operação constante do parágrafo 2, uma empresa aérea designada pode, a qualquer tempo, começar a operar os serviços acordados para os quais tenha sido designada, desde que ela cumpra as disposições aplicáveis deste Acordo.

Artigo 4

Negação, Revogação e Limitação de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações mencionadas no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente nos casos em que:

a) elas não estejam convencidas de que a empresa aérea seja estabelecida no território da Parte que a designou; ou

b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada não seja exercido e mantido pela Parte que a designa; ou

c) a Parte que designa a empresa aérea não cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); ou

d) a empresa aérea designada não esteja qualificada para atender outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de

serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

2. A menos que a imediata revogação, suspensão ou imposição das condições previstas no parágrafo 1 do presente Artigo seja essencial para impedir novas infrações a leis e regulamentos, ou às disposições deste Acordo, esse direito somente será exercido após a realização de reunião de consulta com a outra Parte. Tal consulta deverá ocorrer antes de expirar o prazo de trinta (30) dias a partir da data da solicitação por uma Parte, salvo entendimento diverso entre as Partes.

Artigo 5

Aplicação de Leis

1. As leis e regulamentos de uma Parte que regem a entrada e saída de seu território de aeronaves engajadas em serviços aéreos internacionais, ou a operação e navegação de tais aeronaves enquanto em seu território, serão aplicados às aeronaves das empresas aéreas da outra Parte.

2. As leis e regulamentos de uma Parte, relativos à entrada, permanência e saída de seu território, de passageiros, tripulantes e carga, incluindo mala postal, tais como os relativos à imigração, alfândega, moeda, saúde e quarentena serão aplicados aos passageiros, tripulantes, carga e mala postal transportados por aeronaves das empresas aéreas da outra Parte enquanto permanecerem no referido território.

3. Nenhuma Parte dará preferência às suas próprias empresas aéreas ou a qualquer outra empresa aérea em relação às empresas aéreas da outra Parte engajadas em transporte aéreo internacional similar, na aplicação de seus regulamentos de imigração, alfândega, quarentena e regulamentos similares.

4. Passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto serão sujeitos apenas a um controle simplificado. Bagagem e carga em

trânsito direto estarão isentas de taxas alfandegárias e de outros impostos similares.

Artigo 6

Reconhecimento de Certificados e Licenças

1. Certificados de aeronavegabilidade e de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte para o objetivo de operar os serviços acordados, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou convalidados sejam iguais ou superiores aos requisitos mínimos estabelecidos segundo a Convenção.

2. Se os privilégios ou as condições das licenças ou certificados mencionados no parágrafo 1 anterior, emitidos pelas autoridades aeronáuticas de uma Parte para qualquer pessoa ou empresa aérea designada, ou relativos a uma aeronave utilizada na operação dos serviços acordados, permitirem uma diferença dos requisitos mínimos estabelecidos pela Convenção, e que tal diferença tenha sido notificada à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a outra Parte pode pedir que se realizem consultas entre as autoridades aeronáuticas a fim de esclarecer a prática em questão.

3. Cada Parte, todavia, reserva-se o direito de recusar-se a reconhecer, para o objetivo de sobrevoos ou pouso em seu próprio território, certificados de habilitação e licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

Artigo 7

Segurança Operacional

1. Cada Parte poderá solicitar a qualquer momento a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro dos 30

(trinta) dias após a apresentação da referida solicitação.

2. Se, depois de realizadas tais consultas, uma Parte chega à conclusão de que a outra não mantém e administra de maneira efetiva os requisitos de segurança, nos aspectos mencionados no parágrafo 1, que satisfaçam as normas estabelecidas à época em conformidade com a Convenção, a outra Parte será informada de tais conclusões e das medidas que se considerem necessárias para cumprir as normas da OACI. A outra Parte deverá, então, tomar as medidas corretivas para o caso, dentro de um prazo acordado.

3. De acordo com o Artigo 16 da Convenção, fica também acordado que qualquer aeronave operada por ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte, que preste serviço para ou do território da outra Parte poderá, quando se encontrar no território desta última, ser objeto de uma inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte, desde que isto não cause demoras desnecessárias à operação da aeronave. Não obstante as obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção, o objetivo desta inspeção é verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação e se o equipamento da aeronave e a condição da mesma estão conformes com as normas estabelecidas à época em conformidade com a Convenção.

4. Quando uma ação urgente for essencial para assegurar a segurança da operação de uma empresa aérea, cada Parte reserva-se o direito de suspender ou modificar imediatamente a autorização de operação de uma ou mais empresas aéreas da outra Parte.

5. Qualquer medida tomada por uma Parte de acordo com o parágrafo 4 acima será suspensa assim que deixem de existir os motivos que levaram à adoção de tal medida.

6. Com referência ao parágrafo 2, se for constatado que uma Parte continua a não cumprir as normas da OACI, depois de transcorrido o prazo acordado, o Secretário Geral da OACI será disto notificado. O Secretário Geral da OACI também será notificado após a solução satisfatória de tal situação.

Artigo 8

Segurança da Aviação

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada em Haia em 16 de dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, e seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal em 24 de fevereiro de 1988, da Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para o Propósito de Detecção, assinada em Montreal em 1 de março de 1991, bem como qualquer outra convenção ou protocolo sobre segurança da aviação civil, aos quais ambas as Partes venham a aderir.

2. As Partes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas

aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes agirão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI e designadas como Anexos à Convenção; exigirão que operadores de aeronaves por elas registradas, ou operadores de aeronaves estabelecidos em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação. Cada Parte notificará a outra Parte de toda diferença entre seus regulamentos e métodos nacionais e as normas de segurança da aviação dos Anexos. Qualquer das Partes poderá solicitar a qualquer momento a imediata realização de consultas com a outra Parte sobre tais diferenças.

4. Cada Parte concorda que a tais operadores de aeronaves pode ser exigido que observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo e exigidas pela outra Parte para a entrada, saída, ou permanência no território da outra Parte. Cada Parte assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger as aeronaves e para inspecionar passageiros, tripulações, bagagens de mão, bagagens, carga e provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte, também, considerará de modo favorável toda solicitação da outra Parte, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronave civil, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tal aeronave, de seus passageiros e tripulação, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes

assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

6. Cada Parte terá o direito, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à notificação, de que suas autoridades aeronáuticas efetuem uma avaliação no território da outra Parte das medidas de segurança sendo ou a serem aplicadas, pelos operadores de aeronaves, com respeito aos voos que chegam procedentes do território da primeira Parte ou que sigam para o mesmo. Os entendimentos administrativos para a realização de tais avaliações serão feitos entre as autoridades aeronáuticas e implementados sem demora a fim de se assegurar que as avaliações se realizem de maneira expedita. Todas as avaliações estarão cobertas por um acordo específico sobre a proteção de informação entre as autoridades aeronáuticas das Partes.

7. Quando uma Parte tiver motivos razoáveis para acreditar que a outra Parte não cumpre as disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá solicitar a realização de consultas. Tais consultas começarão dentro dos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento de tal solicitação de qualquer das Partes. No caso de não se chegar a um acordo satisfatório dentro dos 15 (quinze) dias a partir do começo das consultas, isto constituirá motivo para negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte. Quando justificada por uma emergência ou para impedir que continue o descumprimento das disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá adotar medidas temporárias a qualquer momento.

Artigo 9

Tarifas Aeronáuticas

1. Nenhuma Parte cobrará ou permitirá que sejam cobradas das empresas aéreas

designadas da outra Parte tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que utilizem as instalações e os serviços proporcionados, quando for factível por meio das organizações representativas de tais empresas aéreas. Propostas de modificação das tarifas aeronáuticas deverão ser comunicadas a tais usuários com razoável antecedência, a fim de permitir-lhes expressar seus pontos de vista antes que as alterações sejam feitas. Adicionalmente, cada Parte encorajará suas autoridades competentes e tais usuários a trocarem informações apropriadas relativas às tarifas aeronáuticas.

Artigo 10

Direitos Alfandegários

1. Cada Parte, com base na reciprocidade, isentará uma empresa aérea designada da outra Parte, no maior grau possível em conformidade com sua legislação nacional, de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos, taxas de inspeção e outras taxas e gravames nacionais que não se baseiem no custo dos serviços proporcionados na chegada, sobre aeronaves, combustíveis, lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, peças sobressalentes incluindo motores, equipamento de uso normal dessas aeronaves, provisões de bordo e outros itens, tais como bilhetes, conhecimentos aéreos, qualquer material impresso com o símbolo da empresa aérea e material publicitário comum distribuído gratuitamente pela empresa aérea designada, destinados ou usados exclusivamente na operação ou manutenção das aeronaves da empresa aérea designada da Parte que esteja operando os serviços acordados.

2. As isenções previstas neste Artigo serão aplicadas aos produtos referidos no parágrafo 1:

a) introduzidos no território de uma Parte por ou sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte;

b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte, na chegada ou na saída do território da outra Parte; ou

c) levados a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte ao território da outra Parte e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados,

sejam ou não tais produtos utilizados ou consumidos totalmente dentro do território da Parte que outorga a isenção, sob a condição de que sua propriedade não seja transferida no território de tal Parte.

3. O equipamento de bordo de uso regular, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de qualquer das Partes, somente poderão ser descarregados no território da outra Parte com a autorização das autoridades alfandegárias de tal território. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

Artigo 11

Capacidade

1. Cada Parte permitirá que cada empresa aérea designada determine a frequência e a capacidade dos serviços de transporte aéreo internacional a ser ofertada, baseando-se em considerações comerciais próprias do mercado.

2. Nenhuma Parte limitará unilateralmente o volume de tráfego, frequência ou

regularidade dos serviços, ou o tipo ou tipos de aeronaves operadas pelas empresas aéreas designadas da outra Parte, exceto por exigências de natureza alfandegária, técnica, operacional ou razões ambientais sob condições uniformes consistentes com o Artigo 15 da Convenção.

Artigo 12

Preços

1. Os preços cobrados pelos serviços operados com base neste Acordo poderão ser estabelecidos livremente pelas empresas aéreas, sem estar sujeitos a aprovação.

2. Cada Parte pode requerer notificação ou registro junto às autoridades, pelas empresas aéreas designadas, dos preços do transporte originados em seu território.

Artigo 13

Concorrência

1. As Partes deverão informar-se mutuamente, quando solicitadas, sobre suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência e/ou modificações das mesmas, bem como quaisquer objetivos concretos a elas relacionados, que poderiam afetar a operação de serviços de transporte aéreo cobertos por este Acordo e deverão identificar as autoridades responsáveis por sua aplicação.

2. As Partes deverão notificar-se mutuamente sempre que considerarem que pode haver incompatibilidade entre a aplicação de suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência, e as matérias relacionadas à aplicação deste Acordo.

3. Não obstante quaisquer outras disposições em contrário, nada do disposto neste Acordo deverá (i) requerer ou favorecer a adoção de acordos entre empresas, decisões de associações de empresas ou práticas combinadas que impeçam ou distorçam a concorrência; (ii) reforçar os efeitos de tais acordos, decisões ou práticas combinadas;

ou (iii) delegar a operadores econômicos privados a responsabilidade da tomada de medidas que impeçam, distorçam ou restrinjam a concorrência.

Artigo 14

Conversão de Divisas e Remessa de Receitas

1. Cada Parte permitirá às empresas aéreas da outra Parte converter e remeter para o exterior, a pedido, todas as receitas locais provenientes da venda de serviços de transporte aéreo e de atividades conexas diretamente vinculadas ao transporte aéreo que excedam as somas localmente desembolsadas, permitindo-se sua rápida conversão e remessa, à taxa de câmbio do dia do pedido para a conversão e remessa.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto aqueles normalmente cobrados pelos bancos para a execução de tais conversão e remessa.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas de ambas as Partes do pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas.

4. Caso exista um acordo especial entre as Partes para evitar a dupla tributação, ou caso um acordo especial regule a transferência de fundos entre as Partes, tais acordos prevalecerão.

Artigo 15

Atividades Comerciais

1. Cada Parte concederá às empresas aéreas da outra Parte o direito de vender e comercializar em seu território, serviços aéreos internacionais, diretamente ou por meio de agentes ou outros intermediários à escolha da empresa aérea, incluindo o direito de estabelecer seus próprios escritórios, tanto como empresa operadora como não operadora.

2. Cada empresa aérea terá o direito de vender serviços de transporte na moeda desse território ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países, e qualquer pessoa poderá adquirir tais serviços de transporte em moedas aceitas por essa empresa aérea.

3. As empresas aéreas designadas de uma Parte poderão, com base em reciprocidade, trazer e manter no território da outra Parte seus representantes e o pessoal comercial, operacional e técnico necessário à operação dos serviços acordados.

4. Essas necessidades de pessoal podem, a critério das empresas aéreas designadas de uma Parte, ser satisfeitas com pessoal próprio ou usando os serviços de qualquer outra organização, companhia ou empresa aérea que opere no território da outra Parte, autorizadas a prestar esses serviços para outras empresas aéreas.

5. Os representantes e os auxiliares estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor da outra Parte e de acordo com tais leis e regulamentos:

a) cada Parte concederá, com base na reciprocidade e com o mínimo de demora, as autorizações de emprego, os vistos de visitantes ou outros documentos similares necessários para os representantes e os auxiliares mencionados no parágrafo 3 deste Artigo; e

b) ambas as Partes facilitarão e acelerarão as autorizações de emprego necessárias ao pessoal que desempenhe certos serviços temporários que não excedam 90 (noventa) dias.

Artigo 16

Flexibilidade Operacional

1. Cada empresa aérea poderá, nas operações de serviços autorizados por este instrumento, utilizar aeronaves próprias ou aeronaves

arrendadas ("dry lease"), subarrendadas, arrendadas por hora ("interchange" ou "lease for hours"), ou arrendadas com seguro, tripulação e manutenção ("wet lease"), por meio de um contrato entre as empresas aéreas de cada Parte ou de terceiros países, observando-se as leis e regulamentos de cada Parte e o Protocolo sobre a Alteração à Convenção (artigo 83 bis). As autoridades aeronáuticas das Partes deverão celebrar um acordo específico estabelecendo as condições de transferência de responsabilidade para a segurança operacional, conforme prevista pela Organização de Aviação Civil Internacional.

2. Em qualquer trecho ou trechos das rotas do anexo ao Acordo, qualquer empresa aérea terá o direito de operar transporte aéreo internacional, inclusive em regime de código compartilhado com outras empresas aéreas, sem qualquer limitação quanto à mudança, em qualquer ponto ou pontos na rota, do tipo, tamanho ou quantidade de aeronaves operadas, desde que o transporte além desse ponto seja continuação do transporte a partir do território da Parte Contratante que designou a empresa aérea, e que o transporte ingressando no território da Parte Contratante que designou a empresa aérea seja continuação do transporte oriundo de além de tal ponto.

Artigo 17 Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de cada Parte proporcionarão ou farão com que suas empresas aéreas designadas proporcionem às autoridades aeronáuticas da outra Parte, a pedido, as estatísticas periódicas ou eventuais, que possam ser razoavelmente requeridas.

Artigo 18 Aprovação de Horários

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte submeterão sua previsão de horários de

voos à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte, pelo menos 30 (trinta) dias antes do início de operação dos serviços acordados. O mesmo procedimento será aplicado para qualquer modificação dos horários.

2. Para os voos de reforço que a empresa aérea designada de uma Parte deseje operar nos serviços acordados, fora do quadro de horários aprovado, essa empresa aérea solicitará autorização prévia das autoridades aeronáuticas da outra Parte. Tais solicitações serão submetidas pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes da operação de tais voos.

Artigo 19 Consultas

1. Qualquer das Partes pode, a qualquer tempo, solicitar a realização de consultas sobre a interpretação, aplicação, implementação ou emenda deste Acordo ou seu satisfatório cumprimento.

2. Tais consultas, que podem ser feitas mediante reuniões ou por correspondência, serão iniciadas dentro de um período de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento da solicitação por escrito pela outra Parte, a menos que de outra forma acordado entre as Partes.

Artigo 20 Solução de Controvérsias

1. No caso de qualquer controvérsia que possa surgir entre as Partes, relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo, as autoridades aeronáuticas das Partes buscarão, em primeiro lugar, resolvê-las por meio de consultas e negociações.

2. Caso as Partes não cheguem a um acordo por meio de negociação, a controvérsia será solucionada pela via diplomática.

Artigo 21 Emendas

Qualquer emenda deste Acordo, acordada entre as Partes, entrará em vigor em data a ser determinada por troca de Notas diplomáticas, indicando que todos os procedimentos internos necessários para a entrada em vigor da emenda foram completados pelas Partes.

Artigo 22

Acordos Multilaterais

Se um acordo multilateral relativo ao transporte aéreo entrar em vigor em relação a ambas as Partes, o presente Acordo será emendado para conformar-se às disposições de tal acordo multilateral.

Artigo 23

Denúncia

Qualquer das Partes pode, a qualquer tempo, notificar a outra Parte por escrito, por via diplomática, sua decisão de denunciar este Acordo. Tal notificação será feita simultaneamente à OACI. Este Acordo expirará à meia noite, hora local da Parte notificada, imediatamente antes do primeiro aniversário da data de recebimento da notificação pela outra Parte, a menos que se retire tal notificação mediante acordo, antes de concluído tal prazo. Se a outra Parte não acusar recebimento, será considerado que a notificação foi recebida 14 (quatorze) dias depois de seu recebimento pela OACI.

Artigo 24

Registro na OACI

Este Acordo e qualquer emenda a ele, após sua entrada em vigor, serão registrados na OACI pela Parte que os tiver ratificado em último lugar.

Artigo 25

Entrada em Vigor

Este Acordo entrará em vigor na data de recebimento da segunda Nota diplomática indicando que todos os procedimentos

internos necessários para sua entrada em vigor foram completados pelas Partes e substituirá o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde assinado em Praia, República de Cabo Verde, em 29 de julho de 2004.

Em testemunho do que os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, no dia 31 do mês de outubro, do ano de 2016, em duplicata, em Português.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL PELA REPÚBLICA DE CABO
VERDE

ANEXO 1

QUADRO DE ROTAS

Rotas a serem operadas pela(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) pelo Brasil:

Pontos Aquém	Pontos de Origem	Pontos Intermediários	Pontos de Destino	Pontos Além
Quaisquer pontos no Brasil	Quaisquer pontos em Cabo Verde	Quaisquer pontos	Quaisquer pontos	Quaisquer pontos

Rotas a serem operadas pela(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) de Cabo Verde:

Pontos Aquém	Pontos de Origem	Pontos Intermediários	Pontos de Destino	Pontos Além
Quaisquer pontos em Cabo Verde	Quaisquer pontos no Brasil	Quaisquer pontos	Quaisquer pontos	Quaisquer pontos

NOTAS:

1. As empresas aéreas designadas de ambas as Partes poderão, em qualquer ou em todos os voos e à sua opção:

a) efetuar voos em uma ou ambas as direções;

b) combinar diferentes números de voo na operação de uma aeronave;

c) servir, nas rotas, pontos intermediários e além e pontos nos territórios das Partes, em qualquer combinação e em qualquer ordem, sem direitos de cabotagem;

d) omitir escalas em qualquer ponto ou pontos;

e) transferir tráfego de quaisquer de suas aeronaves para quaisquer de suas outras aeronaves em qualquer ponto das rotas; e

sem limitação de direção ou geográfica, e sem perda de qualquer direito de transportar tráfego de outra forma permitido sob este Acordo, desde que o transporte seja parte de um serviço que sirva um ponto no território da Parte que designa a empresa aérea.

2. As empresas aéreas designadas de ambas as Partes poderão, em qualquer ou em todos os voos, exercer direitos de tráfego de quinta liberdade em quaisquer pontos intermediários e/ou além.

ANEXO 2

CÓDIGO COMPARTILHADO

1. Na exploração dos serviços acordados nas rotas especificadas, qualquer empresa aérea designada de uma Parte poderá celebrar acordos comerciais de código compartilhado com:

a) uma empresa ou empresas aéreas da mesma Parte;

b) uma empresa ou empresas aéreas da outra Parte;

c) uma empresa ou empresas aéreas de um terceiro país, desde que este terceiro país

autorize ou permita acordos similares entre as empresas aéreas em serviços desde, para e através de tal terceiro país,

desde que todas as empresas aéreas em tais acordos:

a) tenham os direitos apropriados;

b) cumpram os requisitos normalmente aplicados a esses acordos, como a proteção e informação ao passageiro referente à responsabilidade, e

2. Todas as empresas aéreas em tais acordos deverão, com relação aos bilhetes vendidos, deixar claro para o comprador no ponto de venda com o qual ou quais empresas aéreas ele está estabelecendo uma relação contratual.

3. As Autoridades de Aviação Civil das Partes poderão requerer a submissão dos acordos de código compartilhado à autorização prévia à sua implementação.

INCLUSÃO DO BRASIL NO PROGRAMA CANADENSE "ELECTRONIC TRAVEL AUTHORIZATION" 31/10/2016

O governo brasileiro acolheu com satisfação a decisão do Canadá de incluir o Brasil no programa "Electronic Travel Authorization" (eTA). A partir de 1º maio de 2017, os turistas brasileiros que pretendam viajar para o Canadá por via aérea e preencherem os requisitos do programa poderão solicitar autorização de viagem àquele país por via eletrônica e mediante pagamento de taxa. A autorização de viagem emitida pelo eTA será válida por cinco anos ou até que o passaporte expire, o que ocorrer primeiro.

ELEIÇÃO DO SENHOR MICHEL AOUN À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA LIBANESA 31/10/2016

O governo brasileiro congratula o Presidente Michel Naim Aoun por sua eleição a Chefe de Estado da República Libanesa e posse no cargo, em 31/10/2016.

O Brasil possui históricas e fraternas relações com o Líbano, pátria ancestral de tantos brasileiros e um dos grandes contribuintes para a formação da nacionalidade brasileira.

Fazemos votos de que a eleição de Michel Aoun contribua para o fortalecimento da estabilidade do Líbano.

O Brasil, que abriga uma das maiores populações de origem libanesa no mundo, receberá, ao final de novembro, a 1ª Conferência "Energia da Diáspora" para a América Latina, em São Paulo.

XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA 01/11/2016

1. Os Chefes de Estado e de Governo da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, ou seus representantes, reuniram-se na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Brasília, nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2016.

2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Michel Temer, Presidente da República Federativa do Brasil, como Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de

Governo da CPLP, para os próximos dois anos.

3. Celebraram os 20 anos de constituição da CPLP, que logrou consolidar-se como foro privilegiado de diálogo e de colaboração entre os países de Língua Portuguesa, bem como plataforma para a projeção do idioma que os une, tendo-se tornado uma organização internacional reconhecida pela comunidade internacional.

4. Reafirmaram a plena validade do compromisso histórico consagrado na Declaração Constitutiva da CPLP, com a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Estados-Membros, que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum e pelos primados da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social.

5. Aprovaram as orientações constantes no relatório sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) e renovaram a sua determinação em prosseguir aprofundando a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da Língua Portuguesa no mundo, de modo a fortalecer a organização e a sua presença junto aos cidadãos dos Estados-Membros e junto à comunidade internacional.

6. Congratularam-se com a escolha do Senhor Eng.º António Guterres para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, o primeiro cidadão de um Estado-Membro da CPLP a ocupar tão elevada posição. Saudaram ainda as Nações Unidas pela forma transparente e consensual como foi conduzido o processo de designação.

7. Congratularam-se também com a exitosa realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro, em agosto e setembro de 2016, tendo sido a primeira

vez que as Olimpíadas e as Paraolimpíadas foram celebradas em um país de Língua Portuguesa.

8. Tomaram nota, com satisfação, das medidas e atividades levadas a cabo e dos encontros celebrados desde a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Díli, a 23 de julho de 2014 (listados em anexo a esta Declaração), para a concretização dos objetivos da Comunidade.

9. Saudaram a escolha de “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” como tema da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo e comprometeram-se em promover o diálogo político, a troca de experiências e a cooperação com vista a apoiar, no âmbito da CPLP, a implementação da Agenda 2030 e de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das 169 metas associadas.

10. Congratularam-se com a proclamação de 2016 como o “Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil” e assumiram o compromisso de prosseguir cooperando com vista à prevenção e eliminação da exploração do trabalho infantil no âmbito da Comunidade.

11. Reafirmaram o interesse dos Estados-Membros em estimular o crescimento dos fluxos comerciais e de investimento entre os integrantes da CPLP, por meio do fortalecimento da coordenação entre os Estados. Destacaram, nesse sentido, a realização do Fórum Econômico Global, numa iniciativa inovadora, que aliando o esforço governamental às iniciativas empresariais da Comunidade, busca atrair investimentos para o desenvolvimento socioeconômico no espaço da Comunidade, em consentâneo com o objetivo 17 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

12. Aprovaram a concessão da categoria de

Observador Associado da CPLP à Hungria, à República Checa, à República Eslovaca e à República Oriental do Uruguai, cuja adesão à Organização muito a prestigia pela visibilidade política internacional que lhe acresce.

13. Ressaltaram o relevante papel que os Observadores Associados podem desempenhar nas atividades da CPLP e instaram o Secretariado Executivo, em coordenação com os Estados-Membros, a propor estratégias para intensificar o envolvimento dos Observadores Associados com a Organização.

14. Saudaram a realização da VI sessão da Assembleia Parlamentar da CPLP, em Brasília, entre 5 e 7 de abril de 2016, e assinalaram a importância dos trabalhos da Assembleia Parlamentar para a Comunidade e os seus cidadãos.

15. Tomaram boa nota do pedido dos Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de que seus Encontros, de caráter anual, possam ser integrados na estrutura institucional da CPLP.

16. Reafirmaram a importância do envolvimento da sociedade civil nas atividades da CPLP e recomendaram a continuidade do processo de crescente institucionalização da sua participação na Comunidade, por meio da articulação com os Observadores Consultivos e com outros mecanismos de organização da sociedade civil, como o Fórum da Sociedade Civil, com vista à construção de um mecanismo integrado de diálogo e colaboração entre a sociedade civil e a CPLP.

Concertação política e diplomática

17. Destacaram a realização de eleições regulares nos Estados-Membros e a legitimidade democrática que daí decorre,

elementos essenciais de afirmação dos direitos do homem e do cidadão, e da preservação de instituições democráticas e representativas, bem como do reforço do Estado de direito democrático.

18. Saudaram o papel da CPLP e dos seus Estados-Membros na observação de eleições em São Tomé e Príncipe (outubro de 2014) e em Moçambique (outubro de 2014), bem como no acompanhamento da eleição na Guiné Equatorial (abril de 2016).

19. Regozijaram-se pelo importante papel desempenhado pelo fórum P5 – integrado pelas Nações Unidas, União Africana, CEDEAO, União Europeia e CPLP – e pela Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, na configuração específica para a Guiné-Bissau, no acompanhamento da situação política guineense e na promoção de um diálogo construtivo entre os atores políticos guineenses, bem como na facilitação do diálogo com os parceiros internacionais, essencial para a implementação de um roteiro para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento económico e social que o povo guineense tanto almeja;

Mandataram o Secretário Executivo da CPLP a continuar a acompanhar a situação política na Guiné-Bissau e a manter um quadro de concertação e interação com os atores políticos guineenses e os parceiros internacionais e regionais.

20. Congratularam-se com o anúncio da conclusão dos procedimentos internos de ratificação dos Estatutos da CPLP e com a entrega simbólica da respetiva carta ao Secretário Executivo da CPLP, que consolida a integração da Guiné Equatorial na CPLP e abre caminho à adoção do acervo comunitário;

Registraram com agrado a solicitação da Guiné Equatorial de apoio técnico à

harmonização legislativa interna, decorrente da moratória à pena de morte em vigor, no sentido de a converter em abolição, em conformidade com os princípios fundamentais e valores universais comungados por todos os Estados-Membros;

Reconheceram os esforços empreendidos pela Guiné Equatorial na adoção plena da Língua Portuguesa, designadamente através dos órgãos de comunicação social, com destaque para a Televisão Nacional e Rádio Asonga, bem como a integração da Língua Portuguesa no currículo dos Centros Educativos;

Reiteraram o empenho em apoiar os esforços da Guiné Equatorial na sua plena integração na CPLP, em aspetos que possam vir a ser identificados junto dos órgãos da CPLP;

Felicitaram a iniciativa da Guiné Equatorial em instituir o Prémio UNESCO/Guiné Equatorial em Ciências da Vida, que em 2015 foi atribuído a um cidadão de um Estado-Membro da CPLP .

21. Tomaram nota dos esforços realizados por Timor-Leste para delimitar definitivamente, em harmonia com o Direito Internacional, as fronteiras marítimas com ambos os vizinhos, a Austrália e a Indonésia, e expressaram solidariedade à causa timorense em assegurar o exercício dos direitos soberanos e de jurisdição sobre o seu território marítimo, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e garantir assim um futuro melhor para o povo de Timor-Leste;

Saudaram o início das discussões preparatórias entre Timor-Leste e a Indonésia com vista a delimitar as fronteiras marítimas entre os dois países, num espírito de amizade e no âmbito do direito internacional, e reconheceram a iniciativa de

Timor-Leste em iniciar um processo de conciliação obrigatória com a Austrália, um mecanismo de resolução de disputas no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que está a ser posto em prática pela primeira vez, com o objetivo de alcançar uma solução justa e aceitável para ambas as partes.

22. Registraram, com satisfação, a adoção, em 6 de julho de 2015, pela 69.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução 69/311 “Cooperação entre as Nações Unidas e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, e reiteraram a importância de estreitar a colaboração entre a CPLP e as Nações Unidas, suas agências, entidades e programas, bem como outros organismos internacionais, regionais e subregionais.

23. Reafirmaram a necessidade de avançar na reforma das Nações Unidas, em particular de seu Conselho de Segurança, com vistas a reforçar sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e do aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão;

Reiteraram seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé e Príncipe (2004), da Declaração de Bissau (2006), da Declaração de Lisboa (2008), da Declaração de Luanda (2010), da Declaração de Maputo (2012) e da Declaração de Díli (2014). Reiteraram, igualmente, nesse âmbito, o apoio à pretensão da África de estar representada na categoria de membro permanente do Conselho de Segurança.

24. Assinalaram que a mobilidade e a circulação no espaço da CPLP constituem um instrumento essencial para o

aprofundamento da Comunidade e a progressiva construção de uma cidadania da CPLP, e reconheceram a necessidade de que sejam retomadas as discussões sobre o tema, levando em conta as diferentes realidades de cada Estado-Membro. Ao mesmo tempo, reconheceram que a aplicação dos Acordos de Brasília, de forma gradual e diferenciada pelos Estados-Membros, deverá contribuir para uma maior circulação dos cidadãos no espaço CPLP. Neste sentido, saudaram a decisão das Autoridades de São Tomé e Príncipe em isentar de vistos todos os cidadãos dos Estados-Membros para estadas de um período de até 15 dias.

25. Reafirmaram o compromisso de reforçar o direito humano à alimentação adequada nas políticas nacionais e comunitária, reconhecendo o seu papel na erradicação da fome e da pobreza nos países da Comunidade, bem como a prioridade dada ao tema da segurança alimentar e nutricional na agenda da CPLP. Destacaram, nesse sentido, a necessidade de implementar as ações previstas no plano de atividades da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) e de consolidar o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP).

26. Reiteraram a importância do tema dos oceanos para os Estados-Membros da CPLP e, nesse sentido, reafirmaram o compromisso com a negociação de novo acordo internacional juridicamente vinculante, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha além das jurisdições nacionais. Reafirmaram, ainda, o compromisso de, até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, fomentando, para tanto, a cooperação entre os países membros da CPLP. Asseveraram a vontade política

comum de assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e de seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na CNUDM, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos.

27. Instaram os Estados que ainda não o fizeram a assinar e ratificar o Acordo sobre Medidas do Estado do Porto para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, negociado no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

28. Sublinharam a vontade política comum de promover a imagem da CPLP através do endosso de candidaturas dos seus Estados-Membros a cargos e funções em organizações internacionais, manifestando o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas:

a) Candidatura do Embaixador Gilberto Vergne Saboia, do Brasil, à reeleição como membro da Comissão de Direito Internacional, para o mandato 2017-2021, nas eleições que ocorrerão durante a 71.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2016;

b) Candidatura do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, do Brasil, à reeleição como Juiz da Corte Internacional de Justiça, para o mandato 2018-2027, nas eleições que ocorrerão durante a 72.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2017;

c) Candidatura do Brasil à reeleição como membro do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias das Nações Unidas, para o mandato 2018-2020, nas eleições que ocorrerão durante a 72.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2017;

d) Candidatura do Juiz José Luís de Jesus, de Cabo Verde, à reeleição no cargo de Juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar, para o mandato 2017-2020;

e) Candidaturas do Professor Doutor Aldino Santos de Campos, de Portugal, e do Almirante Ribas Marques, do Brasil, à Comissão de Limites da Plataforma Continental, para o mandato 2017-2022;

f) Candidatura da Professora Doutora Patrícia Galvão Teles, de Portugal, à Comissão do Direito Internacional, para o mandato 2017 a 2021.

29. Assinalaram a importância do diálogo e da colaboração mantidos pelos Grupos CPLP nas diversas capitais e cidades-sede de organismos internacionais e recomendaram que as suas atividades sejam estimuladas e aprofundadas, tendo em conta o seu potencial.

Cooperação

30. Reiteraram a relevância da cooperação para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros e para a consolidação e a projeção internacional da Comunidade.

31. Destacaram, nesse sentido, o potencial que a cooperação da CPLP oferece, numa lógica de cooperação horizontal e triangular, para a partilha de conhecimento e de experiências entre a cooperação tradicional e a cooperação Sul-Sul e com outros contextos e atores internacionais.

32. Reafirmaram a necessidade de fortalecer a ação dos Pontos Focais de Cooperação, de acordo com suas atribuições, promovendo designadamente a sua capacitação e a sua crescente articulação com os pontos focais setoriais, de modo a consolidar uma perspectiva integrada da cooperação na CPLP, em alinhamento com os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável, no quadro da Agenda 2030;

Reiteraram a relevância e a necessidade de um amplo compromisso e parceria para a promoção e concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos Estados-Membros, num espírito de solidariedade reforçado e focado nas necessidades daqueles em maior situação de pobreza e vulnerabilidade.

33. Ressaltaram a necessidade de desenvolver estratégias e mecanismos para o financiamento das atividades de cooperação da CPLP.

34. Registraram a importância de fortalecer a execução técnica e operacional do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) e dos planos estratégicos setoriais, estimulando e promovendo a capacitação dos agentes responsáveis por sua implementação.

35. Reafirmaram o seu compromisso com a defesa e promoção dos direitos humanos, enquanto pilares da dignidade humana e do bem-estar das populações dos Estados-Membros da CPLP, objetivos centrais de todos os esforços de cooperação intracomunitária. Nesse sentido, destacaram a importância de aprofundar a discussão sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no âmbito da CPLP, inclusive, mas não exclusivamente, por meio do intercâmbio de boas práticas em direitos humanos e pelo estímulo à educação em matéria de direitos humanos.

36. Evidenciaram a assinatura, no âmbito da XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Díli, em julho de 2015, da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, instando a que todos os Estados-Membros a ratifiquem.

37. Enaltecaram os avanços registados no domínio da energia, com a realização, em

junho de 2015, em Cascais, da I Reunião de Ministros da Energia da CPLP e da I Conferência Energia para o Desenvolvimento da CPLP e em outubro de 2016, em Malabo, da I Reunião Técnica da Energia, que evidenciaram o potencial da CPLP enquanto ator global na diplomacia da energia, lançando as bases para uma cooperação que poderá assegurar a segurança e sustentabilidade energética e garantir o acesso universal à energia, nas suas diversas tipologias, no espaço comunitário.

Ação Cultural, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa

38. Destacaram a importância de desenvolver projetos conjuntos com o objetivo de difundir e fortalecer a Língua Portuguesa, incentivando a realização de iniciativas comuns e o contato entre as redes de institutos, de centros culturais e de leitorados dos Estados-Membros, no entendimento de que a realização de ações conjuntas contribui para marcar o caráter internacional da Língua Portuguesa e a pluralidade cultural que lhe é intrínseca.

39. Reafirmaram a importância da circulação e da difusão de bens culturais entre os Estados-Membros na disseminação dos produtos culturais contemporâneos em Língua Portuguesa, reconhecendo que esta permitirá o fortalecimento das potencialidades económicas desse setor e representa um importante passo na difusão da diversidade cultural em Língua Portuguesa em todo o mundo.

40. Congratularam-se pelos resultados alcançados até agora pelo Programa CPLP Audiovisual, que tem logrado estimular a produção e a veiculação da produção audiovisual dos Estados-Membros, através da rede das emissoras de televisão públicas nestes países.

41. Saudaram Timor-Leste por organizar a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Díli, de 15 a 17 de junho de 2016, que marcou o caráter contínuo e regular da reflexão alimentada pelas Conferências, bem como ressaltou o escopo global da Língua Portuguesa, discutida em conferências na América, na Europa e, agora, na Ásia. Registraram, ainda, de forma positiva, o contributo do IILP para a realização de Colóquios Preparatórios para a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Díli e Praia);

Recomendaram que se calendarizem, para o primeiro trimestre de 2017, as reuniões necessárias dos segmentos técnico-científico e político-diplomático para a configuração final do Plano de Ação de Díli.

42. Enfatizaram o papel central do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) na coordenação em temas relativos ao idioma, em conformidade com diretrizes estabelecidas pela CPLP. Concordam, por isso, na necessidade do fortalecimento do IILP, com meios humanos e financeiros de modo a cumprir cabalmente o seu mandato.

43. Congratularam-se com o desenvolvimento dos principais projetos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Plataforma Vocabulário Ortográfico Comum e Portal do Professor Língua Estrangeira/Língua Não Materna) e com a criação de novos projetos (Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa e Plano de Leitura CPLP).

44. Saudaram a assinatura do Memorando de Cooperação entre a República da Namíbia, País Observador Associado da CPLP, e o IILP com o objetivo de promover o idioma, com ênfase na formação de professores de Língua Portuguesa para os diferentes níveis do sistema educativo.

45. Regozijaram-se com o fato de a comemoração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP se vir afirmando nos Estados-Membros e noutros países, bem como em diferentes comunidades da diáspora, como manifestação de que “a Língua Portuguesa é um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista”.

46. Congratularam-se com a atribuição do “Prêmio José Aparecido de Oliveira” em ex aequo ao Dr. Jorge Fernando Branco de Sampaio, antigo Presidente da República Portuguesa, ao Professor Doutor Carlos Lopes, ex-Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, e ao Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira, Diplomata de carreira do Brasil e primeiro Representante Permanente junto da CPLP, pelo elevado mérito, e pelo extenso contributo para a difusão dos valores da CPLP e a visibilidade da Comunidade, demonstrados por estas ilustres individualidades.

47. Elegeram a Dr.^a Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira, indicada pela República Democrática de São Tomé e Príncipe, para o cargo de Secretária Executiva da CPLP, para um mandato de dois anos, de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.

48. Concordaram que o(a) Secretário(a) Executivo(a) que sucederá a Dr.^a Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira será indicado(a) pela República Portuguesa e exercerá o seu mandato por dois anos, de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.

49. Decidiram que os mandatos dos Secretários Executivos passam a ter início no dia 1 de janeiro do primeiro ano de

mandato, e término no dia 31 de dezembro do ano subsequente.

50. Congratularam-se com a renovação do mandato da Diretora Geral do Secretariado Executivo da CPLP, Dr.^a Georgina Benrós de Mello.

51. Saudaram, com satisfação, a recondução da Diretora Executiva do IILP, Professora Doutora Marisa Guião de Mendonça, para o segundo mandato.

52. Tomaram nota da adoção, pelo Conselho de Ministros, das seguintes resoluções sobre:

- i) A IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil;
- ii) A Declaração do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP);
- iii) O Fórum Econômico Global;
- iv) A Mobilidade na CPLP;
- v) O Repositório Científico da CPLP;
- vi) A Representatividade dos Estados-Membros no Secretariado Executivo da CPLP;
- vii) A Alteração do Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP (supressão do *numerus clausus*);
- viii) A Alteração do Regulamento do Prémio “José Aparecido de Oliveira”;
- ix) O Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Conteúdos Audiovisuais da CPLP – Programa CPLP Audiovisual;
- x) A Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
- xi) As Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa;
- xii) O Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras do Secretariado Executivo da CPLP no ano de 2014;
- xiii) O Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras do IILP no ano de 2014;
- xiv) O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o

Exercício de 2017;

xv) O Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2017.

53. Aprovaram as seguintes declarações:

- i) Declaração sobre “A Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)”;
- ii) Declaração sobre os 20 anos da CPLP;
- iii) Declaração sobre a CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- iv) Declaração sobre a Situação Política na Guiné-Bissau;
- v) Declaração sobre as Disputas das Fronteiras Marítimas.

54. Aprovaram a Declaração de Apreço ao Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak.

55. Aprovaram a Declaração de Apreço ao Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Isaac Murargy, pela qual expressam um voto de louvor pela dedicação, elevada competência e determinação com que serviu a CPLP, durante os seus mandatos.

56. Prestaram homenagem ao antigo Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro.

57. Prestaram homenagem ao Padre Leão da Costa, da República Democrática de Timor-Leste.

58. Saudaram, com satisfação, a disponibilidade da República de Cabo Verde para acolher a XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2018;

59. Felicitaram as autoridades brasileiras pela excelente organização e expressaram o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em Brasília, a 1 de novembro de 2016.

Pela República de Angola
Manuel Domingos Vicente, Vice-Presidente da República de Angola

Pela República Federativa do Brasil
Michel Temer, Presidente da República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde
Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau
Baciro Djá, Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau

Pela República da Guiné Equatorial
Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da República da Guiné Equatorial

Pela República de Moçambique
Oldemiro Júlio Marques Balói, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique

Pela República Portuguesa
Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa
António Costa, Primeiro-Ministro da República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
Evaristo do Espírito Santo Carvalho, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste
Taur Matan Ruak, Presidente da República Democrática de Timor-Leste

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA XII CIMEIRA BRASIL-PORTUGAL – BRASÍLIA, 1º DE NOVEMBRO DE 2016 01/11/2016

1. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO ANTÁRTICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

2. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA PARA A CRIAÇÃO DE UM PRÊMIO DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

3. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO E O CAMÕES, INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO EM BENEFÍCIO DE TERCEIROS PAÍSES

4. DECLARAÇÃO CONJUNTA ENTRE O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA PARA O REFORÇO DA COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DA TECNOLOGIA

Memorando de Entendimento sobre cooperação antártica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Portuguesa

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Portuguesa (doravante denominados “Signatários”),

Reiterando seu desejo de fortalecer a cooperação bilateral e os laços de amizade entre ambos os países;

Tendo presente os Artigos II e III do Tratado da Antártida e o Artigo VI do Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção ao Meio Ambiente, bem como as Recomendações, Medidas, Decisões e Resoluções das Reuniões Consultivas do Tratado da Antártida que ressaltam a importância da cooperação internacional nas atividades científicas realizadas na área da Antártida,

Conscientes da crescente importância da Antártida para a investigação científica, particularmente no âmbito do meio ambiente global, bem como da necessidade de reduzir ao mínimo os impactos das atividades científicas e humanas no meio ambiente antártico e nos ecossistemas dependentes e associados,

Considerando o marco do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Lisboa, em 5 de Maio de 1986, bem como a Declaração Conjunta assinada pelos Ministros da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa, no Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1997,

Considerando, ademais, a vontade de ambos os países em fortalecer seus vínculos bilaterais de amizade e cooperação na Antártida, particularmente em assuntos relativos à cooperação científica internacional, à observação científica e à investigação de processos de importância global e regional ao sul do Círculo Polar

Antártico,

Decidem o seguinte:

CLÁUSULA I

1. Os Signatários envidarão seus melhores esforços para realizar atividades conjuntas de forma a aproveitar as oportunidades de cooperação previstas nos acordos que compõem o Sistema do Tratado da Antártida, e com fim de otimizar o emprego de recursos humanos e materiais e, igualmente, de evitar duplicidades em matérias destinadas a aperfeiçoar o trabalho de pesquisa científica interdisciplinar na região antártica.

2. Os Signatários revisarão, ao menos uma vez por ano, a execução do presente Memorando no que diz respeito aos seus benefícios e possibilidades de aperfeiçoamento.

CLÁUSULA II

Os Signatários se comprometerão, no âmbito do Sistema do Tratado da Antártida, a cooperar especificamente nas seguintes áreas:

a) preparação conjunta de projetos científicos e tecnológicos, consoantes com os objetivos de suas atividades antárticas nacionais;

b) intercâmbio de informação em campos de interesse comum, especialmente sobre as possíveis repercussões das atividades realizadas por ambos os países e os efeitos de outros projetos realizados no âmbito do Tratado da Antártida, relacionados com o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados;

c) promoção da educação e da formação profissional de recursos humanos mediante intercâmbio de especialistas, pessoal científico, logístico e técnico, bem como realização de cursos de capacitação e atividades acadêmicas nas instituições competentes de ambos os Signatários;

d) facilitação, na medida de suas capacidades, do transporte, do alojamento, da expedição e de outras atividades logísticas relacionadas a atividades nacionais na Antártida, incluindo o desenvolvimento de expedições conjuntas e a utilização compartilhada de meios.

CLÁUSULA III

Os órgãos designados para coordenar as atividades de cooperação conforme o presente Memorando são:

a) O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.;

b) O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA IV

Os órgãos designados envidarão seus melhores esforços para:

a) incentivar a elaboração de editais conjuntos para o desenvolvimento conjunto de planos, programas ou projetos técnico-científicos antárticos, em áreas que serão acordadas oportunamente pelos Signatários;

b) fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico mediante a organização conjunta de estudos, reuniões, eventos, conferências, exposições, oficinas ou outros

meios de difusão relacionados aos temas antárticos de interesse mútuo que tenham relação com as respectivas missões ou objetivos de cada uma das instituições envolvidas;

c) outorgar facilidades para acesso a materiais didáticos, de audiovisual e/ou bibliográfico e, em geral, a todo meio tecnológico que se encontre em posse dos Signatários ou que esses venham a adquirir ou desenvolver no futuro, que diga respeito aos objetivos do Memorando e que sejam compatíveis, quanto a sua difusão ou entrega, com os regulamentos que se estabeleçam na normativa interna de cada instituição;

d) promover o desenvolvimento de atividades científicas conjuntas na Antártida, a fim de mitigar o impacto no meio ambiente e reduzir as exigências logísticas vinculadas;

e) coordenar a cooperação nos demais temas indicados na Cláusula II do presente Memorando.

CLÁUSULA V

Salvo decidido em contrário, cada Signatário custeará os gastos que incorrer na execução das atividades mencionadas acima. Os gastos incorridos pelas instituições governamentais de cada Signatário que participem de atividades decorrentes do presente Memorando serão custeados de acordo com as leis e os regulamentos dos respectivos Signatários.

CLÁUSULA VI

No espírito do Sistema do Tratado da Antártida e considerando os programas de cooperação antártica, apoiados pela

República Portuguesa e pela República Federativa do Brasil junto a outros países, os órgãos designados avaliarão conjuntamente a possibilidade de ampliar a cooperação bilateral junto a terceiros países, mediante programas plurilaterais. Com esse fim, deverão, quando se julgue necessário, buscar fontes de financiamento adicionais, sejam públicas ou privadas, com o objetivo de assegurar os recursos humanos e logísticos requeridos.

CLÁUSULA VII

Com a necessária antecedência ao início de cada temporada antártica, os órgãos designados examinarão as condições existentes de modo a facilitar e otimizar as atividades destinadas a cumprir as metas especificadas nas Cláusulas II e IV do presente Memorando.

CLÁUSULA VIII

O presente Memorando de Entendimento poderá ser alterado, a qualquer momento, por acordo mútuo dos Signatários expresso por escrito.

CLÁUSULA IX

O presente Memorando de Entendimento produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura, por tempo indeterminado.

O presente Memorando de Entendimento deixará de produzir efeitos quando qualquer dos Signatários manifestar a sua vontade nesse sentido, notificando o outro por escrito, com uma antecedência de 60 dias.

CLÁUSULA X

O previsto no presente Memorando não gera obrigações no âmbito do Direito Internacional Público.

Assinado em Brasília, a 1º de novembro de 2016, em dois exemplares originais, em língua portuguesa, sendo ambos igualmente autênticos.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL PELO
GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**Memorando de Entendimento entre o
governo da República Federativa do
Brasil e o governo da República
Portuguesa para a criação de um prêmio
de literatura infantil e juvenil**

O Governo da República Federativa do
Brasil

e

O Governo da República Portuguesa,
(doravante denominados "os Signatários"),

Empenhados em intensificar a parceria estabelecida pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000;

Interessados na integração cada vez maior dos povos de língua portuguesa e na preservação e disseminação da língua portuguesa e da cultura dos países lusófonos;

Reconhecendo que a cooperação na área de literatura para crianças e jovens contribui para o fortalecimento do mercado de bens culturais entre os dois países e no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa,

Chegaram ao seguinte entendimento:

Cláusula 1

Os Signatários viabilizarão meios para a criação de um prêmio para escritores e ilustradores de livros infantis e juvenis de língua portuguesa, nos moldes do Prêmio Camões.

Cláusula 2

Um Grupo de Trabalho será constituído para impulsionar a definição do regulamento do Prêmio, a ser instituído por meio de Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, de 22 de abril de 2000.

Cláusula 3

O presente Memorando de Entendimento pode ser alterado, com o consentimento dos Signatários, por meio de Troca de Notas, por via diplomática.

Cláusula 4

Caso qualquer discordância ou controvérsia ocorra no que se refere à execução deste Memorando de Entendimento, a questão será resolvida mediante consulta entre os Signatários.

Cláusula 5

1. Este Memorando de Entendimento produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura por tempo indeterminado.

2. Qualquer dos Signatários poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, a sua decisão de interromper o presente Memorando de Entendimento.

Assinado em Brasília, em 1 de novembro de 2016, em dois originais, sendo ambos os textos igualmente válidos

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL PELO**

GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, sobre cooperação técnica para o desenvolvimento em benefício de terceiros países

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

e

O Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, IP) (doravante designados "Signatários");

Considerando que as relações de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa têm sido fortalecidas no quadro do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta e do Memorando de Entendimento para a criação de mecanismo de consultas bilaterais na área da cooperação para o desenvolvimento e ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e de Portugal, assinado em Lisboa, em 07 de setembro de 1966;

Considerando que a ABC e o Camões, IP são as Agências Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa e que compartilham os compromissos no que se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a defesa e a promoção dos direitos humanos e ao fortalecimento das instituições democráticas;

Considerando que os Governos de ambos os Estados partilham um forte interesse em estabelecer uma parceria estratégica de

cooperação trilateral com ações conjuntas concretas em terceiros países em desenvolvimento, nomeadamente em países de língua oficial portuguesa da África e Timor Leste, e outros que acordar conjuntamente, e em matérias sobre as quais os seus dois Estados partilhem um interesse comum e que contribuam para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento sustentável dos países beneficiários (doravante designados como “países beneficiários”);

Reconhecendo que a coordenação das atividades de cooperação para o desenvolvimento dos Signatários contribuirá para alcançar uma maior eficiência e melhores resultados de desenvolvimento, a fim de tornarem mais efetivos os programas destinados à melhoria das condições socioeconômicas e ambientais desses países;

Reconhecendo ainda, na perspectiva dos beneficiários, as vantagens comparativas dos Signatários em levar a cabo ações conjuntas no âmbito da cooperação para o desenvolvimento;

Constatando que os esforços desenvolvidos pelo Brasil em matéria de Cooperação Sul-Sul e por Portugal no quadro da sua política de Cooperação têm trazido grandes benefícios junto aos países em desenvolvimento;

Afirmando o estabelecimento de uma nova etapa de cooperação baseada no diálogo entre os Signatários que permita definir objetivos de acordo com um novo cenário de desafios em matéria de cooperação para o desenvolvimento, sendo esta uma nova etapa que visa estabelecer uma maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis e que estabeleça sinergias com outros países por meio de projetos de cooperação trilateral e outros mecanismos de cooperação; e

Reconhecendo as potencialidades no marco da Cooperação Sul-Sul brasileira e na

cooperação trilateral, que Brasil e Portugal podem impulsionar com outros parceiros.

Decidem o seguinte:

I. OBJETO

1. O presente Memorando de Entendimento (doravante designado por MdE) visa a envidar esforços para o estabelecimento das diretrizes para ações conjuntas de cooperação entre os Signatários, sob as quais poderão desenvolver linhas de trabalho para lidar de forma efetiva com os desafios do desenvolvimento, por meio da utilização coordenada dos respetivos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países beneficiários, contribuindo para a concretização dos ODS.

II. PRINCÍPIOS

1. As atividades de parceria para a cooperação trilateral para o desenvolvimento a serem desenvolvidas pelos Signatários terão por base os seguintes princípios gerais:

- a) Respeito pela apropriação dos países beneficiários ao promover a sua participação em atividades conjuntas, baseando as intervenções nas necessidades e prioridades por eles identificadas;
- b) Reconhecimento mútuo de procedimentos e complementaridade de recursos dos Signatários na sua implementação;
- c) Reforçar as capacidades dos países beneficiários para implementar políticas que garantam o respeito, a promoção e a defesa dos direitos humanos, a boa governança, o fortalecimento das instituições democráticas e proteção do meio ambiente;
- d) Promoção da igualdade de gênero na elaboração, planeamento, implementação e monitoramento de todas as atividades e/ou projetos conjuntos decididos pelos Signatários;

- e) Orientação por resultados;
- f) Promoção da eficácia das ações de cooperação para o desenvolvimento;
- g) Ação em resposta às demandas dos países em desenvolvimento, tendo por base as experiências e prioridades locais;
- h) Relações horizontais e com benefícios mútuos; e
- i) Importância da apropriação da experiência transferida.

2. Estas atividades serão desenvolvidas com base de respeito mútuo, essencial para a criação de uma relação de confiança.

3. Fica à responsabilidade de cada Signatário sugerir projetos de cooperação e/ou atividades de coordenação sempre que se considerar necessário ou apropriado.

III. ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO

1. Os Signatários deverão fazer uso das boas práticas para, conjuntamente, atuarem na cooperação para o desenvolvimento, com o propósito de promover o desenvolvimento socioeconômico dos países beneficiários.

2. As atividades desenvolvidas no âmbito deste MdE poderão englobar iniciativas coincidentes com as prioridades geográficas e setoriais dos Governos de Portugal e do Brasil, e que se enquadrem nas prioridades de desenvolvimento dos países beneficiários.

3. Serão encorajadas as parcerias público-privadas como fator multiplicador em todos os outros setores transversais.

IV. APLICAÇÃO

1. O presente MdE é aplicável de acordo com o quadro legal de cada Signatário e não constitui um acordo vinculativo nos termos do direito internacional nem propõe a criação de obrigações legais vinculativas para qualquer um dos Signatários.

V. DEFINIÇÃO E PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

1. Os Signatários estabelecerão um mecanismo de coordenação de nível estratégico para discutir os programas e/ou projetos conjuntos, desenvolver planos de trabalho para esses programas e/ou projetos, planejar e rever a implementação deste MdE.

2. Deverá ser igualmente estabelecido um Comitê Executivo, doravante denominado "Comitê", que dará seguimento às ações do presente MdE. Este Comitê se reunirá anualmente e será conformado de maneira paritária por representantes da ABC e do Camões, IP.

3. As atribuições do Comitê incluirão:

a) Elaboração de modelo de documento de projeto e das modalidades de execução do presente MdE;

b) Definição dos critérios de avaliação e acompanhamento das iniciativas;

c) Identificação dos setores e países nos quais serão realizadas as atividades objeto da parceria;

d) Identificação das atividades de cooperação trilateral a serem desenvolvidas nos países beneficiários de acordo com as prioridades destes últimos; e

e) Análise e revisão dos processos de acompanhamento da implementação dos acordos ou dos entendimentos técnicos assinados e, nesse marco, atuar coordenando e monitorando a execução das atividades de projeto.

4. Excepcionalmente, poderão ser convidadas para participar das reuniões do Comitê as instituições parceiras executoras e co-executoras dos projetos, assim como técnicos e especialistas.

5. Todas as decisões tomadas pelo Comitê deverão ser aprovadas por consenso.

6. Os Signatários poderão supervisionar, por meio do Comitê, o desenvolvimento das atividades em curso, em todos os aspectos necessários.

7. Esta planificação será ancorada em meios de comunicação à distância e sustentada por reuniões de parceiros, cujo agendamento poderá coincidir com outras reuniões bilaterais, numa lógica de gestão equilibrada de recursos.

8. Os Signatários poderão definir mecanismos adequados de consulta e troca de experiências sobre temas específicos da competência das Agências de Cooperação da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa.

9. As publicações ou qualquer veículo de divulgação das atividades resultantes do presente MdE serão propriedade comum dos Signatários. Qualquer ato de divulgação deverá ser previamente aprovado pelo Comitê e deverá incluir as suas respectivas logomarcas.

10. Para qualquer atividade de cooperação identificada pelos Signatários, será necessário elaborar um documento de projeto, ao abrigo dos respectivos acordos e normas vigentes, no qual deverão constar as respectivas responsabilidades na ação, o orçamento detalhando a distribuição de custos entre os países participantes.

VI. INTERCÂMBIO SOBRE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1. Os Signatários irão intercambiar informações e boas práticas para monitorar e avaliar as atividades de cooperação, de forma a assegurar a prestação de contas e o bom desempenho das ações através da verificação dos resultados e vantagens para os beneficiários, com missões técnicas conjuntas ou separadas nos países beneficiários. Cada Signatário mantém a prerrogativa de levar a cabo a sua própria supervisão e acompanhamento interno dos

programas e/ou projetos, sempre mantendo a boa comunicação com o outro Signatário.

2. Os resultados das referidas avaliações deverão ser reportados aos Signatários e países beneficiários. Os Signatários poderão responder aos resultados das avaliações que requerem medidas de seguimento.

VII. FINANCIAMENTO

1. Todas as despesas relacionadas à execução do presente MdE dependem da disponibilidade orçamentária dos Signatários e têm de ser efetuadas ao abrigo das respetivas leis orgânicas, bem como nos termos do direito interno dos seus Estados e seus respectivos procedimentos internos.

VIII. ALTERAÇÕES

1. O presente MdE poderá ser alterado, a qualquer momento, por acordo mútuo dos Signatários expresso por escrito, aplicando-se para a sua produção de efeitos o referido no ponto X deste instrumento.

IX. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

1. Qualquer divergência que possa surgir em consequência da interpretação e/ou a implementação do presente MdE será resolvida de comum acordo entre os Signatários.

X. PRODUÇÃO E CESSAÇÃO DE EFEITOS

1. O presente MdE produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura, e terá duração de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente, por períodos de igual duração.

2. O presente MdE deixará de produzir efeitos quando qualquer dos Signatários manifestar a sua vontade nesse sentido, notificando o outro por escrito com uma antecedência de pelo menos 60 dias.

3. A cessação da produção de efeitos do presente MdE não afetará as atividades em

curso ao abrigo do mesmo, salvo decisão em contrário dos Signatários.

Assinado em Brasília, em 1º de novembro de 2016.

**PELA AGÊNCIA BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES**

**Embaixador João Almino
Diretor PELO CAMÕES, INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA, IP**

**Gonçalo Teles Gomes
Vice-Presidente**

**Declaração Conjunta entre o Ministério
da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações da República Federativa
do Brasil e o Ministério da Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior da
República Portuguesa para o reforço da
cooperação nos domínios da investigação
científica e da tecnologia**

O MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, GILBERTO KASSAB, E O MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA, MANUEL HEITOR, por ocasião de sua visita ao Brasil:

Considerando as relações históricas entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, os profundos vínculos culturais e sociais que unem os dois países e

o propósito comum de alcançar objetivos e metas rumo ao desenvolvimento social, económico e sustentável;

Considerando o disposto no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Lisboa, a 5 de Maio de 1986, e as conclusões relativas à colaboração em Ciência e Tecnologia incluídas nas várias declarações conjuntas das Cimeiras realizadas até à data entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil;

Reconhecendo o elevado nível de cooperação científica e universitária existente entre ambos os Países e que se manifesta, entre outras formas, através do Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT);

Tomando nota das orientações veiculadas na primeira reunião da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação Portugal-Brasil, que decorreu a 30 de junho de 2016, para o reforço da colaboração em várias áreas científicas;

Considerando o interesse mútuo em fortalecer os laços entre ambos os países na área do desenvolvimento sustentável, em especial a partir de ações de âmbito científico e tecnológico de maneira recíproca;

Saudando a celebração do 30º aniversário da assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil;

Propõem aprofundar e estreitar as relações de cooperação no âmbito da ciência e tecnologia entre os dois Países nos seguintes domínios e ações:

a) Desenvolvimento e promoção da estratégia internacional ‘Interações Atlânticas’ para novas agendas de pesquisa & desenvolvimento e formação avançada sobre as interações entre a atmosfera e os oceanos, tendo por base o desenvolvimento em ciências e tecnologias do espaço e de energia, assim como novas formas de gerar e processar grandes volumes de dados e a sua utilização em acesso aberto. Para o efeito os Signatários comprometem-se a trabalhar conjuntamente na cooperação em pesquisa & desenvolvimento, formação avançada e reforço de infraestruturas científicas e tecnológicas centrado no Atlântico com ênfase nas áreas do Espaço, Observação Oceânica, Energia e Ciência dos Dados e do seu impacto no estudo da mudança do clima.

b) Aprofundar os trabalhos em curso de diplomacia científica com vistas a estudar estabelecimento de mecanismo multilateral para criação da plataforma de cooperação internacional, denominada ‘Azores International Reserach Center’ (AIR- Centro Internacional de Investigação dos Açores), uma nova instituição intergovernamental envolvendo as infraestruturas dos Açores em rede com as infraestruturas espaciais e oceânicas do Brasil, cuja missão deverá ser orientada para o desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial para fazer face aos desafios das alterações climáticas.

c) Constituir um grupo de trabalho para a coordenação e implementação das atividades relativas à iniciativa AIR, que deverá trabalhar em ampla cooperação internacional com todos os outros parceiros a envolver no Brasil e em Portugal, assim como noutros países.

d) Reforço da colaboração entre as comunidades científicas brasileiras e portuguesas na área da física de partículas, Astropartículas e Cosmologia. Para o efeito, comprometem-se a trabalhar conjuntamente na cooperação em matéria de Física Nuclear, de Partículas, Astropartículas e Cosmologia.

e) Fortalecimento da colaboração nas áreas de computação científica, ciências e tecnologias quânticas e nanociências mediante a promoção de parcerias entre instituições de Pesquisa e Desenvolvimento portuguesas e brasileiras nestes domínios. Para o efeito, comprometem-se a trabalhar conjuntamente na cooperação em matéria de Computação científica, Ciências e Tecnologias Quânticas e Nanociências.

f) Promoção da colaboração em sistemas sustentáveis de energia e mobilidade, incluindo fontes de combustíveis e energias renováveis, redes inteligentes de energia e formas inovadores de mobilidade urbana de baixa emissão de carbono. Para o efeito, comprometem-se a trabalhar conjuntamente na cooperação em Pesquisa & Desenvolvimento e de Formação Avançada com ênfase em redes de energia e mobilidade urbana de baixa emissão de carbono.

g) Promoção da colaboração em atividades experimentais de aprendizagem das ciências e tecnologias, envolvendo as comunidades científicas e educativas portuguesas e brasileiras, bem como no desenvolvimento de iniciativas de participação pública de ciência e tecnologia, orientadas para a divulgação, melhoria, e promoção deste tipo de atividades nos dois países. Para o efeito, comprometem-se a trabalhar conjuntamente na promoção da Cultura Científica e Tecnológica.

h) Alargamento do âmbito da cooperação existente em matéria de acesso aberto e dos repositórios digitais brasileiros e portugueses, à ciência aberta, compreendendo as dimensões mais amplas da partilha do conhecimento nomeadamente nos planos da inovação aberta e da ciência cidadã. Para o efeito, comprometem-se a trabalhar conjuntamente na cooperação em matéria de Ciência Aberta.

i) Apoiar a colaboração na investigação e produção agrícola, agroalimentar e florestal, e na agricultura de precisão em particular, através do estabelecimento de futuras parcerias entre entidades dos dois países.

j) Organizar anualmente uma Semana de Ciência e Tecnologia, intercalada no Brasil e em Portugal, a partir de 2017, com o objetivo de reforçar a ligação entre as comunidades científicas e tecnológicas de ambos os países e proporcionar um novo impulso à cooperação bilateral direcionada para projetos mobilizadores.

Propomo-nos desencadear de imediato contatos regulares com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das ações previstas.

Assinado em Brasília, em 1º de Novembro de 2016, em dois originais em português.

**PELO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

Gilberto Kassab
**Ministro da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações**

**PELO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
DA REPÚBLICA PORTUGUESA**

Manuel Heitor
**Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino
Superior**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E DO**

**PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA PORTUGUESA POR
OCASIÃO DA XII CIMEIRA BRASIL-
PORTUGAL 01/11/2016**

No dia 1º de novembro de 2016, o presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, e o primeiro-ministro de Portugal, António Costa, reuniram-se em Brasília, para a realização da XII Cimeira Bilateral, ocasião que propiciou uma avaliação das relações entre os dois países, bem como uma troca de opiniões sobre os principais temas da agenda internacional.

2. Participaram também da Cimeira, do lado português, os ministros dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, da Economia, Manuel Caldeira Cabral, e a secretária de estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro, e, do lado brasileiro, os ministros das Relações Exteriores, José Serra, da Educação, Mendonça Filho, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, da Fazenda, Henrique Meirelles, e o secretário-executivo do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), Moreira Franco.

3. Em ambiente de grande cordialidade, os chefes de governo felicitaram-se pela excelência e dinamismo do relacionamento luso-brasileiro e expressaram satisfação pela retomada dos contatos no mais alto nível entre as autoridades brasileiras e portuguesas. Consideraram constituir esta XII Cimeira uma oportunidade particularmente relevante para continuar conferindo caráter concreto ao sentimento de fraternidade existente entre ambos os povos, ao dinamizar a cooperação bilateral levada a cabo por atores governamentais e da sociedade civil.

4. Neste contexto, os dois mandatários congratularam-se pela realização recente das reuniões da Comissão Permanente Bilateral

e das subcomissões de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas; de Educação, Cultura, Comunicação Social, Juventude e Desporto; de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e de matérias relativas ao Acesso a Profissões e seu Exercício; de Ciência, Tecnologia e Inovação; e de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais. Tais eventos promoveram uma oportuna e necessária troca de impressões e reflexões sobre temas de interesse mútuo.

Temas econômicos, financeiros e comerciais

5. Os chefes de governo saudaram a excelência e o dinamismo do relacionamento comercial bilateral entre Portugal e o Brasil, e reafirmaram o seu mútuo empenho no desenvolvimento de iniciativas e ações conjuntas destinadas a aprofundar as trocas comerciais e o intercâmbio nos mais diversos setores econômicos.

6. No plano dos investimentos, constataram, com satisfação, a instalação, em Portugal, de empresas brasileiras representativas de setores variados da atividade econômica, entre as quais a Embraer é o caso mais emblemático. Reafirmaram o interesse em ver ampliados os investimentos brasileiros em Portugal, no seguimento das visitas de Altos Dignatários portugueses ao Brasil em setembro deste ano, bem como os investimentos portugueses no Brasil. A esse respeito, indicaram o interesse na apresentação, ao empresariado e às autoridades portuguesas, do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) brasileiro. O Brasil aguarda com interesse proposta portuguesa de instituir-se iniciativa com vistas a promover o acompanhamento e a intensificação dos fluxos bilaterais de investimentos.

7. Salientaram a importância de um enquadramento fiscal favorável ao desenvolvimento das trocas comerciais e dos

fluxos de investimento entre ambos os países, tendo igualmente concordado estabelecer contatos de nível técnico, com vistas a uma atualização do referido enquadramento à luz da evolução recente da política fiscal internacional, designadamente as iniciativas internacionais no âmbito do combate à erosão das bases tributárias e à transferência de lucros, e do reforço da cooperação administrativa para prevenir e combater os fenômenos de fraude e evasão fiscais internacionais.

8. No domínio do turismo, tendo em consideração a importância cultural e o impacto econômico dos fluxos turísticos bilaterais, as partes manifestaram interesse em reforçar a cooperação bilateral entre os dois países.

9. Manifestaram a sua satisfação com a implementação do Protocolo sobre controlos sanitários entre o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal-DIPOA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Direção Geral de Alimentação e Veterinária-DGAV/Ministério da Agricultura de Portugal, que tem contribuído para as exportações portuguesas de carne suína, pescado e lácteos ao Brasil.

10. Confirmaram o seu empenho nos processos de abertura de novas habilitações, logo que oportuno para ambas as partes, nomeadamente para os setores avícola, do mel, de carnes de coelho e de bovinos.

11. Congratularam-se com a publicação da Instrução Normativa nº 25 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de uvas de mesa de Portugal.

12. Portugal reconheceu a colaboração das autoridades brasileiras na conclusão da Análise de Risco de Pragas para a importação de limão de Portugal e o esforço

feito na Análise de Risco de Pragas para os restantes processos em curso.

13. Ambas as partes manifestaram interesse no alargamento da cooperação no domínio da segurança alimentar e incentivaram a convergência de sinergias entre a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica de Portugal), a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil) e o DIPOA.

14. No plano multilateral, reconheceram a importância da coordenação bilateral em agricultura e temas sanitários e fitossanitários (SPS), com vistas a que as legislações nacionais e comunitárias não venham a constituir barreiras injustificadas à expansão do comércio agrícola entre o Brasil e a União Europeia. Neste contexto, reafirmaram o seu compromisso no respeito do acordo SPS da Organização Mundial do Comércio, de que ambas as partes são signatárias.

15. Portugal reconheceu o esforço já efetuado pelo Brasil em seus pleitos pela autorização das exportações de carne bovina de Rondônia, Distrito Federal e Tocantins e de carne suína de Santa Catarina para a União Europeia, assim como pela revogação da Decisão 61/2008. Reconhecendo a importância do papel dos estados membros para a adoção de medidas SPS pelas instituições comunitárias, Portugal associou-se ao interesse do Brasil na resolução destes dossiês e comprometeu-se a defender dentro da UE que as decisões tomadas sobre estes temas sejam justas e equilibradas para as partes e focadas na resolução célere de todos os diferendos técnicos.

16. Portugal também manifestou apoio às demandas do Brasil tendo em vista o fim da escalada tarifária sobre o café e o acesso dos produtores brasileiros à Quota de Carne Bovina de Alta Qualidade criada pelo Regulamento de Execução 481/2012.

17. Em relação às negociações Mercosul-UE, os dois mandatários coincidiram sobre a necessidade de um capítulo SPS que estabeleça meios para a resolução expedita de pendências bilaterais e mecanismos que impeçam a utilização de medidas SPS como obstáculos injustificados ao comércio agrícola.

18. Os dois mandatários reafirmaram, ainda, a importância de se seguir aprimorando o sistema multilateral de comércio a fim de que contribua, crescentemente, para a promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, sublinharam a disposição de seus países de envidar esforços para fazer avançar as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio com vistas à obtenção de resultados na 11ª Conferência Ministerial da OMC e nas conferências seguintes.

Assuntos Culturais e Promoção da Língua Portuguesa

19. Os dois mandatários reafirmaram o compromisso do Brasil e de Portugal com a promoção da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação, produção científica e como fonte de oportunidades econômicas. Com o objetivo de ampliar o impacto das atividades desenvolvidas, sublinharam a importância de se buscar uma maior proximidade nos seus esforços de promoção do idioma, em especial por meio da realização de projetos conjuntos pela rede Centros Culturais Brasileiros e pelas unidades do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, bem como pelas respectivas redes de Leitorados em universidades estrangeiras.

20. Congratulam-se com o apoio e mobilização na colaboração no âmbito do Museu da Língua Portuguesa de São Paulo e da Biblioteca Digital Luso-Brasileira, bem como outras iniciativas nas várias áreas da ação cultural.

21. Os governantes concordaram em intensificar esforços com o intuito de ampliar a circulação de bens culturais no espaço da CPLP. Acolheram, com satisfação, a assinatura do Memorando de Entendimento para a criação de um prêmio de literatura infantil e juvenil, que propiciará maior visibilidade a autores contemporâneos que realizam importante obra nesse segmento, em língua portuguesa. Propuseram, ainda, a busca de sinergias na participação em feiras do livro internacionais, a fim de incentivar o conhecimento da produção literária em português.

22. O presidente Michel Temer e o primeiro-ministro António Costa ressaltaram o empenho de seus governos em fortalecer o Instituto Internacional da Língua Portuguesa como articulador de projetos voltados para a promoção do idioma, em especial o Vocabulário Ortográfico Comum e o incipiente projeto de harmonização das terminologias técnico-científicas, com vastos benefícios nos campos econômico, cultural e científico.

23. Os governantes congratularam-se, ainda, pela entrada em vigor, em definitivo, do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em ambos os países, bem como em Cabo Verde, e reafirmaram o seu compromisso de trabalhar para que o acordo passe a vigorar em todo o espaço da CPLP.

Educação e Ensino Superior

24. Os chefes de governo saudaram o compromisso mútuo relativo à abertura de uma Escola Portuguesa em São Paulo.

25. Os dois governantes enfatizaram a importância dos tradicionais laços de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal. Recordaram que as instituições de ensino superior portuguesas são um destino de referência para estudantes brasileiros e

ressaltaram a importância de promover parcerias diretas entre as instituições de ensino superior dos dois países, como forma de aprofundar ainda mais a mobilidade acadêmica.

26. Assinalaram o compromisso mútuo de explorar medidas que simplifiquem e facilitem o processo de reconhecimento mútuo de graus e títulos acadêmicos, em articulação com as respectivas instituições de ensino superior, no sentido de ultrapassar obstáculos e de garantir a mobilidade de estudantes, investigadores e profissionais de todas as áreas. Recordaram que as instituições governamentais competentes dos dois países trocaram informações e exploraram vias de ação nas reuniões da Subcomissão de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos.

27. Os chefes de governo comprometeram-se a envidar esforços para a valorização da Língua Portuguesa no acesso ao ensino superior, nomeadamente em países onde ambos dispõem de uma vasta comunidade expatriada.

28. No que respeita ao reconhecimento mútuo de registros de diplomas na área da engenharia e arquitetura, os dois Chefes de Governo recordaram o Acordo entre a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (AN-DIFES) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) para a Equivalência, Reconhecimento e Revalidação de Diplomas de Graduação nas Áreas de Arquitetura e Engenharias, assinado a 10 de junho de 2013, e, nesse contexto, os desenvolvimentos até agora ocorridos numa matéria que se reveste de mútuo interesse.

29. Saudaram, nesse sentido, o Termo de Reciprocidade estabelecido, em 29 de setembro de 2015, entre o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil (CONFE-A) e a Ordem dos Engenheiros de

Portugal (OEP) para o reconhecimento mútuo do registo de engenheiros, que já permite a profissionais de cada país atuar no outro, por meio do reconhecimento automático pela respectiva autoridade profissional do registo concedido pela sua congênera.

30. De igual modo, registaram com agrado a celebração, em 14 de julho de 2016, do I Termo Aditivo ao acordo de cooperação entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e a Ordem dos Arquitetos de Portugal (OA), de 6 dezembro de 2013, contribuindo para a simplificação das regras para a mobilidade de arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses, a harmonização das condições de inscrição em ambos os países e, para fins de prestação temporária de serviços, o reconhecimento automático pela respectiva autoridade profissional do registo concedido pela sua congênera.

31. O entendimento entre estas entidades constitui um marco no relacionamento bilateral, na medida em que estabelece um mercado virtual comum para a atuação profissional dos engenheiros e arquitetos de ambos os países, estimulando a internacionalização dos seus profissionais e o intercâmbio de experiências entre eles, além de constituir um reconhecimento da excelência na formação e na regulação da profissão de engenharia e arquitetura tanto no Brasil quanto em Portugal.

32. O Governo de Portugal confirmou a vontade de reforçar o apoio à criação de programas conjuntos de pós-graduação e de pesquisa e desenvolvimento envolvendo instituições de ensino superior e científicas dos dois países, incluindo a promoção de graus duplos de mestrado e doutoramento entre instituições de Portugal e do Brasil.

33. O Brasil tomou nota do interesse de Portugal em ser considerado como destino em todas as vertentes dos programas

brasileiros de mobilidade acadêmica internacional.

Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas

34. Os chefes de governo manifestaram a satisfação com os avanços relevantes resultantes dos trabalhos da Subcomissão de Assuntos Consulares. Registraram o interesse que a Subcomissão se reúna com maior regularidade, em razão do vasto conjunto de temas de interesse comum na esfera consular, migratória e jurídica e de políticas para comunidades emigradas.

35. O governo português reiterou sua preocupação com a aplicação de imposto linear de 25% a valores remetidos pelo INSS do Brasil a pensionistas residentes ou domiciliados no exterior, grupo que inclui cerca de oito mil pensionistas, brasileiros e portugueses, residentes em Portugal.

36. Manifestou a expectativa de que, conforme acordado na Subcomissão de Assuntos Consulares, seja criado no curto prazo um grupo de trabalho bilateral para permitir a troca de experiências e de boas práticas no âmbito da adoção de medidas preventivas que visem inibir a subtração de menores.

37. Indicaram o compromisso de ambas as partes em implementar, tão logo acordados os aspectos técnicos, o projeto-piloto de visitas virtuais entre detidos brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil e suas famílias no país de origem. O programa poderá beneficiar uma população carcerária em torno de 300 brasileiros em Portugal e de 80 portugueses no Brasil. Ambas as partes reconheceram o aspecto humanitário do projeto, que permite que os presos - especialmente aqueles que cumprem longas penas - tenham contato mais próximo com as suas famílias, muitas das quais economicamente vulneráveis e sem

condições de deslocamento ao exterior. Ambos os países possuem programas de visita virtual dentro de seu território, podendo haver, dessa maneira, uma interligação entre os sistemas brasileiro e português.

38. Acordaram desenvolver metodologias comuns para o aperfeiçoamento da produção de estatísticas das respectivas comunidades emigradas pelo mundo.

39. À luz da crescente importância e potencial das respectivas diásporas, bem como da conveniência de que logrem organizar-se nos países de residência em prol de objetivos comuns, acordou-se iniciar um projeto de cooperação na esfera de capacitação de lideranças comunitárias, a partir de cursos organizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade da Informação

40. O presidente Michel Temer e o primeiro-ministro António Costa recordaram que, em 2016, se completam 30 anos da assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e Portugal, manifestando satisfação pelo profícuo e crescente relacionamento bilateral em ciência, tecnologia e inovação e reconhecendo existir ainda grande potencial a ser explorado neste domínio.

41. Destacaram, nesse sentido, a Reunião da Subcomissão para a Ciência, Tecnologia e Inovação, durante a qual foram discutidas, entre outras, propostas de parceria bilateral nas áreas de física de partículas, nanotecnologia, pesquisa oceânica, pesquisa espacial, ciência aberta e parques tecnológicos.

42. Reafirmaram especial interesse em cooperar para uma nova agenda científica e tecnológica sobre “Interações Atlânticas”. Reiteraram o empenho em aprofundar os

trabalhos em curso de diplomacia científica e, em conjunto, acordaram examinar a criação de uma plataforma de cooperação internacional sobre este tema, ‘Azores International Research Center’ – AIR, uma nova instituição intergovernamental internacional envolvendo as infraestruturas dos Açores em rede com as infraestruturas espaciais e oceânicas do Brasil, cuja missão deve ser orientada para o desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial para fazer face aos desafios das alterações do clima.

43. Acordaram desenvolver e promover uma estratégia internacional visando novas agendas de pesquisa e desenvolvimento e formação avançada sobre as interações entre a atmosfera e os oceanos, tendo por base o desenvolvimento em ciências e tecnologias do espaço e de energia, assim como novas formas de gerar e processar grandes volumes de dados e a sua utilização em acesso aberto.

44. Os dois governantes acordaram, ainda, na promoção do reforço da cooperação científica e tecnológica em estreita articulação com o ensino superior e congratulam-se com a assinatura da Declaração Conjunta para o Reforço da Cooperação Científica e Tecnológica entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, orientada em áreas prioritárias para ambos os países.

45. Congratularam-se com a assinatura do memorando de entendimento entre os dois governos sobre cooperação antártica, que reflete a vontade de ambos os países em fortalecer os seus vínculos bilaterais de cooperação na Antártica, particularmente em assuntos relativos à cooperação científica internacional, à observação científica e à investigação de processos de importância global e regional ao sul do círculo polar antártico.

46. Saudaram a parceria estabelecida entre instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil com o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL) e o envio, nesta década, de um número considerável de pesquisadores brasileiros àquela instituição para capacitação e participação em projetos de pesquisa.

47. Os dois mandatários destacaram, também, a profícua colaboração, de mais de vinte anos, entre as comunidades científicas na área da física de partículas e reafirmaram o interesse no seu crescimento e alargamento, incluindo ainda as áreas científicas de astropartículas e cosmologia.

48. Manifestaram, ainda, interesse no alargamento da colaboração entre os centros de investigação portugueses e brasileiros nas áreas de computação científica, ciências e tecnologias quânticas e nanociências.

49. Reconhecendo a urgência na adoção de padrões de desenvolvimento socioeconômicos sustentáveis, decidiram intensificar a colaboração em sistemas sustentáveis de energia, incluindo a integração de fontes renováveis de energia, redes inteligentes de energia, e formas inovadoras de mobilidade urbana de baixa emissão de carbono.

50. Os chefes de governo decidiram promover a colaboração na investigação e produção agrícola, agroalimentar e florestal, e na agricultura de precisão em particular, através do estabelecimento de futuras parcerias entre entidades dos dois países.

51. Manifestaram interesse em colaborar em atividades experimentais de aprendizagem das ciências e tecnologias, envolvendo as comunidades científicas e educativas portuguesas e brasileiras, bem como no desenvolvimento de iniciativas de participação pública de ciência e tecnologia, orientadas para a divulgação, melhoria e

promoção deste tipo de atividades nos dois países.

52. Os mandatários de Brasil e de Portugal reconheceram que o acesso à ciência e ao conhecimento é indispensável a uma sociedade mais informada e mais consciente do mundo que habita, contribuindo para a tornar mais humana, mais justa e mais democrática e onde o bem-estar seja partilhado por todos, e reafirmaram o compromisso para o aprofundamento de iniciativas conjuntas para a promoção da ciência aberta, incluindo acesso aberto à informação científica.

53. Manifestaram especial interesse na cooperação entre empresas brasileiras e portuguesas para promover a inovação e, tendo em conta o papel fundamental das empresas de base tecnológica de ambos os países para alcançar esse objetivo, apoiaram a criação e o fortalecimento de parcerias entre parques tecnológicos dos dois países.

54. As partes reconheceram os benefícios que a instalação do cabo de fibra ótica UE – Brasil irá possibilitar para o desenvolvimento de projetos e iniciativas científicas e tecnológicas futuras e decidiram explorar oportunidades de colaboração.

55. Reafirmaram o compromisso comum de construir uma Sociedade da Informação voltada para as pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, onde todos possam criar, aderir, utilizar e compartilhar informação e conhecimento. Nesse contexto, ressaltaram que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) constituem ferramentas indispensáveis para alcançar os objetivos que integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Afirmaram, ainda, que o crescimento econômico, a produtividade industrial e a inovação tecnológica dependem de forma crescente e irreversível da evolução da economia digital.

56. Os dois governantes congratularam-se com a decisão de organizar anualmente uma Semana de Ciência e Tecnologia, intercalada no Brasil e em Portugal, a partir de 2017, com o objetivo de reforçar a ligação entre as comunidades científicas e tecnológicas de ambos os países, e proporcionar um novo impulso à cooperação bilateral entre ambos os países direcionada para projetos mobilizadores.

57. Encorajaram o aprofundamento do relacionamento dos dois países nas áreas dos sistemas de comunicações governamentais, em particular do Programa Espacial brasileiro, na perspectiva da criação de sinergias, através da partilha de conhecimentos técnicos e cooperação no segmento espacial Banda X do satélite brasileiro.

Energia

58. Os mandatários de Brasil e Portugal destacaram importantes iniciativas de cooperação entre os dois países no tema da mobilidade elétrica, como o programa "Mob-I", desenvolvido em parceria entre o CEIIA, Itaipu Binacional e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu, e a perspectiva de cooperação entre o CEIIA e a Codemig Participações S.A., em torno de programa conjunto focado em redes de energia e mobilidade urbana de baixa emissão de carbono.

59. Ressaltaram a importância dos investimentos portugueses no setor energético brasileiro, com destaque para a atuação de capitais portugueses no campo das energias renováveis e no setor de petróleo brasileiro, em projetos offshore e onshore, com destaque para as suas operações no pré-sal, na Bacia de Santos.

60. Reconheceram a expressiva contribuição do setor privado e de universidades portuguesas à pesquisa e desenvolvimento na fronteira tecnológica no setor de petróleo

e gás do Brasil, por meio da criação do Instituto do Petróleo e do Gás (ISPG), responsável por instituir importante programa de bolsas para brasileiros na área de engenharia do petróleo.

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

61. Os dois chefes de governo reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Reafirmaram a importância de uma abordagem integrada para o desenvolvimento sustentável, que considere de maneira equilibrada as suas três dimensões - econômica, social e ambiental.

62. Comprometeram-se, nesse sentido, com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e com o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2015. Destacaram, nesse contexto, a importância da cooperação internacional para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

63. Como parte desse compromisso, foi, no decurso desta Cimeira, assinado um Memorando de Entendimento entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e a Agência Brasileira de Cooperação sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Benefício de Países Terceiros, que prevê a realização de projetos tripartidos em países de língua oficial portuguesa de África e Timor Leste e outros a acordar conjuntamente, em apoio à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

64. Os chefes de governo manifestaram a sua satisfação com a rápida entrada em vigor do Acordo de Paris, marco fundamental no

reforço da ação coletiva em nível global para as alterações do clima, e reafirmam a sua intenção de limitar o aumento da temperatura média global a níveis bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e de prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

65. Manifestaram, ainda, a sua satisfação com adoção, em 2015, da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o combate ao tráfico da vida selvagem e neste sentido reafirmaram o seu empenho no combate ao comércio ilegal de espécies da fauna e flora selvagens.

66. Destacaram, também, a temática da água como um desafio incontornável da agenda internacional de ambiente e desenvolvimento sustentável. Neste contexto, abordaram a realização em Brasília, em 2018, do 8.º Fórum Mundial da Água, registrando com apreço que este evento internacional se realize pela primeira vez num país de expressão portuguesa, o que configura uma oportunidade para a afirmação dos desafios e necessidades que os países de expressão portuguesa enfrentam em matéria de água e saneamento. Neste contexto, comprometeram-se a atuar conjuntamente no sentido da mobilização da participação dos países de língua portuguesa neste Fórum.

Defesa

67. No domínio da defesa, o presidente Michel Temer e o primeiro-ministro António Costa recordaram o Acordo sobre Cooperação entre Portugal e o Brasil, assinado no Porto, em 13 de outubro de 2005, expressando satisfação pelo relacionamento entre os Ministérios da Defesa e as Forças Armadas dos respectivos países, considerando que existe potencial para reforço e aprofundamento.

68. Assinalaram, nesse sentido, o encontro entre os ministros da Defesa de Portugal e do Brasil, em outubro de 2016, à margem da XII Conferência de Ministros da Defesa das Américas, bem como a 6.ª Reunião de Cooperação Estratégica de Defesa entre os dois Ministérios da Defesa, realizada em abril de 2016, em Portugal, durante a qual foram discutidas, entre outras, a cooperação e segurança marítima no Atlântico Sul, sistemas de comunicações, indústrias de defesa, ensino militar e o intercâmbio de conhecimentos em matéria de igualdade de gênero no âmbito da defesa.

69. Tomaram, ainda, boa nota da presença do N.R.P. “Sagres”, no Rio de Janeiro, enquanto “Casa de Portugal”, nos Jogos Olímpicos de 2016. Encorajaram a consolidação e identificação de novas oportunidades de aprofundamento do relacionamento dos dois países nas áreas das indústrias de defesa e dos sistemas de comunicações governamentais.

Segurança Interna e Justiça

70. Os chefes de governo congratularam-se pelos avanços das relações bilaterais e de cooperação entre as Forças e Serviços de Segurança de ambos os países, com particular incidência na área da gestão de grandes eventos desportivos. De igual forma, destacaram os resultados alcançados em matéria de formação, designadamente através da ação dos Institutos e Academias de Estudos Superiores em Segurança Interna e Ciências Policiais de ambas as partes.

71. Acordaram, ainda, que deve ser dada continuidade ao aprofundamento da cooperação bilateral técnico-policial, com destaque para a segurança e ordem públicas, cooperação policial e troca de informações, gestão e desenvolvimento de fronteiras, vigilância e patrulhamento marítimo, proteção civil e segurança rodoviária, entre outros domínios considerados relevantes

para Portugal e para o Brasil. Nesse âmbito, tendo como objetivo o aprofundamento da agilização de circulação de pessoas entre os dois países, e no quadro da cooperação entre a Coordenação Geral de Polícia Federal do Brasil e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, incubiram estas entidades de examinar a possibilidade de criar um programa comum de passageiros frequentes registrados, tendo em vista permitir a utilização de equipamentos eletrônicos de controle de fronteira instalados nos aeroportos internacionais dos dois países, por parte dos respectivos nacionais.

72. Manifestaram, igualmente, o compromisso de continuarem a contribuir para o fortalecimento e afirmação internacional da CPLP, reconhecendo, no quadro atual de incerteza e ameaça que representa o crime organizado transnacional ao desenvolvimento dos povos, a relevância da criação de uma estrutura de informações policiais que integre todos os países da Comunidade lusófona.

73. Congratularam-se pelo excelente nível da cooperação jurídica bilateral, a qual repercute positivamente o objetivo comum de aprofundar o combate à criminalidade organizada transnacional. Reconheceram, nesse domínio, a importância dos modernos instrumentos de cooperação jurídica internacional negociados e vigentes.

Candidaturas

74. O governo brasileiro agradeceu o apoio de Portugal à candidatura do Embaixador Gilberto Vergne Saboia à reeleição como membro da Comissão de Direito Internacional, nas eleições que ocorrerão em novembro corrente, em Nova York, bem como à candidatura do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade à reeleição como Juiz do Tribunal Internacional de Justiça, mandato 2018-2027, nas eleições que

ocorrerão em novembro de 2017, durante a 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

75. O governo português agradeceu o apoio do Brasil à candidatura da Professora Doutora Patrícia Galvão como membro da Comissão de Direito Internacional, nas eleições que ocorrerão em novembro corrente, em Nova York.

76. Os chefes de governo receberam com grande satisfação a aclamação, pela Assembleia Geral, do Senhor António Guterres como o próximo Secretário-Geral das Nações Unidas. Consideraram que António Guterres reúne as qualificações pessoais e profissionais para conduzir a Organização no enfrentamento dos múltiplos desafios globais hoje existentes. Enfatizaram o desejo do Brasil e de Portugal em trabalharem juntos em apoio ao novo Secretário-Geral das Nações Unidas.

CPLP

77. Os mandatários do Brasil e de Portugal saudaram o vigésimo aniversário de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e reiteraram seu compromisso com os seus objetivos: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa. O primeiro-ministro português transmitiu votos de sucesso ao lado brasileiro na condução da presidência da CPLP para o biênio de 2016-18. Saudando os resultados da cimeira de Brasília, os dois chefes de governo sublinharam a sua disposição de trabalhar em prol do contínuo fortalecimento e aprofundamento da Comunidade.

Guiné-Bissau

78. Os dois países analisaram a situação na Guiné-Bissau, congratulando-se com o

roteiro de seis pontos para a resolução da crise, concluído a 10 de setembro último sob auspícios da CEDEAO, bem como com as subsequentes conversações no âmbito daquele processo, realizadas em Conacri, entre 11 e 14 de outubro 2016. Estes consensos representam um passo significativo no sentido de ser ultrapassada a situação de instabilidade política vivida no país, pelo que Portugal e o Brasil reiteraram o apelo a que todos os atores políticos guineenses se empenhem na sua concretização, num espírito de diálogo, confiança e compromisso. Sublinharam, também, a necessidade de nomeação de um novo primeiro-ministro, e formação de um governo inclusivo e politicamente sustentável, nos termos do referido acordo.

79. Portugal e o Brasil reafirmaram, ainda, o seu empenho no desenvolvimento da Guiné-Bissau. Nesse sentido, não deixarão de se empenhar, tanto no plano bilateral como no multilateral – inclusive no âmbito da "Configuração Guiné-Bissau" da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas e do Grupo Internacional de Contato -, para apoiar os esforços da Guiné-Bissau em prol da consolidação da democracia e do Estado de Direito, incluindo através do efetivo lançamento de reformas, em benefício de todos os guineenses.

Acordo de Associação Mercosul-União Europeia

80. Congratularam-se pela retomada das negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, desde a troca de ofertas de acesso aos mercados de bens, serviços, investimentos e compras governamentais, em maio último, e pela realização da XXVI Reunião do Comitê de Negociações Birregionais, em outubro passado. Renovaram o seu compromisso para que os blocos ingressem na fase final do processo negociador, com vistas à conclusão de um acordo ambicioso, abrangente e

equilibrado. Relembrou que os profundos laços históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais que unem as duas regiões justificam plenamente os esforços comuns em prol de um acordo que se coadune com a densidade do relacionamento birregional e estreite ainda mais o diálogo político, aprofunde a cooperação, dinamize a estrutura produtiva, nomeadamente através da integração em cadeias de valor global, e incremente os fluxos comerciais, de investimentos e de prestadores de serviços entre o Mercosul e a União Europeia.

81. Os dois governantes concordaram em continuar a promover o Acordo, respectivamente no âmbito da União Europeia e no âmbito do Mercosul, contribuindo para superar as dificuldades desse processo negociador.

Negociação de Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e a União Europeia

82. Ambas as partes coincidiram na avaliação da importância das negociações em curso entre o Brasil e a União Europeia do Acordo Abrangente de Serviços Aéreos, cuja conclusão será fundamental para ampliar a conectividade aérea do Brasil com o continente europeu e, conseqüentemente, estimular os fluxos de comércio, investimentos e turismo. Foi notado que a companhia aérea portuguesa TAP é atualmente a líder no transporte internacional de passageiros no Brasil, mas que o seu potencial ainda não foi plenamente atingido em função das limitações do quadro de rotas e frequências estabelecidas ao abrigo do acordo aéreo bilateral entre Brasil e Portugal. Na perspectiva do Brasil, os entendimentos em curso, no âmbito do Acordo Brasil-UE, devem ainda contemplar a concessão da liberdade de voos para aeronaves brasileiras partirem do território europeu para outras regiões. Nesse sentido, o Brasil solicitou a Portugal que exercesse

influência dentro da União Europeia para levar os trâmites a bom termo.

Agenda Comum para a Migração e Mobilidade

83. Os chefes de governo tomaram boa nota da negociação em curso de uma Agenda Comum para Migração e Mobilidade Humana entre a União Europeia e o Brasil, instrumento de cooperação promovido através de um consórcio liderado por Portugal, que permitirá o estabelecimento de um diálogo de cooperação e de solidariedade nas áreas migratória, da mobilidade, da promoção e proteção dos direitos humanos de todos os migrantes e do combate ao tráfico de pessoas.

Reforma do CSNU

84. Os dois governantes reafirmaram a necessidade de avançar na reforma das Nações Unidas, em particular do seu Conselho de Segurança, com vistas a reforçar a sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e do aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão. Nesse contexto, o mandatário português reiterou o firme apoio de Portugal à candidatura do Brasil a membro permanente em um Conselho de Segurança reformado.

Síria

85. Os dois mandatários defenderam uma solução política inclusiva para o conflito sírio e manifestaram preocupação com a escalada de violações do acordo de cessação de hostilidades endossado pela Resolução 2268 (2016) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Atentos à deterioração da situação humanitária na Síria, instaram as partes do conflito a respeitar o acordo e a

permitir o acesso de assistência às populações civis. Reiteraram, ademais, o seu apoio aos esforços do enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para a Síria, Staffan de Mistura, para retomar as conversações intra-sírias em Genebra e avançar com o plano de transição política delineado pela resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança. Condenaram firmemente as ações de grupos terroristas, que tornam ainda mais preocupante e instável o quadro securitário sírio.

Israel-Palestina

86. Os dois governantes reiteraram o seu apoio à solução de dois estados, convivendo dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, para o conflito israelo-palestino. Ao recordarem as recomendações do último relatório do Quarteto, instaram as partes do conflito a retomar as negociações de boa-fé e coincidiram no juízo de que a expansão de assentamentos em Território Palestino Ocupado, além de ilegal perante o direito internacional, obstaculiza o processo de paz. Manifestaram, ainda, preocupação acerca dos atos de violência e da situação humanitária. Os chefes de governo sublinharam as disposições portuguesa e brasileira em colaborar com os esforços político-diplomáticos internacionais para relançar o processo de paz.

Comissão Permanente Bilateral

87. Os chefes de governo, por fim, recordaram que a Comissão Permanente Bilateral é o principal foro responsável pelo acompanhamento da cooperação luso-brasileira e pela preparação das cimeiras. Nesse contexto, instruíram a Comissão a examinar formas de aprimorar o seu trabalho e ajustar as respectivas práticas aos objetivos e prioridades atuais da parceria.

**DECLARAÇÃO DOS CHANCELERES
DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE,
COLÔMBIA, MÉXICO, PARAGUAI E
URUGUAI – TERÇA-FEIRA, 1º DE
NOVEMBRO DE 2016 02/11/2016**

**Declaração dos chanceleres de Argentina,
Brasil, Chile, Colômbia, México,
Paraguai e Uruguai**

Tendo iniciado o processo de diálogo entre representantes do Governo da República Bolivariana da Venezuela e da Mesa da Unidade Democrática, os ministros abaixo assinados manifestaram a esperança de que este diálogo alcance resultados concretos dentro de um prazo razoável.

Os ministros que subscrevem esta declaração reiteram seu apoio ao acompanhamento do Vaticano e dos ex-presidentes, em representação da UNASUL, e exortam que estimulem as partes a realizarem avanços e gestos de aproximação, com a brevidade possível, e a evitarem qualquer ato de violência e ameaças ao processo em andamento.

**Susana Malcorra
Argentina**

**José Serra
Brasil**

**Heraldo Muñoz
Chile**

**María Ángela Holguín
Colômbia**

**Claudia Ruiz Massieu
México**

**Eladio Loizaga
Paraguai**

**Rodolfo Nin
Uruguai**

**Declaración Cancilleres de Argentina,
Brasil, Chile, Colombia, México,
Paraguay y Uruguay**

Iniciado el proceso de diálogo entre los representantes del Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y la Mesa de Unidad Democrática, los ministros abajo firmantes expresan su esperanza de que dicho diálogo alcance resultados concretos en un plazo razonable.

Los ministros que suscriben reiteran su apoyo al acompañamiento del Vaticano y de los ex Presidentes en representación de UNASUR, y exhortan a que estimulen a las partes a concretar avances y gestos de acercamiento a la brevedad posible y a evitar todo acto de violencia y amenazas al proceso en marcha.

**Susana Malcorra
Argentina**

**José Serra
Brasil**

**Heraldo Muñoz
Chile**

**María Ángela Holguín
Colombia**

**Claudia Ruiz Massieu
México**

**Eladio Loizaga
Paraguay**

**Rodolfo Nin
Uruguay**

ELEIÇÃO DO EMBAIXADOR GILBERTO SABOIA PARA A COMISSÃO DE DIREITO INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS 03/11/2016

O embaixador Gilberto Vergne Saboia foi reeleito hoje, 3 de novembro, como membro da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas (CDI), para o mandato 2017-2021.

A CDI tem como função contribuir para o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação. Desde seu estabelecimento, em 1949, o Brasil esteve presente de forma quase ininterrupta na composição do órgão.

A eleição do embaixador Gilberto Saboia ocorreu em Nova York, durante a 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A candidatura recebeu 139 votos, o que reflete o reconhecimento das elevadas qualificações do candidato brasileiro e as contribuições do Brasil ao direito internacional. O governo brasileiro agradece aos Estados-membros das Nações Unidas o apoio recebido.

NAUFRÁGIOS NA COSTA DA LÍBIA 03/11/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, de que centenas de migrantes do Oriente Médio e da África morreram ou estão desaparecidos em razão de naufrágios ocorridos ontem na costa da Líbia. De acordo com as informações disponíveis, o número de vítimas fatais poderia chegar a 239, o que elevaria a 4.220 o número de mortos este ano em decorrência de tragédias similares no Mediterrâneo.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas e sua solidariedade com os governos dos países envolvidos, o Brasil volta a conclamar a comunidade

internacional a concentrar esforços na busca de medidas efetivas para atenuar o drama dos refugiados.

PROCESSO DE SELEÇÃO DO DIRETOR-GERAL DA OMC (2017-2021) 04/11/2016

O presidente do Conselho-Geral da OMC, embaixador Harald Neple (Noruega), divulgou carta a respeito do processo de seleção do Diretor-Geral (DG) para o mandato que se inicia em 1º de setembro de 2017. Circulou-se, em anexo, carta do atual Diretor-Geral, embaixador Roberto Azevêdo, em que formaliza sua disposição a ser reconduzido para um segundo mandato de quatro anos, se os Membros assim o desejarem.

Em seu atual mandato (2013-2017), o embaixador Roberto Azevêdo teve papel de liderança nas negociações que permitiram a conclusão de acordos relevantes e substantivos nas conferências ministeriais da OMC em Bali (2013) e Nairóbi (2015). Estes foram os primeiros entendimentos multilaterais desde a conclusão da Rodada Uruguai em 1994. A atuação do embaixador Roberto Azevêdo vem contribuindo para o fortalecimento do sistema de comércio multilateral em conjuntura internacional desafiadora.

O Brasil saúda, assim, com satisfação, a decisão do DG-OMC de colocar-se à disposição dos Estados-Membros para exercer novo mandato à frente da Organização e apoia decididamente sua recondução. O Governo brasileiro entende que o embaixador Roberto Azevêdo reúne as melhores credenciais para continuar a prestar serviços relevantes ao sistema de comércio internacional.

COMUNICADO CONJUNTO SOBRE A VENEZUELA 05/11/2016

Os governos da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, da Guatemala, do México, do Paraguai e do Uruguai encorajam a manutenção do diálogo com resultados concretos que ponham fim à difícil situação que atravessa a Venezuela.

Cabe ao governo e à oposição encontrar soluções, de maneira urgente, para o povo venezuelano. Por isso, reiteramos nosso chamamento para que se mantenham no caminho do diálogo e para que utilizem a linguagem com prudência, logrando assim superar a polarização na qual se encontra a sociedade venezuelana. Isso permitirá tomar decisões que beneficiem integralmente o país.

Valorizamos o importante acompanhamento do Vaticano e dos ex-presidentes e manifestamos nossa disposição de colaborar no que seja necessário.

Reconhecemos os sinais positivos dos últimos dias, como a libertação de presos – esperamos que se acelere e que aumente o número de beneficiários desta medida –, assim como a suspensão das marchas por parte da oposição para dar oportunidade ao diálogo. Manter esta vontade nestes momentos é decisivo para o país.

Solicitamos à sociedade venezuelana dar tempo prudencial para que o diálogo dê os frutos esperados dentro do respeito do estado de direito e da vontade popular expressa no marco constitucional.

Comunicado conjunto sobre Venezuela

Los Gobiernos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, da Guatemala, do México, Paraguay y Uruguay alientan a mantener el diálogo con resultados concretos que pongan

fin a la difícil situación por la que atraviesa Venezuela.

Corresponde al gobierno y a la oposición encontrar soluciones, de manera urgente, para el pueblo venezolano. Por eso reiteramos nuestro llamado para que se mantengan en el camino del diálogo y manejen con prudencia el lenguaje, logrando así superar la polarización en la que se encuentra la sociedad venezolana. Esto permitirá tomar decisiones que beneficien integralmente al país.

Valoramos el importante acompañamiento del Vaticano y de los ex presidentes y manifestamos nuestra disposición a colaborar en lo que se requiera.

Reconocemos las señales positivas de los últimos días como la liberación de algunos presos, que esperamos se acelere y aumente el número de beneficiarios de esta medida, así como la suspensión de las marchas por parte de la oposición para darle oportunidad al diálogo. Mantener esta voluntad en estos momentos es decisivo para el país.

Solicitamos a la sociedad venezolana dar tiempo prudencial para que el diálogo dé los frutos esperados dentro del respeto del estado de derecho y de la voluntad popular expresada en el marco constitucional.

ATENTADOS EM BAGDÁ E MOSSUL 06/11/2016

O governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia dos diversos ataques terroristas cometidos, em 5 de novembro, contra civis nas cidades de Bagdá e Mossul, no Iraque, que causaram dezenas de mortes.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade às famílias das vítimas e ao governo e ao povo iraquianos, e condena nos mais fortes termos o terrorismo em todas as

suas formas, qualquer que seja sua motivação.

CARTA AO PRESIDENTE ELEITO NORTE-AMERICANO 09/11/2016

A Sua Excelência o Senhor Donald J. Trump
Presidente eleito dos Estados Unidos da América

Senhor Presidente eleito,

Felicito-o pela eleição para Presidente dos Estados Unidos.

O Brasil e os Estados Unidos são duas grandes democracias que compartilham valores e mantêm, historicamente, fortes relações nos mais diferentes domínios. Estou certo de que trabalharemos, juntos, para estreitar ainda mais os laços de amizade e cooperação que unem nossos povos.

Desejo-lhe pleno êxito no Governo dos Estados Unidos.

Michel Temer
Presidente da República Federativa do Brasil

ELEIÇÃO NOS EUA 09/11/2016

O governo brasileiro saúda os Estados Unidos pela realização das eleições presidenciais, que resultaram na escolha de Donald Trump.

Vemos positivamente a mensagem de superação das divisões nacionais e busca de relacionamento construtivo com todos os países, emitida pelo presidente eleito em seu discurso de aceitação.

O Brasil buscará manter os laços, antigos e profícuos, com os Estados Unidos, em benefício dos nossos dois povos. Estas duas grandes nações das Américas compartilham semelhanças que valorizam e orientam as relações bilaterais. Somos sociedades multiétnicas, inspiradas por valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, em busca da prosperidade, da liberdade, da justiça e da dignidade para todos.

Sobre essas bases, em respeito aos compromissos políticos e jurídicos existentes, desejamos reafirmar nossa agenda de cooperação. Estamos prontos a trabalhar em conjunto com o novo governo, já a partir de sua posse em janeiro de 2017.

Há oportunidades mutuamente proveitosas em investimentos, nas áreas de energia, educação, inovação e tecnologia, combate ao crime organizado, transparência e eficiência regulatória, infraestrutura e promoção dos negócios. Oportunidades que devem ser buscadas entre as instituições e os setores produtivos dos dois países.

Estamos prontos também a incrementar o diálogo e a cooperação com os Estados Unidos sobre as questões globais, tanto bilateralmente quanto nos foros internacionais, tendo presente a responsabilidade de ambos os países na construção de uma ordem mundial estável, justa e pacífica.

CONTENCIOSOS NA OMC CONTRA O BRASIL POR UNIÃO EUROPEIA E JAPÃO SOBRE REGIMES TRIBUTÁRIOS BRASILEIROS (DS427

E DS497) – CIRCULAÇÃO DO RELATÓRIO PRELIMINAR DO PAINEL 11/11/2016

A Delegação do Brasil junto à OMC recebeu hoje, em Genebra, o relatório preliminar do painel que examinou regimes tributários brasileiros questionados por União Europeia e Japão. Trata-se de documento sigiloso, cujo conteúdo será público apenas após a circulação do relatório final, prevista para 14 de dezembro próximo.

O Governo brasileiro analisará o relatório preliminar e apresentará os comentários que julgar pertinentes para consideração dos membros do painel antes de sua decisão final, que estará sujeita a apelação.

O Brasil tem ressaltado que os programas brasileiros questionados dão importante contribuição ao desenvolvimento econômico e tecnológico do País, bem como para a sustentabilidade ambiental.

ACORDO DE PAZ ENTRE O GOVERNO COLOMBIANO E AS FARC-EP 12/11/2016

O governo brasileiro recebeu com grande satisfação a notícia de que o governo colombiano e as FARC-EP chegaram em Havana a um novo acordo de paz, que incorpora ajustes, esclarecimentos e sugestões apresentadas ao longo das últimas semanas pelos diversos setores que apoiaram a opção pelo “não” no referendo do último dia 2 de outubro.

O governo brasileiro expressa sua esperança de que o novo texto obtenha o necessário apoio da cidadania colombiana e que o mesmo espírito de boa-vontade e de reconciliação nacional prevaleça durante a implementação do acordo de paz, bem como nas negociações ainda em curso com o ELN, em benefício da Colômbia e de toda a região.

Como sempre, o Brasil continuará a contribuir, na medida de suas possibilidades e de acordo com o que solicite o governo colombiano, para que a paz chegue definitivamente à Colômbia, país vizinho e amigo ao qual, neste momento histórico, reiteramos nossas felicitações e nossa solidariedade.

REUNIÃO MINISTERIAL DO CONE SUL SOBRE SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS 15/11/2016

Por iniciativa conjunta do ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, do ministro da Defesa, Raul Jungman, do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Etchegoyen, e do ministro das Relações Exteriores, José Serra, será realizada, no dia 16 de novembro, no Palácio Itamaraty, em Brasília, reunião ministerial do Cone Sul sobre segurança nas fronteiras, para a qual foram convidados os ministros responsáveis pelo tema na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Trata-se de esforço inédito para dotar de maior coerência e efetividade as ações regionais voltadas para o combate aos ilícitos transnacionais, sobretudo o narcotráfico, o tráfico de armas, o contrabando, o tráfico de pessoas e a lavagem de dinheiro.

A discussão deverá concentrar-se em ações conjuntas de enfrentamento ao crime organizado nas fronteiras. O objetivo será a definição de parâmetros para intensificar o contato direto entre as agências de segurança, aduana e inteligência dos países do Cone Sul.

A iniciativa integra os esforços do governo Temer na área da segurança pública, como debatido na reunião sobre o assunto entre os presidentes dos poderes da República, realizada em 28 de outubro passado.

**DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA –
REUNIÃO MINISTERIAL DO CONE
SUL SOBRE A SEGURANÇA NAS
FRONTEIRAS – BRASÍLIA, 16 DE
NOVEMBRO DE 2016 16/11/2016**

1. Nós, os Ministros e Altas Autoridades das Relações Exteriores, do Interior, da Defesa, da Justiça, de Segurança e de Controle de Drogas de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, reunimo-nos em 16 de novembro de 2016, na cidade de Brasília, para tratar a temática da segurança nas fronteiras e acordar objetivos prioritários e diretrizes para o desenvolvimento de ações coordenadas.

2. Reiteramos nosso pleno respeito aos direitos humanos e garantias fundamentais e o compromisso de continuar aplicando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC) e seus Protocolos, bem como os instrumentos pertinentes acordados na região.

3. Reafirmamos que os acordos e mecanismos de cooperação bilaterais são elementos essenciais para fortalecer a segurança cidadã em nossos países.

4. Manifestamos nossa preocupação com o aumento da criminalidade organizada transnacional em nossa região, bem como com os potenciais impactos decorrentes de ameaças globais como o terrorismo internacional e os crimes cibernéticos e, nesse sentido, reconhecemos que, no contexto de segurança atual, os mecanismos de cooperação são ferramentas centrais para reforçar a ação conjunta dos Estados.

5. Sublinhamos nossa convicção de que a segurança nas fronteiras requer uma visão regional integral, que incorpore as dimensões política, social, econômica e normativa, baseada no princípio de responsabilidade compartilhada, que facilite

o comércio internacional e a circulação de pessoas e bens entre nossos países, e conseqüentemente promova o desenvolvimento de nossa região.

6. Analisamos, de maneira franca e aberta, os desafios para uma ação efetiva orientada para prevenir e combater a criminalidade organizada transnacional, reafirmando que nossas fronteiras são zonas privilegiadas de integração, cooperação e intercâmbio cultural e comercial entre nossos povos. Nesse sentido, compartilhamos o seguinte diagnóstico:

a) Os crimes transnacionais estão no centro de muitos dos problemas de segurança em nossa região, têm efeitos nocivos sobre nossas sociedades e afetam negativamente o desenvolvimento sustentável.

b) O tráfico ilícito de armas de fogo, munições e explosivos e de drogas alimenta o crime organizado e a violência em nossas cidades. O contrabando prejudica nossas economias e gera desemprego. O aumento de atividades relacionadas com a lavagem de dinheiro gera distorções que afetam o sistema econômico de nossos países e fomenta a corrupção. O tráfico de pessoas e o tráfico ilícito de migrantes violam os direitos fundamentais de nossos cidadãos, afetando principalmente as mulheres e as crianças.

c) Os controles nas passagens de fronteira habilitadas e a vigilância terrestre, aérea, marítima, lacustre e fluvial ao longo de nossas fronteiras devem ser priorizados, aperfeiçoados e modernizados de modo permanente, para fazer frente às novas dinâmicas do crime organizado transnacional.

d) A forma mais efetiva de enfrentar o crime transnacional é por meio da cooperação em três âmbitos: nacional, bilateral e regional. O fortalecimento simultâneo e integrado desses três níveis é fundamental para uma

resposta coerente, ágil, efetiva e dirigida para alcançar os objetivos propostos.

e) No âmbito nacional, o fortalecimento da articulação entre as agências competentes, com a participação dos entes subnacionais, quando apropriado, é a base de uma ação nacional coordenada e efetiva, permitindo identificar e tratar de maneira adequada os desafios institucionais, legislativos e financeiros.

f) No âmbito bilateral, os mecanismos de cooperação devem ser fortalecidos por meio de acordos e ajustes, incluindo ações operacionais coordenadas e a facilitação dos meios necessários para sua execução.

g) No nível regional, é necessário desenvolver uma visão estratégica compartilhada de segurança nas fronteiras, com vistas a fortalecer os mecanismos existentes e a adequá-los para dar respostas imediatas e ágeis, a partir de uma perspectiva flexível e dinâmica.

h) É momento de passar para a ação e avançar para políticas públicas transformadoras, baseadas na obtenção e no intercâmbio de informação precisa, tanto quantitativa como qualitativa, sobre as vulnerabilidades, problemas e desafios nas áreas fronteiriças.

7. Diante desse diagnóstico, ressaltamos nossa determinação de prevenir, processar e punir os crimes internacionais e de aprofundar o desenvolvimento econômico e social das fronteiras, a partir de um critério de responsabilidade compartilhada de segurança cidadã.

8. Nossos Governos, no marco de sua soberania e seus respectivos ordenamentos jurídicos, comprometem-se a unir esforços na luta contra as organizações criminosas que atuam na região.

9. Para essa finalidade, acordamos os seguintes objetivos prioritários e diretrizes:

FORTALECER A COOPERAÇÃO

i. Fortalecer a cooperação operacional interagências em matéria de segurança, controle e vigilância de fronteiras, de acordo com os ordenamentos jurídicos nacionais e as obrigações internacionais.

ii. Promover encontros frequentes das autoridades nacionais responsáveis pela segurança nas fronteiras, com vistas a, entre outras ações, desenvolver operações coordenadas e intercambiar experiências para combater os crimes transnacionais.

iii. Fomentar a formação e capacitação conjunta do pessoal de segurança, controle e vigilância de fronteiras.

iv. Reforçar a coordenação e a cooperação entre esferas nacionais e subnacionais de governo, em conformidade com seus respectivos ordenamentos jurídicos.

v. Identificar desafios institucionais e buscar os meios tecnológicos, financeiros e materiais e os recursos humanos adequados para enfrentá-los.

vi. Incrementar o controle do espaço aéreo nas fronteiras comuns, mediante o fortalecimento da cooperação operacional interagências, em conformidade com os ordenamentos jurídicos nacionais.

vii. Promover uma cooperação judicial, policial e de agências de inteligência, para aumentar e agilizar a capacidade de resposta frente às diferentes formas e manifestações da criminalidade organizada transnacional.

viii. Concentrar os esforços em apoiar o estabelecimento de órgãos mistos de investigação em processos, ações ou investigações judiciais em um ou mais Estados, em conformidade com o artigo 19 da UNTOC.

ix. Promover a efetiva coordenação dos controles de fronteiras, gerando um intercâmbio de informação sistematizado,

modernizando progressivamente a infraestrutura de controle e melhorando as condições de trabalho e segurança dos funcionários.

x. Utilizar novas tecnologias e aperfeiçoar as existentes, com o propósito de incrementar a efetividade das ações de combate às organizações criminosas.

xi. Promover, em conformidade com os ordenamentos jurídicos nacionais e as obrigações internacionais, o desenvolvimento dos seguintes aspectos prioritários:

- cooperação entre instituições de prevenção e combate ao crime transnacional, de acordo com as prioridades nacionais;

- fortalecimento dos controles, nacionais e regionais, de precursores químicos, de drogas, de marcação e rastreamento de armas de fogo, e de veículos furtados ou roubados;

- prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;

- prevenção e combate ao tráfico de pessoas e ao tráfico ilícito de migrantes; e

- desenvolvimento de um sistema de intercâmbio de informação sobre voos irregulares transfronteiriços.

xii. Fomentar, no âmbito do Mercosul e Estados Associados, a análise das legislações nacionais em matéria de tipificação e sanção dos crimes transnacionais com o objetivo de alinhá-las para incrementar a cooperação jurídica internacional.

CONSOLIDAR A COOPERAÇÃO REGIONAL CONTRA O CRIME TRANSNACIONAL

i. Estabelecer uma visão comum sobre as necessidades, vulnerabilidades, potencialidades e desafios nas fronteiras,

baseada nos princípios de justiça e respeito aos direitos humanos.

ii. Fortalecer, de modo prioritário, o tratamento do problema do crime transnacional no marco dos acordos existentes e nos foros regionais, em particular, no MERCOSUL e na UNASUL.

iii. Coordenar posições a fim de desenvolver sinergias entre os diversos mecanismos de cooperação existentes na área de segurança pública, com vistas à consolidação de um marco coerente e sistemático para orientar as ações de prevenção e combate aos crimes transnacionais, incluindo a definição de metas, objetivos e indicadores de acompanhamento.

CONHECER A FRONTEIRA

i. Incentivar as instituições de pesquisa científica e acadêmica para, em coordenação com suas contrapartes, desenvolver estudos sobre os desafios, vulnerabilidades, necessidades e potencialidades nas fronteiras, da perspectiva da segurança, tendo em conta a diversidade política, econômica, cultural e social nas fronteiras.

ii. Definir metodologias compatíveis para os estudos sobre as fronteiras, com ênfase na segurança pública, para permitir a comparação de resultados e contribuir para a elaboração de políticas públicas.

iii. Fomentar a celebração de convênios entre os institutos de pesquisa científica e acadêmica para a obtenção, análise, difusão e intercâmbio de informação, estatísticas, estudos já realizados e boas práticas.

10. Concordamos em estabelecer um mecanismo flexível conformado por uma rede de pontos focais, que manterá contatos frequentes e encontros periódicos quando necessário, preferencialmente no marco de encontros regionais e multilaterais, para desenvolver os objetivos e diretrizes acordados, formular recomendações e

concertar posições nos organismos regionais existentes.

LANÇAMENTO DA PLATAFORMA PARA O BIOFUTURO – MARRAQUEXE, 16 DE NOVEMBRO DE 2016 17/11/2016

À margem da Conferência do Clima (COP22), em Marraquexe, coalizão de 20 países, interessados nos campos da energia limpa e bioeconomia, anunciou o lançamento da Plataforma para o Biofuturo. O Brasil, propositor original da iniciativa, foi escolhido para coordenar inicialmente a implementação da Plataforma.

A Plataforma para o Biofuturo abrange alguns dos países mais relevantes para mercados e inovação em biocombustíveis avançados e biomateriais. A lista dos participantes inclui Argentina, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Índia, Indonésia, Itália, Marrocos, Moçambique, Países Baixos, Paraguai, Reino Unido, Suécia e Uruguai.

O evento foi aberto pelo Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e pelo Ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi. Contou com a presença de autoridades de alto nível dos países parceiros da Plataforma e de organizações internacionais (entre elas, FAO e UNCTAD), além de associações do setor privado.

A Plataforma para o Biofuturo dá seguimento aos compromissos estabelecidos na Rio+20, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e no Acordo de Paris. A iniciativa representa um novo esforço coletivo para acelerar o desenvolvimento e a implantação de biocombustíveis avançados, nos setores mais diversos, como alternativas sustentáveis aos combustíveis fósseis.

A íntegra da declaração de lançamento e informações adicionais está disponível em <http://www.biofutureplatform.org/>

ACIDENTE EM MOÇAMBIQUE 18/11/2016

O governo brasileiro recebeu, com pesar, a notícia de acidente com caminhão-tanque ocorrido na localidade de Caphiridzange, província de Tete, em Moçambique, no dia 17 de novembro, que resultou na morte de dezenas de pessoas e em mais de 100 feridos.

O Brasil expressa suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo de Moçambique.

VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, À ESPANHA – MADRI, 21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2016 18/11/2016

O ministro José Serra realizará viagem à Espanha entre 21 e 23 de novembro. No dia 21, manterá encontro com a secretária de estado de Comércio, María Luísa Poncela. No dia seguinte, será recebido pelo rei Felipe VI e pelo presidente de governo Mariano Rajoy, e terá reunião com o ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação, Alfonso Dastis.

Nos encontros com as autoridades espanholas, serão discutidos temas da pauta bilateral, como a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, comércio e investimentos. Também serão revisados assuntos da agenda regional, entre os quais as negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

No dia 23, o ministro Serra participará de seminário empresarial, juntamente com os titulares das pastas de Transportes, Portos e Aviação Civil, Minas e Energia, e do

Programa de Parceria de Investimentos. O evento será coordenado pela Agência Brasileira de Promoção das Exportações e dos Investimentos (APEX-Brasil) e sua homóloga espanhola, a ICEX-Espanña Exportación e Inversiones. No evento, será apresentado aos investidores espanhóis o "Projeto Crescer", que prevê a licitação de 34 projetos na área de infraestrutura no Brasil.

A Espanha ocupa o terceiro lugar entre os maiores investidores individuais no Brasil, com um estoque de investimentos em 2014 de cerca de 53,8 bilhões de euros. Os investimentos brasileiros naquele país, da ordem de 14,7 bilhões de euros, apresentaram expressiva elevação nos últimos anos e fizeram do Brasil um dos principais investidores na Espanha, entre os países emergentes. Em 2015, a corrente de comércio entre Brasil e Espanha alcançou 5,8 bilhões de euros.

**NOTA CONJUNTA ENTRE O
MINISTÉRIO DA SAÚDE E O
MINISTERIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES – DECLARAÇÃO PELA
OMS DO FIM DA "EMERGÊNCIA DE
SAÚDE PÚBLICA DE PREOCUPAÇÃO
INTERNACIONAL" ASSOCIADA AO
VÍRUS ZICA 19/11/2016**

Realizou-se, no dia 18 de novembro, em Genebra, a 5ª Reunião do Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o vírus Zika e casos de microcefalia e outros distúrbios a ele associados. O Comitê considerou que o vírus Zika e as consequências a ele associadas continuam a ser um desafio de saúde pública

que exige ação intensa, mas não mais representam uma "Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional", originalmente declarada em fevereiro de 2016, nos termos do RSI. O Comitê recomendou, igualmente, que a resposta ao vírus fosse transferida para um programa de trabalho regular com os recursos necessários para enfrentar a natureza de longo prazo da doença e distúrbios associados.

A Diretora-Geral da OMS, Dra. Margareth Chan, acatou a recomendação do Comitê, declarando o fim da "Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional". Afirmou também que a epidemia continuará a ser enfrentada no marco dos programas regulares da OMS.

O presidente do Comitê de Emergência, David Heyman, e o Diretor-Executivo do Programa de Emergências de Saúde da OMS, Peter Salama, consideraram apropriada a decisão do governo brasileiro de manter a epidemia de zika como emergência no plano nacional. Foi observado também que as pesquisas de longo prazo em curso no Brasil são importantes para a produção de informações sobre eventuais cofatores causadores dos distúrbios associados ao vírus Zika.

**ACIDENTE FERROVIÁRIO NA ÍNDIA
20/1/2016**

O governo brasileiro tomou conhecimento, com profundo pesar, do acidente ferroviário ocorrido na madrugada deste domingo, nas proximidades de Kanpur, no Estado de Uttar Pradesh, norte da Índia, que deixou mais de uma centena de mortos e de feridos.

O Brasil expressa suas condolências e seu sentimento de solidariedade às famílias das vítimas e ao povo e ao governo da Índia.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E LEGISLATIVAS NO HAITI 21/11/2016

O governo brasileiro saúda o governo e o povo haitianos pela realização, em 20 de novembro, das eleições presidenciais e legislativas, um passo importante para o fortalecimento da democracia no Haiti e para a preservação dos avanços institucionais do país.

O governo brasileiro felicita as autoridades haitianas pelos esforços na organização e condução pacífica das votações, que contou com a colaboração da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e da comunidade internacional.

Ao exortar todos os atores políticos a aguardar pacificamente os resultados, o governo brasileiro reitera seu apoio ao processo eleitoral em curso, bem como seu compromisso de longo prazo com o desenvolvimento do Haiti.

COMUNICADO DE IMPRENSA DOS MINISTROS DE ASSUNTOS EXTERIORES E DE COOPERAÇÃO DO REINO DA ESPANHA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 23/11/2016

Os Ministros de Assuntos Exteriores e de Cooperação do Reino da Espanha, Alfonso Dastis, e das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, José Serra, mantiveram, em 23 de novembro de 2016, em Madri, uma reunião de trabalho. O Ministro José Serra também foi recebido, em 22 de novembro, por Sua Majestade o Rei Felipe VI, e pelo Presidente de Governo Mariano Rajoy.

1. Os Ministros Alfonso Dastis e José Serra mantiveram um encontro em Madri como seguimento das reuniões de alto nível entre

autoridades de ambos os países, que foram realizadas nos últimos cinco meses. O Presidente Michel Temer e o Presidente de Governo Mariano Rajoy reuniram-se bilateralmente por ocasião da Cúpula do G-20. Em Brasília, em setembro passado, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra, e o Secretário de Comércio da Espanha, Jaime García-Legaz, fomentaram ações relativas à agenda bilateral na área econômica.

2. Estas reuniões demonstram a elevada prioridade atribuída pela Espanha e pelo Brasil à relação bilateral e ao papel que ambos os países desempenham em suas respectivas estratégias internacionais.

3. Os Ministros consideram que se afigura um bom momento para aprofundar uma relação já vigorosa, baseada em acervo de sólidas raízes econômicas, comerciais, culturais, educativas e de intensa cooperação em matéria de defesa e de ciência e tecnologia.

4. Ambos os países compartilham o desejo de reforçar o diálogo político e a concertação sobre os principais temas da agenda internacional e regional.

5. Os Ministros reconhecem também que ainda há um grande potencial para o crescimento e diversificação dos intercâmbios comerciais e de investimento. Em termos de volume de investimentos, a Espanha é o segundo investidor estrangeiro no Brasil. Entre as principais economias do mundo, considerada a relação entre o PIB e os investimentos, a Espanha é o país que destina a maior parte de seu PIB para investimentos no Brasil. O Brasil, por sua vez, encontra-se entre os três principais destinos de novos investimentos espanhóis no exterior; o fluxo comercial bilateral continua a crescer, apesar de ter passado por um ano de retração. O Brasil é atualmente o mercado mais importante para a Espanha na América Latina.

6. Por esta razão, os Ministros congratularam-se pela realização, em Madri, com início em 23 de novembro, do evento "Invest in Brazil", sobre oportunidades de investimento em infraestrutura, logística e energia no Brasil. O evento foi encerrado pelos Ministros José Serra e Alfonso Dastis, e contou com a presença dos Ministros Moreira Franco (Programa de Parcerias de Investimentos - PPI), Mauricio Quintella (Transportes, Portos e Aviação Civil) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia), assim como Roberto Jaguaribe, Presidente da APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e da Secretária de Estado de Comércio da Espanha, Maria Luisa Poncela. O objetivo do evento será apresentar a grandes empresas e investidores espanhóis os projetos e oportunidades em novas obras e concessões previstas pelo Governo do Presidente Michel Temer, em particular para a melhora da infraestrutura de transportes e serviços, tendo em conta a grande vantagem competitiva do setor privado espanhol.

7. Ambas as partes expressaram sua satisfação com os recentes progressos nas negociações entre a UE e o MERCOSUL para alcançar o acordo de associação birregional. O Ministro José Serra destacou o papel da Espanha na União Europeia e sua visão favorável ao acordo com o MERCOSUL. Brasil e Espanha decidiram continuar a trabalhar em conjunto para o sucesso das negociações.

8. O Ministro José Serra apresentou cartas do Presidente Michel Temer por meio das quais convidou Sua Majestade o Rei Felipe VI e o Presidente de Governo Mariano Rajoy para visitar o Brasil. Nesse sentido, os Ministros deverão examinar a possibilidade de definir agenda de encontros de alto nível em 2017. Ao mesmo tempo, instruíram seus ministérios para organizar o Fórum Brasil-Espanha, no primeiro semestre de 2017, de caráter empresarial, acadêmico e de alto

nível, com a participação dos setores público e privado.

VISITA DO DIRETOR-GERAL DA AIEA, YUKIYA AMANO – SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 23 A 25 DE NOVEMBRO DE 2016 23/1/2016

O Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Yukiya Amano, realiza visita ao Brasil entre os dias 23 e 25 de novembro.

Em São Paulo, o Diretor-Geral da AIEA visitou o Centro Experimental de Aramar, em Iperó, e conheceu o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro, que permitirá ao país alcançar autonomia em matéria de radioisótopos destinados à medicina nuclear.

No dia 24, em Brasília, Yukiya Amano será recebido pelo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab; pelo Comandante da Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira, e pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão.

O Diretor-Geral da AIEA visitará também a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, no dia 25, em Angra dos Reis, e manterá, no Rio de Janeiro, reuniões na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Membro fundador da AIEA, o Brasil participa ativamente dos trabalhos no âmbito da Agência, que tem por objetivo garantir o uso seguro e pacífico da tecnologia nuclear, contribuindo para a paz e a consecução das metas de desenvolvimento sustentável.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO IRÃ 24/11/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Seyed Ali Saghaeyen como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Islâmica do Irã no Brasil.

O Brasil e o Irã estabeleceram relações diplomáticas em 1903.

NOVO PORTAL CONSULAR 24/11/2016

Está disponível, no endereço <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br>, nova versão do Portal Consular, com informações úteis para brasileiros que pretendam viajar para outros países ou que residam no exterior.

O novo Portal Consular traz, em ambiente de fácil visualização e consulta, alertas consulares; perguntas frequentes; informações sobre legalização de documentos, emissão de vistos e passaportes; descrição das competências das repartições consulares; e orientações sobre como proceder em caso de emergência no exterior. Também foi reformulada a seção "Seu Destino", que agora conta com informação pormenorizada a respeito de providências e precauções a tomar antes de viajar ao exterior.

O Portal Consular está sendo atualizado constantemente com informações recebidas das unidades do Ministério das Relações Exteriores e das repartições consulares brasileiras no exterior.

A reformulação do Portal Consular visa a atender a crescente demanda pelos serviços consulares do Itamaraty. Aproximadamente 8 milhões de brasileiros viajam anualmente ao exterior, ao passo que se estima em 3 milhões o número de nacionais residentes fora do Brasil.

FALECIMENTO DE FIDEL CASTRO 26/11/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento com pesar da morte do líder cubano Fidel Castro.

Como dirigente máximo de seu país por cinco décadas, marcou profundamente a política cubana e o cenário internacional. Entra para a história como uma das lideranças políticas mais emblemáticas do século XX. Não é possível entender a história de nosso continente sem referência a Fidel, suas ideias e ações à frente da revolução cubana e do governo do seu país.

Sua trajetória resume os dolorosos conflitos e contradições de um período histórico conturbado, no qual ideias de desenvolvimento e justiça social nem sempre se conciliaram, em nossa região, com o respeito aos direitos humanos e à democracia.

O governo solidariza-se com o povo cubano e apresenta a seu governo e à família de Fidel Castro suas sentidas condolências.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA SUÍÇA 27/11/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Andrea Semadeni como embaixador extraordinário e plenipotenciário da Confederação Suíça no Brasil.

O Brasil e a Suíça estabeleceram relações diplomáticas em 1826.

ACIDENTE AÉREO COM DELEGAÇÃO DA CHAPECOENSE 29/11/2016

O Ministério das Relações Exteriores manifesta seu profundo pesar pelo trágico acidente aéreo ocorrido na Colômbia, que vitimou jogadores, comissão técnica e dirigentes da Associação Chapecoense de Futebol, bem como jornalistas e tripulantes que acompanhavam a delegação. O Itamaraty soma-se às expressões de pesar aos familiares das vítimas e à população de Chapecó e faz votos de pronto restabelecimento aos sobreviventes.

A Embaixada do Brasil em Bogotá está deslocando funcionários a Medellín, chefiados pelo embaixador Julio Bitelli, com o intuito de prestar toda a assistência necessária às vítimas e a seus familiares e de dar apoio ao traslado dos corpos ao Brasil. Funcionários do Itamaraty em Brasília também viajarão a Medellín para reforçar a equipe de apoio.

O Núcleo de Assistência a Brasileiros do Ministério das Relações Exteriores está disponível para prestar informações e esclarecimentos sobre o acidente nos números (61) 2030-8803 e (61) 2030-8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br.

HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DO ACIDENTE AÉREO COM DELEGAÇÃO DA CHAPECOENSE 29/11/2016

Os ministros José Serra (Relações Exteriores) e Roberto Freire (Cultura) representarão o governo brasileiro na homenagem às vítimas do acidente aéreo envolvendo a delegação da Associação Chapecoense de Futebol, tripulantes e demais passageiros, a ser realizada amanhã, no estádio Atanasio Girardot, em Medellín, às 18:45 (hora local).

NÚCLEO DE APOIO A BRASILEIROS EM MEDELLÍN 30/11/2016

O Itamaraty montou um núcleo 24 horas para apoio a brasileiros em Medellín, no terminal executivo do aeroporto Olaya Herrera, sala VIP 2, telefones +57 4 3656180 e +57 4 3656181.

O núcleo conta com a presença de médico, psicólogo, funcionários da prefeitura local, do Ministério de Relações Exteriores colombiano e agentes consulares da Embaixada do Brasil na Colômbia. Além de atender familiares e amigos das vítimas do acidente com o avião que transportava a Chapecoense, a equipe do núcleo cuidará dos trâmites burocráticos para que os corpos possam ser rapidamente transportados para o Brasil.

Em Brasília, o núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197-2284.

MORTE DE FERREIRA GULLAR 05/12/2016

"Recebi, com muita tristeza, a notícia da morte de Ferreira Gullar, poeta maior, ensaísta, crítico de arte, tradutor e amigo querido.

Gullar deixa uma contribuição marcante para a cultura brasileira e, em particular, para nossa língua e literatura. Pioneiro desde os anos 1950, renovou, ao longo de mais de meio século, a poesia do país com uma obra

brilhante e inovadora, que lhe valeu a admiração de tantos leitores e inúmeros prêmios – inclusive o Prêmio Camões, o mais importante da língua portuguesa.

Ele foi um homem de grande integridade, que soube combater o bom combate de ideias movido por seu amor ao Brasil e pela visão de um país democrático e socialmente mais justo.

Nesse momento de dor, em que o Brasil sofre perdas tão sentidas, expresso minhas mais profundas condolências aos familiares de Ferreira Gullar e despeço-me do grande amigo com suas palavras:

*Corpo meu corpo corpo
que tem um nariz assim uma boca
dois olhose um certo jeito de sorrir
de falarque minha mãe identifica como
sendo de seu filhoque meu filho identifica
como sendo de seu pai*

*corpo que se pára de funcionar provoca
um grave acontecimento na família:
sem ele não há José Ribamar Ferreira
não há Ferreira Gullare muitas pequenas
coisas acontecidas no planeta
estarão esquecidas para sempre"*

José Serra

Ministro de Estado das Relações Exteriores

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA TUNÍSIA 06/12/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu *agrément* ao senhor Mohamed Hedi Soltani como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República da Tunísia no Brasil.

O Brasil e a Tunísia estabeleceram relações diplomáticas em 1956.

VISITA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E PRESIDENTE DO CONSELHO DE COMÉRCIO DO REINO UNIDO 07/12/2016

O ministro das Relações Exteriores, José Serra, terá, hoje, 7 de dezembro, encontro com o secretário de Estado de Comércio Internacional e presidente do Conselho de Comércio do Reino Unido, Liam Fox.

Durante o encontro, serão repassados temas econômicos, comerciais e financeiros da agenda bilateral. Serão também tratadas questões de governança econômica internacional e temas da OMC e do G20.

Entre janeiro e outubro de 2016, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 4,4 bilhões, com superávit para o Brasil de US\$ 435 milhões. De acordo com os dados mais recentes do Banco Central, o Reino Unido é o 4º maior investidor no Brasil, com estoque de US\$ 36,7 bilhões.

VISITA DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA REPÚBLICA ARGENTINA, SUSANA MALCORA, AO BRASIL – BRASÍLIA, 8 DE DEZEMBRO DE 2016 07/12/2016

A ministra das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Susana Malcorra, realizará visita de trabalho a Brasília no dia 8 de dezembro, ocasião em que será recebida pelo presidente Michel Temer e manterá encontro com o ministro José Serra.

Durante a visita, os chanceleres passarão em revista os temas da ampla agenda bilateral e intercambiarão opiniões sobre os contextos regional e global. O encontro servirá, também, para preparar a visita que o

presidente da Argentina, Mauricio Macri, deverá fazer ao Brasil em 2017.

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e comerciais do Brasil. Buenos Aires foi o destino das primeiras visitas bilaterais do presidente Michel Temer, em outubro, e do chanceler José Serra, em maio, em sinal da importância da aliança estratégica com a Argentina para a consecução dos objetivos da política externa brasileira.

O Brasil é o principal fornecedor de produtos à Argentina e principal destino das exportações do país vizinho. Nos primeiros dez meses de 2016, o intercâmbio bilateral somou mais de US\$ 18 bilhões. Nesse período, a Argentina foi o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

**DECLARAÇÃO DOS CHANCELERES
DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE,
COLÔMBIA, GUATEMALA, MÉXICO,
PARAGUAI, PERU E URUGUAI
07/12/2016**

Os chanceleres dos países abaixo assinados reiteram seu apelo para que se mantenha vigente o diálogo entre o governo e a oposição na Venezuela.

Sublinham, ainda, a importância de um tratamento mútuo respeitoso e do cumprimento estrito dos acordos alcançados no âmbito deste diálogo, que são essenciais para gerar a confiança necessária, para assegurar o envolvimento permanente de todas as partes e para avançar na solução das diferenças, em benefício do povo venezuelano.

Nossos países continuarão apoiando os esforços dos ex-presidentes e a contribuição prudente do Vaticano, que deve ser altamente apreciada por todas as partes e representou uma ajuda desinteressada para

favorecer o processo de diálogo no país vizinho.

Fazemos votos para que a Venezuela encontre o caminho do entendimento, o que lhe dará estabilidade para o futuro.

Susana Malcorra
Chanceler da Argentina

José Serra
Chanceler do Brasil

Heraldo Benjamín Muñoz
Chanceler do Chile

María Ángela Holguín Cuellar
Chanceler da Colômbia

Carlos Raúl Morales Moscoso
Chanceler da Guatemala

Claudia Ruiz Massieu
Chanceler do México

Eladio Loizaga
Chanceler do Paraguai

Ricardo Luna
Chanceler do Peru

Rodolfo Nin Novoa
Chanceler do Uruguai

**Declaración Cancilleres de Argentina,
Brasil, Chile, Colombia, Guatemala,
México, Paraguay, Perú y Uruguay**

Los Cancilleres de los países abajo firmantes reiteran su llamado para mantener vigente el diálogo en Venezuela entre el gobierno y la oposición.

Destacan, asimismo, la importancia de un trato respetuoso mutuo y del estricto cumplimiento de los acuerdos alcanzados en el marco de dicho diálogo, que son esenciales para generar la confianza

necesaria, assegurar la participación permanente de todas las partes y avanzar en la solución de las diferencias en beneficio del pueblo venezolano.

Nuestros países seguirán apoyando los esfuerzos de los Ex Presidentes y la prudente contribución del Vaticano, que debe ser altamente apreciada por todas las partes y representó una ayuda desinteresada para favorecer el proceso de diálogo en el hermano país.

Hacemos votos para que Venezuela encuentre el camino del entendimiento que le dará estabilidad hacia el futuro.

Susana Malcorra
Canciller de Argentina

José Serra
Canciller de Brasil

Heraldo Benjamín Muñoz
Canciller de Chile

María Ángela Holguín Cuellar
Canciller de Colombia

Carlos Raúl Morales Moscoso
Canciller de Guatemala

Claudia Ruiz Massieu
Canciller de México

Eladio Loizaga
Canciller de Paraguay

Ricardo Luna
Canciller de Perú

Rodolfo Nin Novoa
Canciller de Uruguay

ACIDENTE AÉREO NO PAQUISTÃO 07/12/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do desastre com o voo PK-661,

da Pakistan International Airlines, que vitimou 47 pessoas.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas e ao governo do Paquistão.

TERREMOTO NA INDONÉSIA 07/12/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto que atingiu a província de Aceh, no norte da Indonésia, deixando dezenas de mortos e feridos, além de significativos danos materiais.

O governo brasileiro solidariza-se com as famílias das vítimas e manifesta seu sentido pesar ao governo e ao povo da Indonésia.

BRASIL ENVIA MEDICAMENTOS E VACINAS AO HAITI 09/12/2016

Em iniciativa integrada dos ministérios da Defesa, Saúde e Relações Exteriores, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), o governo brasileiro enviou medicamentos e vacinas contra cólera para atendimento à população do Haiti. São mais de 18.000 unidades de medicamentos, testes rápidos para HIV, materiais de uso hospitalar e cerca de 4.000 doses de vacinas contra cólera.

As doações seguiram em avião da Força Aérea Brasileira, que partiu do Rio de Janeiro em 8 de dezembro, transportando militares para o rodízio do Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) que integra a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Os donativos são parte da cooperação brasileira com o Haiti em razão da passagem do furacão "Matthew" em outubro passado. A nova doação integra a resposta humanitária do governo brasileiro a essa catástrofe socioambiental, que já contou

com doações financeiras no total de US\$ 400 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, para atividades emergenciais de aquisição e distribuição de alimentos e outros itens de primeira necessidade a cerca de 800 mil pessoas, como também para ações de preparação para emergências.

ATENTADOS NA TURQUIA 11/12/2016

O governo brasileiro condena os atentados terroristas que deixaram dezenas de mortos e centenas de feridos no sábado, 10 de dezembro, nos arredores do estádio de futebol Besiktas, em Istambul, na Turquia.

Ao manifestar condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo turco, o governo brasileiro reitera seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

ACIDENTE FERROVIÁRIO NA BULGÁRIA 12/12/2016

O governo brasileiro lamenta, com grande pesar, o acidente ferroviário em Hitrino, na Bulgária, que vitimou e feriu dezenas de pessoas.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas, ao governo e ao povo da Bulgária.

ATAQUE À CADETRAL COPTA DO CAIRO, EGITO 12/12/2016

O governo brasileiro condena o ataque terrorista que deixou ao menos 25 mortos e dezenas de feridos na manhã do último domingo, 11 de dezembro, nas cercanias da Catedral Copta do Cairo, no Egito.

Ao manifestar condolências e solidariedade

aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Egito, o governo brasileiro reitera, nos mais fortes termos, seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM DO MERCOSUL – BUENOS AIRES, 14 DE DEZEMBRO DE 2016 13/12/2016

O ministro das Relações Exteriores José Serra participará, em Buenos Aires, no dia 14 de dezembro, de reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) do MERCOSUL, juntamente com ministros de Argentina, Paraguai e Uruguai.

O encontro permitirá aos estados partes tratar da efetiva liberalização do comércio intrabloco, da negociação de um protocolo para a cooperação e facilitação de investimentos no MERCOSUL, da revisão do protocolo de contratações públicas e da dinamização das negociações extrarregionais.

Na reunião do CMC, a Argentina assumirá a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL para o primeiro semestre de 2017, conforme o critério da rotatividade por ordem alfabética. No segundo semestre, a presidência do bloco caberá ao Brasil.

FALECIMENTO DO ARCEBISPO DOM PAULO EVARISTO ARNS 14/12/2016

Recebi com tristeza a notícia da morte do arcebispo emérito de São Paulo, meu amigo Dom Paulo Evaristo Arns. Neste momento de dor, transmito a seus familiares e a toda a população de São Paulo, que ele tanto amou e pela qual tanto fez, meus mais profundos sentimentos.

Dom Paulo é um exemplo para aqueles que acreditam na justiça social e na melhoria das condições de vida da população. Dedicou seu sacerdócio à defesa dos direitos humanos, em especial dos mais pobres.

À frente da Arquidiocese de São Paulo entre 1970 e 1998, trabalhou ativamente para o retorno da democracia em nosso país. Criada por ele, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz de São Paulo desempenhou papel fundamental no combate à tortura durante o regime militar. Junto com sua irmã Zilda Arns, estabeleceu a Pastoral da Criança, organização que até hoje trabalha incessantemente pelo bem-estar das crianças, em especial as mais humildes.

São Paulo e o Brasil perdem um gigante; eu, um amigo e conselheiro.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ESLOVÊNIA 14/12/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da Eslovênia concedeu agrément a Renato Mosca de Souza como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Ao longo de sua carreira diplomática, Renato Mosca de Souza serviu nas embaixadas do Brasil em Washington, na Cidade do México e em Caracas e na Representação Permanente junto à FAO.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" À EMBAIXADORA DO BRASIL NO ZIMBÁBUE 15/12/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo do Zimbábue concedeu agrément a Ana Maria Pinto Morales como embaixadora extraordinária e plenipotenciária do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Ana Maria Pinto Morales é, desde 2011, embaixadora na Zâmbia. Ao longo de sua carreira, serviu na missão do Brasil em Nova York e nas embaixadas brasileiras no Panamá, Zimbábue, Estados Unidos, México e Peru.

CONDECORAÇÃO DE COLOMBIANOS QUE COOPERARAM COM VÍTIMAS DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE 15/12/2016

O governo brasileiro condecorará, nesta sexta-feira, 16 de dezembro, cidadãos colombianos em reconhecimento à atuação no resgate das vítimas do acidente com o avião que transportava a delegação da Associação Chapecoense de Futebol e jornalistas. Serão concedidas a Ordem do Mérito da Defesa e a Ordem de Rio Branco. O presidente Michel Temer e os ministros Raul Jungmann (Defesa) e José Serra (Relações Exteriores) estarão presentes na cerimônia. O prefeito de Chapecó, Luciano Buligon, também será condecorado com a Ordem de Rio Branco, e a cidade de Medellín receberá a insígnia da Ordem do Cruzeiro do Sul.

A Ordem do Mérito da Defesa é concedida a personalidades civis e militares que prestaram relevantes serviços às Forças Armadas. A Ordem de Rio Branco é concedida a brasileiros e estrangeiros em reconhecimento a serviços prestados ao Brasil. A cerimônia acontecerá às 16h00 de

sexta-feira, 16 de dezembro, no Salão Oeste do Palácio do Planalto.

ATENTADO NA TURQUIA 18/12/2016

O governo brasileiro condena o atentado terrorista que causou a morte de 14 pessoas e feriu dezenas de outras, nos arredores da Universidade de Kayseri, na Turquia, em 17 de dezembro.

Ao manifestar condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Turquia, o governo brasileiro reitera seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

AUTORIZAÇÃO DA CAMEX PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO NA OMC CONTRA O CANADÁ ACERCA DE SUBSÍDIOS OFERECIDOS À INDÚSTRIA AERONÁUTICA 19/12/2016

O Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) autorizou abertura de procedimento de solução de controvérsias contra o Canadá na OMC acerca de subsídios concedidos à indústria aeronáutica, especificamente à companhia Bombardier.

Só em 2016, o Governo da província de Quebec injetou US\$ 2,5 bilhões na Bombardier. Há indicações de que o governo federal canadense pretende fazer em breve novo aporte significativo no capital da empresa para assegurar a viabilidade da nova linha aviões C-Series e sua colocação no mercado a preços artificialmente reduzidos.

Na avaliação do Brasil, o apoio concedido pelo governo canadense à Bombardier tem afetado as condições de competitividade no mercado, de maneira incompatível com os compromissos assumidos pelo Canadá na OMC.

ASSASSINATO DO EMBAIXADOR DA RÚSSIA NA TURQUIA 19/12/2016

O governo brasileiro expressa sua consternação e condena, nos mais fortes termos, o assassinato do embaixador da Rússia na Turquia, Andrey Gennadyevich Karlov.

Ao manifestar condolências e solidariedade aos familiares da vítima, ao povo e ao governo da Federação da Rússia, o governo brasileiro reitera seu veemente repúdio a todas as formas de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

INCIDENTE TRÁGICO EM BERLIM 20/12/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda consternação, da morte de 13 pessoas após a investida, desde ontem sob investigação, de um caminhão contra frequentadores de tradicional Mercado de Natal em Berlim, em horário de grande movimento.

O governo brasileiro manifesta sua solidariedade e condolências aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da República Federal da Alemanha e expressa seus votos de pronta recuperação aos feridos.

ATAQUES EM KARAK, NA JORDÂNIA 20/12/2016

O governo brasileiro condena os ataques que resultaram em dez mortos e mais de trinta feridos na região de Karak, na Jordânia, na tarde do último domingo, 18 de dezembro.

Ao manifestar condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da Jordânia, o governo brasileiro reitera seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

EXPLOSÃO NA CIDADE DE TULTEPEC, MÉXICO 21/12/2016

O governo brasileiro manifesta seu profundo pesar pela explosão ocorrida ontem num mercado de fogos de artifício da cidade de Tultepec, no México, que vitimou ao menos 31 pessoas e deixou dezenas de feridos e desaparecidos.

O governo brasileiro apresenta suas condolências às famílias das vítimas e expressa sua solidariedade ao povo e ao governo mexicano.

CONTENCIOSOS NA OMC SOBRE REGIMES TRIBUTÁRIOS BRASILEIROS 21/12/2016

Foi circulado, ontem, dia 20 de dezembro, em Genebra, o relatório definitivo do painel que examinou regimes tributários brasileiros questionados pela União Europeia e pelo Japão na OMC. O conteúdo do documento é de caráter sigiloso e só será divulgado ao público quando estiver disponível nos três idiomas oficiais da Organização, no primeiro trimestre de 2017. A decisão será objeto de apelação por parte do Brasil.

O governo brasileiro buscará, nesse processo, preservar o apoio necessário à política industrial e à pesquisa e desenvolvimento e assegurar ambiente regulatório propício à produção e à atração de investimentos no país

SITUAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 21/12/2016

O governo brasileiro acompanha com preocupação a situação na República Democrática do Congo, onde choques entre forças de segurança e manifestantes

provocaram a morte de cerca de 20 civis em Kinshasa no dia de ontem, 20/12, segundo declarações de altos funcionários da ONU.

O governo brasileiro acolhe com satisfação a retomada, hoje, do diálogo entre governo e oposição mediado pela Conferência Nacional Episcopal do Congo (CENCO) e conclama as partes envolvidas a agirem com moderação e a redobram os esforços com vistas à obtenção de solução, baseada em diálogo inclusivo, para a realização das próximas eleições presidenciais no país.

A Embaixada do Brasil em Kinshasa acompanha a situação no país e mantém contato com a comunidade brasileira residente na capital congoleza, a fim de prestar a assistência que se fizer eventualmente necessária.

QUEDA DO AVIÃO RUSSO NO MAR NEGRO 26/12/2016

O governo brasileiro manifesta seu profundo pesar pela morte de 92 pessoas na queda de avião russo no Mar Negro, ocorrida ontem, dia de Natal.

O governo brasileiro apresenta suas sentidas condolências às famílias das vítimas e expressa sua solidariedade ao povo e ao governo russos.

BRASILEIROS DESAPARECIDOS NAS BAHAMAS 26/12/2016

O governo brasileiro vem atuando no caso do desaparecimento de brasileiros durante suposta travessia marítima entre as Bahamas e os Estados Unidos. A primeira consulta sobre o assunto foi recebida em 15 de novembro de 2016. Nessa data, familiares de brasileiros que viajaram para as Bahamas informaram a Embaixada do Brasil em Nassau de que haviam perdido contato com eles no dia 6 daquele mês.

O Ministério das Relações Exteriores informou imediatamente a Polícia Federal, as autoridades migratórias, policiais e as guardas costeiras bahamenses e norte-americanas, e vem trabalhando em conjunto com essas instituições. Até o momento, não obtiveram informações sobre o paradeiro desses cidadãos e tampouco sobre a embarcação que supostamente os levaria para os Estados Unidos.

Por meio da Embaixada do Brasil em Nassau e do Consulado-Geral do Brasil em Miami, o Itamaraty segue engajado na busca de informações, em contato permanente com as autoridades dos EUA e das Bahamas, bem como com as famílias dos brasileiros desaparecidos que procuraram auxílio.

Em respeito à privacidade dos brasileiros e à legislação em vigor, o Itamaraty não fornece detalhes sobre a identidade das pessoas em questão.

ACIDENTE DE ÔNIBUS NA ARGENTINA 27/12/2016

O governo brasileiro vem prestando desde ontem assistência às vítimas de acidente de ônibus brasileiro na província de Entre Rios, Argentina. Funcionários do Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires se deslocaram para o local do acidente, e o Consulado do Brasil em Paso de los Libres presta apoio na fronteira. O Ministério das Relações Exteriores tem mantido contato permanente com os familiares dos passageiros, com as autoridades argentinas e brasileiras e com as empresas responsáveis pela viagem.

Na noite de ontem, aproximadamente 40 passageiros viajaram de volta para o Brasil. Dois cidadãos brasileiros pernoveram em hospital na cidade de San José, recebendo cuidados médicos, acompanhados de familiares. O Itamaraty lamenta confirmar a morte de dois brasileiros no acidente e

manifesta solidariedade a suas famílias. O Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires prestará todo o apoio necessário para a liberação dos corpos.

O governo brasileiro agradece a assistência das autoridades na província de Entre Rios.

EMBAIXADOR DA GRÉCIA NO BRASIL, KYRIAKOS AMIRIDIS 30/12/2016

O governo brasileiro lamenta confirmar a morte do embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Helênica no Brasil, Kyriakos Amiridis, e expressa seus mais profundos sentimentos a seus familiares e amigos, ao povo e ao governo da Grécia.

O embaixador Amiridis servia no Brasil pela segunda vez. À frente da embaixada grega em Brasília desde janeiro deste ano, vinha realizando intenso trabalho para o aprofundamento das relações entre os dois países.

ATENTADOS NO IRAQUE 31/12/2016

O governo brasileiro condena o duplo atentado terrorista cometido hoje, 31 de dezembro, no mercado de al-Sinak em Bagdá, pelo autodenominado “Estado Islâmico”, que deixou mais de duas dezenas de mortos e mais de cinquenta feridos.

O governo brasileiro manifesta aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Iraque suas mais sentidas condolências e reitera seu inequívoco repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo.

FALECIMENTO DO DIRETOR-EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO

INTERNACIONAL DO CAFÉ 31/12/2016

O governo brasileiro recebeu, com pesar, a notícia do falecimento, ontem, 30 de dezembro de 2016, em Belo Horizonte, do diretor-executivo da Organização Internacional do Café (OIC), Robério Oliveira da Silva, e expressa os mais sentidos pêsames e solidariedade a sua família e amigos. Ao longo de quase três décadas, Robério Oliveira da Silva trabalhou pela promoção do café e dos demais produtos agrícolas brasileiros. No setor privado, em cargos de direção no governo e em instituições internacionais, contribuiu, com seu conhecimento, visão e ampla rede de contatos, para a modernização do setor e pela abertura de mercados e oportunidades.

À frente da OIC desde 2011, tendo sido reeleito em setembro de 2016, Robério Oliveira da Silva conduziu revisão estratégica para adequar a organização a novos desafios, implementou medidas de modernização e promoveu a abertura da organização a novos membros exportadores e importadores de café. Por meio de seu trabalho competente, deu conteúdo ao contínuo comprometimento do Brasil com a OIC.

TRÉGUA NA SÍRIA 31/12/2016

O governo brasileiro recebeu, com satisfação, o anúncio de uma trégua nacional na Síria, iniciada em 30 de dezembro. Apelamos a ambas as partes para que se comprometam com a manutenção da trégua e se abstenham de atos que possam escalar os níveis de violência no país.

O governo brasileiro saúda, também, a resolução relativa ao cessar-fogo adotada no dia de hoje pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e o respaldo que ela oferece

aos esforços em curso.

O governo brasileiro tem a convicção de que somente o diálogo inclusivo levará a uma solução definitiva para o conflito no país, que já dura mais de cinco anos. O Brasil reitera seu compromisso com a independência, soberania e integridade territorial da Síria e saúda a proposta de retomada das negociações entre as partes dentro de um mês, em Astana, no Cazaquistão.

ARTIGOS

VINTE E CINCO ANOS E MUITO POR FAZER (O GLOBO) 10/07/2016

O Mercosul faz 25 anos, em meio a bons resultados agregados, ao lado de algum ceticismos em relação ao período recente e ao futuro próximo. Tem pela frente o grande desafio da renovação e da adaptação a um cenário internacional cada vez mais competitivo e instável. A crise que atingiu a região nos últimos anos não diminui a importância do projeto de integração. Ao contrário, torna urgente recuperar o dinamismo perdido, com vistas ao nosso desenvolvimento e projeção externa. É no contexto desses desafios que abordamos a questão da transmissão da presidência pro tempore do Mercosul para a Venezuela.

A presidência do bloco, atualmente a cargo do Uruguai, é exercida semestralmente, em sequência alfabética. Ocorre que as circunstâncias políticas na Venezuela, bem como o estágio em que se encontra o cumprimento por esse país das obrigações que assumiu ao aderir ao Mercosul, levaram o Brasil a sugerir a postergação da próxima transmissão, que seria em julho, até o

próximo mês de agosto. Todos nós acompanhamos com preocupação os desdobramentos da crise política, econômica e humanitária na Venezuela. O debate sobre o funcionamento de sua democracia reflete uma realidade de polarização e acirramento retórico de difícil superação. O conflito entre Executivo e Congresso paralisa o país, e a ação do Judiciário é objeto de sério questionamento.

Evidências de que setores ligados ao governo querem o fechamento da Assembléia Nacional dão a medida da turbulência. Há denúncias de prisões arbitrárias, crescente violência nas ruas e uma gravíssima crise de desabastecimento de alimentos e remédios, que vem castigando duramente a população,

sobretudo a mais pobre. O Brasil aposta no diálogo entre as principais forças políticas venezuelanas para o encaminhamento dos impasses. Mas é forçoso reconhecer que, hoje, o cenário é de grande instabilidade e de falta de vontade política para levar adiante a construção de pontes para uma saída democrática da crise.

Ao Mercosul e a seu funcionamento institucional, incluindo o exercício da Presidência, interessa também o efeito das indefinições e pendências no processo de incorporação de normas pela Venezuela. A entrada do país nesse bloco, em julho de 2012, deu-se em circunstâncias exóticas que, agora, quatro anos depois, cobram sua fatura. O ingresso de um novo membro exige consenso, mas o Paraguai se opunha à entrada da Venezuela, alegando, com razão, falta de cumprimento de requisitos prévios. Então, sob pretexto de que a demissão do então chefe de governo paraguaio, Fernando Lugo, embora seguindo normas constitucionais, fôra antidemocrática, os demais membros decidiram suspender o Paraguai, artifício que permitiu a adoção precipitada e com base em critérios político-

ideológicos, do protocolo que viria a reger a adesão da Venezuela.

Esse protocolo, ao contrário do que seria correto, autorizou a entrada imediata da Venezuela, deixando para quatro anos depois a obrigação de incorporar o acervo legal do MERCOSUL. Esse prazo de carência vence no próximo dia 12 de agosto. Estamos falando de um conjunto de mais de 1.100 normas e cerca de 50 tratados negociados no âmbito do bloco. São regras que definem a identidade, a forma e o funcionamento do Mercosul. Não é um tema menor. Antes, é o que confere ao bloco conteúdo e identidade. Até o momento, a Venezuela incorporou pouco mais da metade dessas normas.

Ou seja, falta ainda um expressivo conjunto incluindo aí documentos essenciais, como o “Protocolo de Assunção sobre o Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos no MERCOSUL (2005)”, o “Acordo de Residência do Mercosul (2002)” e o “Acordo de Complementação Econômica n. 18, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)”.

Esse último, no qual estão refletidas as principais disciplinas comerciais do bloco, constitui a espinha dorsal do Mercosul comercial. A não incorporação dessas normas faz da Venezuela um sócio incompleto, inadimplente em relação a deveres que são fundamentais, como regras de origem, que definem se um produto pode ingressar nos demais parceiros sem pagar imposto de importação, cooperação judicial e regulamentos técnicos sobre meio ambiente, alimentos, direitos do consumidor e requisitos fitossanitários, entre outros. No momento em que os países da região, e o MERCOSUL com eles, voltam a conferir o devido valor à previsibilidade e à segurança jurídica, a expectativa de que a Venezuela cumpra com as obrigações assumidas é exigência lógica e requisito incontornável.

Ao propor a postergação da transferência da Presidência, o Brasil age com prudência, abrindo espaço e tempo para avaliar com serenidade o melhor caminho a seguir. O Mercosul não se pode deixar paralisar. Ao lado dos demais sócios, estamos determinados a modernizar o bloco, a derrubar os entraves que ainda impedem o total livre fluxo de comércio dentro do próprio bloco, a negociar matérias pendentes como investimentos e compras governamentais, a concluir novos acordos com parceiros extrarregionais e integrar-nos de maneira cada vez mais competitiva e proveitosa com o resto do mundo.

A Venezuela é um parceiro importante nesse processo. As potencialidades do país são imensas. Mas as bases para o nosso desenvolvimento conjunto precisam ser lastreadas em instituições respeitadas, comportamento previsível e regras claras. O futuro do MERCOSUL depende disso.

José Serra é ministro das Relações Exteriores

**PAMPULHA, PATRIMÔNIO MUNDIAL
– JOSÉ SERRA E MARCELO CALERO
(FOLHA DE SÃO PAULO) 19/07/2016**

Apesar dos momentos delicados de instabilidade política e securitária pelos quais passou a Turquia, o Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco conseguiu concluir sua reunião em Istambul no último domingo (17). Na ocasião, tomou a decisão histórica de inscrever o Conjunto Moderno da Pampulha, em Belo Horizonte, na Lista do Patrimônio Mundial. Com a medida, o Brasil passa a ter 20 bens protegidos pela Unesco, 13 culturais e sete naturais, distribuídos por todo o país.

O conjunto foi idealizado no início dos anos 1940 por Juscelino Kubitschek, então prefeito da capital mineira. Projetadas por Oscar Niemeyer, as construções de estilo modernista em torno da lagoa da Pampulha tornaram-se referência e influenciaram toda a arquitetura brasileira, constituindo a primeira parceria de sucesso entre o arquiteto carioca e o político mineiro.

O entusiasmo e os desafios vivenciados na concepção da Pampulha serviram de laboratório para a construção de Brasília, anos depois.

Cartão postal de Belo Horizonte, o conjunto é formado pela Igreja de São Francisco de

Assis, ou Igrejinha da Pampulha, o antigo cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), a Casa do Baile (hoje Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design) e o Iate Tênis Clube, importantes equipamentos de cultura e lazer para a população.

O projeto conta com jardins de Roberto Burle Marx, pinturas de Candido Portinari, azulejos de Paulo Werneck e esculturas de Alfredo Ceschiatti e José Pedrosa. Segundo a Unesco, a síntese entre arquitetura, paisagismo e artes plásticas resultou em uma nova linguagem arquitetônica moderna, utilizada posteriormente para reivindicar identidades nacionais em toda a América Latina.

Por um lado, a inscrição da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial representa o reconhecimento internacional da genialidade de grandes nomes nacionais. Por outro, implica ao Estado brasileiro obrigação de conservar, promover e valorizar o local para as gerações atuais e futuras.

Parte dessa responsabilidade demandará uma ação cooperativa dos três níveis de governo para restaurar elementos do complexo, melhorar a qualidade da água da lagoa e garantir o pleno acesso comunitário e a ambiência cultural que dão vida a esse patrimônio genuinamente brasileiro.

Fruto de um esforço conjunto de vários anos, o sucesso da candidatura da Pampulha somente foi possível graças ao engajamento da sociedade civil e ao trabalho dedicado de servidores da Prefeitura de Belo Horizonte, do Governo de Minas Gerais, do Itamaraty - por meio do Departamento Cultural em Brasília e da Delegação do Brasil na Unesco, em Paris- e do Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que em breve completará 80 anos.

A tensão por que passou a delegação brasileira durante a reunião na Turquia foi

mitigada pela atenção constante do Consulado Geral do Brasil em Istambul, que trabalhou em regime de plantão, 24 horas por dia, para atender os brasileiros na região durante todo o fim de semana.

A condução bem-sucedida dessa iniciativa e o processo dela decorrente servirão de exemplo para os nossos pleitos futuros, no trabalho permanente em prol do reconhecimento da diversidade cultural de que se orgulha a sociedade brasileira.

JOSÉ SERRA é ministro das Relações Exteriores. Foi senador (PSDB-SP), ministro da Saúde e do Planejamento e Orçamento (governo FHC), prefeito de São Paulo (2005-2006) e governador do Estado de São Paulo (2007-2010)

MARCELO CALERO é ministro da Cultura. Diplomata, foi secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro (governo Eduardo Paes)

BRASIL E ARGENTINA, 25 ANOS DE COOPERAÇÃO NUCLEAR – JOSÉ SERRA E SUSANA MALCORRA (VALOR ECONÔMICO) 19/07/2016

Brasil e Argentina, 25 anos de cooperação nuclear

Valor Econômico, 19/07/2016

Comemoramos ontem, 18 de julho, os 25 anos da assinatura do Acordo de Guadalajara para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear entre Brasil e Argentina. Entre suas inovações, o Acordo determinou a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc) para verificar o compromisso assumido por Brasil e Argentina de perseguir de forma inequívoca o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear e para administrar o recém-criado Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

Poucos meses mais tarde, no ano de 1991, os dois países assinavam o Acordo Quadripartite com a Abacc e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Foi a primeira vez que Brasil e Argentina negociaram como uma delegação junto a um organismo internacional. Em curto espaço de tempo, marcos fundamentais da relação bilateral estratégica entre Brasil e Argentina eram estabelecidos, o que propiciou atmosfera de paz, confiança recíproca e

cooperação que prevalecem entre os dois países.

Tendo em conta a prioridade que conferimos ao relacionamento bilateral, um dos mais importantes focos de nossas respectivas ações diplomáticas, é natural que atuemos de forma integrada como parceiros nas mais diversas áreas. A receptividade com que esse objetivo é abraçado por ambas as nossas sociedades em muito se deve à decisão de estreitar a nossa cooperação na área nuclear.

Nos anos 70, diferentes fatores políticos e históricos prejudicavam a aproximação e dificultavam as relações entre nossos países. As divergências sobre a construção das usinas de Itaipu e de Corpus e as desconfianças geradas pelos respectivos programas nucleares nacionais ameaçavam com o surgimento de uma espiral de insegurança na região.

Felizmente, o processo de redemocratização em ambos os países, a partir dos anos 80, abriu o caminho para uma transformação radical na forma com que Brasil e Argentina percebiam um ao outro, inaugurando um relacionamento amplo, caracterizado pela cooperação e pela integração. Os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín desempenharam papel fundamental nessa mudança. Também foi importante a continuidade desse processo por seus sucessores, cujos esforços, acompanhados de um forte compromisso por parte de cientistas e diplomatas de ambos os países, culminaram com a criação da Abacc.

O processo de cooperação bilateral permite que hoje nos dediquemos sem receios ao desenvolvimento da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, com vistas ao avanço tecnológico, econômico e social. Atualmente, Brasil e Argentina cooperam não apenas na verificação recíproca das atividades nucleares, mas também em uma série de projetos conjuntos que buscam concretizar o sentido estratégico da nossa

relação. É o caso da construção do Reator Multipropósito Brasileiro e do Reator RA-10 da Argentina, projetos emblemáticos conduzidos conjuntamente pelos dois países e capazes de abastecer todo o mercado regional do radioisótopo Molibdênio-99, chave para a indústria medicinal.

Devemos ter presente que a energia nuclear tem papel essencial a desempenhar para o desenvolvimento sustentável e para a redução da dependência das nossas economias em relação aos combustíveis fósseis.

Por meio da criação da Abacc e do Sistema Comum de Controle de Materiais Nucleares, nossos negociadores conceberam arranjo antes impensável em área tão sensível, por meio do qual as inspeções das instalações nucleares argentinas são realizadas por inspetores brasileiros, e as inspeções das instalações nucleares brasileiras são conduzidas por inspetores argentinos. Desde sua criação, a Abacc, em estreita colaboração com a AIEA, conduziu mais de 2.500 inspeções em ambos os países, cujo resultado são informes anuais publicados em sua página web, e hoje participa na qualidade de observadora das reuniões da Junta de Governadores da AIEA.

A profunda confiança que essa dinâmica requer e o alto grau de reciprocidade que a caracteriza atestam não só a singularidade da relação Brasil-Argentina, mas também sua contribuição para a região e para o mundo, ao tratar-se de um acordo paradigmático em matéria de segurança e não proliferação. Essa rica experiência hoje serve de exemplo como possível modelo para a superação de impasses em outras regiões do globo.

Nossa experiência com a Abacc demonstra que é possível criar novos níveis de confiança por meio da diplomacia e da criação de instituições originais. Em política, é preciso saber ousar em nome de um bem maior: a paz. É com base nessa estratégia e

nessa vocação pacífica que Brasil e Argentina continuarão a fortalecer cada vez mais seus laços de amizade e cooperação tanto na área nuclear como em todas aquelas que contribuam para o desenvolvimento sustentável de nossos países e o bem-estar de nossas sociedades.

José Serra, ministro das Relações Exteriores

Susana Malcorra, ministra das Relações Exteriores e Culto, da Argentina

BRASIL E ARGENTINA, AMIZADE PARA O FUTURO – JOSÉ SERRA E SUSANA MALCORRA 08/12/2016

Brasil e Argentina, amizade para o futuro – José Serra e Susana Malcorra (Folha de S. Paulo, 8/12/2016)

Celebramos neste 2016 os 30 anos da Ata para a Integração Argentino-Brasileira, assinada em 29 de julho de 1986, que estabeleceu o Programa de Integração e Cooperação Econômica. Em 10 de dezembro do mesmo ano, assinou-se a Ata de Amizade Brasileiro-Argentina.

Com esses atos, nossas nações consolidaram ousado movimento rumo à integração. Ousado porque criou as bases para o Mercosul, uma iniciativa inédita entre os países do Cone Sul, e pôs fim a décadas de rivalidade estéril.

Uma antiga máxima diz que países não têm amizades permanentes, apenas interesses. Somos exceção à regra: não há interesse mais estratégico para Brasil e Argentina do que uma amizade profunda e duradoura.

Em 1910, ao saudar o presidente eleito Roque Sáenz Peña no Rio de Janeiro, o barão do Rio Branco assinalava: "não podemos razoavelmente entrar em conflito, porque nossos ideais são os mesmos". Foram necessárias mais de sete décadas para que essa ideia frutificasse.

São muitos os pontos de convergência entre nossos países. O destino nos ligou por vastas fronteiras. Temos uma história comum, proximidade de valores e abundância de recursos humanos e naturais. Nossos interesses de longo prazo compreendem

estruturação de um espaço regional e mundial de paz, desenvolvimento e respeito à democracia e aos direitos humanos.

A Ata de Amizade entre Argentina e Brasil sublinha que a "independência da política externa se fortalece na democracia". A mensagem de que não há integração sem democracia foi o esteio para que Brasil e Argentina lograssem, nos últimos 30 anos, grandes avanços na consolidação do direito e na promoção da justiça social e dos direitos humanos.

No comércio bilateral, alcançamos, em 2015, intercâmbio de mais de US\$ 23 bilhões, mais de seis vezes superior aos US\$ 3,82 bilhões, em valores corrigidos, das nossas trocas em 1989. Esse comércio tem impacto em setores fundamentais das duas economias, sobretudo a indústria. Em 2015, produtos industrializados representaram 90% da pauta comercial bilateral. Isso significa mais empregos e renda.

Os investimentos recíprocos são outra demonstração da nossa proximidade. Estão presentes em setores tão diversos quanto o siderúrgico, bancário, automotivo, frigorífico, têxtil, calçadista, de mineração, de máquinas agrícolas, de construção civil e de infraestrutura.

A estreita cooperação entre Brasil e Argentina pode ser vista, ainda, em campos estratégicos. A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), cujos 25 anos celebramos também em 2016, é símbolo da cooperação na área nuclear, setor sensível e essencial para ambos os países. Destacam-se ainda relevantes projetos nas áreas aeroespacial, de energia, ciência e tecnologia e de defesa.

Isso não significa que estejamos acomodados. Com apoio de Paraguai e Uruguai, estamos decididos a revitalizar o Mercosul, superando barreiras ao comércio

e fortalecendo o relacionamento com outros países e regiões. Queremos um bloco fiel às suas origens, com comércio fluido, maior integração estrutural e capacidade de abrir-se ao mundo em condições equilibradas.

Vamos continuar trabalhando na construção de uma cidadania comum, com medidas que facilitem o trânsito, a residência, o trabalho e o estudo entre nossos países.

Queremos trocar experiências nas áreas de saúde, educação e combate à pobreza, pois há 30 anos já reconhecíamos que o crescimento com justiça social é a melhor ferramenta para uma integração profunda entre nossos povos.

Não é possível pensar em um futuro de progresso e desenvolvimento para Brasil e Argentina sem a união de esforços entre os países. Com a colaboração estreita de nossos governos, temos condições de tornar realidade nossos ideais.

JOSÉ SERRA é ministro das Relações Exteriores. Foi senador (PSDB-SP), ministro da Saúde e do Planejamento e Orçamento (governo FHC), prefeito de São Paulo (2005-2006) e governador do Estado de São Paulo (2007-2010)

SUSANA MALCORRA é ministra das Relações Exteriores da Argentina

ENTREVISTAS

'VISÃO PESSIMISTA SOBRE O FUTURO NÃO SE JUSTIFICA' (ENTREVISTA DO MINISTRO JOSÉ SERRA AO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO) 13/09/2016

Desafio de Temer é aprovar mudanças complexas com uma base heterogênea e oposição atuante, diz ministro

Lu Aiko Otta / Brasília

A estreia do presidente Michel Temer no cenário internacional foi positiva, avaliou o ministro das Relações Exteriores, José Serra, que o acompanhou na visita recente à China para a reunião do G-20. Apesar de Venezuela, Bolívia e Equador terem retirado seus embaixadores do País em protesto contra o processo de impeachment de Dilma Rousseff, na avaliação do ministro houve manifestações favoráveis de parceiros importantes, como os Estados Unidos e a Rússia, além das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Porém, os desafios à frente não são fáceis. "Como para todo governo, o mais difícil é governar", afirmou. Segundo ele, Temer tem em sua agenda alterações importantes na Constituição, a serem discutidas num Congresso onde a base governista ainda é heterogênea e a oposição, atuante. Veja abaixo os principais trechos da entrevista.

Como o senhor avalia a estreia do governo Temer no cenário mundial?

A presença do Brasil no G-20 foi boa, como também foi boa a participação na reunião dos Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e na reunião de chanceleres que lá estavam.

Boa em que sentido?

Foi um primeiro contato com o resto do mundo. E o presidente passou a impressão de seriedade, tranquilidade e determinação. Estou falando disso sem nenhum governismo. Do ponto de vista dos Estados Unidos, o Joe Biden (vice-presidente americano) deu uma excelente declaração. A Argentina deu uma nota formal a partir da assunção do Temer, também positiva. O Chile, que é um governo do partido socialista, disse que quer fortalecer a relação bilateral. A Colômbia foi na mesma direção e chamou o governo de constitucional. O Peru foi na mesma direção. A Rússia elogiou a relação com o governo Dilma mas, lembrou, também do vice-presidente Temer. O chanceler russo pediu até uma reunião em Nova York comigo.

Mas, aqui na região, o sucesso não foi tanto.

A Unasul inicialmente tinha tido um projeto de nota. Mas além, naturalmente, do Brasil, Argentina, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru disseram que não apoiariam o comunicado. Na reunião da OEA, Argentina, Paraguai, México, Colômbia, Chile, Granada e Jamaica tomaram uma posição mais a favor do governo Temer. Isso é mais significativo, porque não é uma nota, é uma orientação de governo. E o secretário da ONU disse confiar que, sob a liderança de Temer, o Brasil e as Nações Unidas continuarão sua parceria tradicional. Então, eu diria que nesse front as coisas foram bem, para poucos dias de governo.

E agora?

Como para todo governo, o mais difícil é governar. Tem um quadro econômico difícil, uma herança econômica difícil, um processo legislativo complexo que envolve muitas mexidas na Constituição. Tem uma base ainda heterogênea, mas ao longo do tempo a esperança é que ela se torne mais homogênea, mais integrada. E tem uma oposição atuante. Que já se move por meio dos seus quadros, principalmente centrados no PT. Não vai ser fácil. Vai exigir bastante. Mas não justifica uma visão pessimista sobre o futuro - pelo contrário.

O senhor diria que a projeção externa do governo Temer já é uma questão superada?

Eu não diria que é superada. Mas para nós é uma questão para lá de neutra. Talvez, positiva.

Mas e a Venezuela congelando a relação com o Brasil, a Bolívia e o Equador chamando os embaixadores?

A Venezuela é um país fora de controle. Não é o caso da Bolívia. Nosso embaixador lá já estava no Brasil por causa da morte de um familiar. Então, não é que ele foi chamado; ele apenas não voltou.

Até quando ficaremos assim?

Gradualmente, as coisas vão "O importante no MERCOSUL é que temos reformas a fazer. E, quanto a isso, há total concordância da Argentina, do Paraguai e do Uruguai." sendo organizadas. Não vamos esquecer que o Equador está em pleno processo eleitoral.

Essa tensão regional não atrapalha?

Não ajuda, mas não é algo que possa atrapalhar.

E o MERCOSUL?

MERCOSUL é um outro processo. Não tem nada a ver com isso que estamos falando. O importante no MERCOSUL é que temos reformas a fazer. E, quanto a isso, há total concordância da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Quais serão os próximos passos em relação à China?

Vamos criar um grupo China dentro da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos). Porque a China é muito grande e é o primeiro parceiro do Brasil nas exportações. O que queremos em relação à China? Por um lado, queremos exportação de capital chinês para infraestrutura no Brasil. É o caso típico da compra da CPFL. Dou especial valor a isso, porque o fato é que a distribuição de energia se deteriorou no Brasil na última década, nos governos do PT. E a qualidade da distribuição é um fator muito importante para o desenvolvimento. Com a CPFL e mais uma distribuidora no Rio Grande do Sul, os chineses têm 15% da distribuição no Brasil. Temos interesse em atrair os chineses e seu capital de longo prazo para outras áreas.

E no comércio?

Na parte comercial, temos de caminhar para um acordo comercial que permita ao Brasil aumentar as exportações com valor adicionado. Por exemplo, a soja. A China faz uma escalada tarifária. Zero para a soja em grão, 5% para o farelo e 9% para o óleo. Ou seja, forçam o Brasil a vender matéria-prima. Essa é uma situação que temos de

negociar. Coisa parecida é feita em relação ao café. Em grão, é zero. O solúvel é praticamente impossível de ser exportado. E tem o milho. A China se candidata a ser exportadora de frango, usando milho brasileiro. Compram milho no Brasil, alimentam seus frangos, exportam e deslocam nossas exportações de frango.

Mas tem abertura para um diálogo como esse?

Obrigatoriamente.

Qual será a postura em relação aos Estados Unidos?

A questão são as barreiras não tarifárias, cada vez mais importantes. Uma coisa que queremos, até, é que essas barreiras possam ser crescentemente normatizadas pela Organização Mundial do Comércio, no sentido de ter padrões comuns. Para as barreiras sanitárias, por exemplo, terem uma base científica.

SERRA FALA SOBRE PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (ENTREVISTA SO MINISTRO JOSÉ SERRA À RÁDIO ONU) 15/09/2016

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra, conversou com a Rádio ONU poucos dias antes da abertura dos debates de líderes internacionais na Assembleia Geral da ONU.

O chanceler brasileiro deve acompanhar o presidente Michel Temer, que fará o discurso de abertura do evento na próxima terça-feira, 20 de setembro. Será o primeiro discurso de Temer como chefe de Estado e governo do Brasil na ONU.

Acordo de Paris

Por tradição, o Brasil é o primeiro país a assumir a tribuna da Assembleia Geral, todos os anos, sendo seguido pela nação anfitriã, Estados Unidos.

Serra afirmou que a ONU precisa "se adaptar melhor a nossa realidade atual" com uma reforma e modernização. O ministro lembrou que o Brasil tem interesse de voltar a integrar o Conselho de Direitos Humanos e aposta numa reforma "estrutural" do Conselho de Segurança.

Ao falar sobre o Acordo de Paris, que o país ratificou no último dia 12, José Serra lembrou a liderança brasileira na proteção ambiental e disse que o Brasil deve cumprir suas metas, ainda que alguns as tenham por ambiciosas. "Mas eu acho que a missão na política é ultrapassar os limites conhecidos do possível."

Refugiados

O ministro comentou ainda a participação do país no Encontro de Cúpula sobre Refugiados e Migrantes, que foi convocado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para a segunda-feira, 19 de setembro.

Segundo Serra, o Brasil tem tradição em receber refugiados e migrantes e conhece o drama deles através de sua própria história.

Leia a entrevista na íntegra à Monica Grayley, da Rádio ONU em Nova York.

Rádio ONU: Vamos começar falando sobre as prioridades do Brasil nestes debates da Assembleia Geral para este ano de 2016. Quais são as prioridades?

Ministro José Serra: Olha, as prioridades amplas do Brasil em relação às Nações Unidas é o quadro internacional. Se confundem com a própria missão da ONU. Primeiro, promoção da paz; segundo, os direitos humanos; terceiro, o desenvolvimento sustentável. Este é o tripé em relação ao qual se constroem, digamos, a política internacional do Brasil. Nestes tempos, mais do que nunca. Agora, nesta Assembleia, a questão dos refugiados, que combina dois destes três objetivos, vai ser um tema importantíssimo. Aquele que envolve o tema da paz de um lado, já que os conflitos no Oriente Médio e na África geram deslocamentos em massa de pessoas, e o tema da proteção e promoção dos direitos humanos porque os refugiados e migrantes têm direitos inerentes a sua condição de populações mais vulneráveis. Agora, é evidente que esta questão da migração acaba sendo influenciada pelo tema do desenvolvimento porque uma das características mais importantes dos movimentos migratórios é precisamente a pobreza. Desnutrição, pobreza etc. De maneira que o tema dos refugiados acaba sintetizando esses três nossos objetivos que são amplamente os objetivos da ONU.

RO: E o Brasil deve fazer alguma promessa nesse Encontro de Cúpula dos Refugiados, de abrigar mais refugiados, uma vez que o país tem uma grande tradição de receber refugiados?

JS: Olha, nós recebemos sempre porque o drama dos refugiados e migrantes não é alheio a nossa história. Nós somos um país cuja diversidade e riqueza resultou justamente da contribuição que as populações de origem estrangeira deram ao nosso desenvolvimento. Alguns através de imigração normal e alguns também através de refúgios, de chegar ao país refugiados por motivos de diferentes naturezas em outros lugares do mundo. Eu estou convencido de que não é construção de muros, a xenofobia e os retrocessos no reconhecimento de direitos que nós vamos resolver esse desafio.

RO: Agora, vamos falar do Acordo de Paris ainda dentro deste debate da Assembleia Geral. O Brasil acaba de ratificar o tratado. Como vai ser a implementação deste Acordo agora no Brasil?

JS: Olha, no Brasil, estamos já pondo mãos à obra. Estamos no começo. Eu diria no começo do começo. O mundo também está nesta posição, mas nós estamos mais adiante. Agora, as metas que fixamos são ambiciosas. E parecem, para alguns, impossíveis. Mas eu acho que a missão na política é ultrapassar os limites conhecidos do possível. E nós vamos fazer isso, não tenho dúvida. Se Deus quiser, haveremos de cumprir nossas metas. Apesar de que nós estamos numa posição hoje atual muito mais adiante do que a de outros países. De que a maioria do mundo na verdade, ocidental e oriental.

RO: O Brasil tem uma sólida parceria com a Organização das Nações Unidas. O próprio secretário-geral, Ban Ki-moon, emitiu uma nota dizendo esperar que essa cooperação "histórica e estreita", como ele definiu, siga com o presidente Temer. Como o sr., como novo ministro das Relações Exteriores, pretende introduzir algumas mudanças ou estreitar essa parceria ainda mais. Qual é a sua proposta?

JS: Nós vamos estar mais presentes, temos interesse inclusive de voltar ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. E temos também uma posição reformista, né? A ONU já completou 70 anos. Eu acho que tem que se adaptar melhor a nossa realidade atual. E a gente tem defendido uma reforma e uma modernização da organização ao longo dos últimos 30 anos e vamos prosseguir nesta posição. A ONU tem que se modernizar, tem que se tornar mais flexível, tem que se envolver nas questões globais, sempre de acordo com os interesses do conjunto dos países e de acordo com aqueles princípios de direitos humanos, paz e desenvolvimento sustentável.

RO: E isso passa por uma reforma no Conselho de Segurança?

JS: Eu acho que sim. O Conselho de Segurança deve ser reformado. Ele só vai ficar mais eficaz, mais democrático e representativo se passar por uma reforma estrutural. Não vamos esquecer que o Conselho de Segurança e a ONU foram criados no contexto do pré-início da Guerra Fria. Não por coincidência, os membros do Conselho de Segurança foram aqueles que venceram a Segunda Guerra Mundial pelo lado soviético e pelo lado ocidental. Agora, o mundo hoje já é diferente. E o Conselho só vai se tornar mais eficaz, democrático e representativo se passar por uma reforma que envolva criação de novos assentos, inclusive assentos permanentes, que tenha, enfim, uma abertura maior. Mas nós continuaremos a trabalhar, como temos feito, com os Estados-membros, especialmente com os países do G-4, para que isso aconteça.

RO: O sr. falou de uma candidatura para o Conselho de Direitos Humanos, que seria para o próximo período, não é isso?

JS: Sem dúvida. Esta é uma posição do Governo brasileiro. Temos interesse nisso.

RO: E uma possível candidatura ou retorno ao Conselho de Segurança com assento rotativo?

JS: Olha, isso tem que se colocar no contexto desta reforma. Sem isso não vai acontecer porque a rigidez atual é muito grande. Há muitas candidaturas importantes, como é o caso da Alemanha, do Japão, da Itália, de forma que isso poderá se dar no contexto desta reforma mais ampla.

RO: Ministro, o sr. colaborou com a Cepal há muitos anos. E a agência vem alertando sobre o risco de perdas de conquistas sociais e econômicas, especialmente para os mais pobres, por causa das crises nas economias da América Latina e do Caribe, o que inclui o Brasil. O sr. concorda com esta análise? Como é que o Brasil pode colaborar para aliviar estes riscos?

JS: Primeiro, trabalhando direito. Botando ordem em casa, detendo o retrocesso em casa. Isso supõe mais crescimento econômico. Não dá para redistribuir sem crescer, essa é a verdade. Segundo: tem que ter políticas sociais bem feitas. Porque às vezes você faz políticas sociais que, em vez de ajudar os mais pobres, na verdade se focalizam na prática na classe média. Nada contra a classe média, evidentemente, mas a preocupação são os pobres, são aqueles que estão muito embaixo na escala social. Isso, a gente teria que entrar nos detalhes sobre cada um dos temas, mas evidentemente um exemplo a esse respeito é a educação, inclusive, que tem que ter uma reforma mais profunda. No sentido de fortalecer os setores educacionais voltados aos mais pobres. Ou seja, não é só crescendo despesa, é também, fundamentalmente, alocando melhor. Usando os recursos de forma mais eficiente. No Brasil, por exemplo, a despesa com educação cresceu muito até 2014. Mas a melhora da qualidade do ensino não cresceu proporcionalmente porque boa parte do aumento da despesa foi para atender demandas corporativas no setor e não de fato

para melhorar a qualidade do ensino público, do qual depende boa parte, ou a maior parte, a totalidade das camadas mais pobres.

RO: Ministro, aqui na Rádio ONU nós transmitimos para todos os países de língua portuguesa. Como é que sua gestão pretende liderar esta parceria com a África Lusófona, com o Timor-Leste e Portugal?

JS: Bom, o Brasil sempre valorizou muito a integração dos países de língua portuguesa. E a própria CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi criada por uma iniciativa nossa em 1996. Com intensa participação brasileira. E nós vamos presidir a CPLP a partir de 31 de outubro e 1º de novembro na próxima Cúpula dos países que reúnem os países lusófonos da África, o Timor-Leste, Portugal e Brasil. Vamos dinamizar ainda mais essa integração. Quero lembrar que o Brasil mantém Centros Culturais em todos os países de língua portuguesa. Os estudantes locais têm contato mais próximo com a cultura brasileira. Se habilitam a cursar ensino superior no Brasil. Temos professores universitários brasileiros que são chamados leitores por até quatro anos nas principais universidades de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe... Isso possibilita uma grande difusão da cultura brasileira, uma valiosa troca de experiências com os demais países lusófonos.

RO: A Cplp começou com esse conagraçamento de uma cultura comum, de uma língua comum. Mas, na realidade, o primeiro pilar da Cplp é o pilar de atuação política e coordenação política entre esses países. E ao completar 18 anos, a Cplp reforçou a necessidade de se tornar um pouco mais comercial, de promover o comércio entre esses países. Esse é o plano também do Brasil?

JS: É, é uma preocupação nossa. Inclusive, nota-se o seguinte: antes da questão econômica estritamente, é que estes países

têm se juntado mais em votações em entidades internacionais, inclusive com apoio ao Brasil, em demandas que tenha tido ou venha ter em representações de organismos internacionais e tudo mais. É um aspecto interessante da Cplp. Por outro lado, eu acho que a questão econômica hoje é inseparável desta questão maior dada pelo idioma. Inclusive internamente, temos muito o que comercializar. Afora, o Brasil sendo o país mais desenvolvido, junto com Portugal, a dar assistência aos países em desenvolvimento. Como disse o (presidente) Fernando Henrique (Cardoso) em algum momento, "a língua portuguesa hoje é um ativo político e nós precisamos estar mais atentos a este fato". Não preciso dizer que a difusão do idioma português no mundo afora é importante, nós temos que turbinar esse tipo de iniciativa. Você veja que no caso da Tailândia já se criou, por incrível que pareça, o primeiro livro de ensino de português para falantes de tailandês.

RO: Mais alguma coisa que o sr. gostaria de acrescentar a essa entrevista?

JS: Só um apêndice ao que eu tinha falado a respeito do idioma português é que nós somos um firme apoiador do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, que coordena entre os países lusófonos as políticas de promoção do idioma. Só para lembrar a existência desse instituto que é uma coisa muito importante.

Nós estamos indo aí para a ONU, muito animados. O Presidente Temer dá a maior prioridade à organização. Temos interesse profundo nos três temas que eu disse que são nossos objetivos de política externa. Paz de um lado, desenvolvimento sustentável do outro, e direitos humanos para fechar o triângulo. Estes são nossos critérios prioritários e por eles vamos continuar batalhando no cotidiano. Como, aliás, temos feito, inclusive em matérias de direitos humanos, aqui na própria América do Sul.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África – 18, 28, 43, 48, 80, 85, 89, 93, 96, 99, 108, 111, 136, 207, 211, 217, 230, 236, 270, 272.

África do Sul – 33, 76, 137, 176, 177, 187, 267.

Alemanha – 19, 31, 59, 64, 74, 76, 93, 108, 109, 136, 255, 272.

América do Sul – 126, 129, 273.

Angola – 18, 63, 186, 204, 212.

Argentina – 48, 55, 56, 60, 61, 69, 70, 76, 93, 100, 102, 103, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 183, 185, 235, 237, 239, 240, 243, 247, 250, 251, 252, 253, 256, 263, 264, 265, 266, 267, 268.

Ásia – 19, 20, 28, 48, 85, 94, 138, 210.

Assunção – 70, 102, 113, 129, 130, 260.

B

Biocombutível – 45, 46, 47, 48, 49, 50, 123, 174, 243.

Biodiversidade – 208.

Bolívia – 55, 74, 75, 239, 240, 267, 268.

BRICS – 76, 104, 105, 106, 107, 137, 138, 140, 141, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 267.

Buenos Aires 59, 60, 66, 74, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 140, 189, 250, 252, 256.

C

Caracas – 66, 70, 75, 102, 136, 253.

Chile – 35, 55, 56, 59, 69, 101, 112, 122, 128, 129, 183, 185, 235, 237, 239, 240, 250, 251, 267.

China – 19, 46, 48, 49, 57, 65, 75, 76, 77, 82, 84, 85, 90, 93, 96, 97, 98, 104, 106, 137, 140, 142, 148, 150, 158, 167, 170, 171, 177, 179, 243, 267, 268, 269.

Colômbia – 35, 37, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 69, 73, 115, 122, 134, 136, 182, 183, 185, 186, 235, 237, 239, 248, 250, 267.

Cooperação Econômica – 74, 78, 179, 180, 265.

CPLP – 38, 39, 40, 63, 138, 186, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 225, 226, 232, 272, 273.

Cuba – 25, 35, 75, 111, 133, 134, 192, 247, 248.

D

Democracia – 25, 33, 34, 68, 75, 104, 112, 129, 183, 184, 205, 233, 238, 245, 248, 253, 259, 265.

Desarmamento – 100, 136, 175, 187.

Desenvolvimento – 17, 18, 21, 23, 24, 38, 39, 45, 50, 55, 58, 69, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 108, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 140, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 193, 205, 206, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 248, 255, 259, 260, 263, 265, 266, 268, 270, 271, 273.

Desenvolvimento Sustentável – 21, 22, 25, 38, 39, 76, 78, 88, 89, 90, 91, 93, 99, 100, 124, 125, 129, 134, 136, 137, 175, 176, 177, 184, 186, 205, 209, 212, 217, 221, 229, 230, 231, 240, 243, 247, 263, 264, 270, 271, 273.

Direitos Humanos – 25, 33, 34, 38, 56, 68, 70, 85, 102, 112, 122, 125, 126, 127, 134, 183, 186, 205, 209, 217, 218, 234, 238,

240, 242, 248, 253, 260, 265, 270, 271, 273.

E

Energia – 22, 35, 45, 47, 48, 68, 71, 76, 85, 86, 89, 94, 100, 113, 124, 130, 132, 136, 137, 174, 175, 177, 180, 204, 210, 221, 228, 229, 230, 238, 243, 244, 246, 247, 263, 265, 268.

Equador – 48, 75, 184, 267, 268.

Espanha – 35, 37, 68, 76, 243, 244, 245, 246.

Estados Unidos – 18, 23, 24, 25, 47, 48, 49, 56, 58, 59, 66, 69, 76, 96, 98, 101, 134, 183, 238, 243, 253, 256, 267, 269, 270.

F

FAO – 17, 19, 29, 92, 136, 208, 243, 253.

França – 48, 62, 76, 243.

Fronteiras – 55, 122, 131, 207, 212, 231, 232, 234, 239, 240, 241, 242, 265.

G

Genebra – 56, 58, 60, 6, 67, 73, 75, 101, 111, 234, 239, 244, 255.

Guiné-Bissau – 63, 186, 204, 206, 212, 232, 233.

H

Haiti – 133, 134, 135, 138, 139, 156, 182, 245, 252.

Honduras – 55, 69, 183, 185.

I

IBAS – 138 e 173.

Índia – 31, 47, 48, 49, 67, 76, 103, 108, 109, 126, 136, 137, 138, 140, 163, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 186, 243, 245, 267.

Investimentos – 17, 18, 25, 28, 29, 39, 49, 55, 61, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 86, 87, 89, 98, 103, 118, 119, 121, 124, 126, 129, 136, 174, 179, 180, 181, 193, 205, 223, 224, 230, 233, 238, 244, 246, 253, 255, 260, 265, 268.

Israel – 27, 112, 114, 135, 143, 234.

Irã – 18, 19, 74, 111, 247.

Itália – 49, 63, 66, 73, 76, 243, 272.

J

Japão – 19, 31, 39, 76, 108, 109, 135, 136, 179, 180, 181, 239, 255, 272.

Jogos Olímpicos – 26, 27, 66, 127, 131, 172, 205, 231.

L

La Paz – 67, 73, 129.

Líbano – 204.

Lima – 190.

M

Malvinas – 127.

Meio Ambiente – 19, 20, 21, 47, 59, 79, 140, 176, 177, 213, 214, 215, 218, 230, 243, 260.

MERCOSUL – 19, 35, 46, 55, 60, 61, 67, 68, 70, 71, 102, 103, 113, 114, 117, 118, 126, 130, 139, 174, 193, 225, 233, 242, 244, 246, 252, 253, 259, 260, 265, 268.

México – 55, 56, 58, 64, 67, 69, 74, 76, 112, 128, 138, 183, 185, 186, 187, 235, 237, 250, 251, 253, 255, 267.

Moçambique – 18, 33, 63, 186, 204, 206, 212, 243, 272.

Montevideu – 73 e 138.

N

Nações Unidas – 17, 18, 27, 31, 32, 36, 38, 47, 56, 63, 66, 69, 72, 75, 85, 88, 92, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 114, 125, 126, 127, 131, 134, 135, 136, 139, 173, 175, 182, 184, 186, 187, 193, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 240, 245, 252, 257, 267, 270, 271.

Navegação – 127, 131, 194, 196, 197, 198.

Negócios Estrangeiros – 61, 68, 70, 108, 181, 212, 214, 223, 228.

Nigéria – 18, 19, 58, 59, 187.

Nuclear – 100, 124, 150, 175, 187, 222, 246, 247, 263, 264, 265.

O

OMC – 19, 23, 45, 47, 60, 61, 87, 89, 96, 97, 98, 173, 176, 225, 236, 239, 250, 254, 255.

Oriente Médio – 27, 111, 114, 135, 236, 270.

P

Palestina – 114 e 234.

Paraguai – 48, 55, 69, 70, 73, 74, 102, 103, 112, 113, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 183, 185, 235, 237, 239, 240, 243, 250, 251, 252, 259, 265, 267, 268.

Paz – 27, 31, 32, 35, 37, 38, 51, 52, 53, 55, 56, 60, 62, 64, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 92, 100, 101, 104, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 122, 128, 129, 134, 135, 175, 183, 188, 205, 206, 233, 234, 239, 247, 252, 253, 263, 264, 265, 270, 271, 273.

Peru – 47, 48, 55, 60, 69, 112, 183, 185, 250, 251, 253, 267.

Portugal – 33, 35, 37, 55, 63, 134, 186, 193, 209, 213, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 272, 273.

Propriedade Intelectual – 68, 80, 87, 119, 121.

R

Rio+20 – 243

S

Santiago – 59 e 113.

Segurança Alimentar – 17, 90, 91, 173, 208, 211, 224.

Síria – 65, 101, 234, 257.

Somália – 73.

T

Terrorismo – 27, 32, 56, 57, 58, 60, 62, 65, 67, 72, 73, 74, 77, 83, 84, 92, 101, 103, 110, 135, 137, 138, 175, 184, 238, 240, 242, 252, 254, 255, 257.

Timor-Leste – 63, 186, 204, 207, 210, 212, 272.

Turquia – 39, 57, 59, 60, 62, 64, 72, 76, 111, 135, 252, 254, 261.

U

UNASUL – 235, 242, 267.

UNESCO – 62, 136, 173, 207, 261.

União Europeia – 19, 35, 45, 46, 55, 59, 60, 61, 63, 68, 70, 76, 91, 103, 126, 139, 193, 206, 225, 233, 234, 239, 244, 246, 255.

Uruguai – 39, 48, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 102, 103, 123, 128, 183, 184, 185, 206, 235, 236, 237, 239, 240, 243, 250, 251, 252, 259, 265, 268.

V

Venezuela – 55, 59, 68, 70, 101, 102, 112, 183, 185, 235, 237, 250, 251, 259, 260, 267, 268.

Mayara Cristina Félix

Revisão

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo
Garcia

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
Plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

279



Departamento de

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira

Vivian Fernandes

Diagramação

Endereço para correspondência

Arquivo Central do Itamaraty

Ministério das Relações Exteriores,

Anexo II, 1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9278 / 9273

Fax: (61) 2030-6591 **Impresso**
pela Gráfica do Ministério das Relações
Exteriores

Comunicações e Documentação